



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**PLANO DE INVESTIMENTOS E
SERVIÇOS PÚBLICOS 1964-1966**

(SÍNTESE)

II.º GOVÊRNO ENG.º ILDO MENEGHETTI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

M. Moura 25/12/63.

**PLANO DE INVESTIMENTOS E
SERVIÇOS PÚBLICOS 1964-1966**

(SÍNTESE)

II.º GOVÉRNO ENG.º ILDO MENEGHETTI

ERRATAS

| Pág. | Linha | ONDE SE LÊ: | LEIA-SE: |
|------|------------------|---|---|
| 21 | 19. ^a | residem de ideias | residem na falta de ideias |
| 25 | 32. ^a | meios | metas |
| 28 | 19. ^a | planificação em | planificação um |
| 71 | 8. ^a | "laissez faire" | "laissez faire" |
| 117 | 35. ^a | viva o aprimoramento | visa o aprimoramento |
| 127 | 15. ^a | com correlação | com relação |
| 138 | 28. ^a | permanecendo | permanente |
| 141 | 29. ^a | saúde afetos | saúde eram afetos |
| 143 | 30. ^a | fluoração | fluoração |
| 216 | 26. ^a | a fase em | a fase em |
| 218 | Quadro 2 | Terciário Secundário | Secundário Terciário |
| 237 | 2. ^a | não calculados | são calculados |
| 245 | 10. ^a | E empresa | A empresa |
| 250 | 7. ^a | descenso da economia | descenso da economia |
| 254 | 18. ^a | Estudos revelarem | Estudos revelaram |
| 272 | Título | OBRAS EM EXECUÇÃO | OBRAS NOVAS |
| 274 | Título | OBRAS EM EXECUÇÃO | OBRAS NOVAS |
| 297 | 22. ^a | Quadro B-3 | Quadro B-2 |
| 297 | 31. ^a | Aspecto detidamente | aspecto será detidamente |
| 299 | Título | 6.2.11 | 6.2.1.1. |
| 299 | 28. ^a | A energia mecânica | A energia mecânica |
| 304 | 17. ^a | recomendados | recomendados |
| 308 | 30. ^a | precoces do pessegueiro | precoces do pessegueiro |
| 308 | 22. ^a | no Estado de | na Estação de |
| 310 | 8. ^a | Citricultura | A citricultura |
| 312 | 6. ^a | que safras de | que as safras de |
| 316 | Título | 6.2.2.2.1 — | 6.2.2.2.A — |
| 320 | 8. ^a | Concentrado em São Paulo | Concentrado em São Paulo |
| 323 | 9. ^a | deficiente alimentação | deficiente alimentação |
| 326 | Quadro 33 | ... 604% ... 200% | + 200% + 604% |
| 331 | 26. ^a | área as safras | área na safra |
| 336 | 12. ^a | "O" = 0,843 | "c" = 0,843 |
| 345 | 29. ^a | IRGA | IGRA |
| 346 | 25. ^a | IRGA | IGRA |
| 347 | 32. ^a | quadro anterior | quadro seguinte |
| 349 | 4. ^a | IRGA | IGRA |
| 349 | 11. ^a | IRGA | IGRA |
| 350 | 20. ^a | IRGA | IGRA |
| 350 | 33. ^a | IRGA | IGRA |
| 351 | 4. ^a | IRGA | IGRA |
| 351 | 11. ^a | IRGA | IGRA |
| 351 | 20. ^a | IRGA | IGRA |
| 353 | 26. ^a | e de Pray Bentos | e de Pray Bentos |
| 359 | 1. ^a | e de crises clínicas | e de crises cíclicas |
| 359 | 1. ^a | Foda a ponta | Tôda a ponta |
| 368 | 20. ^a | previsto em 1965 | previsto em 1966 |
| 369 | 17. ^a | industriais e agrícolas | industrial e agrícola, |
| | | devendo proceder | devendo proceder |
| 375 | 7. ^a | companhias elétricas | companhias de eletricidade |
| 383 | 5. ^a | Industriais Carboníferas | Indústrias Carboquímicas |
| 383 | 9. ^a | Indústria Carbonífera | Indústria Carboquímica |
| 385 | 22. ^a | rendimento térmico de suas instalações e do baixo custo | rendimento técnico e de suas instalações e ao baixo custo |
| 386 | 26. ^a | usinas de Leão e Candiota | minas de Leão e Candiota |
| 398 | 3. ^a | Estes aeroportos simultaneamente | Estes aeroportos são usados simultaneamente |
| 401 | 3. ^a | fl. g-1 | fl. 402 |
| 403 | Quadro 8 | -- 0,74% + 37% | + 37% -- 0,74% |
| 408 | 6. ^a | do porto do Rio Grande a Pelotas | dos portos de Rio Grande e Pelotas |
| 414 | 36. ^a | índice I-4 | índice I = 4 |
| 421 | Título | FUNÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO | 3 — FUNÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO |
| 423 | Título | SUB-FUNÇÃO ESTOCAGEM | 3.1 — SUB-FUNÇÃO ESTOCAGEM |
| 423 | 12. ^a | especial | especial |
| 428 | Título | Sub-Função PESQUISA TECNOLÓGICA | 3.2 — SUB-FUNÇÃO PESQUISA TECNOLÓGICA |
| 439 | Título | OBRAS NOVAS | OBRAS EM EXECUÇÃO |
| 519 | Linha 25 | ..- | 2.3.5 — SECRETARIA DAS OBRAS PÚBLICAS |
| 525 | Quadro | Departamento de Palácio Cielii | Departamento de Polícia Civil |



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO GOVERNADOR

COMITÊ DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Porto Alegre, 8 de setembro de 1963

Senhor Governador:

É com a maior satisfação que passamos às vossas mãos o documento que sintetiza o Plano Trienal de Investimentos e Serviços Públicos do setor público estadual, para o período que vai de 1964 a 1966. Esse documento se faz acompanhar de inúmeros planos setoriais, correspondentes a cada um dos órgãos que integra a Administração.

Senhor Governador: não fôra a capacidade dos técnicos e demais servidores do setor público esse trabalho não poderia ter vindo a lume. Um sem número de funcionários, na grandeza e brimia de suas individualidades, contribuiu para que, mais que um documento, um novo sistema fosse montado. Identificou-se mais uma vez, as incalculáveis reservas que tem esse país para resolver seus grandes problemas e como reagem com entusiasmo quando mobilizadas para empreendimentos justos e de grande significação social. Sem uma expressiva dose de confiança, sem acreditar que algo pode ser feito para melhorar as nossas instituições em benefício do povo, sem, enfim, esperanças na liderança da comunidade, esse labor teria sossobrado.

Exmo. Sr. Eng.º ILDO MENEGHETTI
DD. GOVERNADOR DO ESTADO
N. CAPITAL

Na modéstia de suas primeiras linhas, que devem ser ampliadas e melhoradas no futuro, encontramos um grande esforço de uma colaboração coletiva, impossível de ser pessoalizada. Com esse trabalho o setor público dá um passo à frente rumo ao seu aperfeiçoamento, passo que não é tão grande para nos permitir uma tranquilidade absoluta, nem tão pequeno para não nos encher de orgulho.

Todo o trabalho se ampara numa premissa básica: reforma administrativa, reforma dos processos de condução do setor público, reforma do próprio conteúdo político da administração. Não há nada, absolutamente nada, que permita alimentar ilusões quanto ao futuro do setor público, dentro das linhas que a evolução histórica lhe marcou. O manancial inesgotável de favores, concessões e vantagens, que a tanto chegou o setor público, está exaurido, cuja comprovação inconfundível são os "déficits" continuados e com tendências a se alargarem. Se não quisermos que o govêrno passe a obstaculizar o desenvolvimento, é imperioso que sua gestão se realize dentro de normas inteiramente novas.

Mais que anunciar reformas e apregoar soluções cabe como tem repetido Vossa Excelência partir para o terreno objetivo das realizações e suportar, com o denodo que só o civismo produz, o preço das resistências e incompreensões. Não há desenvolvimento sem modificações estruturais e não há modificações estruturais sem os atritos da inércia e dos interêsses contrariados. A sociedade encontra sempre saída para seus problemas, eis que se trata de um todo vivo e dinâmico. O grande papel da liderança social é o de encontrar os caminhos menos dolorosos e evitar custos desnecessários em tôda transformação. Sem olharmos de frente o desafio de nossos dias não encontraremos motivos para um empenho profundo, cujos benefícios não serão logrados a curto prazo. É preciso, compreender, porém, que nenhuma democracia poderá perdurar sem que se equacione devidamente a problemática de longo prazo.

Dando atendimento às ordens de Vossa Excelência e interpretando as normas gerais de política administrativa expressas por Vossa Excelência em várias oportunidades, levamos a efeito a elaboração do Plano Trienal de Investimentos e Serviços Públicos, cristalizando medidas e objetivos que descortinam para o setor público horizontes inéditos, como capacitam-lhe a desempenhar um papel de vanguarda no desenvolvimento da área.

A desarticulação que grassa no setor público e a sua insuficiência alarmante exigem estudos muito mais demorados, que a

exigüidade de tempo não permitiu. Pretender, porém, sistematizar todo um conhecimento do mesmo para só então dar início às correções necessárias, seria um trabalho interminável, e inútil, porque dada a velocidade do ritmo de deterioração crescente as informações colhidas estariam sempre distantes da realidade.

Escolhemos o caminho mais prático e operativo de partir com um acervo de conhecimentos básicos e estabelecer metas e meios que sincronizem o setor público com as necessidades e possibilidades da região, de modo a que tenha um mínimo de ordenamento e propósitos definidos, para no próprio processo estabelecido ir corrigindo e atenuando as deficiências.

As imperfeições não nos intimidam porque delas temos consciências e as críticas só serão bem recebidas porque temos a decidida intenção de reajustar o plano à medida que o mesmo for se mostrando inconsistente. Trata-se apenas de uma etapa, e como tal deve ser entendida. Não há pretensão de um trabalho definitivo, antes deve ser constantemente aperfeiçoado, pois a aspiração comum é que o setor público logre uma mudança qualitativa substancial.

Muito embora os aspectos formais do planejamento sejam importantes, não deve ser esquecida a participação efetiva dos agentes executivos e dos beneficiários últimos dos serviços públicos no processo em instalação. Sem que cada funcionário público se sinta comprometido com as metas e medidas estabelecidas muito pouco será alcançado, pois de sua atuação consciente e crítica dependerá o maior ou menor realismo de tudo que foi formalizado no plano. Os servidores do setor público devem sentir-se como executores de uma política em benefício dos interesses comuns da sociedade que deposita em seus ombros o atendimento de grande parcela de suas necessidades. É indispensável transformar seu dia a dia num processo consciente de realizações coletivas e peça integrante de uma sociedade que através do trabalho de cada um busca romper com os obstáculos de seu progresso.

O mesmo deve ser feito com respeito à opinião pública. Enquanto não houver a mais profunda convicção que o setor público necessariamente não deva ser ineficiente e que sua presença só se justifica na medida que satisfaz as exigências coletivas, é quase impossível imprimir radicais transformações. O Plano deve ganhar a opinião pública para que essa possa cobrá-lo, criticá-lo, fiscalizá-lo e enriquecê-lo com sua experiência e capacidade cria-

dora. É preciso sentir a sua presença, e ter confiança em sua colaboração, se não desejarmos cair no perigo das fórmulas técnicas, vazias de conteúdo social e sem maior submissão aos interesses e capacidade do povo. O Plano não deve guardar qualquer sentido de propriedade, sob pena de plasmar as virtudes e defeitos de uma minoria que por melhor qualificada e bem intencionada que seja não tem a pretensão de possuir a síntese do melhor.

Acreditamos, Senhor Governador, que o Plano em exame, bem como o Orçamento por Programa e o Calendário de Despesa, que com êle se articulam, constituem excelentes instrumentos de trabalho a permitirem uma maior segurança no trato administrativo e maior produtividade no empenho de todos nós. Oxalá tenhamos êxito nessa missão pioneira e reformadora e possamos, amanhã, olhar o futuro com mais otimismo.

Ao inteiro dispor para quaisquer esclarecimentos, servimo-nos do ensêjo para apresentar a Vossa Excelência as expressões de melhor aprêço e distinta consideração.

José Aníônio Aranha
Coordenador

— PRIMEIRA PARTE —

- I — A Economia Gaúcha.
- II — Objetivos Gerais do Plano
- III — O Papel Estratégico do Setor Público.
- IV — Mecanismo e Processo de Planejamento
no Setor Público.
- V — Resumo do Plano.
- VI — Financiamento do Plano.

I — A ECONOMIA GAÚCHA

1 — O ritmo de desenvolvimento

O traço mais marcante da economia gaúcha no último decênio é a sua redução na taxa de crescimento. Seu ritmo de desenvolvimento não só decaiu como passou a registrar valores negativos. No período 1949/59 sua taxa foi de 4,5, sendo que no primeiro quinquênio alcançou 5,7. Nos últimos anos, porém, nota-se clara regressão: 1955, + 6,7; 1956, + 7,6; 1957, - 0,9; 1958, - 0,2; 1959, - 0,6. Os dados parciais para os anos mais recentes não acusam qualquer modificação na tendência verificada.

Ao mesmo tempo que a renda decrescia a população acusava um pequeno aumento. De uma taxa de incremento demográfico de 2,5, no decênio 1940/50, o Rio Grande do Sul passou para 2,6 no período 1950/60. Isso significa que a renda "per capita" do Estado teve um ritmo de 1,9 do decênio 1949/59, mas negativo em 1,2 no último quinquênio. A economia gaúcha não foi sequer capaz de acompanhar o aumento de sua população, redundando uma renda "per capita", em 1959, 5% menor que a atingida em 1955. Estimativas para 1963 encontram uma renda real menor que a de 1957.

Esse fenômeno tem características nitidamente locais, pois contrasta com a alta taxa de crescimento da economia brasileira, sobretudo no último quinquênio, quando registra uma aceleração em seu ritmo. O extremo-sul acompanhou o desenvolvimento nacional, ficando, pois, isolado o Rio Grande do Sul em sua regressão. Em se tratando de uma região dentro de um contexto em plena expansão, é sempre mais fácil modificar a tendência verificada, desde que a área possa captar os estímulos incidentes na economia como um todo. O decrescimento da economia gaúcha é um fato puramente circunstancial, eis que de maneira alguma está esgotada a sua capa-

cidade de crescer. O problema todo reside na possibilidade de buscar novas combinações para os seus fatores produtivos, encontrar utilizações mais produtivas para os mesmos e ajustar seu quadro institucional às necessidades presentes.

2 — O aumento da população

Seu quadro demográfico por si só já denuncia a anomalia regional. Na década de 40 seu incremento populacional foi igual ao do país. Na última década, porém, enquanto este registrou 3,1, o do Rio Grande do Sul não passou dos 2,6, ou seja, o mais baixo dos Estados sulinos. Por ser a terceira unidade em renda "per capita" da Federação, o mais provável é que apresentasse um aumento dos maiores, devido aos padrões de bem-estar e as oportunidades de emprêgo implícitas naquela medida. A prosperidade de uma área, como o Estado do Paraná, tangida por um intenso processo de alargamento de fronteira, incorporação de terras virgens e de acumulação de capital, se reflete imediatamente no aumento de sua população e não é sem motivo que, no caso invocado, o incremento demográfico sobe à espetacular taxa de 7,1.

Embora o menor crescimento populacional, a taxa de 2,6 por ano envolve questão da mais alta importância. Dada a população atual, cêrca de 6 milhões de habitantes, sua estrutura de idade e seu coeficiente de ocupação, faz-se mister a criação de no mínimo 50.000 empregos novos anualmente para a absorção da fôrca de trabalho adicional. Dado o comportamento da economia desde 1957, aproximadamente mais de 300.000 pessoas devem existir atualmente no Rio Grande do Sul sem ocupação, ou seja, mais de 10% de sua população empregada. Possivelmente, essa mão de obra não estêia totalmente ociosa, mas é absolutamente certo que desempenha funções de menor produtividade que aquelas que lhe seriam destinadas numa situação de pleno desenvolvimento.

Estudos preliminares, realizados na Secretaria da Economia para os dois últimos anos da década passada, revelam que a economia gaúcha não só deixava de incorporar mão de obra ao processo produtivo como até mesmo liberava fôrca de trabalho já incorporada. Ora, é impossível aspirar um mínimo de estabilidade social sem que a economia cresca de modo a proporcionar as oportunidades de emprêgo demandadas por seu crescimento demográfico. Como fruto dessa insuficiente expansão econômica, surge tremen-

das distorções no setor público. De um lado, são as pressões por emprego, baixando o rendimento de seus serviços, pela quantidade e qualidade do pessoal empregado, e onerando profundamente os seus recursos. De outro, aumenta o reclamo por seus serviços educacionais, de saúde, de assistência social, etc., que em grande parte poderiam ser atendidos por agentes privados, caso a renda da população estivesse aumentando. Isso faz com que seus gastos de custeio tendam a subir mais rapidamente que suas receitas, diminuindo sua capacidade de investimento.

Acrescente-se a esse quadro o fato de que embora a área registre cerca de US \$ 400 "per capita" suas aspirações sociais são idênticas às daquelas, de mais de US \$ 1.000 "per capita" e ter-se-á a verdadeira grandeza do desafio que a liderança comunitária encontra pela frente.

Não é por acaso que grande parte do sucesso político está diretamente ligada à sensibilidade pessoal para esses problemas e à toda sorte de concessões que se faça nesse terreno. Contudo, qualquer tentativa de atendimento direto está fadada ao fracasso, pela limitação de recursos do setor público e só tenderá a agravar a situação, pelo comprometimento de recursos necessários ao capital de infra-estrutura, de estratégica importância para o desenvolvimento e elevação do nível de emprego.

3 — *A Estrutura Primária da Economia*

Uma área como o Rio Grande do Sul, cuja agropecuária dá emprego para mais de 50% de sua população ocupada e gera mais de 40% da renda regional, só pode encontrar a explicação básica de seu desenvolvimento no comportamento desse setor. Durante o período 1949/59 sua taxa de crescimento foi de 3,8, sendo que no primeiro quinquênio atingiu a 7,5, para, no segundo, registrar a taxa negativa de 1,5. De 1955 a 1959, enquanto a pecuária se manteve estagnada, a lavoura decresceu em 8%. A drástica redução na produção do trigo e o estancamento na produção do arroz — perfazendo ambos mais de 40% da renda da lavoura — respondem sobretudo pela evolução do setor. As demais culturas, embora diminuindo seu ritmo, alcançaram a taxa de 3,5 anual, nesse período.

Em grande medida o desenvolvimento do Estado está na dependência de seu setor primário, que durante muito tempo coman-

dará o ritmo e a direção da economia. Seu estancamento se é circunstancial de um lado, de outro traduz a necessidade de mudar sua função de produção. Praticamente estão esgotadas as suas possibilidades de produzir de modo extensivo e só conseguirá êxito se converter sua agropecuária em atividade econômica tecnologicamente superior. É preciso aumentar substancialmente sua produtividade por hectare se se deseja que a área virtualize suas potencialidades e se ajuste às condições competitivas existentes em seus mercados consumidores.

Em recente trabalho ⁽¹⁾ observa-se que a pecuária gaúcha, baseada no predomínio absoluto do fator terra, está demasiadamente exposta aos fenômenos naturais. As modificações climáticas, as descontinuidades pluviométricas e as endemias sem maiores cuidados preventivos, geram profundos efeitos na produção animal e impedem mesmo qualquer fluxo permanente de sua produção. Basta atentar para o fato de que a mortalidade bovina é 50% do desfrute anual, para se ter uma idéia das condições tecnológicas em que se ampara a atividade. O coeficiente de abate dos rebanhos, a densidade animal por hectare e a idade média de seu aproveitamento, completam um quadro de baixíssima produtividade e de atrasados padrões de exploração econômica.

Essa situação permanece e se institucionaliza devido a dois fatos fundamentais. Primeiro, a baixa produtividade não impede que o pecuarista usufrua de uma alta renda absoluta, devido à alta demanda por seus produtos e a um sistema de preços altamente favorável. Nada subiu mais no país, nos últimos dez anos, que os produtos alimentícios de origem animal. ⁽²⁾ Ora, isso só pode permanecer em condições não competitivas, com a presença de oligopólios na composição da oferta, que por sua vez decorre da grande concentração da terra em poucas mãos. Esse segundo fato — 1% dos proprietários detêm 40% da terra ocupada ⁽³⁾ — que introduz grande rigidez à solução do problema, sugere um novo esquema de estímulo ao setor, para que se adate às condições reclamadas pelas necessidades atuais.

O decréscimo da lavoura, por seu turno, apresenta causas de natureza distinta. O fracasso do trigo se deve ao problema de a-

(1) — Conselho de Desenvolvimento do Estado — Análise da Renda do Rio Gr. do Sul — 1962.

(2) — Conjuntura Econômica — Fundação Getúlio Vargas — julho 1963, pg. 103.

(3) — Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas da URS — Boletim de abril a set. de 1969.

nético; em última análise, à falta de uma retaguarda científica, capaz de produzir espécies variadas e resistentes ao meio. Mal se produziram as primeiras e os trabalhos de extensão passaram ao primeiro plano, fazendo esquecer a necessidade de permanente investigação e laboriosa pesquisa. O arroz no Rio Grande do Sul, chegou ao seu limite do ponto de vista de área. Praticamente, não há mais condições para continuar crescendo extensivamente, dependendo seu futuro do aumento de produtividade por hectare. Somente o artificialismo dos preços "mínimos", cujos custos são calculados em termos de produtores marginais — chegando-se ao cúmulo de, atualmente, utilizar-se a razão de 80 sacas por quadra (1) — pode responder pela situação da orizicultura, dando, inclusive, cobertura aos escorchantes arrendamentos em vigor. O monopólio na fixação do preço, elevando-o sempre ao máximo, aumentou a procura de terra e com isso forçou a elevação do seu aluguel. Esse mecanismo só deve ter prejudicado outras culturas e elevando a renda dos ausentistas, sem maiores proveitos para a expansão do setor.

As demais culturas, que somam mais de 50% da lavoura, estão de maneira geral ligadas à pequena e média propriedades e se apresentam combinadas ou alternadas nas mesmas áreas. Sua produtividade quando não decrescente continua estagnada, sobretudo, pelo depauperamento da fertilidade natural. É bem possível que sua solução esteja da dependência de um melhor aparelho circulatório, fazendo desaparecer uma parasitária intermediação, e de um sistema de crédito que permita a introdução de técnicas mais avançadas de exploração intensiva.

Em nenhum dos casos examinados a política de preços é suficiente para alterar a perspectiva presente. Os preços só são capazes de se constituírem em estímulo expansionistas quando não há obstáculos de ordem institucional, tais como inacessibilidade aos fatores produtivos, formações oligopólicas ou oligopsônicas, (2) desconhecimento tecnológico, etc.

A abertura do centro-oeste brasileiro, incorporando terras de fertilidade mais elevada, ao mesmo tempo que se melhora as vias de comunicação, afetará necessariamente a capacidade competitiva

(1) — Até 1961, o cálculo era feito tomando por base 100 sacos; em 1961 passou para 90, e em 1963, para 80.

(2) — Monopólios parciais da parte dos vendedores e compradores, respectivamente.

da área, que só poderá manter-se nos mercados elevando substancialmente sua produtividade.

Como há condições objetivas para tanto, a regressão do setor primário gaúcho pode ser caracterizada como circunstancial. Poderá, entretanto, tornar-se definitiva, caso não houver um esforço consciente, tendente a alterar o seu rumo. Não se pode, contudo, esperar que algum mecanismo automático possa converter espontaneamente a tendência observada.

4 — O Quadro Manufatureiro

O setor manufatureiro da economia sul-riograndense é relativamente pequeno, pois contribui com apenas 17% na renda regional e absorve tão só 13% da força de trabalho ocupada. Cresceu a um ritmo de 5,3 entre 1949/59, caindo de uma taxa de 8% anual para 1,3, do primeiro ao segundo quinquênio. Acompanhou, simetricamente, os passos do setor primário, embora tenha aumentado mais na fase de expansão e diminuindo menos na fase de retração da economia. Seu estrito condicionamento à agropecuária não lhe permitiu outra alternativa, obrigando-se a flutuar de acordo com a elasticidade da oferta primária. Os rasgos principais da indústria gaúcha podem ser assim sintetizados:

- a — *baixa densidade industrial*: de cada cruzeiro faturado apenas 45 centavos são criados no setor, sendo o restante constituído de matérias-primas e serviços produzidos em outras atividades; como aparelho gerador de riqueza sua expressão é ainda muito débil;
- b — *grande dependência do setor primário*: mais de 60% do valor adicionado pela indústria decorre de transformações das matérias-primas e gêneros alimentícios com origem na agricultura e pecuária;
- c — *predominância da indústria de consumo*: aproximadamente 85% da indústria gaúcha estão voltados para a produção de bens de consumo e apenas 15% se dedicam a bens destinados à formação de capital. Isso significa que grande parte dos investimentos realizados na área são alimentados com produção de outros mercados;
- d — *Predominância da empresa de porte médio e pequeno*: grande parte da atividade industrial da área é exercida

em emprêsas que vão de 25 a 70 operários, sendo que as indústrias de mais de 400 operários atingem insignificante percentagem, embora empreguem mais de 20% da mão de obra ocupada. Nota-se ainda traços marcantes de artesanato na indústria regional, com grandes dificuldades de expansão face ao seu capital, experiência em tecnologia moderna e incapacidade para aproveitar as economias de escala.

e — *surgimento de uma indústria moderna e dinâmica*: ao lado dos ramos tradicionais e sem traços de modernização, nos últimos anos assistiu o Rio Grande do Sul o aparecimento de segmentos novos em seu setor secundário, com um expressivo potencial técnico, alta qualidade em seu produto e com sinais de grande dinamismo. Sobretudo nos ramos da indústria mecânica, metalúrgica e de materiais elétricos aparecem emprêsas com tais características.

f — *emprêsas sob o domínio de grupos familiares*: independente da forma jurídica, grupos fechados dirigem as emprêsas gaúchas, geralmente ligados por laços de família. São esporádicas as organizações abertas, o que torna inexistente um mercado de capitais capaz de filtrar recursos para a expansão industrial.

São praticamente ilimitadas as oportunidades de expansão da indústria gaúcha. A variada riqueza produzida no setor primário comporta um sem número de transformações ainda não realizadas. Os produtos atualmente saindo de suas fábricas permitem grandes aperfeiçoamentos e reclamam melhorias técnicas, que lhe dêem maior rendimento e lhe abram caminho para u'a maior penetração nos mercados nacionais e estrangeiros. Ao mesmo tempo, os ramos industriais não condicionados à agropecuária, já montaram um apreciável parque e absorveram conhecimentos tecnológicos, que lhes asseguram amplas possibilidades de crescimento.

O problema todo se resume em ponderar devidamente as condições objetivas necessárias para que a indústria se desenvolva naturalmente. Entre as particularidades alinhadas acima não há sequer uma que se constitua em obstáculo insuperável. Tudo o que se precisa é forjar mecanismos eficientes de modo a que o potencial existente se converta em realidade. A rigor, cinco são as condições

básicas para o desenvolvimento da indústria: 1) Demanda efetiva; 2) Poupanças financeiras; 3) Capacidade real para virtualizar os investimentos; 4) Conhecimento das oportunidades de investimento e de inovações tecnológicas; 5) Economias externas favoráveis.

A economia brasileira, em franca expansão, com um ritmo acelerado de industrialização, completando ainda o ciclo de substituição de importações, oferece amplas perspectivas para o setor industrial. A própria economia regional, superando as dificuldades atuais de sua agricultura, proporcionará grandes estímulos ao processo industrial da área. O coeficiente de poupança no Rio Grande do Sul é de 18% em relação à renda interna, ou seja, um dos mais altos do país. Cumpre, apenas, canalizá-la ao setor manufatureiro, o que é uma questão de simples organização. A indústria já instalada no país, facilita sobremodo o investimento nacional, eis que produz grande parte dos bens reclamados pelos investimentos. Com o pessoal técnico e o conhecimento especializado disponíveis no setor público e entidades paraestatais, as oportunidades de investimento e de inovações tecnológicas são perfeitamente identificáveis, bastando para tanto que haja um propósito sério e permanente nesse sentido. Finalmente, as economias externas mais decisivas são energia, transporte e mão de obra especializada. A dotação de tais recursos na região, ainda que não seja satisfatória, não chega a impedir, de início, um esforço sistemático dirigido à industrialização. Os programas atualmente em curso, tanto na esfera federal como na estadual, deverão melhorar apreciavelmente as economias externas da área.

5 — Os estímulos primários do desenvolvimento

A potencialidade de uma área se é condição necessária para o desenvolvimento não o é, contudo, suficiente. É indispensável que sobre a mesma incida uma conjunção de estímulos, a fim de facultar o uso de seus recursos de modo mais produtivo. A transformação de uma economia natural, de autosubsistência e fechada, para uma de natureza mercantil e com maior especialização do trabalho, aumentando sua produtividade por unidade de tempo, só é possível através de suas vinculações com outros mercados, mediante um fluxo crescente de exportações. E não tem sido outro o caminho que historicamente tem tocado as regiões subdesenvol-

vidas, despertadas, sempre, mediante linhas de produção voltadas para fora.

Se isso é válido para um país, muito mais o é para uma região dentro do mesmo. O Rio Grande do Sul não foge à regra e tem no seu setor exterior a origem primária de seus estímulos. Cerca de 43% de sua renda dependem de suas relações com outros mercados, sendo que os mercados nacionais representam mais de 90%. Assegurar essa participação e até mesmo aumentá-la é uma questão de sobrevivência porque somente via exportação pode o Estado elevar seu nível de emprêgo e encontrar incentivos para continuar crescendo (1). É preciso ter em conta que aproximadamente 60% da produção de bens interna encontra consumo fora das fronteiras estaduais, situação que, em última análise, define as perspectivas para a economia gaúcha.

A competição nos mercados nacionais não apresenta quaisquer artificialismos como os que ocorrem no cenário internacional. É decisivo nêles a vantagem dos custos comparativos, predominando o produtor que graças à sua função de produção, lograr minimizar os seus custos. Quando um produtor ou uma empresa não resiste a competição e se vê obrigado a encontrar novas atividades, não surge maiores problemas e o reajuste se dá sem maiores danos sociais. Outra é a situação quando tôda uma região se mostra incapaz de reagir aos estímulos oferecidos e põe em jôgo a própria sorte da comunidade. Nesse caso, medidas de ordem geral se fazem necessárias, ajudando e obrigando os agentes econômicos a terem um comportamento diferente do até então seguido.

Uma área com um grande potencial a desenvolver e sem problemas de mercado, desde que se apresente com custos competitivos, pode erigir um certo esquema de política econômica visando: a) aumentar a oferta agropecuária tradicional mediante alteração na sua função de produção; b) introduzir novas culturas, favorecidas por suas condições ecológicas; c) expandir seus ramos manufatureiros através da incorporação de novos produtos e inovações tecnológicas, respeitando, contudo, as regras da localização.

Nenhum desses objetivos será atingido sem uma boa dose de investimento. É imprescindível, para qualquer aumento da produtividade, o concurso do capital, quer em forma de equipamento

(1) — A ALALC deve merecer a maior atenção, pois o Estado está estrategicamente colocado frente ao promissor mercado que resultará da integração latino-americana.

e instalações, em novas empresas produtoras de insumos estratégicos, quer, finalmente, em laboratórios e investigação formadores de novas técnicas ou de espécies genéticas mais produtivas. Como medida inicial cumpre forçar o excedente econômico, ou seja, tudo aquilo que supera as necessidades de consumo, a amoldar-se a uma forma de utilização compatível com os objetivos em mira.

Os antecedentes econômicos do Rio Grande do Sul acusam uma expressiva poupança, isto é, uma respeitável parcela da renda regional desviada do consumo, para fins de investimento. Sob esse aspecto não haveria nada a acrescentar. Porém poucas áreas poderão apresentar uma estrutura de investimento tão inconveniente e de tão baixa produtividade como a do Estado. No atual estágio de desenvolvimento não se pode admitir que mais de 25% das poupanças sejam utilizadas na construção de imóveis. Observando-se o período que vai de 1949 a 1959, nota-se que no Rio Grande do Sul as construções variaram de 42 a 59% dos investimentos totais. Durante aqueles anos Porto Alegre registrou o maior índice de construção do Brasil, embora não detivesse a maior taxa de incremento demográfico. Levando em consideração, também, os recursos utilizados na compra de veículos, encontrar-se-á nada menos que 80% das poupanças estaduais investidas de forma muito pouco produtiva.

Se tivessem esses caudalosos recursos — mais de 20 bilhões somente em 1959 — sido canalizados à diversificação e aumento da produtividade da economia gaúcha, outra seria sem dúvida a situação atual. O desconhecimento dos fatos impediu a tomada de consciência da liderança social e tudo se deu como se a menor taxa de desenvolvimento fosse algo inevitável e decorresse de fatos intangíveis à ação local. O máximo conseguido foi uma mobilização geral por maiores preços para a produção regional, sem que a ninguém ocorresse que esse era o mecanismo por meio do qual se aumentava a renda dos principais agentes, que distorciam a estrutura de investimento da área e diminuíam as oportunidades de emprego na economia.

O próprio setor público pagou tributo por esse fenômeno. Ao começar a decrescer a taxa de desenvolvimento da economia, tendia-se a encolher a sua base tributária e, conseqüentemente, aumentar as dificuldades para financiar os gastos públicos. O recurso fácil foi aumentar a taxa impositiva, tornando-se altíssima e onerando os custos da produção da área. A certo momento chegou a

ser obrigado a introduzir discriminações fiscais para os produtos destinados a mercados forâneos, sem sequer considerar a natureza particular de cada um. Hoje está impossibilitado de bem atender os grandes encargos que lhe cabe e, praticamente, com sua capacidade de investir quase esgotada.

É evidente que a Administração Estadual falece instrumento de política econômica capaz de contingenciar, de maneira completa, os recursos da área. Isso, contudo, não lhe impede de usar sua esfera de influência para contribuir na direção de seu desenvolvimento. Inicialmente, pode utilizar sua faculdade de tributar com um caráter mais econômico que puramente fiscal e com isso introduzir um novo esquema de estímulo e castigos no uso dos fatores econômicos. Em segundo lugar, deve valer-se de suas organizações para captar recursos e dar-lhes um destino mais conveniente e mais consentâneo com as possibilidades e aspirações regionais.

As peculiaridades da economia gaúcha impõem duas linhas básicas para o seu desenvolvimento. A disponibilidade de terra inaproveitada no Rio Grande do Sul não abre perspectiva para uma atividade extensiva ilimitada. Não há qualquer possibilidade de basear-se o crescimento do setor primário via incorporação de novas terras, o que torna obrigatória a adoção de uma agricultura intensiva, onde se releve o aumento substancial da produtividade por hectare.

Uma agricultura dêsse tipo irá absorver maior quantidade de mão de obra, desde que não ocorra, concomitantemente, a mecanização de suas atividades, que só provocará liberação de braços para outros setores. Seja qual fôr a situação o fato concreto é que dificilmente a agropecuária poderá absorver mais de 30% da mão de obra a empregar todos os anos.

A industrialização, pois, decorre de uma necessidade implícita nos marcos econômicos-sociais da realidade local. O setor industrial, com sua capacidade infinita de desdobramento e multiplicação, deve ser induzido a um ritmo tal de crescimento, que venha proporcionar os empregos demandados pelo atual aumento populacional. A pequenez do núcleo industrial, o porte predominante da empresa gaúcha, a limitada capacidade empresarial e a falta de mecanismos que, espontaneamente, transfiram as poupanças disponíveis para o setor secundário, sugerem uma ajuda muito especial do setor público, a fim de que se logre as transformações indispensáveis na economia regional.

II — OBJETIVOS GERAIS DO PLANO TRIENAL

O Governo do Estado, ao elaborar o presente plano, além dos múltiplos objetivos particulares, tem em mira três grandes objetivos gerais:

- 1 — ordenamento do setor público, visando aumentar-lhe a eficiência tanto em termos de custo como em termos de permanência de propósitos;
- 2 — sincronização do setor público com as exigências do desenvolvimento estadual;
- 3 — estabelecimento das linhas de mobilização do esforço de outras esferas do poder e da comunidade na solução dos problemas regionais.

A função precípua do plano é de aumentar a eficiência do setor público, minimizando seus custos e assegurando condições de um atingimento razoável de seus fins. A escassez crescente de recursos, paralelamente aos encargos cada vez maiores, torna obrigatória a revisão geral dos custos de seus serviços, pondo à mostra as maiores debilidades de sua organização e revelando os pontos mais débeis de toda a estrutura. É inteiramente inviável qualquer tentativa de exigir mais da administração pública sem que se lhe imponha limites em seus dispêndios com vistas a objetivos a serem atingidos. De uma organização instintiva e improvisada é preciso passar para uma racional administrativa e economicamente. Todo um complexo de costumes, atitudes episódicas e de critérios pessoais, legou um instrumental administrativo de baixa produtividade e de grande rigidez institucional. Os recursos humanos e materiais aumentaram sem qualquer funcionalidade e sem guardar a menor proporção com os serviços prestados. A única medida até então utilizada, nas tomadas de decisões, foi a da disponibilidade

financeira, sem nenhuma cogitação de natureza econômica e sem qualquer consideração quanto às formas alternativas de atendimento.

A capacidade operativa do setor público está basicamente comprometida pelos custos elevados que apresenta. A expansão de seus serviços requerida pelo desenvolvimento econômico-social da área, demandaria tais recursos que, mesmo aumentando consideravelmente a carga impositiva, fugiriam de toda possibilidade de realização. O desperdício no setor chegou a tal magnitude que todo recurso adicional corre o risco de ser absorvido improdutivamente. O plano explícita e implicitamente atenta para esse fato. Prevê, inicialmente, uma drástica redução no gasto de materiais e serviços, segundo coeficientes predeterminados, obrigando a administração a reduzir o seu custeio. Atentando para o problema social que provocaria, não cogita de eliminar o pessoal existente, muito embora cuide de realocar os recursos humanos pelos diversos departamentos, de impedir a entrada de força de trabalho desnecessária e de agregar funções paralelas, para elevar o seu grau de rendimento no setor como um todo. Como etapa posterior, deverá vir uma reforma administrativa e um conjunto de medidas, tendentes a colocar o setor público com custos proporcionais aos serviços que presta.

Qualquer iniciativa, porém, de racionalizar a administração pública cairá por terra na ausência de objetivos claros e bem definidos. É impraticável tentar dispor dos recursos humanos e materiais de forma distinta da vigente sem pontos estáveis de referência. A única maneira de dar estabilidade aos propósitos governamentais é fixá-los em termos de tempo e espaço, de acordo com critérios judiciosamente estabelecidos. O desenvolvimento de uma área só pode ser entendido quando visto em perspectiva e por isso os recursos empregados hoje só podem ser justificados em confronto com as necessidades de amanhã. Nenhuma decisão de curto prazo vale por si mesma a não ser como encaminhamento de solução de um problema projetado.

A vigília do administrador público não decorre dos encargos como tais, mas do despreparo para enfrentá-los, pelo inteiro desconhecimento de seus contornos. Sequer é possível discernir o uso alternativo dos recursos num estado permanente de sobressalto e perplexidade, frente a uma realidade que se revela dia a dia mais insatisfeita e exigente. Nessas circunstâncias, tudo o que se logra é atender ou atenuar o momentâneo sem nenhuma garantia de

poder enfrentar os fatos supervenientes. A falta de previsão, no passado, tornou asoberbante o presente, a ponto de comprometer o futuro inevitável. A variável demográfica, por si só, é um desafio social a exigir das atuais lideranças a mais séria reflexão. É imprescindível antecipar-se aos fatos e romper definitivamente com o empirismo tradicional e a improvisação irresponsável. A fragilidade do setor público é incapaz de suportar as aspirações sociais das grandes massas e nenhuma democracia poderá manter-se sem virtualizá-las em tempo hábil. Se outras razões não houvesse, pelo menos por instinto de conservação dever-se-ia apelar para uma sistemática inteiramente nova no trato da administração pública.

Através do plano se consagra metas inconfundíveis, a servir de roteiro para o setor público e se impõe uma unidade de esforços em todos os níveis da administração, dentro de uma visão de conjunto. Os diversos departamentos do govêrno não serão mais entidades estanques com seus critérios particulares de alocação de recursos; antes haverá um rigoroso escalonamento de funções e órgãos, segundo princípios universais e determinado pelo problemática da área. As prioridades foram fixadas em funções da demanda dos serviços públicos, levando em conta os setôres mais débeis e mais estratégicos. Este é o único processo pelo qual se pode imprimir um certo equilíbrio à administração, dando-lhe condições objetivas para simplificar seus processos de trabalho e livrar-se das pressões diárias que a tornam caótica e dispersiva.

O segundo objetivo geral do plano é conformar as decisões do setor público aos problemas específicos que o desenvolvimento econômico da área apresenta. Como protagonista principal — não o único — do desenvolvimento, cabe ao setor público distribuir seus recursos e utilizar sua capacidade de modo a imprimir o maior ritmo de crescimento da renda estadual. Independentemente de sua vontade, através de seu sistema impositivo e da estrutura de seu gasto, o Govêrno está modificando os preços relativos dos diversos bens e fatôres, contingenciando os custos do setor privado e alterando as oportunidades de investimento. Sua participação na renda tanto pode ser favorável como prejudicial à acumulação de capital, tudo dependendo da consciência que tenha do papel que está jogando. Sua influência na formação e aprimoramento da mão-de-obra, na revelação das oportunidades de inversão, na preparação das condições propícias para os investimentos privados, no fomento de novas atividades, na assistência tecnológica aos agentes econômicos,

etc., é por demais decisiva para não ser encarada como pauta primordial em suas decisões. A falta de instrumentos de política econômica mais eficientes não justifica as omissões do setor público nesse particular, sobretudo porque essas omissões terminam gerando obstáculos para o desenvolvimento.

Ao nível mais alto das esferas decisórias, o desenvolvimento tem sido um dado externo nas deliberações, como se nêle não houvesse porque interceder e como se a própria faculdade de decidir não estivesse a êle condicionada. Não se trata, evidentemente, de mencioná-lo, eis que tudo o que se faz se leva a seu débito, mas de assegurar-lhe objetivamente condições de realização, empregando os recursos escassos de modo a produzir-lhe o maior impacto. O diagnóstico elaborado nos diversos órgãos deixou transparecer o seu esgotamento operativo, parte por uma administração anquilosada e dispendiosa, parte pela imobilidade dos recursos existentes, comprometidos por decisões anteriores sem nenhuma prioridade a longo prazo. A falta de intenção séria e refletida sôbre a manutenção de uma alta taxa de crescimento se evidencia, cristalinamente, na criação de órgãos estratégicos e, posteriormente, no seu paulatino definhamento. A volúpia por atender todos os reclamos desordenadamente, dispersando recursos dos pontos mais importantes, terminou por criar uma insuficiência generalizada, limitando perigosamente o papel do setor público.

As funções tradicionais do Estado cederam lugar às relacionadas com a dinâmica social. O setor público tem que ser, por excelência, uma agência de desenvolvimento, criando estímulos, canalizando recursos, empreendendo e ajudando a empreender. Não pode continuar comportando-se como instituição assistencial, procurando resolver, isoladamente, os problemas que são da sociedade em seu conjunto. Querer absorver os efeitos de tôdas as distorções sociais é, no fundo, furtar-se de atuar sôbre as causas primárias e perder de vista qualquer atuação fecunda de correção. As necessidades de emprêgo, de melhor bem-estar, de educação, saúde, e tudo o mais que proporciona ao homem uma base mais sólida para a realização de seus valores morais só podem ser satisfeitas nos quadros de uma sociedade em desenvolvimento. Qualquer tentativa em contrário está fadada ao fracasso e, mais, ao desencanto.

Não é fácil modificar tôda uma conduta tradicional. As decisões anteriores vincularam os recursos de tal forma, que pouco

resta para ser distribuído com liberdade de opção. À escassez de recursos aliou-se sua extrema imobilidade, tornando-se aleatório qualquer resultado a curto prazo. Somente o mais alto interesse público pode aceitar que os frutos de uma ação inovadora possam ser medidos por período de tempo superior ao de uma legislatura. A estrutura básica do plano visa contemplar, fundamentalmente, as necessidades do desenvolvimento estadual, procurando transferir os recursos adicionais para os setores de efeito mais dinâmico sobre a economia.

Para tanto, é imprescindível que o terceiro objetivo geral do plano encontre a maior compreensão e êxito. Trata-se de mobilizar os recursos de outras esferas do poder público, bem como os da comunidade, para enfrentar as necessidades e aspirações da área. Não se trata, porém, de uma mobilização em termos de chamamento, colocando a questão no terreno da colaboração pessoal ou política. Trata-se de revelar concretamente os objetivos a serem alcançados e de deitar os mecanismos de comunicação, por meio dos quais todos se sintam comprometidos. Grande parte desse potencial mobilizável não é aproveitado pela maneira vaga e imprecisa com que são identificados os problemas. Sem vê-los em conjunto e em contraste com a realidade é impossível valorizá-los, pois que se apresentam sem as cores do meio no qual se inserem. Não há indiferença quando é a própria sorte da comunidade que está em jogo e quando se passa da sugestão emocional para a sugestão racional.

O Estado paternalista — dadivoso e inesgotável — não sentiu necessidade de apelar para recursos estranhos aos que classicamente lhe competiam. Um Estado desse tipo, porém, só subsiste numa sociedade atrasada e estagnada, tornando-se irreconciliável com as circunstâncias que presidem a vida moderna. O conteúdo do Estado atual sofreu profundas modificações qualitativas e quantitativas sem que suas formas de atuação se modificassem sensivelmente.

A primeira condição de sucesso na mobilização do esforço comum reside na própria organização do setor público. Sem objetivos e sem uma escala de prioridade é impossível concentrar esforços e conduzir toda a capacidade existente fora do Governo. O setor público não pode continuar registrando as aspirações sociais e expedindo certidões daquelas que logra atender; é imperioso que a partir do conhecimento das necessidades — dentro de uma visão de conjunto — busque solucioná-las, sem fazer repousar a solução

necessariamente em seus recursos. O êxito de uma liderança não pode mais ser medido em termos do que oferece, mas sim, em termos do que realiza e produz. Sem refletir sobre a imensa desproporção entre as necessidades coletivas e as possibilidades financeiras do setor público é impossível encontrar razões que justifique um novo comportamento por parte da liderança social. É óbvio que para se passar de um Estado assistencial para um Estado promocional torna-se impostergável grandes adaptações, que comecem nos esquemas mentais dos administradores e terminam por uma utilização inteiramente diversa dos fatores humanos, materiais e financeiros do setor público.

O imenso potencial existente na comunidade, até agora não captado pelas formas tradicionais de exercício do setor público, se revela nos momentos de comoção social, onde toda uma capacidade de realização surge de maneira espontânea e surpreendente. Na falta de um motivo permanente, a comunidade volta ao seu normal e termina ocultando preciosos recursos reais, que bem poderiam estar a serviço de uma sociedade mais realizadora e mais eqüânime. A planificação, como instrumento a serviço da sociedade, não tem porque desprezar tais recursos e não incorporá-los entre seu desígnios. O plano, ao fixar objetivos além dos recursos próprios do setor público, não está nada mais que consagrando uma nova linha de ação, voltada a ampliar o contingenciamento dos meios disponíveis na área, factíveis de reprodução.

Dentro do terceiro objetivo geral do plano estão as relações do Estado com as demais esferas do poder: União e Municípios. Sobretudo ao Governo Federal cabe um importante papel na região, filtrando recursos quantiosos para os mais diversos setores que, em certos casos, estão na sua inteira dependência. Essa distribuição de recursos não tem sido feita dentro de uma visão global e em termos de uma perspectiva de longo prazo. Até agora tem prevalecido as pressões circunstanciais e influência pessoal na determinação das prioridades resultando uma grande instabilidade no atendimento dos anseios locais.

Amadurecem cada vez mais as condições e os reclamos para o estabelecimento de um sistema de planejamento nacional. Tudo conduz a acreditar que dentro de poucos anos, através de avanços e recuos, o país disponha de um mecanismo capaz de conduzir a sociedade brasileira por caminhos menos incertos que os atuais. Faz-se necessário, contudo, para que se logre um sistema eficiente, que se

inaugure um tipo de interrelação entre o centro e a periferia nacionais de modo a permitir um desenvolvimento equilibrado entre as diversas regiões. Assim como os problemas regionais não podem ser vistos isoladamente, é impraticável à União pretender uma política nacional sem um contato mais estreito com a periferia. Como passo inicial dessa interrelação necessária, cumpre aos Estados estudar e apresentar sua própria problemática, a fim de ser ajustada e compatibilizada com o todo.

O plano apresentado cumpre, também, com esse objetivo. Põe à mostra, detalhadamente, os fins perseguidos pelos diversos departamentos do Governo, ensejando oportunidade à União de definir sua política com respeito a cada um deles. Trata-se, de fato, de enriquecer o próprio plano nacional, transmitindo-lhe as peculiaridades de suas regiões. Com um instrumento dessa natureza tôda a representação do Estado na esfera federal pode-se orientar na tomada de decisões e ajudar a área a ver canalizado recursos para setores e projetos previamente escolhidos.

Sòmente através de plano é possível pôr ordem na utilização dos recursos internos e conseguir recrutar recursos de fora, de modo a não perturbar as metas estabelecidas e acelerar a sua realização. Os agentes e seções do setor público, tanto em suas relações internas como externas, passam a ter uma única direção e a perseguir fins comuns, evitando o espontaneísmo anárquico, que pouco produz e muito onera os escassos meios disponíveis.

III — O PAPEL ESTRATÉGICO DO SETOR PÚBLICO

Os problemas econômicos e sociais da área decorrem de seu atual nível de renda, revelador do grau de produtividade de sua força de trabalho. À medida que se tornam acumulativos, devem ser imputados à sua taxa de crescimento, ou ao seu insuficiente desenvolvimento. O agravamento do quadro atual é fruto, exclusivamente, da incapacidade da estrutura existente para recolher os estímulos que lhe são dirigidos e de gerar novos estímulos através de sua paulatina modificação. Há uma generalizada inaptidão estrutural para buscar novas combinações de fatores e de introduzir elementos dinâmicos no sistema, a ponto de proporcionar um desenvolvimento mais rápido.

O fato de uma dada estrutura se mostrar incapaz de aproveitar as condições favoráveis reais, não implica que as mesmas não possam ser captadas e postas a serviço do progresso. Quando 50% da capacidade instalada não são utilizados, milhares de homens não encontram oportunidades de emprêgo, todo um cabedal científico e técnico se mantem à margem das atividades produtivas, ao mesmo tempo que estratos sociais desfrutam de um elevado consumo supérfluo e grande parte do excedente econômico é desperdiçada em usos de pouco significado social, há todo um campo a ser trabalhado e uma constelação de elementos que permite alterar o curso das coisas, sem implicar em ruturas violentas com o esquema de valores sociais em vigor. Basta, para tanto, que a liderança social se aperceba das circunstâncias objetivas e, com conhecimento das relações entre as inúmeras variáveis, passe a tomar, seriamente, a tarefa de construir as linhas de um desenvolvimento muito mais acelerado.

Os 50.000 homens que buscam emprêgo anualmente dificilmente serão absorvidos no setor primário, num volume superior

a 15.000. Isso significa que pelo menos 35.000 empregos devem ser criados pelas atividades com ritmo maior de expansão, como a indústria, comércio e transportes. Acrescente-se, ainda, o fato de a procura por bens agrícolas subir menos que a dos bens manufaturados e o necessário aumento da produtividade agrícola, que poderá provocar a liberação de mão-de-obra da agricultura, e ter-se-á as justas dimensões do problema a ser enfrentado nos próximos anos.

A grande concentração da renda em pequenos estratos sociais (o Brasil apresenta um altíssimo coeficiente de concentração), permite a seus beneficiários padrões de consumo que em nada ficam atrás dos encontrados nos países desenvolvidos. Como a produtividade geral da economia é muito pequena, de nada adiantaria uma redistribuição da renda às camadas de baixos ingressos. Pode-se, contudo, aproveitar os apreciáveis recursos dos estratos superiores para financiar o desenvolvimento da área, diversificando a oferta, criando empregos e realizando o imenso potencial disponível.

Para a criação de 50.000 empregos anuais é mister investir, pelo menos, 80 bilhões de cruzeiros, o que diz bem da importância de resguardar um ritmo mínimo no processo de acumulação de capital e ter o máximo cuidado quanto à sua natureza e estrutura. Se, por um lado, a região apresenta um coeficiente de poupança suficiente para uma inversão dessa envergadura, por outro, não vem oferecendo uma distribuição dos investimentos compatível com as necessidades de crescimento. Enquanto permanecer a estrutura atual nada indica que essa tendência se modifique espontaneamente. É preciso introduzir novos elementos na relação de forças em tela, a fim de quebrar o seu relativo equilíbrio, coexistindo com o não aproveitamento dos fatores em disponibilidade.

Não há outra alternativa que outorgar ao setor público a tarefa de dinamizar o sistema, mesmo porque enquanto todas as demais variáveis econômicas são praticamente induzidas pela variação na renda e condicionadas a parâmetros institucionais, o setor público mostra-se autônomo e decide, em grande medida, por razões de ordem política. É que razões políticas são mais fortes que aquelas que visam corrigir um desenvolvimento que tende a deixar de lado grandes parcelas da população, não só vistas como força de trabalho, mas, sobretudo, como seres que nascem e se criam numa expectativa de igualdade? A questão, pois, não pode ser posta no terreno doutrinário, mas, sobretudo, no terreno po-

S. C. F.
BIBLIOTECA 21
Reg. n.º 2349
Data: 17/06/03

lítico porque tudo se resume em saber em nome de quem e para quem se faz o desenvolvimento.

O setor público deve encarar o papel que a quadro histórico lhe coloca. Não se trata, é óbvio, de mera intervenção estatal, como geralmente se invoga, e que a longo prazo termina por desmoralizar os ideais que a justificaram e se constituindo em pontos de estrangulamento ou de grande desperdício para a economia. Trata-se de fazer com que seus instrumentos, sua influência e sua capacidade de mobilização sejam postos a serviços das modificações estruturais, indispensáveis à dinâmica do desenvolvimento.

Claro está que um governo estadual encontra grandes limitações para uma ação profunda nesse sentido, mas nada impede que adote o decidido propósito de encaminhar os recursos e mecanismos de sua esfera para tais fins. Muitas vezes as possibilidades da administração estadual são subestimadas porque partem da exigüidade de seus meios financeiros, sem que se pese devidamente sua força de pressão como comunidade, decisiva, seguidamente, na obtenção de vantagens e concessões. As maiores dificuldades residem de idéias claras sobre o processo de desenvolvimento e no desconhecimento das oportunidades capazes de lográ-lo.

Essa fixação de idéias é inteiramente indispensável porque, em última análise, visa preparar, emocionalmente, a liderança social para novas formas de comportamento. Todos aqueles que compartilham das decisões no setor público ou que são responsáveis pela execução de uma determinada política econômico-administrativa têm que compenetrar-se de que somente com um grande esforço é possível aumentar o ritmo do desenvolvimento regional, não só para satisfazer a demanda de trabalho como as aspirações sociais das grandes massas.

O plano elaborado pelo Governo do Estado assenta-se nessa linha de ação. Em seus diversos setores e programas dá-se, em primeiro lugar, um acentuado relêvo à acumulação de capital. Cumpre assegurar que o coeficiente de inversão do setor público não seja nunca inferior ao da economia, já que não guarda sentido qualquer hipótese em contrário. Essa determinação, todavia, tem que ser encarada em termos dinâmicos, já que os recursos atuais ou estão demasiadamente comprometidos ou apresentam grande imobilidade.

Para acelerar o ritmo de acumulação de capital o Estado lançará mão de vários mecanismos e de sua capacidade de prestação de

serviços técnicos. A primeira medida é identificar os recursos disponíveis dentro e fora do setor público, para transferir à atividade privada em forma de investimentos. Dentro do setor público há órgãos descentralizados cujos "superávits" podem ser canalizados às inversões. A experiência demonstra que o excesso de recursos sobre seus gastos compulsórios sugeriu o financiamento de uma série de despesas irrelevantes, do ponto de vista do conjunto, ou foi pura e simplesmente absorvido por uma política de aumento salarial em inteiro descompasso com o setor público. No que tange ao Governo Central, o intento de reduzir o custeio da máquina administrativa permitirá liberar recursos, a fim de fomentar a modificação da estrutura da área. O instrumento de transferência será o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, que com seus quadros técnicos de engenheiros e economistas está suficientemente preparado para executar a política de industrialização da área.

Quanto aos recursos de fora do setor público, cumpre distinguir os que estão ao alcance de sua esfera tributária e os que dependem de outro tipo de mecanismo para serem captados. Há estratos sociais de alto consumo com plena capacidade de aportar maiores recursos para o desenvolvimento. Não há razões para deixá-los de lado e uma reforma tributária, a ser apresentada, deverá ter como escopo principal essa função. Quanto aos demais recursos — nacionais e estrangeiros — a preocupação constante de estabelecimentos de contatos, a elaboração de projetos dentro de um esquema global, e a capacidade de mobilização do setor público, serão os meios a serem postos em prática.

Dentro, ainda, do fim último de acelerar o ritmo de investimento da área, cabe referir aos chamados pré-investimentos ou capital de infra-estrutura econômica, destinados a fomentar as inversões privadas e dotar a área de boas condições competitivas. A natureza desse capital reclama grandes somas de recursos e largo tempo de maturação. Aqui mais do que em qualquer outro campo o papel do Estado é decisivo e se não colocar todo o seu empenho no recrutamento de recursos, acabará por sacrificar o desenvolvimento da região. Grande parte do financiamento das inversões previstas do plano deve descansar em recursos de fora do setor, o que dá à área uma certa incerteza em suas aspirações. Toda a capacidade técnica do setor público será chamada para elaborar os projetos específicos, capacitando-o, assim, a habilitar-se aos recursos existentes em organismos especializados.

Outro aspecto importante no rumo a ser imprimido ao setor público diz respeito à formação de mão de obra qualificada. É forçoso preparar grandes contingentes de técnicos de nível médio dotando a região de força de trabalho especializada, a fim de enfrentar as modificações estruturais da área. Essa função tende a ter um grande reflexo nas economias externas da região, a ponto de neutralizar certas desvantagens para alguns ramos industriais.

Variável estratégica no desenvolvimento é a incorporação de tecnologia mais produtiva e o conhecimento de certas técnicas que abrem condições de aproveitamento das oportunidades existentes. O Estado, através de seus órgãos especializados e de seu corpo de técnicos, deve oferecer uma sistemática assistência ao setor privado, levando até ele os frutos de sua investigação. A pesquisa, em todos os seus níveis e em todos os seus campos, deverá receber um tratamento prioritário e ser colocada num plano de funcionalidade frente às necessidades do desenvolvimento. Não deve mais continuar como exercício acadêmico, mais para satisfazer curiosidade do que para ser posta a serviço da sociedade. Somente contando com uma investigação permanente, uma economia encontra novas combinações para seus fatores, redução em seus custos e perspectiva ampla de um crescimento continuado.

Para que se acelere as transformações na economia é preciso que o setor público assuma uma posição de vanguarda. Sua visão global lhe faculta antecipar-se aos fatos, gerando estímulos que permitam um melhor aproveitamento dos recursos e evitando obstáculos inevitáveis num sistema que funciona por reajuste "ex post". O papel estratégico do setor público só será cumprido com uma melhora qualitativa de seus quadros e com uma reestruturação em toda a máquina administrativa. Esse propósito será atingido e o próprio sistema de planificação agora implantado é o maior testemunho do espírito com que o Governo do Estado encara as suas responsabilidades.

IV — MECANISMO E PROCESSO DE PLANEJAMENTO DO SETOR PÚBLICO

O setor público estadual já tem acumulada uma certa experiência em matéria de planejamento. Em diversos departamentos, através dos anos, se elaboraram esquemas de utilização de recursos, visando o atingimento de objetivos predeterminados. A necessidade de recorrer a organismos financeiros especializados, obrigou-os, inclusive, à elaboração de projetos com todos os refinamentos e exigências peculiares a tais iniciativas. Para a concretização de certas metas bastante ambiciosas a curto prazo, foi indispensável incorporar novos métodos de trabalho e formas de organização, desconhecidos até então na administração pública. A intenção de planejar, pois, não é nenhuma novidade, antes já se concretizou em alguns ramos da administração, deixando assinalada a sua presença.

Nada mais vantajoso do que partir de uma dada experiência. Como técnica social, o planejamento se constitui num processo e como tal não pode ser algo acabado e definitivo. Desta forma, o plano não pode ser mero prolongamento da experiência passada, mas sobretudo, crítica da mesma e ponderação da realidade sobre a qual vai inserir-se. Há, sempre, em qualquer lugar ou época, limitações à introdução de novos métodos e por isso é da maior utilidade o exame das que conformaram a experiência acumulada. Outrossim, as prioridades contempladas variam e com elas varia o campo de influência do plano, conseqüentemente, seus aspectos qualitativos e quantitativos. O plano em exame se não ignora a experiência pretérita, não guarda nenhum comprometimento com a mesma, pois antes de tudo visa alargá-la, aperfeiçoá-la, torná-la mais eficiente.

Abrangendo o plano todo o setor público — órgãos centralizados e descentralizados — procura explicitar os objetivos de todas as entidades. A fixação de metas bem definidas impede que a realização do plano agrave a situação de um ou outro serviço, por

falta de atendimento devido. Em outras palavras, não se pode permitir que a transferência de recursos de uma a outra unidade administrativa venha significar a deterioração de seus padrões de eficiência, embora seja perfeitamente normal que a melhoria dê-se de forma desigual. Se antes de qualquer plano os recursos eram distribuídos de acordo com pressões episódicas e graças a isso os diversos departamentos do Governo ganharam um certo "status", dificilmente se poderia justificar um esforço de planejamento que viesse a redundar em piora nos índices já alcançados.

As necessidades sociais se manifestam de maneira objetiva, identificável e quantificável. Por outro lado, não são fruto de caprichos desordenados, mas se relacionam com certas variáveis econômicas e extra-econômicas perfeitamente conhecidas, o que facilita sobremodo o seu entendimento. Embora haja sempre uma certa margem para o arbítrio nas decisões, permanece a possibilidade concreta de ordená-las de modo que em seu conjunto se logre o máximo benefício. Em última análise, tudo fica dependendo da identificação das necessidades e da maneira judiciosa de alocar os recursos.

Os objetivos de longo prazo devem constituir-se em cânones para as decisões diárias e a conduta de cada um — administradores e legisladores — submetida a linhas adredemente estabelecidas. As metas do setor não podem ser função da idiosincrasia de cada eventual ocupante de cargo público e flutuarem ao sabor de interpretações de última hora. Assim como para a empresa privada há certas regras de comportamento ditadas pelas leis econômicas, é imprescindível erigir princípios para a tomada de decisões na administração pública. Torna-se evidente que êsses princípios não devem partir do abstrato, mas do quadro histórico que a experiência e a investigação vão revelando, a fim de imprimir a maior submissão possível à realidade. Êsses princípios devem ser materializados num sistema que não dê caráter facultativo, mas imperioso ao uso dos recursos públicos. Para tanto, é obrigatório contar com meios inconfundíveis e detalhadas, dispor de recursos especificamente voltados para as mesmas e colocar toda uma organização a seu serviço. Abandoná-las somente quando atingidas ou fatos supervenientes evidenciarem a sua superação. Não se trata, pois, de introduzir rigidez na Administração, mas de adaptá-la a certas regras que elevem sua eficiência, dando-lhe um mínimo de permanência em seus propósitos.

O Brasil, como de resto a América Latina, tem uma grande

fertilidade na elaboração de planos. Ao passar dos anos se sucedem os planos, demonstrando a inadequação quanto à sua exequibilidade. Parte disso se deve à instabilidade política e, parte, por faltar o necessário suporte administrativo, para cumprir com os objetivos e políticas estabelecidas. Faltou maior atenção para a montagem de um sistema de planificação, por meio do qual o plano não seja um corpo estranho e externo à administração, mas um todo integrado em sua vida e componente de sua rotina de trabalho. O planejamento não se confunde com um documento nem com atitudes meramente formais. Exige não só propósitos sérios como disciplina em todos os níveis e em todos os momentos. O esforço que agora se inicia, do Governo do Estado, leva êsse sentido, porque está absolutamente convencido que fora dessa linha de ação todo o seu labor fica exposto a resultados improfícuos.

A programação dos serviços e investimentos públicos deve ser um capítulo da programação geral da economia e antecedida por esta no processo de sua elaboração. Contudo, o setor público caracteriza-se por peculiaridades que lhe são próprias como unidade administrativa e multiplicidade de funções, as quais convém destacar para uma nítida compreensão do mecanismo a seguir descrito.

A organização para o planejamento, em fase de implantação no Estado, distingue três tipos de funções:

- a) Funções de decisões;
- b) Funções de planejamento propriamente ditas;
- c) Funções de execução.

As primeiras são atribuições dos órgãos políticos. As funções de programação pertencem aos organismos técnicos de planejamento, em todos os níveis e extensão. E, finalmente, as funções de execução são cumpridas pelas diversas instituições centralizadas e descentralizadas do Estado, ligadas, direta ou indiretamente, à prestação de serviços e execução de obras públicas.

O funcionamento desse enorme mecanismo pressupõe interações que a simples existência dos órgãos não garante de todo. A condição "sine qua non" para seu funcionamento é a implantação de um fluxo sistemático e permanente de informações entre os três tipos de função citados, a fim de que cada uma cumpra hábilmente com suas atribuições, tome conhecimento dos trabalhos e conclusões das outras funções e, por fim, analise e critique os resultados.

A execução de um programa de educação, por exemplo, não poderá prescindir de informações do órgão encarregado dos pro-

gramas de desenvolvimento industrial, para decidir sobre o número e qualificação da mão-de-obra especializada que preparará os cursos previstos. O mesmo se diria com relação à educação técnica rural e aos programas de fomento e extensão da Secretaria da Agricultura. Os exemplos são inúmeros e fáceis de imaginar, ainda que, tradicionalmente, as decisões sejam tomadas sem qualquer consulta dessa natureza.

De maneira geral, as decisões políticas estão condicionadas às possibilidades de execução, assim como estas estão condicionadas àquelas, sendo que a programação pode ser entendida como coordenação que possibilita tornar coerente os objetivos e metas fixados sob o ponto de vista de capacidade operativa e técnica dos órgãos de execução ou de decisões de natureza política.

O processo de programação funcionará desde que exista, objetivamente, terreno próprio a esse tipo de condicionamento, baseado, como já se disse, em uma corrente sistemática de informações. Somente com esse tipo de comunicação administrativa, que extravasa as linhas do Executivo, tornar-se-ão compatíveis as aspirações com as possibilidades de realização e o sistema de planificação em todo harmônico, flexível e eficiente.

Após a fixação dos objetivos gerais do setor público, é indispensável a implantação do controle em todos os níveis hierárquicos e de acordo com os detalhes com que se elaborou o plano. É difícil garantir as modificações exigidas para o cumprimento das metas sem a presença do controle como técnica de medir os resultados, de reajustar decisões e de orientar a alocação de recursos.

A atual estrutura administrativa estadual oferece condições para uma programação efetiva? Pode-se dizer que a máquina administrativa apresenta um agrupamento defeituoso de atividades, duplicações de funções, rendimentos mínimos em alguns setores, trâmites complicados, ausência de coordenação, etc., que contribuem para uma baixa produtividade e um desperdício tremendo de esforços. Contudo, a situação existente é consequência direta de um crescimento desordenado do setor público, que se ampliou para satisfazer necessidades concretas da sociedade riograndense sem uma visão global dos problemas. As iniciativas parciais foram se multiplicando no tempo e no espaço, criando superposição de funções e outros problemas, até chegar aos dias atuais com uma herança de difícil solução.

É imprescindível, no entanto, um esforço decidido no sentido

da adaptação da máquina administrativa aos propósitos da programação, pois o êxito desta depende da capacidade de resposta da administração como um todo. Sem modificações a programação não será eficiente e realista, como também sem programação a máquina administrativa defeituosa tende a perpetuar-se. A quantificação dos objetivos e metas das diversas atividades que o Estado exerce, tanto no Plano Trienal como no Orçamento por Programas, tem de revelar tôdas as incoerências atuais dos diversos órgãos e induzirá à correção de seus defeitos. Os métodos tradicionais de trabalho não pressupõem modificações para o atingimento das metas. A programação, ao contrário, obriga primeiro uma definição de objetivos, depois a quantificação dos recursos e, finalmente, a estruturação da máquina que permita alcançá-los. Constata-se, então, que a máquina administrativa passa a ser uma consequência dos objetivos governamentais e não êstes uma consequência daquela.

Um dos fundamentos da programação é a imputação de responsabilidades e atribuições aos órgãos públicos em todos os níveis. O sistema adotado no Estado é composto de um órgão central — Gabinete de Administração e Planejamento (GAP) — e de diversos órgãos sectoriais (Grupos de Planejamento), localizados nas entidades centralizadas e descentralizadas. Para cumprir com as tarefas de planejamento e contrôle, o GAP deve centralizar as decisões básicas e descentralizar a formulação de objetivos sectoriais, a execução e o contrôle, respectivos. Cada setor de planejamento remete o plano específico formulado pelo próprio órgão ao órgão central e êste efetua a coordenação de todos os planos a nível do setor público estadual. O processo é contínuo, num vai-e-vem constante de cima para baixo e de baixo para cima, até a compatibilização de tôdas as metas e feitura final de um documento, que será a síntese dos objetivos gerais do Estado, tanto em investimentos como em prestação de serviços sociais e econômicos. Resta, ainda, observar que as relações entre o órgão central de planejamento e os órgãos sectoriais são puramente técnicas, não havendo, portanto, dependência administrativa.

É impossível estabelecer um processo de planejamento sem que haja um organismo de cúpula — ao nível do chefe do Poder Executivo — orientando e coordenando todo o sistema. Por mais bem fundamentadas que sejam as metas sectoriais, só podem ser valorizadas em conjunto e por isso mesmo o estabelecimento de priori-

dades e a compatibilização das metas entre si e entre as metas e os recursos têm que ser realizados na esfera mais alta do comando administrativo. Por outro lado, é tremendamente aleatório contemplar os fatos supervenientes, o que só pode ser equacionado dentro de uma visão de conjunto e com conhecimento da situação do setor público em seu todo.

Outrossim, é muito difícil tornar operativo um plano que não tenha partido do conhecimento e experiência dos órgãos que formam a constelação administrativa.⁽¹⁾ Tôda a experiência acumulada durante anos nos diversos setôres deve ser considerada, se de fato há o desejo sério de virtualizar os objetivos fixados. Outrossim, se as metas não são impostas de cima para baixo, e o próprio órgão que está comprometido com a sua realização e por isso não pode haver um eficiente contrôle sem a sua efetiva participação. Jogam, assim, os grupos de planejamento de cada setor papel de suma importância, pois se constituem nas pedras angulares do sistema de planificação e os mecanismos que, em última análise, responderão pela eficiência do processo montado.

Além do plano, completam os instrumentos do sistema de planificação o Orçamento por Programas e o Calendário de Despesa. É através do primeiro que o setor público realiza o plano. A estimativa anual dos recursos próprios dá ao setor público a perspectiva de atingir certas e determinadas metas planejadas. Cumpre, então, através dos inúmeros programas e sub-programas do orçamento, alocar os recursos de modo a contemplar as prioridades do ano. Passa o orçamento a ser o veículo de realização do plano, articulando-se os seus programas com os programas abertos no plano.

Não basta, porém compatibilizar os recursos do ano com as despesas orçamentadas. É preciso distribuí-las pelos doze meses, a fim de assegurar efetiva cobertura financeira para os dispêndios ordenados. Se não se limita a pressão sôbre a Caixa do Tesouro, todo o esquema de realização de metas pode cair por terra. Os gastos mensais devem ser rigorosamente controlados, devendo-se distinguir os compromissos compulsórios e os a serem assumidos em função do cumprimento das metas. O Calendário de Despesa tem por objetivo fundamental dar realismo financeiro ao ordenamento dos gastos, evitando onerar o setor privado por débitos não saldados e o próprio setor público, pela elevação desmesurada dos preços.

(1) — Essa mesma sistemática foi adotada pela Assessoria Técnica encarregada de elaborar o plano nacional.

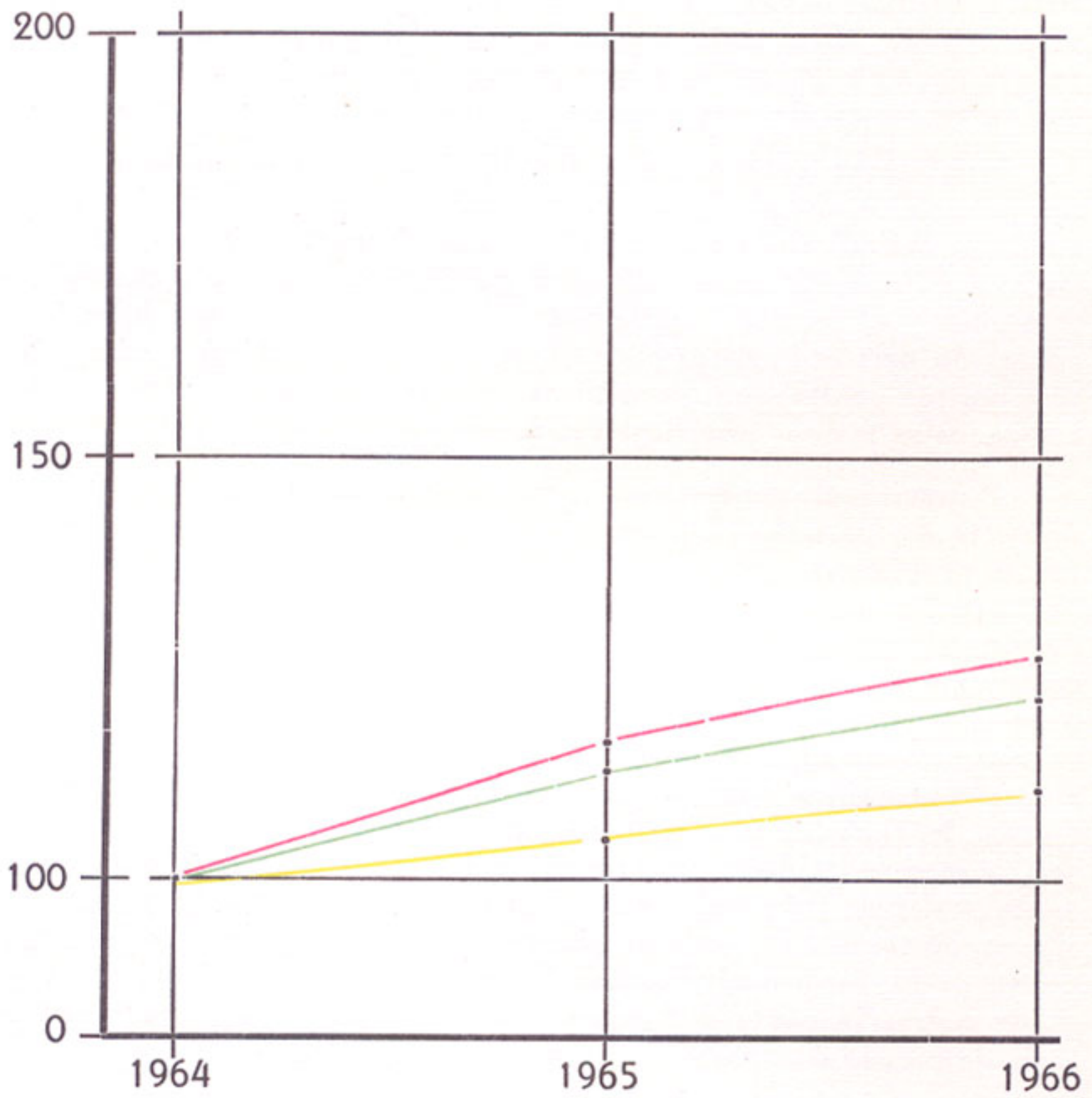
Para que se logre êxito no sistema estabelecido, faz-se necessário o máximo entrosamento entre o órgão central de planejamento (GAP), o Gabinete de Orçamento e Finanças e o órgão de estatística, a fim de dar organicidade ao processo, assegurando a obtenção periódica de informação básica e necessária para os trabalhos de programação e garantindo que o orçamento será um reflexo fiel das metas anuais de execução do plano.

Finalmente, cabe referir à flexibilidade do planejamento. Aparentemente, o sistema pode apresentar-se como um conjunto de amarras, dificultando os passos da administração. O que de fato êle visa é instaurar ordem no setor público e obrigá-lo a explicitar seus objetivos, de modo a que possa ser convenientemente julgado e apreciado pela opinião pública. Como instituição democrática não tem porque ocultar seus propósitos e buscar "a posteriori" — como até agora se fêz — justificativas para seus gastos.

É inevitável que uma série de reajustes tenha que ser feito no decorrer do período. A experiência irá revelando a debilidade de certas previsões e nada impede que após uma crítica, se introduza as correções necessárias. Injustificável, porém, é querer, em nome de uma flexibilidade sem limites, manipular os recursos públicos de maneira arbitrária e sem qualquer consulta quanto à sua conveniência e oportunidade, frente aos mais sérios reclamos do desenvolvimento da área. O que é fundamental, de fato, são os objetivos a serem atingidos durante o triênio, passando a segundo plano a forma de fazê-lo. O orçamento tradicional enfatizava a forma, sem o menor cuidado quanto aos objetivos. Os instrumentos que agora se lança mão destacam os propósitos da administração e se algum obstáculo de ordem estrutural surgir não há porque não contorná-lo. Seria pedir demasiado para a imaginação humana produzir regras intocáveis, destinadas a regular situações, cujo traço mais destacado é o seu dinamismo e mutabilidade.

Não se pensa resolver todos os problemas apenas instalando um processo de planificação. Tem-se em mira um desperdício menor, um rendimento maior e uma visão mais ampla e mais rica da realidade em que se deve atuar. As limitações do poder público estadual são muito grandes, mas grande também é sua capacidade de prestar serviços reclamados pela coletividade. Os anseios do povo riograndense não justificam que muito não se faça dentro do pouco que é possível fazer.

EVOLUÇÃO DOS GASTOS NO PLANO TRIENAL



• — • Investimentos Reais.

• — • Gastos de Capital.

• — • Gastos Correntes.

V — RESUMO DO PLANO DE INVESTIMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

1 — *Situação Atual*

Em maio do presente exercício foi realizado um levantamento total no setor público do Rio Grande do Sul, incluindo os órgãos da administração centralizada e as autarquias. As dificuldades de Caixa sentidas desde os primeiros meses, insinuavam uma situação insustentável para a Administração e por isso reclamavam um conhecimento mais amplo dos gastos e recursos do ano de 1963. O orçamento aprovado, mais parte do Programa Preliminar de Investimentos e Serviços Públicos, sancionada pela Lei n.º 4.387, de 6-12-62, deixavam transparecer mais de 46 bilhões de cruzeiros de despesa autorizada sem uma efetiva cobertura financeira.

O levantamento teve por mira determinar as necessidades mais prementes do Estado, a fim de ordenar convenientemente as autorizações de dispêndio e compatibilizá-las com os recursos disponíveis. Verificou-se, então, o seguinte:

| | |
|----------------------------|----------------------------|
| Gastos Correntes | 110,9 bilhões |
| Gastos de Capital | <u>35,0 bilhões</u> |
| TOTAL DA DESPESA .. | 145,9 bilhões |
| Recursos | <u>104,1 bilhões</u> |
| DÉFICIT | <u>41,8 bilhões</u> |

O "déficit" atingia nada menos que a 29% das despesas, o que obrigava o Governo a reduzir em igual percentagem seus programas de trabalho. Em verdade, essa redução devia ser bem maior, porque levando em conta a dívida flutuante a pressionar a Caixa

do Tesouro, as deficiências financeiras subiriam a quase 60 bilhões de cruzeiros.

Revelava-se, de sobejo, o esgotamento total do setor público para levar a efeito um mínimo de inversões. Sequer os seus gastos correntes tinham cobertura, o que tirava do Governo a própria faculdade de governar. A dicotomia orçamentária em vigor — tentando formalmente separar os gastos de custeio dos de capital (Programa Preliminar) — não conduziu a nada e serviu apenas para dar uma falsa impressão da capacidade de realização do setor em matéria de investimento. O orçamento tradicional que já encobria os objetivos gerais do Governo, ocultava êsse fato da mais alta importância para o desenvolvimento econômico e social da área.

Dotar o setor público de capacidade para ajudar a acumulação de capital é o primeiro cuidado, e para tanto o Plano não só abre caminhos para a captação de novos recursos como impõe vigoroso controle em seus gastos de custeio e de transferência. Não é fácil, porém, logrã-lo, dentro da frágil situação atual, onde os problemas diários ganham alarmantes proporções, absorvendo a melhor atenção administrativa para sua solução.

As cifras que seguem dão uma visão global do Plano Trienal de Investimentos e Serviços Públicos, destinados a cobrir os anos de 1964 a 1966. Nos capítulos respectivos, essas mesmas cifras aparecem traduzidas nas principais metas e em força de trabalho comprometida com cada programa. Nos planos sectoriais todos os objetivos e recursos são rigorosamente detalhados, tornando-se dispensável a sua explicitação neste documento, face não só ao volume como porque o importante é reter uma visão das linhas e peças mais estratégicas do plano.

2 — *Montante do Plano e sua estrutura por categorias econômicas*

Cumprê chamar a atenção, inicialmente, para o fato de que o Plano fixa metas, cujo montante é superior aos recursos financeiros do Estado. Nesse sentido, os objetivos só serão alcançados caso o Governo lograr o mais absoluto êxito na mobilização de recursos fora de sua esfera privada de atuação.

Uma das maiores dificuldades para calcular os dispêndios para períodos múltiplos é a acentuada variação ao nível de preços. Tôdas

as cifras do Plano estão expressas a preços de 1964, o que significa a necessidade de atualizá-lo todos os anos. Face a essa conjuntura, foi imperioso criar um fundo para aumento de salários, a fim de dar um mínimo de exatidão às disponibilidades financeiras do Estado para fins de investimento. Esse fundo aparece, apenas, nos grandes agregados econômicos, não tendo sido rateado pelas diversas áreas e funções. A soma, pois, dos quadros-resumos de cada área é menor que o agregado geral, por quantia exatamente igual à do fundo. Outrossim, os gastos de capital estão, de maneira geral, aliençados em projetos existentes ou em estudo, e somente os que estão nessas condições figuram nos quadros parciais das diversas áreas. Contudo, fixou-se para o último ano de triênio metas mais ambiciosas para os investimentos de infra-estrutura econômica, o que significa a necessidade de elaboração adicional de projetos num montante aproximadamente de 9,3 bilhões de cruzeiros.

O Plano totaliza a soma de 825,1 bilhões de cruzeiros, sendo que 478,5 se destinam a atender os seus gastos correntes e 346,6 a gastos de capital. Os primeiros visam a prestação dos serviços estatais, tanto aproveitando melhor a capacidade existente como os decorrentes da expansão dessa capacidade. Os segundos, tem por finalidade canalizar recursos à acumulação de capital, tanto do setor público como do setor privado. Dentro dessa categoria encontram-se, ainda, certas inversões financeiras, onde prevalece a função de compra e venda de certos produtos, e os materiais e equipamentos necessários ao suprimento dos serviços administrativos.

Quadro n.º 1

Montante do Plano e sua estrutura econômica

(em bilhões de cruzeiros de 1964)

| | 1964 | 1965 | 1966 | TOTAL |
|-------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Gastos Correntes | 151,3 | 159,8 | 167,4 | 478,5 |
| Gastos de Capital | 103,2 | 117,6 | 125,8 | 346,6 |
| TOTAL | 254,5 | 277,4 | 293,2 | 825,1 |
| Gastos Correntes | 100 | 105,6 | 110,6 | % |
| Gastos de Capital | 100 | 114,0 | 121,9 | % |
| TOTAL | 100 | 109,0 | 115,2 | % |

Os gastos do setor público elevam-se em 15% durante o triênio, sendo que os gastos de capital sobem em 21,9% e os de custeio em 10,6%. O incremento mais acelerado dos gastos de capital faz com que sua participação aumente de 40,6% na estrutura do dispendio em 1964, para 42,9%, em 1966. No total do triênio os gastos correntes atingem a 57,9% e, os de capital, a 42,1%.

No segundo ano do plano os gastos de capital crescem em 14%, e, no terceiro, de 7%, enquanto os gastos correntes deverão elevar-se de 5,6 e 4,7% respectivamente. O ritmo mais acentuado dos investimentos no ano intermediário do período se deve, por um lado, à necessidade de dar um maior tempo ao setor público para preparar-se à captação de recursos; por outro, à precaução de ir consolidando a capacidade instalada por sua ação. Outrossim, à medida que as metas dos primeiros anos não forem realizadas, haverá um deslocamento das mesmas para o final do período, o que poderá reclamar um excessivo esforço administrativo, talvez não alcançável. Esses cuidados encontram justificativa pela debilidade financeira do setor, fazendo recair grande parte de seu gasto de capital em outras fontes de financiamento.

Como todo investimento gera um custeio adicional, o Plano prevê um certo acréscimo do mesmo. Nas despesas de custeio cumpre destacar os insumos de pessoal e os insumos de bens e serviços. Quanto ao primeiros, muito embora as aspirações dos diversos departamentos governamentais, só deverão ser contemplados os casos de pessoal técnico e especializado, a fim de permitir o atingimento das metas. O pessoal administrativo, arrolado como necessário, só será incorporado após uma revisão geral nos métodos de trabalho e ampla recolocação dos funcionários existentes. Quanto aos insumos de bens e serviços serão submetidos a coeficientes técnicos em elaboração e seu acréscimo será decorrente, exclusivamente, do aumento das metas.

3 — *Estrutura Funcional do Plano*

O setor público foi dividido, para efeitos de análise e apresentação, em quatro grandes áreas:

- A — Área Infra-Estrutura Social;
- B — Área Econômica;
- C — Área Infra-Estrutura Econômica
- D — Área Serviços Gerais.

Cada área, por seu turno, se compõe de várias funções, que traduzem atividades afins quanto à natureza última de seu objetivo. O importante, no fundo, é verificar o montante de recursos canalizados para cada função, porque só assim pode ter-se uma idéia de como as atribuições fundamentais do setor público estão sendo atendidas e qual a sua importância relativa dentro da administração. Nos planos sectoriais encontram-se as metas e órgãos por função, o que dispensa a sua referência nessa oportunidade.

O quadro 2 apresenta o total dos gastos previstos no Plano para o triênio, distribuído pelas áreas que o compõem.

Quadro n.º 2

Estrutura do Plano por Áreas (em percentagem)

| ÁREAS | 1964 | 1965 | 1966 | TOTAL |
|-------------------------------------|-------|-------|-------|-------|
| A — Infra-Estrutura Social | 22,6 | 23,4 | 24,7 | 23,6 |
| B — Econômica | 17,0 | 15,9 | 15,4 | 16,1 |
| C — Infra-Estrutura Econômica | 37,7 | 38,7 | 38,0 | 38,2 |
| D — Serviços Gerais | 22,7 | 22,0 | 21,9 | 22,1 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Mais de 60% dos gastos programados são endereçados ao atendimento da área social e das necessidades relacionadas com a formação de capital básico. A ênfase dada às duas áreas faz com que sua participação suba de 60,3 para 62,7%, entre o primeiro e último ano do Plano.

A área econômica, qua abriga funções de assistência à produção, comercialização, produção e fomento industrial, foi fortemente aquinhoadada e sua tendência a uma menor participação no gasto se deve ao fato de que grande parte de sua atividade se dá por prestação de serviços, cuja natureza envolve menor soma de investimentos. A última área acolhe as funções de administração, segurança e tôdas as demais atividades-meios do setor público, que muito embora possam desfrutar de crescimentos distintos dentro da área, não devem ter um coeficiente de participação aumentado no total dos gastos.

No total do triênio, tem-se a seguinte estrutura econômica do gasto segundo às diversas funções:

Quadro n.º 3

Estrutura Econômica do Gasto por Funções

| ÁREA E FUNÇÃO | Gastos Correntes | Gastos de Capital | TOTAL |
|--|------------------|-------------------|--------------|
| A — Infra-Estrutura Social | 29,4 | 17,2 | 23,6 |
| — Educação | 23,4 | 7,0 | 15,6 |
| — Saúde | 3,9 | 1,0 | 2,6 |
| — Trabalho, Previdência e Assistência Social | 2,0 | 4,6 | 3,2 |
| — Habitação | 0,1 | 4,6 | 2,2 |
| B — Econômica | 14,8 | 17,5 | 16,1 |
| — Recursos Naturais e Agro-pecuários ... | 5,4 | 3,7 | 4,5 |
| — Indústria e Comércio | 9,4 | 13,8 | 11,6 |
| C — Infra-Estrutura Econômica | 25,6 | 52,0 | 38,2 |
| — Energia | 13,4 | 26,7 | 19,7 |
| — Transporte e Comunicações | 10,4 | 21,4 | 15,6 |
| — Indústria e Comércio | 0,6 | 2,3 | 1,4 |
| — Habitação e Serviços Urbanos | 1,2 | 1,6 | 1,5 |
| D — Serviços Gerais | 30,2 | 13,3 | 22,7 |
| — Legislativa | 0,6 | 0,4 | 0,5 |
| — Justiça | 1,6 | 0,1 | 0,9 |
| — Governo e Administração Geral | 28,0 | 12,8 | 20,7 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

As funções Educação, Indústria e Comércio, Energia e Transporte e Comunicações atingem a 64% dos gastos, refletindo bem à ênfase que o Plano dá à formação de mão-de-obra, melhoria no sistema circulatório da economia, produção energética e expansão agrícola e industrial. A concentração de dispêndios na função Governo e Administração tem muito pouco significado, se se atenta para o grande número de atividades e órgãos que engloba.

Dentro dos gastos de capital convém chamar a atenção para os investimentos reais, ou seja, os investimentos em obras, equipamentos e instalações. Em bilhões de cruzciros, tem-se: 1964 — 72,4; 1965 — 83,7 e 1966 — 91,6 totalizando o montante de 247,7. Em relação aos gastos de capital sua percentagem atinge, respectivamente: 70,2; 71,2 e 72,8. No total do triênio sua participação sobe a 71,5%. A distribuição dos investimentos reais, no triênio, pelas diversas funções, se encontra no quadro abaixo:

Quadro n.º 4

Distribuição do Total dos Investimentos Reais por Funções

| ÁREA E FUNÇÃO | % |
|--|--------------|
| A — Infra-Estrutura Social | 17,7 |
| — Educação | 8,5 |
| — Saúde | 1,4 |
| — Trabalho, Previdência e Assistência Social | 1,4 |
| — Habitação | 6,4 |
| B — Econômica | 4,2 |
| — Recursos Naturais e Agropecuários | 2,2 |
| — Indústria e Comércio | 2,0 |
| C — Infra-Estrutura Econômica | 73,4 |
| — Energia | 37,6 |
| — Transporte e Comunicações | 30,3 |
| — Indústria e Comércio | 3,2 |
| — Habitação e Serviços Urbanos | 2,3 |
| D — Serviços Gerais | 4,7 |
| — Legislativa | 0,6 |
| — Justiça | 0,2 |
| — Governo e Administração Geral | 3,9 |
| TOTAL | <u>100,0</u> |

Mais de 80% dos investimentos reais se localizam nas quatro funções básicas referidas: Educação, Indústria e Comércio, Energia e Transporte e Comunicações. Destacam-se no Plano os investi-

mentos programados em Habilitação, que no triênio alcançam a 15 bilhões de cruzeiros. A grande concentração dos investimentos reais em poucas funções não significam menor atenção às demais, que pela natureza implicam num alto coeficiente Serviços/Investimentos, ou seja, é possível expandir consideravelmente suas metas com um mínimo de inversões.

4 — Recursos Humanos

Existem no setor público estadual 94.115 pessoas, ou seja, cêrca de 5% da fôrça de trabalho empregada na economia. Essa dotação humana se distribui, do ponto de vista qualitativo, como segue:

| | |
|------------------------|--------|
| Técnico Superior | 4,1% |
| Técnico Médio | 54,1% |
| Administrativo | 10,8% |
| Auxiliares | 31,0% |
| | <hr/> |
| | 100,0% |

Devido à classificação adotada, a categoria "técnico médio" aparece com uma proporção maior que a real. Além dos profissionais com formação especializada, aparecem aí classificados certos servidores que para o exercício de suas funções exigem um treinamento e experiência específicos, tais como o pessoal voltado para a segurança pública. Aproximadamente 20% do catalogado nesse item se aproximam dos servidores com menor qualificação, especificados como "auxiliares". Outrossim, nesta última categoria estão todos os servidores que, por exclusão, não se classificam nas demais categorias, e emprestam seus serviços às mais variadas funções e nos mais diversos níveis da administração pública, destacando-se, sobretudo, os burocratas.

Destaca-se a pequena percentagem de técnicos superiores na estrutura da fôrça de trabalho. Se o setor público deseja, de fato, capacitar-se às tarefas que o desenvolvimento lhe coloca, é preciso aumentar o concurso de homens altamente qualificados. Antes, porém, cabe melhorar o aproveitamento dos técnicos disponíveis e aumentar, substancialmente, sua capacitação. Não basta exigir diplomas universitários, quando as próprias universidades ficaram atrasadas na qualidade do ensino. Um grande esforço tem que ser feito,

através de cursos, estágios, treinamento etc. — no país e no estrangeiro — para elevar o nível técnico do pessoal qualificado do Estado.

Outra preocupação a ser considerada nos próximos anos é o estabelecimento de estímulos salariais, que retenham dentro do setor público os técnicos de grau superior. A política adotada nos últimos anos tem dado mais ênfase aos aspectos sociais das camadas de menor ingresso que à necessidade de elevar qualitativamente os serviços públicos. A deterioração da eficiência administrativa é fruto, em grande medida, dessa política paternalista em matéria de salários. É preciso restabelecer o mérito na ascensão salarial, já que o tempo — única referência atual — é justamente a variável a ser vencida no processo de desenvolvimento.

Os diversos departamentos do setor público prevêm uma necessidade adicional de recursos humanos de 22.629 pessoas, no triênio. Parte desses recursos será inevitável, pois se prende à expansão das metas estabelecidas. Parte, porém, será perfeitamente dispensável se se efetiva profunda reforma administrativa e se leva a efeito a introdução de novos métodos de trabalho, que aumentem a produtividade dos serviços em termos de homens.

Nos quadros anexos, aparece a distribuição do pessoal pelas diversas áreas e funções, bem como as previsões dos recursos humanos adicionais para os próximos anos.

Quadro n.º 5
Estado do Rio Grande do Sul
RECURSOS HUMANOS

| ÁREA E FUNÇÃO | PESSOAL DISPONÍVEL EM 1963 | | | | | | NOVAS ADMISSÕES | | |
|---|----------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------|-----------------|--------------|--------------|
| | Técnico Superior | Técnico Médio | Adminis. | Auxiliares | Total | % por Função | 1964 | 1965 | 1966 |
| A - INFRA-ESTRUTURA SOCIAL | 1.153 | 31.748 | 2.149 | 5.881 | 40.931 | 43,5 | 3.207 | 2.527 | 3.227 |
| I - Educação | 180 | 31.445 | 1.329 | 3.278 | 36.242 | | 1.617 | 1.846 | 2.528 |
| II - Saúde | 863 | 215 | 284 | 2.164 | 3.526 | | 1.157 | 433 | 450 |
| III - Trabalho, Previd. e Assist. Social .. | 79 | 66 | 513 | 412 | 1.070 | | 268 | 168 | 199 |
| IV - Habitação | 31 | 22 | 33 | 27 | 93 | | 165 | 80 | 50 |
| B - ECONÔMICA | 564 | 383 | 1.243 | 3.956 | 6.146 | 6,5 | 900 | 1.031 | 1.207 |
| I - Recursos Naturais e Agropecuária .. | 453 | 239 | 401 | 2.919 | 4.012 | | 704 | 785 | 990 |
| II - Indústria e Comércio | 111 | 144 | 842 | 1.037 | 2.134 | | 196 | 246 | 217 |
| C - INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA | 480 | 897 | 3.589 | 17.439 | 22.405 | 23,8 | 761 | 1.097 | 564 |
| I - Energia | 193 | 225 | 1.387 | 3.960 | 5.705 | | 419 | 251 | 224 |
| II - Transportes e Comunicações | 222 | 167 | 1.438 | 12.163 | 14.010 | | 23 | 734 | - |
| III - Indústria e Comércio | 68 | 204 | 110 | 181 | 563 | | 204 | 45 | 44 |
| IV - Habitação e Serv. Urbanos | 57 | 301 | 634 | 1.135 | 2.127 | | 115 | 67 | 296 |
| D - SERVIÇOS GERAIS | 1.453 | 17.865 | 3.172 | 1.943 | 24.633 | 26,2 | 1.919 | 3.143 | 3.046 |
| I - Legislativo | 14 | 36 | 81 | 55 | 186 | | - | - | - |
| II - Justiça | 401 | 1.814 | 283 | 328 | 2.826 | | - | - | - |
| III - Governo e Administração Geral .. | 1.238 | 16.015 | 2.808 | 1.560 | 21.621 | | 1.919 | 3.143 | 3.046 |
| TOTAL | 3.850 | 50.893 | 10.153 | 29.219 | 94.115 | 100,0 | 6.787 | 7.798 | 8.044 |

Quadro n.º 6

Estado do Rio Grande do Sul

Composição percentual dos recursos humanos disponíveis em 1963

| ÁREA E FUNÇÃO | PESSOAL DISPONÍVEL EM 1963 | | | | | TOTAL |
|---|----------------------------|-------------|----------------|-------------|------------|-------|
| | Técnico | | Admínistrativo | Auxiliares | TOTAL | |
| | Superior | Média | | | | |
| A -- INFRA-ESTRUTURA SOCIAL | | | | | | |
| I -- Educação | 2,8 | 77,5 | 5,3 | 14,4 | 100 | |
| II -- Saúde | 0,5 | 86,8 | 3,7 | 9,0 | 100 | |
| III -- Trabalho, Previdência e Assistência Social | 24,5 | 6,1 | 6,1 | 61,3 | 100 | |
| IV -- Habitação | 7,4 | 6,2 | 48,0 | 38,4 | 100 | |
| | 33,3 | 23,7 | 14,0 | 29,0 | 100 | |
| B -- ECONÔMICA | | | | | | |
| I -- Recursos Naturais e Agropecuária | 9,2 | 6,2 | 20,2 | 64,4 | 100 | |
| II -- Indústria e Comércio | 11,3 | 6,0 | 10,0 | 72,7 | 100 | |
| | 5,2 | 6,8 | 39,4 | 48,6 | 100 | |
| C -- INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA | | | | | | |
| I -- Energia | 2,1 | 4,0 | 16,9 | 77,9 | 100 | |
| II -- Transportes e Comunicações | 2,3 | 3,9 | 24,4 | 69,4 | 100 | |
| III -- Indústria e Comércio | 1,6 | 1,2 | 10,4 | 86,8 | 100 | |
| IV -- Habitação e Serviços Urbanos | 12,1 | 36,2 | 19,5 | 32,2 | 100 | |
| | 2,7 | 14,1 | 29,8 | 53,4 | 100 | |
| D -- SERVIÇOS GERAIS | | | | | | |
| I -- Legislativo | 6,7 | 72,5 | 12,9 | 7,9 | 100 | |
| II -- Justiça | 7,5 | 19,4 | 43,5 | 29,6 | 100 | |
| III -- Governo e Administração Geral | 14,2 | 64,2 | 10,0 | 11,6 | 100 | |
| | 5,7 | 74,1 | 13,0 | 7,2 | 100 | |
| TOTAL GERAL | 4,1 | 54,1 | 10,8 | 31,0 | 100 | |

Quadro n.º 7
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
DESPESAS CORRENTES DO TRIENIO 1964/66
 Em milhares de Cr\$ de 1960

| ÁREA E FUNÇÃO | 1964 | | | 1965 | | | 1966 | | | TOTAL DO TRIENIO | | |
|--|-------------------|-------------------|--------------------|-------------------|-------------------|--------------------|--------------------|-------------------|--------------------|--------------------|-------------------|--------------------|
| | Custeio | Transferências | Total | Custeio | Transferências | Total | Custeio | Transferências | Total | Custeio | Transferências | Total |
| | | | | | | | | | | | | |
| A - INFRA-ESTRUTURA SOCIAL | | | | | | | | | | | | |
| I - Educação | 27.803.046 | 5.940.767 | 33.873.813 | 29.871.755 | 6.195.208 | 36.066.963 | 32.280.126 | 6.845.481 | 39.145.607 | 90.034.927 | 19.001.454 | 109.036.381 |
| II - Saúde | 22.380.743 | 4.603.727 | 26.984.470 | 23.905.237 | 4.758.100 | 28.663.337 | 25.850.654 | 5.311.389 | 31.164.956 | 72.139.634 | 14.673.127 | 86.812.763 |
| III - Trabalho, Previdência e Assist. Social | 4.194.107 | 378.476 | 4.524.583 | 4.474.439 | 345.850 | 4.870.289 | 4.756.379 | 363.600 | 5.119.979 | 13.426.929 | 1.037.926 | 14.464.851 |
| IV - Habitação | 1.223.938 | 1.005.897 | 2.229.835 | 1.344.409 | 1.088.356 | 2.432.765 | 1.481.197 | 1.187.431 | 2.668.628 | 4.049.564 | 3.281.664 | 7.331.248 |
| | 82.238 | 2.467 | 84.905 | 147.670 | 2.900 | 150.570 | 186.894 | 3.130 | 192.044 | 418.862 | 8.717 | 427.519 |
| B - ECONÔMICA | | | | | | | | | | | | |
| I - Recursos Naturais e Agropecuária | 12.818.429 | 3.354.469 | 17.070.897 | 15.120.984 | 3.276.234 | 18.397.218 | 16.215.674 | 3.314.641 | 19.532.315 | 45.153.086 | 9.847.344 | 55.000.430 |
| II - Indústria e Comércio | 2.743.335 | 2.319.007 | 6.054.356 | 4.379.775 | 2.296.926 | 6.678.751 | 4.792.371 | 2.306.163 | 7.098.534 | 12.915.501 | 6.916.140 | 19.831.641 |
| | 18.073.073 | 943.468 | 11.016.541 | 10.741.209 | 977.258 | 11.718.467 | 11.423.303 | 1.010.478 | 12.433.781 | 22.237.985 | 2.931.204 | 35.168.789 |
| C - INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA | | | | | | | | | | | | |
| I - Energia | 26.613.036 | 3.506.153 | 30.119.186 | 28.053.238 | 3.740.106 | 31.793.346 | 29.054.060 | 3.809.924 | 32.863.984 | 83.720.334 | 11.056.182 | 94.776.516 |
| II - Transportes e Comunicações | 14.751.127 | 841.028 | 15.592.155 | 15.632.458 | 871.180 | 16.503.638 | 16.549.614 | 900.217 | 17.449.831 | 46.933.199 | 2.412.425 | 49.345.624 |
| III - Indústria e Comércio | 9.936.931 | 2.442.804 | 12.379.735 | 10.398.924 | 2.607.148 | 13.006.072 | 10.398.924 | 2.515.639 | 12.914.563 | 30.734.779 | 7.665.631 | 38.400.410 |
| IV - Habitação e Serviços Urbanos | 577.799 | 65.300 | 643.259 | 614.800 | 90.664 | 705.464 | 643.430 | 91.624 | 745.054 | 1.840.979 | 267.788 | 2.108.767 |
| | 1.347.219 | 136.818 | 1.484.037 | 1.407.056 | 171.096 | 1.578.152 | 1.457.102 | 282.424 | 1.739.526 | 4.211.377 | 516.338 | 4.721.715 |
| D - SERVIÇOS GERAIS | | | | | | | | | | | | |
| I - Legislativa | 19.178.457 | 16.128.615 | 34.307.072 | 22.349.706 | 15.158.676 | 37.508.382 | 24.717.048 | 15.184.434 | 39.901.502 | 68.243.235 | 45.477.723 | 111.716.958 |
| II - Justiça | 488.808 | 6.300 | 495.108 | 661.379 | 6.615 | 667.994 | 664.027 | 6.946 | 670.973 | 1.984.214 | 19.961 | 2.004.075 |
| III - Governo e Administração Geral | 1.918.717 | 46.450 | 1.965.167 | 1.923.809 | 48.416 | 1.972.225 | 1.929.053 | 50.489 | 1.979.534 | 5.771.579 | 743.347 | 5.916.926 |
| | 18.400.932 | 15.073.863 | 31.674.797 | 19.744.520 | 15.103.843 | 34.848.143 | 23.123.988 | 15.127.067 | 37.250.995 | 58.469.440 | 48.306.315 | 103.795.955 |
| TOTAL GERAL | 87.490.967 | 27.830.001 | 115.320.968 | 95.395.643 | 28.370.772 | 123.766.907 | 102.260.728 | 29.176.480 | 131.443.408 | 285.153.580 | 85.376.703 | 370.530.283 |

Quadro N.º 8

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DAS DESPESAS CORRENTES DO TRIÊNIO 1964/66

(Em milhares de Cr\$ de 1964)

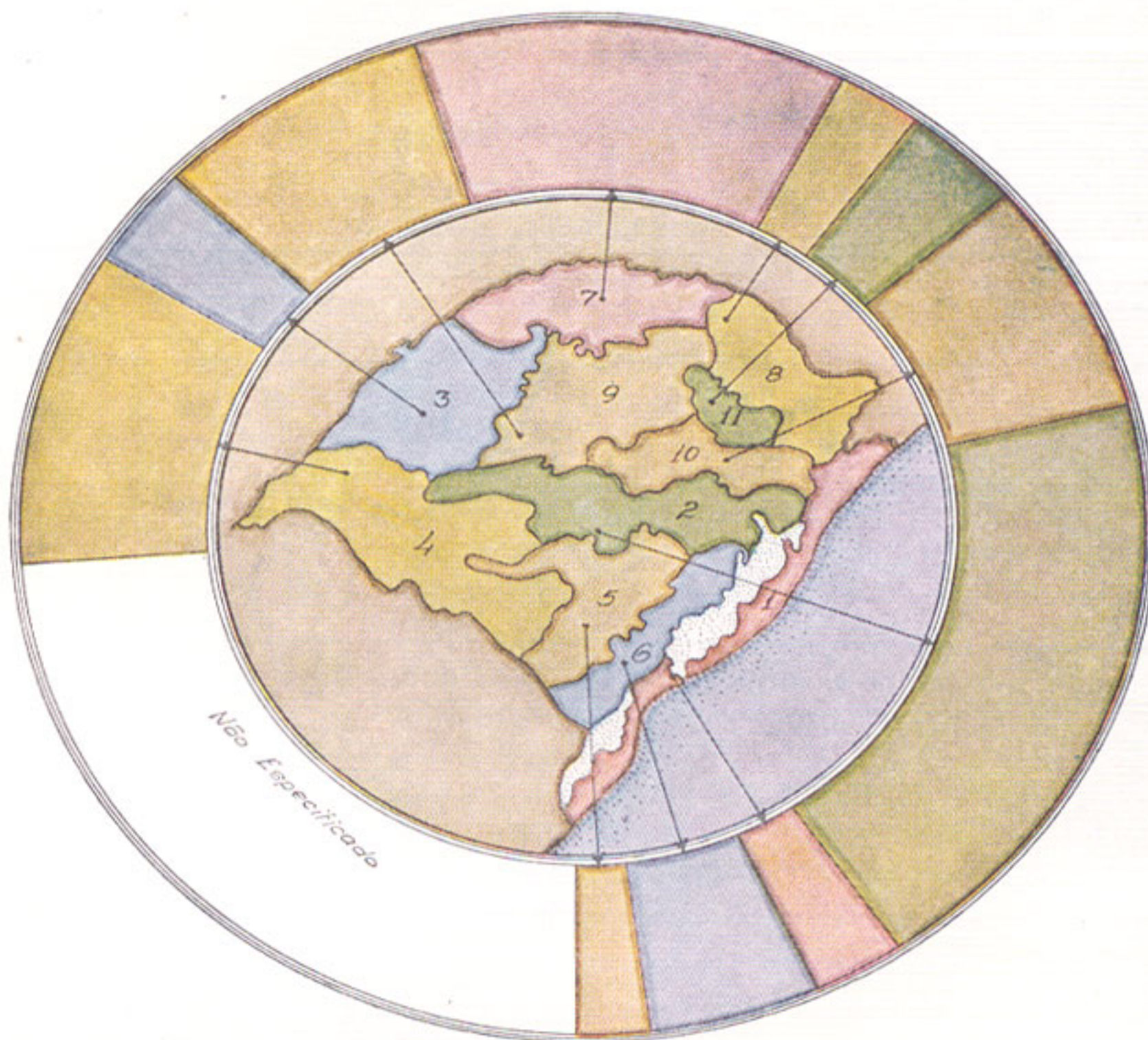
| ÁREA E FUNÇÃO | 1964 | | | 1965 | | | 1966 | | | TOTAL DO TRIÊNIO | | |
|--|-------------|-------------|--------------|-------------|-------------|--------------|-------------|-------------|--------------|------------------|-------------|--------------|
| | Custeio | Transf. | Total | Custeio | Transf. | Total | Custeio | Transf. | Total | Custeio | Transf. | Total |
| | | | | | | | | | | | | |
| A - INFRA-ESTRUTURA SOCIAL | 82,4 | 17,6 | 100,0 | 82,8 | 17,2 | 100,0 | 82,4 | 17,6 | 100,0 | 82,6 | 17,4 | 100,0 |
| I - Educação | 82,9 | 17,1 | 100,0 | 83,4 | 16,6 | 100,0 | 82,9 | 17,1 | 100,0 | 83,1 | 16,9 | 100,0 |
| II - Saúde | 92,7 | 7,3 | 100,0 | 92,8 | 7,2 | 100,0 | 92,9 | 7,1 | 100,0 | 92,8 | 7,2 | 100,0 |
| III - Trabalho, Previdência e Assistência Social | 54,9 | 45,1 | 100,0 | 55,3 | 44,7 | 100,0 | 55,5 | 44,5 | 100,0 | 55,2 | 44,8 | 100,0 |
| IV - Habitação e Serviços Urbanos | 96,8 | 3,2 | 100,0 | 98,0 | 2,0 | 100,0 | 98,3 | 1,7 | 100,0 | 97,9 | 2,1 | 100,0 |
| B - ECONÔMICA | 80,9 | 19,1 | 100,0 | 82,2 | 17,8 | 100,0 | 83,0 | 17,0 | 100,0 | 82,1 | 17,9 | 100,0 |
| I - Recursos Naturais e Agropecuária | 61,8 | 38,2 | 100,0 | 65,6 | 34,4 | 100,0 | 67,5 | 32,5 | 100,0 | 65,1 | 34,9 | 100,0 |
| II - Indústria e Comércio | 91,4 | 8,6 | 100,0 | 91,7 | 8,3 | 100,0 | 91,9 | 8,1 | 100,0 | 91,7 | 8,3 | 100,0 |
| C - INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA | 88,3 | 11,7 | 100,0 | 88,2 | 11,8 | 100,0 | 88,4 | 11,6 | 100,0 | 88,3 | 11,7 | 100,0 |
| I - Energia | 94,6 | 5,4 | 100,0 | 94,7 | 5,3 | 100,0 | 94,8 | 5,2 | 100,0 | 94,7 | 5,3 | 100,0 |
| II - Transportes e Comunicações | 80,3 | 19,7 | 100,0 | 80,0 | 20,0 | 100,0 | 79,9 | 20,1 | 100,0 | 80,0 | 20,0 | 100,0 |
| III - Indústria e Comércio | 87,1 | 12,9 | 100,0 | 87,3 | 12,9 | 100,0 | 87,6 | 12,4 | 100,0 | 87,3 | 12,7 | 100,0 |
| IV - Habitação e Serviços Urbanos | 90,8 | 9,2 | 100,0 | 89,2 | 10,8 | 100,0 | 87,8 | 12,2 | 100,0 | 89,2 | 10,8 | 100,0 |
| D - SERVIÇOS GERAIS | 53,9 | 41,1 | 100,0 | 59,6 | 40,4 | 100,0 | 61,9 | 38,1 | 100,0 | 59,3 | 40,7 | 100,0 |
| I - Legislativa | 99,1 | 0,9 | 100,0 | 99,0 | 1,0 | 100,0 | 99,0 | 1,0 | 100,0 | 99,0 | 1,0 | 100,0 |
| II - Justiça | 97,6 | 2,4 | 100,0 | 97,6 | 2,4 | 100,0 | 97,5 | 2,5 | 100,0 | 97,5 | 2,5 | 100,0 |
| III - Governo e Administração Geral | 52,4 | 47,6 | 100,0 | 56,7 | 43,3 | 100,0 | 59,4 | 40,6 | 100,0 | 56,4 | 43,6 | 100,0 |
| TOTAL GERAL | 75,9 | 24,1 | 100,0 | 77,1 | 22,9 | 100,0 | 77,8 | 22,2 | 100,0 | 77,0 | 23,0 | 100,0 |

Quadro N.º 9
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
DEPESA DE CAPITAL DO TRIBUNO 1961/62
 em valores de Cr\$ 100,00

| Atividade e Função | 1961 | | | | | | 1962 | | | | | | TOTAL DO TRIBUNO | | | | | |
|--|----------------|------------------|--------------------|-------------|----------------|------------------|--------------------|-------------|----------------|------------------|--------------------|-------------|------------------|------------------|--------------------|-------------|--|--|
| | Invest. Direta | Invest. Indireta | Transf. de Capital | Total | Invest. Direta | Invest. Indireta | Transf. de Capital | Total | Invest. Direta | Invest. Indireta | Transf. de Capital | Total | Invest. Direta | Invest. Indireta | Transf. de Capital | Total | | |
| A - INFRA-ESTRUTURA SOCIAL | 12.281.797 | 2.435.400 | 643.190 | 15.360.387 | 14.257.234 | 4.964.384 | 1.137.870 | 20.359.508 | 15.898.574 | 4.884.454 | 1.903.090 | 21.966.118 | 47.117.216 | 12.290.418 | 9.084.340 | 37.911.071 | | |
| I - Educação | 9.818.243 | - | 833.180 | 7.449.423 | 6.873.924 | - | 1.137.870 | 8.011.804 | 6.430.394 | - | 1.562.990 | 8.332.674 | 30.110.291 | - | 2.473.340 | 28.084.119 | | |
| II - Saúde | 1.284.873 | - | 30.000 | 1.291.873 | 1.183.020 | - | - | 1.183.020 | 920.400 | - | - | 920.400 | 3.349.543 | - | 30.000 | 3.399.543 | | |
| III - Trabalho, Previdência e Assistência Social | 882.211 | 2.435.400 | - | 3.340.811 | 1.078.170 | 4.964.384 | - | 6.044.554 | 1.443.980 | 4.884.454 | - | 6.330.434 | 3.327.361 | 12.290.418 | - | 15.617.799 | | |
| IV - Habitação | 2.572.480 | - | - | 2.572.480 | 3.137.200 | - | - | 5.122.200 | 6.413.210 | - | - | 6.413.210 | 15.210.030 | - | - | 18.210.030 | | |
| B - ECONOMICA | 4.084.699 | 15.350.793 | 671.800 | 20.107.292 | 2.238.283 | 15.664.400 | 704.000 | 20.107.413 | 2.149.292 | 15.810.487 | 729.800 | 18.499.000 | 9.979.073 | 44.825.944 | 2.114.000 | 20.613.807 | | |
| I - Recursos Naturais e Agropecuária | 2.070.180 | 2.315.964 | - | 4.386.170 | 1.988.523 | 2.335.156 | - | 3.843.681 | 1.487.896 | 3.350.775 | - | 4.037.842 | 5.963.799 | 3.001.813 | - | 18.282.318 | | |
| II - Indústria e Comércio | 2.014.513 | 13.034.841 | 671.800 | 15.721.154 | 2.238.283 | 13.329.474 | 704.000 | 16.263.752 | 482.508 | 12.487.632 | 729.800 | 14.481.137 | 4.798.278 | 39.824.037 | 2.114.000 | 46.647.415 | | |
| C - MANUTENÇÃO ECONOMICA | 32.011.090 | 104.200 | 123.972 | 32.239.270 | 61.490.467 | 87.000 | 129.912 | 61.702.379 | 61.518.814 | 86.800 | 133.912 | 61.803.726 | 174.813.379 | 348.700 | 367.794 | 175.457.876 | | |
| I - Energia | 25.391.741 | 70.200 | 64.272 | 25.546.213 | 31.540.929 | 58.000 | 64.272 | 31.695.201 | 32.532.497 | 50.000 | 64.272 | 32.678.749 | 69.455.167 | 178.700 | 298.818 | 69.773.685 | | |
| II - Transportes e Comunicações | 23.403.299 | 20.090 | 4.000 | 23.627.389 | 25.367.883 | 8.000 | 4.000 | 25.471.883 | 23.211.737 | 5.000 | 12.000 | 23.249.737 | 77.726.731 | 31.800 | 28.000 | 77.988.531 | | |
| III - Indústria e Comércio | 1.842.948 | 12.000 | 18.700 | 1.873.648 | 2.690.252 | 20.000 | 18.640 | 2.729.892 | 2.167.848 | - | 19.640 | 2.197.180 | 7.628.881 | 32.800 | 37.980 | 7.728.681 | | |
| IV - Manutenção e Serviços Urbanos | 1.783.070 | 2.000 | 3.000 | 1.788.070 | 1.844.300 | 3.000 | 5.000 | 1.874.300 | 2.442.020 | 2.000 | 5.000 | 2.459.020 | 5.491.000 | 8.000 | 13.000 | 5.512.000 | | |
| D - SERVIÇOS GERAIS | 4.052.448 | 75.000 | 11.187.326 | 15.314.774 | 4.173.606 | 77.230 | 11.187.326 | 15.438.182 | 2.053.299 | 79.000 | 11.187.326 | 14.331.774 | 11.263.820 | 213.894 | 51.991.978 | 48.167.627 | | |
| I - Legislativa | 676.600 | - | - | 676.600 | 617.098 | - | - | 617.098 | 17.780 | - | - | 17.780 | 1.311.898 | - | - | 1.311.898 | | |
| II - Judiciária | 300.150 | - | - | 300.150 | 196.013 | - | - | 196.013 | 73.820 | - | - | 73.820 | 571.983 | - | - | 671.983 | | |
| III - Controle e Administração Geral | 2.075.698 | 75.000 | 11.187.326 | 14.348.024 | 3.362.495 | 77.230 | 11.187.326 | 14.832.071 | 2.967.279 | 79.000 | 11.187.326 | 14.239.204 | 9.420.444 | 221.800 | 33.391.878 | 48.224.277 | | |
| TOTAL GERAL | 72.412.010 | 17.966.025 | 12.855.478 | 103.233.513 | 83.662.230 | 20.797.964 | 19.164.328 | 117.827.872 | 82.117.279 | 20.804.641 | 13.573.326 | 118.525.748 | 738.192.019 | 59.297.690 | 39.297.134 | 237.527.000 | | |

Distribuição dos investimentos reais, por região fisiográfica.

Triênio de 1964—1966



| | | |
|-------------------------------|------------------------------------|---------------------------------------|
| 1 — Litoral - 2,5% | 6 — Encosta - 4,9% | 10 — Encosta inferior nordeste - 7,6% |
| 2 — Depressão Central - 19,1% | 7 — Alto Uruguai - 12,6% | 11 — Encosta superior nordeste - 3,6% |
| 3 — Missões - 3,3% | 8 — Campos de cima da serra - 2,1% | Não especificado - 23,9% |
| 4 — Campanha - 10,2% | 9 — Planalto médio - 8,0% | |
| 5 — Serra do Sudeste - 2,2% | | |

DISTRIBUIÇÃO, POR REGIÕES FISIAGRÁFICAS, DOS INVESTIMENTOS REAIS.

Quadro n.º 10

Distribuição dos Investimentos Reais

por Região Fisiográfica (1964/1966)

| Participação / Região | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 |
|-------------------------------|-----|------|-----|------|-----|-----|------|-----|-----|------|-----|
| % dos investimentos reais (*) | 2,5 | 19,1 | 3,3 | 10,2 | 2,2 | 4,9 | 12,6 | 2,1 | 8,0 | 7,6 | 3,6 |
| % da renda estadual (**) | 5,2 | 28,4 | 4,2 | 14,8 | 2,6 | 6,9 | 9,7 | 2,5 | 7,6 | 11,7 | 6,4 |
| % da população estadual (**) | 4,3 | 25,3 | 6,1 | 6,8 | 3,7 | 6,1 | 14,3 | 4,0 | 9,6 | 13,9 | 5,9 |

(*) — Fonte: Anexo do quadro n.º 5 (Despesas de Capital).

(**) — Fonte: CDE — Análise da Renda Estadual — 1962.

Observa-se que a sistemática adotada para a distribuição espacial dos investimentos reais perseguiu certa correlação positiva entre as seguintes variáveis:

- participação da região na renda do Estado;
- participação da região na população do Estado;

De outra parte, na composição dos investimentos reais, por região, procurou-se dar ênfase àqueles de infra-estrutura, tais como vias de comunicação e energia elétrica. Este tipo de investimento participa, em média, no total do triênio com 65,23%.

A parcela mais expressiva da diferença entre estes e o total geral, é representada por investimentos em infra-estrutura social (saúde, educação e habitação), justificando, desta forma, a correlação positiva, entre investimento/participação da região na população.

ZONAS E MUNICÍPIOS

1) — LITORAL

Osório
Rio Grande
Santa Vitória do Palmar
São José do Norte
Tôrres

2) — DEPRESSÃO CENTRAL

Agudo
Barra do Ribeiro
Bom Retiro do Sul
Cacequi
Cachoeira do Sul
Canoas
Esteio
Faxinal do Soturno
General Câmara
General Vargas
Gravataí
Guaíba
Pôrto Alegre
Restinga Sêca
Rio Pardo
Santa Maria
São Jerônimo
São Pedro do Sul
São Sepé
Taquari
Triunfo
Viamão

3) — MISSÕES

Cérro Largo
Guarani das Missões
Itaqui
Jaguari
Santiago

Santo Ângelo
São Borja
São Francisco de Assis
São Luiz Gonzaga

4) — CAMPANHA

Alegrete
Bajé
Dom Pedrito
Quaraí
São Gabriel
Rosário do Sul
Sant"Ana do Livramento
Uruguaiana

5) — SERRA DO SUDESTE

Caçapava do Sul
Cangussú
Encruzilhada do Sul
Herval
Lavras do Sul
Pinheiro Machado
Piratini

6) — ENCOSTA DO SUDESTE

Arroio Grande
Camaquã
Jaguarão
Pedro Osório
Pelotas
São Lourenço do Sul
Tapes

7) — ALTO URUGUAI

Aratiba
Campinas do Sul
Campo Nôvo
Chapada
Constantina

Crissiumal
Erexim
Herval Grande
Frederico Westphalen
Gaurama
Getúlio Vargas
Giruá
Horizontina
Humaitá
Iraí
Marcelino Ramos
Nonoai
Palmeira das Missões
Pôrto Lucena
Santa Rosa
Santo Augusto
Santo Cristo
São Valentim
Sarandi
Seberi
Tenente Portela
Três de Maio
Três Passos
Tucunduva
Tuparendi
Viadutos

8) — CAMPOS DE CIMA DA SERRA

Bom Jesus
Lagoa Vermelha
Machadinho
Sananduva
São Francisco de Paula
São José do Ouro
Vacaria

9) — PLANALTO MÉDIO

Caràzinho
Cruz Alta
Espumoso

Ibirubá
Ijuí
Júlio de Castilhos
Marau
Não-Me-Toque
Panambi
Passo Fundo
Santa Bárbara do Sul
Soledade
Tapejara
Tapera
Tupanciretã

10) — ENCOSTA INFERIOR DO
NORDESTE

Arroio do Meio
Arvorezinha
Campo Bom
Candelária
Canela
Dois Irmãos
Encantado
Estância Velha
Estrêla
Feliz
Gramado
Lajeado
Montenegro
Nova Petrópolis
Nôvo Hamburgo
Roca Sales
Rolante
Santa Cruz do Sul
Santo Antônio da Patrulha
São Leopoldo
São Sebastião do Caí
Sapiranga
Sobradinho
Taquara
Três Coroas

Venâncio Aires
Verá Cruz

11) — ENCOSTA SUPERIOR DO
NORDESTE

Antônio Prado
Bento Gonçalves
Carlos Barbosa
Casca
Caxias do Sul
Farroupilha
Flôres da Cunha
Garibaldi
Guaporé
Mussum
Nova Prata
Veranópolis

Quadro N.º 11

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS REAIS POR REGIÃO FISIOGRAFICA NO TRIÊNIO 1964/66

(Em milhares de Cr\$ de 1960)

| ÁREA - ÓRGÃO | DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS REAIS POR REGIÃO FISIOGRAFICA NO TRIÊNIO 1964/66 | | | | | | | | | | | | TOTAL |
|---|---|-------------------|-----------|------------|------------------|--------------------|-----------------|-----------------|----------------|------------------------------|------------------------------|------------------|-------------|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | |
| | Litoral | Depressão Central | Missões | Campanhã | Serra do Sudeste | Encosta do Sudeste | Alto do Uruguai | Campos de Serra | Planalto Médio | Encosta Inferior do Nordeste | Encosta Superior do Nordeste | Não Especificado | |
| A - ÁREA INFRA-ESTRUTURA SOCIAL | | | | | | | | | | | | | |
| I - Secretaria de Educação | 437.500 | 3.477.250 | 944.000 | 862.750 | 534.000 | 600.500 | 638.500 | 640.000 | 911.000 | 1.779.500 | 1.004.500 | 7.795.261 | 20.110.761 |
| II - Secretaria de Saúde | 34.800 | 1.841.400 | 59.000 | 48.000 | 30.000 | 45.000 | 34.000 | - | 57.200 | 47.500 | 41.000 | 1.131.643 | 3.369.543 |
| III - Secretaria do Trabalho e Mobilização | 418.600 | 7.050.250 | 707.850 | 780.650 | 199.900 | 893.350 | 2.036.700 | 410.150 | 934.700 | 1.734.200 | 687.700 | 134.040 | 16.597.800 |
| IV - Instituto de Previdência do Estado | - | 1.850.000 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 189.630 | 2.039.630 |
| B - ÁREA ECONÔMICA | | | | | | | | | | | | | |
| I - Secretaria de Agricultura | 5.800 | 253.510 | 28.000 | 56.720 | 26.430 | 30.100 | 15.460 | 13.500 | 43.200 | 60.900 | 28.280 | 1.700.008 | 2.391.108 |
| II - Secretaria de Economia | 99.000 | 20.000 | 15.000 | - | 30.000 | 30.000 | 13.000 | 15.000 | 35.000 | 15.000 | 15.000 | 225.049 | 994.049 |
| III - Instituto de Reforma Agrária | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 2.703.432 | 2.703.432 |
| IV - Instituto Riograndense de Arroz | 270.000 | 27.500 | - | - | - | 3.500 | - | - | - | - | - | 517.659 | 763.659 |
| V - Instituto Sulriograndense de Cereais | 3.978 | 1.215.800 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 35.325 | 1.251.125 |
| VI - Departamento Est. de Abastecimento do Leite | - | 448.685 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 288.639 | 741.322 |
| VII - Conselho de Desenvolvimento do Estado | - | 5.700 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 5.700 |
| VIII - Departamento de Indústria do Estado | - | 4.500 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 4.500 |
| IX - Caixa Econômica Estadual | - | 72.000 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 72.000 |
| X - Bôrsa de Valores | - | 2.000 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 76.000 | 78.000 |
| C - ÁREA INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA | | | | | | | | | | | | | |
| I - Secretaria de Energia e Comunicações | - | 4.950 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 4.950 |
| II - Secretaria dos Transportes | 23.750 | 79.570 | 47.100 | 165.146 | 9.600 | 38.000 | 40.500 | 50.000 | 61.200 | 30.000 | 20.750 | 185.895 | 751.911 |
| III - Secretaria das Obras Públicas | 320.000 | 1.649.000 | 1.217.000 | 873.000 | 238.000 | 188.000 | 1.179.000 | 411.000 | 531.000 | 684.000 | 462.000 | 431.356 | 8.183.356 |
| IV - Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem | 293.000 | 11.476.000 | 3.601.000 | 1.872.000 | 3.229.000 | 7.157.000 | 17.869.000 | 2.447.000 | 8.236.000 | 5.794.000 | 5.647.000 | 7.895.545 | 61.427.542 |
| V - Departamento de Portos, Rios e Canais | 2.863.500 | 2.183.500 | - | - | - | 300.000 | - | - | - | - | 295.000 | 1.038.675 | 6.670.675 |
| VI - Departamento Autônomo de Serviço Mineral | 1.115.000 | 121.795 | - | 931.763 | - | 1.093.070 | - | - | - | - | - | 242.478 | 2.172.367 |
| VII - Comissão Estadual de Energia Elétrica | 176.480 | 8.523.000 | 576.000 | 18.504.000 | 589.000 | 497.000 | 20.040.000 | 500.000 | 6.079.000 | 7.799.000 | 480.000 | 20.683.850 | 87.377.880 |
| VIII - Comissão Estadual de Sãos e Armazéns | 9.750 | 642.670 | 600.000 | 51.500 | 300.000 | 303.500 | 690.700 | 300.000 | 116.000 | - | 368.400 | 3.394.490 | 6.943.670 |
| IX - Comissão Estadual de Comunicações | - | 37.500 | 39.603 | 94.500 | 30.000 | 119.175 | 336.498 | 149.649 | 94.056 | - | 17.490 | 2.451.577 | 3.379.801 |
| X - Instituto Tecnológico do RGS | - | 465.920 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 229.291 | 695.211 |
| D - ÁREA SERVIÇOS PÚBLICOS | | | | | | | | | | | | | |
| I - Poder Legislativo | - | 1.311.392 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1.311.392 |
| II - Poder Judiciário | - | 538.120 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 538.120 |
| III - Poder Executivo | - | 71.350 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 71.350 |
| IV - Tribunal de Contas | - | 33.860 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 33.860 |
| V - Secretaria de Interior e Justiça | 30.314 | 304.992 | - | - | 13.937 | - | 11.632 | - | 21.180 | - | - | 842.828 | 1.216.683 |
| VI - Secretaria da Administração | - | 591.537 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 591.537 |
| VII - Secretaria da Fazenda | - | 639.074 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 639.074 |
| VIII - Secretaria da Segurança Pública | 15.290 | 635.135 | 12.949 | 15.200 | 39.025 | 31.040 | 10.111 | - | 14.520 | 7.660 | 29.460 | 2.800.280 | 3.499.374 |
| IX - Brigada Militar | 18.200 | 1.477.300 | 13.000 | 6.000 | - | 9.000 | 19.800 | - | 18.000 | 15.000 | 12.000 | 25.693 | 817.213 |
| TOTAL | 6.072.392 | 47.074.263 | 7.860.502 | 24.761.331 | 5.242.292 | 11.618.235 | 30.146.901 | 4.930.299 | 19.072.956 | 18.141.360 | 8.611.473 | 35.165.365 | 296.192.019 |

Quadro N.º 12

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DAS DESPESAS DE CAPITAL DO TRIÊNIO 1964/66

| ÁREA E FUNÇÃO | 1964 | | | 1965 | | | 1966 | | | TOTAL DO TRIÊNIO | | | |
|--|---------------|-----------------|--------------------|---------------|-----------------|--------------------|---------------|-----------------|--------------------|------------------|-----------------|--------------------|-------|
| | Invest. Reais | Invest. Financ. | Transf. de Capital | Invest. Reais | Invest. Financ. | Transf. de Capital | Invest. Reais | Invest. Financ. | Transf. de Capital | Invest. Reais | Invest. Financ. | Transf. de Capital | Total |
| A - INFRA-ESTRUTURA SOCIAL | 78,8 | 15,6 | 5,6 | 70,0 | 24,4 | 5,6 | 70,9 | 22,2 | 6,9 | 72,7 | 21,2 | 6,1 | 100 |
| I - Educação | 88,8 | - | 11,2 | 85,8 | - | 14,2 | 81,3 | - | 18,5 | 85,3 | - | 14,7 | 100 |
| II - Saúde | 97,7 | - | 2,3 | 100,0 | - | - | 100,0 | - | - | 99,1 | - | 0,9 | 100 |
| III - Trabalho, Previdência e Assistência Social | 24,8 | 75,2 | - | 17,8 | 82,2 | - | 22,8 | 77,2 | - | 21,3 | - | 78,7 | 100 |
| IV - Habitação | 100,0 | - | - | 100,0 | - | - | 100,0 | - | - | 100,0 | - | - | 100 |
| B - ECONÔMICA | 20,2 | 78,4 | 3,3 | 18,6 | 77,9 | 3,5 | 11,4 | 84,6 | 4,0 | 16,9 | 79,5 | 3,6 | 100 |
| I - Recursos Minerais e Agropecuária | 47,2 | 52,8 | - | 39,7 | 60,3 | - | 41,8 | 58,2 | - | 42,9 | 57,1 | - | 100 |
| II - Indústria e Comércio | 12,8 | 82,9 | 4,3 | 13,7 | 82,0 | 4,3 | 3,2 | 91,8 | 5,0 | 10,1 | 85,4 | 4,5 | 100 |
| C - INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA | 99,6 | 0,2 | 0,2 | 99,6 | 0,2 | 0,2 | 99,7 | 0,1 | 0,2 | 99,6 | 0,2 | 0,2 | 100 |
| I - Energia | 99,3 | 0,3 | 0,4 | 99,5 | 0,2 | 0,3 | 99,5 | 0,2 | 0,3 | 99,5 | 0,2 | 0,3 | 100 |
| II - Transportes e Comunicações | 99,9 | 0,1 | 0,0 | 99,9 | 0,0 | 0,1 | 99,9 | 0,0 | 0,1 | 99,8 | 0,1 | 0,1 | 100 |
| III - Indústria e Comércio | 98,4 | 0,6 | 1,0 | 98,3 | 0,8 | 0,7 | 99,4 | - | 0,6 | 98,8 | 0,5 | 0,7 | 100 |
| IV - Habitação e Serviços Urbanos | 99,6 | 0,2 | 0,2 | 99,6 | 0,1 | 0,3 | 99,7 | 0,1 | 0,2 | 99,7 | 0,1 | 0,2 | 100 |
| D - SERVIÇOS GERAIS | 26,4 | 0,5 | 73,1 | 27,0 | 0,5 | 72,5 | 21,3 | 0,6 | 78,1 | 25,0 | 0,5 | 74,5 | 100 |
| I - Legislativa | 100,0 | - | - | 100,0 | - | - | 100,0 | - | - | 100,0 | - | - | 100 |
| II - Justiça | 100,0 | - | - | 100,0 | - | - | 100,0 | - | - | 100,0 | - | - | 100 |
| III - Governo e Administração Geral | 21,4 | 0,5 | 78,1 | 23,8 | 0,6 | 76,5 | 20,8 | 0,6 | 78,6 | 21,8 | 0,5 | 77,7 | 100 |
| TOTAL GERAL | 70,1 | 17,4 | 12,5 | 71,1 | 17,7 | 11,2 | 70,3 | 17,9 | 11,6 | 70,6 | 17,7 | 11,7 | 100 |

Quadro N.º 13

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DESPESA TOTAL DO TRIÊNIO 1964/66

(em milhares de Cr\$ de 1964)

| ÁREA E FUNÇÃO | 1 9 6 4 | | | 1 9 6 5 | | | 1 9 6 6 | | | TOTAL DO TRIÊNIO | | |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|------------------|-------------|-------------|
| | CORRENTES | CAPITAL | TOTAL | CORRENTES | CAPITAL | TOTAL | CORRENTES | CAPITAL | TOTAL | CORRENTES | CAPITAL | TOTAL |
| | | | | | | | | | | | | |
| A - INFRA-ESTRUTURA SOCIAL | | | | | | | | | | | | |
| I - Educação | 23.823.813 | 15.560.347 | 49.384.160 | 36.066.961 | 20.362.848 | 56.429.809 | 39.145.607 | 21.988.298 | 61.133.905 | 109.036.381 | 57.911.493 | 166.947.874 |
| II - Saúde | 26.984.470 | 7.449.428 | 34.433.898 | 28.663.037 | 8.011.024 | 36.674.061 | 31.164.956 | 8.123.674 | 39.288.630 | 40.812.763 | 23.584.121 | 110.396.884 |
| III - Trabalho, Previdência e Assistência Social | 4.524.583 | 1.295.873 | 5.820.456 | 4.820.289 | 1.180.070 | 6.000.359 | 5.119.979 | 920.600 | 6.040.579 | 14.464.851 | 3.399.543 | 17.864.394 |
| IV - Habitação | 2.279.855 | 3.240.611 | 5.520.466 | 2.432.765 | 6.046.554 | 8.479.319 | 2.668.628 | 6.330.614 | 8.999.242 | 2.331.248 | 15.617.779 | 22.949.027 |
| | 84.805 | 3.574.440 | 3.659.245 | 150.570 | 5.122.200 | 5.272.770 | * 192.044 | 6.613.410 | 6.805.454 | 427.519 | 15.310.050 | 15.737.569 |
| B - ECONÔMICA | | | | | | | | | | | | |
| I - Recursos Naturais e Agropecuária | 17.070.897 | 20.108.624 | 37.179.521 | 18.397.216 | 20.107.413 | 38.504.629 | 19.532.315 | 18.699.000 | 38.231.315 | 55.000.430 | 58.915.007 | 113.915.407 |
| II - Indústria e Comércio | 6.054.386 | 4.386.170 | 10.440.526 | 6.678.751 | 3.843.681 | 10.522.432 | 7.096.534 | 4.037.863 | 11.136.397 | 19.831.641 | 12.267.714 | 32.099.355 |
| | 11.016.541 | 15.722.454 | 26.738.995 | 11.718.467 | 16.263.732 | 27.982.199 | 17.433.781 | 14.661.137 | 27.094.918 | 25.168.789 | 46.647.323 | 81.616.112 |
| C - INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA | | | | | | | | | | | | |
| I - Energia | 30.119.186 | 57.239.770 | 87.358.956 | 31.793.346 | 61.707.379 | 93.500.725 | 32.663.984 | 61.505.736 | 94.369.710 | 94.776.516 | 175.452.875 | 270.229.391 |
| II - Transportes e Comunicações | 15.592.155 | 25.548.713 | 41.140.868 | 16.503.638 | 31.695.201 | 48.198.839 | 17.449.831 | 32.678.768 | 50.128.600 | 49.545.624 | 89.922.882 | 139.468.307 |
| III - Indústria e Comércio | 12.379.735 | 23.631.299 | 36.011.034 | 13.006.092 | 25.407.885 | 38.413.977 | 13.014.583 | 23.249.747 | 36.264.330 | 38.400.410 | 77.288.931 | 110.689.341 |
| IV - Habitação e Serviços Urbanos | 663.259 | 1.871.668 | 2.534.947 | 705.464 | 2.729.993 | 3.425.457 | 740.044 | 3.127.190 | 3.867.224 | 2.108.767 | 7.728.861 | 9.837.628 |
| | 1.494.037 | 1.188.070 | 2.672.107 | 1.578.152 | 1.874.380 | 3.452.452 | 1.659.536 | 7.450.030 | 4.109.556 | 4.721.715 | 5.512.400 | 10.234.115 |
| D - SERVIÇOS GERAIS | | | | | | | | | | | | |
| I - Legislativo | 34.507.072 | 15.324.772 | 49.831.844 | 37.978.382 | 15.450.182 | 52.958.564 | 39.901.502 | 14.332.724 | 54.234.226 | 71.716.956 | 45.107.078 | 156.824.634 |
| II - Justiça | 665.108 | 676.600 | 1.341.708 | 667.994 | 617.098 | 1.285.092 | 670.973 | 17.700 | 688.673 | 2.004.075 | 1.311.998 | 3.315.473 |
| III - Governo e Administração Geral | 1.965.167 | 300.150 | 2.265.317 | 1.972.225 | 196.013 | 2.168.238 | 1.979.534 | 75.820 | 2.055.354 | 5.916.926 | 571.983 | 6.488.909 |
| | 31.676.797 | 14.348.072 | 46.024.819 | 34.868.163 | 14.637.071 | 49.505.234 | 37.250.995 | 14.239.204 | 51.490.199 | 103.795.955 | 43.234.297 | 147.020.252 |
| TOTAL GERAL | 115.320.968 | 103.223.513 | 218.554.481 | 123.765.907 | 117.627.822 | 241.393.729 | 131.443.408 | 116.525.748 | 247.969.156 | 370.530.303 | 337.387.080 | 707.917.366 |

Quadro N.º 14

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Composição Percentual da Despesa Total do Triênio 1964/66

| ÁREA E FUNÇÃO | 1964 | | | 1965 | | | 1966 | | | TOTAL DO TRIÊNIO | | |
|--|-----------|---------|-------|-----------|---------|-------|-----------|---------|-------|------------------|---------|-------|
| | Correntes | Capital | Total | Correntes | Capital | Total | Correntes | Capital | Total | Correntes | Capital | Total |
| | | | | | | | | | | | | |
| A - INFRA-ESTRUTURA SOCIAL | 68,5 | 31,5 | 100 | 63,9 | 36,1 | 100 | 64,0 | 36,0 | 100 | 65,3 | 34,7 | 100 |
| I - Educação | 78,4 | 21,6 | 100 | 78,1 | 21,9 | 100 | 79,3 | 20,7 | 100 | 78,6 | 21,4 | 100 |
| II - Saúde | 77,7 | 22,3 | 100 | 80,3 | 19,7 | 100 | 84,7 | 25,3 | 100 | 80,9 | 19,1 | 100 |
| III - Trabalho, Previdência e Assistência Social | 40,7 | 59,3 | 100 | 28,7 | 71,3 | 100 | 29,7 | 70,3 | 100 | 31,9 | 68,1 | 100 |
| IV - Habitação | 2,3 | 97,7 | 100 | 2,9 | 97,1 | 100 | 2,9 | 97,1 | 100 | 2,7 | 97,3 | 100 |
| B - ECONÔMICA | 45,9 | 54,1 | 100 | 47,8 | 52,2 | 100 | 51,1 | 48,9 | 100 | 48,3 | 51,7 | 100 |
| I - Recursos Naturais e Agropecuária | 58,0 | 42,0 | 100 | 63,5 | 36,5 | 100 | 63,7 | 36,3 | 100 | 61,8 | 38,2 | 100 |
| II - Indústria e Comércio | 41,2 | 58,8 | 100 | 41,9 | 58,1 | 100 | 45,9 | 54,1 | 100 | 43,0 | 57,0 | 100 |
| C - INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA | 36,6 | 63,4 | 100 | 34,0 | 66,0 | 100 | 34,8 | 65,2 | 100 | 35,1 | 64,9 | 100 |
| I - Energia | 37,9 | 62,1 | 100 | 34,2 | 65,8 | 100 | 34,8 | 65,2 | 100 | 35,5 | 64,5 | 100 |
| II - Transportes e Comunicações | 34,4 | 65,6 | 100 | 33,9 | 66,1 | 100 | 35,9 | 64,1 | 100 | 34,7 | 65,3 | 100 |
| III - Indústria e Comércio | 26,2 | 73,8 | 100 | 20,5 | 79,5 | 100 | 19,1 | 80,9 | 100 | 21,4 | 78,6 | 100 |
| IV - Habitação e Serviços Urbanos | 55,5 | 44,5 | 100 | 45,7 | 54,3 | 100 | 40,4 | 59,6 | 100 | 46,1 | 53,9 | 100 |
| D - SERVIÇOS GERAIS | 69,1 | 30,9 | 100 | 70,8 | 29,2 | 100 | 73,6 | 26,4 | 100 | 71,2 | 28,8 | 100 |
| I - Legislativa | 49,6 | 50,4 | 100 | 52,0 | 48,0 | 100 | 97,4 | 2,6 | 100 | 60,4 | 39,6 | 100 |
| II - Justiça | 86,7 | 13,3 | 100 | 91,0 | 9,0 | 100 | 96,3 | 3,7 | 100 | 91,2 | 8,8 | 100 |
| III - Governo e Administração Geral | 68,3 | 31,7 | 100 | 70,4 | 29,6 | 100 | 72,3 | 27,7 | 100 | 70,6 | 29,4 | 100 |
| TOTAL GERAL | 52,8 | 47,2 | 100 | 51,3 | 48,7 | 100 | 53,0 | 47,0 | 100 | 52,3 | 47,7 | 100 |

VI — FINANCIAMENTO DO PLANO

1. — Fontes próprias de financiamento

1.1 — Receitas Correntes

1.1.1 — Receita Tributária

O sistema tributário do Setor Público Estadual pode ser subdividido em dois grandes setores: Governo Central e Autarquias.

A receita tributária do Governo Central repousa, basicamente sobre a arrecadação do imposto sobre vendas e consignações e respectivas taxas adicionais.

Os impostos de selo e sobre transmissão de propriedade "causa mortis", juntamente com as demais taxas, proporcionarão, em 1964, pouco mais de três bilhões de cruzeiros para uma receita tributária de aproximadamente 112 bilhões de cruzeiros.

A receita tributária dos órgãos descentralizados não vai além de dois bilhões de cruzeiros em 1964 e de seis e trezentos no triênio, conforme se observa nos quadros n.ºs 5, 6, 7 e 8.

1.1.2 — Receita Patrimonial

A receita patrimonial é relativamente insignificante comparada ao total dos recursos. Atinge a 404 milhões de cruzeiros e as participações do Governo Central e das Autarquias na sua formação se equivalem.

1.1.3 — Receita Industrial

A projeção dos recursos financeiros para o triênio, provenientes do exercício de atividades industriais, baseou-se, tanto quanto possível em metas físicas de produção.

Quadro N.º 15

Plano Financeiro do Rio Grande do Sul

PREVISÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS A EXECUÇÃO DO PLANO TRIENAL

RECEITAS AGREGADAS: Exercício financeiro de 1964

(em mil de 1964)

| ESPECIFICAÇÃO | RECEITAS CORRENTES | | | | | | RECEITAS DE CAPITAIS | | | | | RECEITA TOTAL |
|---|--------------------|--------------|----------------|--------------------------|-------------------|-----------------|--------------------------|---------------------------------------|---------------------------|----------------|-----------------|---------------|
| | TRIBUTÁRIA | PATRIOMONIAL | INDUSTRIAL | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | RECEITAS DIVERSAS | SUB-TOTAL | ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS | AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | SUB-TOTAL | | |
| I - GOVERNO CENTRAL | 111.446.275.000 | 208.550.000 | 2.215.535.280 | 377.100.000 | 815.200.000 | 115.310.730.202 | 40.000.000 | 23.703.000 | - | 63.703.000 | 111.376.436.000 | |
| II - AUTARQUIAS DE NATUREZA ECONÔMICA | - | 36.500.000 | 19.668.825.000 | 1.029.500.000 | 645.000.000 | 17.067.075.000 | - | - | 9.975.154.200 | 9.975.154.200 | 27.042.181.300 | |
| - Companhia Estadual de Energia Elétrica | 219.800.000 | 1.340.000 | 712.979.264 | - | 6.430.000 | 930.549.264 | - | - | 1.150.917.795 | 1.150.917.795 | 1.681.486.079 | |
| - Companhia Estadual de Águas e Esgotos | 106.270.000 | 6.300.000 | 13.000.000 | 5.818.348.664 | 171.000.000 | 2.766.718.664 | - | - | 4.522.071.180 | 4.522.071.180 | 6.288.789.844 | |
| - Departamento Estadual de Transportes, Estradas e Caminhos | 472.800.000 | 1.650.000 | 1.648.300.000 | 7.000.000 | 21.700.000 | 2.150.830.000 | - | - | 1.997.357.040 | 1.997.357.040 | 2.658.207.000 | |
| - Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul | 10.000.000 | - | 20.000.000 | - | 3.500.000 | 33.500.000 | - | - | - | - | 32.500.000 | |
| III - AUTARQUIAS ECONÔMICAS | 963.874.579 | 121.490.000 | 17.890.864.540 | - | 57.500.000 | 14.054.791.119 | - | 4.300.000 | - | 4.300.000 | 14.061.001.118 | |
| - Instituto Rio-Grandense do Azeite | 56.366.750 | 4.101.172 | 4.592.245.384 | - | 2.730.000 | 4.653.443.229 | - | - | - | - | 4.653.443.229 | |
| - Departamento Estadual de Correia Mineral | 532.000 | 532.000 | 1.243.151.349 | - | 1.223.672 | 1.245.460.161 | - | - | - | - | 1.245.460.161 | |
| - Departamento Estadual de Abastecimento de Leite | - | 978.232 | 4.278.125.779 | - | 3.398.000 | 4.282.412.031 | - | - | - | - | 4.282.412.031 | |
| - Departamento de Laticínios do Estado | 746.250 | 1.420.010 | 1.084.440.000 | 54.222.200 | 43.787.000 | 1.704.629.260 | - | - | - | - | 1.704.629.260 | |
| - Caixa Econômica do Estado do Rio Grande do Sul | - | 8.000.000 | 460.180.000 | - | - | 468.180.000 | - | - | - | - | 468.180.000 | |
| - Banco de Valores do Rio Grande do Sul | 18.100.000 | 780.000 | - | - | 3.091.000 | 21.971.000 | - | - | - | - | 21.971.000 | |
| IV - AUTARQUIAS SOCIAIS | 15.100.000 | 9.772.310 | 726.310.000 | 9.997.516.000 | 2.745.000 | 3.761.230.310 | 100.000.000 | 232.820.000 | - | 422.820.000 | 4.184.050.310 | |
| - Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul | 15.100.000 | 9.772.310 | 726.310.000 | 9.997.516.000 | 2.745.000 | 3.761.230.310 | 100.000.000 | 232.820.000 | - | 422.820.000 | 4.184.050.310 | |
| ESTOQUE ACUMULADO GERAL | 115.926.430.579 | 694.389.394 | 45.071.805.620 | 7.908.666.664 | 1.748.451.002 | 148.904.744.279 | 140.000.000 | 531.008.000 | 17.135.100.533 | 17.637.108.125 | 166.701.852.403 | |

Quadro N.º 16

SETOR PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL

PREVISÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS A EXECUÇÃO DO PLANO TRIENAL

RECEITAS AGREGADAS: Exercício financeiro de 1965

R\$ - De e 1964

| ESPECIFICAÇÃO | RECEITAS CORRENTES | | | | | | RECEITAS DE CAPITAL | | | | RECEITA TOTAL |
|---|--------------------|-------------|----------------|--------------------------|-------------------|-----------------|--------------------------|---------------------------------------|---------------------------|----------------|-----------------|
| | TRIBUTÁRIA | PATRIMONIAL | INDUSTRIAL | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | RECEITAS DIVERSAS | SUB-TOTAL | ALIBUNÇÃO DE BENS MÓVEIS | AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS COMERCIAIS | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | SUB-TOTAL | |
| I - GOVERNO CENTRAL | 122.891.850.000 | 308.570.000 | 2.477.310.796 | 328.070.000 | 935.300.000 | 124.490.550.796 | 40.000.000 | 333.339.720 | - | 273.339.520 | 122.893.890.016 |
| II - AUTARQUIAS DE INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA | - | 38.500.000 | 17.772.460.000 | 1.100.000.000 | 744.500.000 | 19.603.463.000 | - | - | 10.999.795.000 | 10.999.795.000 | 30.545.248.000 |
| - Companhia Estadual de Energia Elétrica | 366.300.000 | 1.490.000 | 246.991.199 | - | 7.530.000 | 623.831.123 | - | - | 1.242.109.000 | 1.242.109.000 | 1.663.740.203 |
| - Companhia Estadual de Óleo e Armação | 136.698.000 | 6.300.000 | 13.000.000 | 2.749.344.492 | 196.000.000 | 4.041.221.492 | - | - | 4.948.404.320 | 4.948.404.320 | 9.089.645.812 |
| - Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem | 472.000.000 | 3.650.000 | 1.810.300.000 | 7.000.000 | 31.700.000 | 2.312.850.000 | - | - | 1.436.145.640 | 1.436.145.640 | 3.748.995.640 |
| - Departamento Estadual de Portos, Navegação e Comércio | 12.000.000 | - | 23.000.000 | - | 2.740.000 | 38.740.000 | - | - | - | - | 38.740.000 |
| - Instituto Tecnológico de Rio Grande do Sul | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| III - AUTARQUIAS ECONÔMICAS | 1.037.794.032 | 123.200.000 | 12.090.344.540 | - | 57.400.000 | 14.308.648.572 | - | 4.800.000 | - | 4.800.000 | 14.313.448.572 |
| - Instituto Rio-Grandense do Arroz | 47.207.942 | 4.101.122 | 4.721.210.400 | - | 450.000 | 4.797.149.464 | - | - | - | - | 4.797.149.464 |
| - Departamento Autônomo de Comércio Mineiro | 696.000 | 571.840 | 1.542.303.249 | - | 1.522.401 | 1.545.099.490 | - | - | - | - | 1.545.099.490 |
| - Departamento Estadual de Abastecimento de Leite | - | 1.031.446 | 4.511.343.275 | - | 3.100.000 | 4.517.376.721 | - | - | - | - | 4.517.376.721 |
| - Departamento de Lavoura do Estado | 764.250 | 1.429.010 | 1.064.480.000 | 34.222.000 | 62.782.000 | 1.204.678.360 | - | - | - | - | 1.204.678.360 |
| - Caixa Econômica do Estado do Rio Grande do Sul | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| - Banco de Valores do Rio Grande do Sul | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| IV - AUTARQUIAS SOCIAIS | 15.408.730 | 11.477.910 | 926.500.000 | 3.760.136.000 | 260.000 | 4.253.983.640 | 100.000.000 | 1.743.500.000 | - | 1.743.500.000 | 4.379.483.640 |
| - Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| SETOR PÚBLICO ESTADUAL | 124.974.480.894 | 597.292.276 | 48.120.408.303 | 6.540.972.492 | 1.874.514.481 | 183.917.448.596 | 140.000.000 | 1.401.839.720 | 16.826.078.840 | 20.348.116.080 | 204.480.734.638 |

Quadro N.º 17

SETOR PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL

PREVISÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS À EXECUÇÃO DO PLANO TRIENAL

RECEITAS AGREGADAS: Exercício financeiro de 1966

em Cr\$ de 1966

| ESPECIFICAÇÃO | RECEITAS CORRENTES | | | | | | RECEITAS DE CAPITAL | | | | RECEITA TOTAL |
|---|--------------------|--------------|----------------|--------------------------|-------------------|-----------------|----------------------------|--|---------------------------|-----------------|-----------------|
| | TRIBUTÁRIA | PATRIMONIAIS | INDUSTRIAL | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | RECEITAS DIVERSAS | SUB-TOTAL | ALIBERAÇÃO DE BENS IMÓVEIS | AMORTIZAÇÃO DE EMPRESTIMOS CONCESSIDOS | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | SUB-TOTAL | |
| I - GOVERNO CENTRAL | 172.548.335.000 | 299.520.000 | 2.640.855.428 | 329.820.000 | 855.200.000 | 136.992.810.428 | 40.000.000 | 912.103.340 | - | 932.103.340 | 137.534.914.268 |
| II - AUTARQUIAS DE INFRA-ESTRUTURA ECONOMICA | - | 41.500.000 | 20.298.837.500 | 1.210.000.000 | 834.500.000 | 77.374.837.500 | - | - | 11.870.455.200 | 11.870.455.200 | 34.203.292.700 |
| - Comissão Estadual de Energia Elétrica | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| - Comissão Estadual de Saneamento e Abastecimento | 429.200.000 | 3.400.000 | 279.214.276 | - | 8.450.000 | 709.864.276 | - | - | 4.340.538.325 | 5.050.402.591 | 3.050.366.091 |
| - Departamento Estadual de Estradas de Rodagem | 176.870.000 | 6.200.000 | 11.000.000 | 4.027.167.660 | 151.000.000 | 4.371.377.660 | - | - | 5.263.355.308 | 5.342.233.300 | 9.468.616.969 |
| - Departamento Estadual de Portos, Eclus e Canais | 473.000.000 | 1.400.000 | 1.972.900.000 | 7.000.000 | 21.700.000 | 2.475.350.000 | - | - | 1.737.411.100 | 1.737.411.100 | 4.362.661.100 |
| - Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul | 15.000.000 | - | 30.000.000 | - | 3.000.000 | 48.000.000 | - | - | - | - | 48.000.000 |
| III - AUTARQUIAS ECONOMICAS | 1.090.194.036 | 122.318.000 | 13.231.319.480 | - | 87.200.000 | 14.523.031.516 | - | 3.200.000 | - | 3.200.000 | 14.526.231.516 |
| - Instituto Rio Grandense de Azeite | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| - Instituto Sul Rio Grandense de Cerveja | 48.344.481 | 4.101.122 | 4.973.610.480 | - | 480.000 | 5.048.735.943 | - | - | - | - | 5.048.735.943 |
| - Departamento Estadual de Comércio Mineral | 792.800 | 616.090 | 1.276.653.200 | - | 1.236.150 | 1.779.819.250 | - | - | - | - | 1.779.819.250 |
| - Departamento Estadual de Abastecimento de Leite | - | 3.896.295 | 4.248.613.272 | - | 3.985.000 | 4.752.903.677 | - | - | - | - | 4.752.903.677 |
| - Departamento de Laticínios do Estado | 764.200 | 1.490.670 | 1.204.440.000 | 54.373.000 | 63.793.000 | 1.294.440.270 | - | - | - | - | 1.294.440.270 |
| - Colégio Estadual do Estado do Rio Grande do Sul | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| - Instituto de Estudos do Rio Grande do Sul | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| IV - AUTARQUIAS SOCIAIS | 15.426.465 | 12.114.950 | 1.209.274.000 | 3.468.192.000 | 240.000 | 4.822.771.255 | 90.000.000 | 1.492.823.000 | - | 1.942.823.000 | 4.745.948.255 |
| - Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| SETOR PÚBLICO ESTADUAL | 134.792.381.172 | 481.157.277 | 61.306.404.319 | 9.119.461.468 | 3.803.113.150 | 199.568.344.816 | 90.000.000 | 2.316.328.240 | 26,370,467,793 | 221,318,816,783 | 221,347,133,509 |

Quadro N.º 18

SECTOR PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL

PREVISÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS À EXECUÇÃO DO PLANO TRIENAL

RECEITAS AGREGADAS: Total do Tríduo

Em Cr\$ de 1964

| ESPECIFICAÇÃO | RECEITAS CORRIENTES | | | | | | | RECEITAS DE CAPITAL | | | | | RECEITA TOTAL |
|---|---------------------|---------------|-----------------|---------------------------|-------------------|-----------------|---------------------------|---------------------------------------|---------------------------|----------------|-----------------|--|---------------|
| | TRIBUTÁRIA | PATRI-MONIAL | INDUSTRIAL | TRANSFERÊNCIAS CORRIENTES | RECEITAS DIVERSAS | SUB-TOTAL | ALIENAÇÃO DE BENS IMOVEIS | AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | SUB-TOTAL | RECEITA TOTAL | | |
| I - GOVERNO CENTRAL | 367.386.140.000 | 625.540.000 | 7.281.481.506 | 984.990.000 | 2.505.000.000 | 978.794.991.506 | 120.000.000 | 1.291.348.000 | - | 1.411.148.000 | 380.195.240.306 | | |
| II - AUTARQUIAS DE INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA | - | 110.300.000 | 59.476.623.500 | 2.310.000.000 | 2.744.000.000 | 99.347.322.500 | - | - | 32.763.397.500 | 32.763.397.500 | 92.110.720.000 | | |
| - Comissão Estadual de Energia Elétrica | 1.116.800.000 | 4.470.000 | 740.786.130 | - | 22.450.000 | 1.864.406.130 | - | - | 3.712.183.200 | 3.712.183.200 | 5.887.591.333 | | |
| - Comissão Estadual de Sãos e Armasas | 261.768.000 | 18.000.000 | 39.000.000 | 11.314.460.824 | 408.000.000 | 12.132.228.824 | - | - | 14.852.740.000 | 14.852.740.000 | 26.985.981.824 | | |
| - Departamento Administrativo de Estudos de Budget | 1.476.000.000 | 4.750.000 | 3.231.900.000 | 21.000.000 | 65.100.000 | 6.998.950.000 | - | - | 4.950.913.400 | 4.950.913.400 | 11.899.863.400 | | |
| - Departamento Federal de Portos, Eas e Carvél | 37.800.000 | - | 75.000.000 | - | 8.250.000 | 120.250.000 | - | - | - | - | 120.250.000 | | |
| III - AUTARQUIAS ECONÔMICAS | 5.114.312.646 | 589.750.000 | 29.212.450.480 | - | 172.800.000 | 42.849.993.326 | - | 14.400.000 | - | 14.400.000 | 43.884.293.326 | | |
| - Instituto Rio Grandense do Arroz | 184.298.120 | 12.303.346 | 14.289.046.194 | - | 3.440.000 | 14.489.328.691 | - | - | - | - | 14.489.328.691 | | |
| - Departamento Administrativo de Carvél Alénel | 3.040.000 | 1.700.000 | 4.342.108.891 | - | 4.500.000 | 4.570.373.134 | - | - | - | - | 4.570.373.134 | | |
| - Departamento Estadual de Abastecimento do Leite | - | 3.074.900 | 13.535.993.376 | - | 15.605.000 | 13.554.692.279 | - | - | - | - | 13.554.692.279 | | |
| - Departamento de Lavoura do Estado | 2.297.750 | 4.240.000 | 2.753.298.000 | 162.464.000 | 191.345.000 | 3.613.864.750 | - | - | - | - | 3.613.864.750 | | |
| - Casas Econômicas do Estado de Rio Grande do Sul | - | 6.000.000 | 460.100.000 | - | - | 466.100.000 | - | - | - | - | 466.100.000 | | |
| - Sétis de Vitória do Rio Grande do Sul | 18.186.600 | 780.000 | - | - | 3.081.000 | 21.949.600 | - | - | - | - | 21.949.600 | | |
| IV - AUTARQUIAS SOCIAIS | 46.077.158 | 89.370.190 | 2.877.988.000 | 4.764.744.500 | 3.248.000 | 12.819.998.358 | 288.000.000 | 1.438.325.000 | - | 3.708.325.000 | 16.528.323.358 | | |
| - Instituto de Previdência do Estado de Rio Grande do Sul | 373.673.079.644 | 1.203.899.299 | 143.520.418.200 | 21.388.846.824 | 5.448.079.400 | 657.411.677.452 | 378.000.000 | 4.783.177.800 | 54.280.227.100 | 61.414.184.900 | 613.899.781.452 | | |

Quadro N.º 19

RECURSOS PÚBLICOS DO RIO GRANDE DO SUL

PREVISÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS A EXECUÇÃO DO PLANO TRIENAL

RECEITAS CONSOLIDADAS (*)

em Cr\$ de 1944

| ESPECIFICAÇÃO | 1944 | | | 1945 | | | 1946 | | | TRIMÊNIO | | | |
|--|----------------|-----------------|-----------------|-----------------|----------------|-----------------|-----------------|---|-----------------|----------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | | | | | | | | | | | | | |
| RECEITAS CORRENTES DO GOVERNO CENTRAL | 11.510.750.787 | - | 134.490.350.794 | - | - | 134.582.870.479 | - | - | - | - | 379.874.091.306 | - | - |
| RECEITAS CORRENTES DAS AUTARQUIAS | 23.544.214.844 | - | 27.222.117.803 | 153.912.468.549 | - | 23.045.454.090 | 199.432.364.518 | - | - | - | 172.741.345.944 | 251.815.677.437 | - |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DAS AUTARQUIAS AO GOVERNO CENTRAL | 209.500.000 | - | 310.300.000 | - | - | 311.280.000 | - | - | - | - | 731.480.000 | - | - |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DO GOVERNO CENTRAL AS AUTARQUIAS | 1.855.444.000 | - | 1.844.944.000 | - | 2.133.892.000 | 1.905.898.000 | 2.217.774.000 | - | - | - | 5.364.938.000 | 4.276.638.000 | - |
| RECEITAS CORRENTES CONSOLIDADAS | - | 147.109.774.328 | - | - | - | 181.798.774.398 | - | - | 194.210.486.518 | - | - | - | 545.219.099.452 |
| RECEITAS DE CAPITAL DO GOVERNO CENTRAL | 85.200.000 | - | 393.339.250 | - | - | 393.339.250 | - | - | - | - | 1.411.148.800 | - | - |
| RECEITAS DE CAPITAL DAS AUTARQUIAS | 17.261.477.225 | - | 26.174.774.240 | 20.548.114.000 | - | 72.264.781.925 | 25.218.968.785 | - | - | - | 60.002.942.100 | 61.474.116.990 | - |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL DO GOVERNO CENTRAL AS AUTARQUIAS | - | - | - | - | 18.956.474.640 | - | - | - | - | - | - | - | 94.280.927.180 |
| RECEITAS DE CAPITAL CONSOLIDADAS | - | 497.065.800 | - | - | - | 1.783.459.185 | - | - | 2.000.228.300 | - | - | - | 5.133.972.860 |
| RECEITA CONSOLIDADA DO SETOR PÚBLICO | - | 147.606.840.158 | - | - | - | 182.542.153.818 | - | - | 199.310.714.828 | - | - | - | 550.452.913.312 |

* A consolidação se refere estritamente às transferências entre órgãos de Setor Público Estadual.

A receita do Governo Central é oriunda, em sua maior parte, da prestação de serviços de fornecimento de água e das rêsdes de esgôto.

No que diz respeito às Autarquias as maiores participações correspondem à Comissão Estadual de Energia Elétrica, ao Instituto Riograndense do Arroz, ao Instituto Sul Riograndense de Carnes e ao Departamento Estadual de Abastecimento do Leite.

A receita industrial para o Triênio alcança a apreciável cifra de 145 bilhões de cruzeiros.

1.1.4 — Transferências Correntes e Receitas Diversas

Êsses dois agregados da receita ensejarão durante o Triênio uma receita de pouco mais de 31 bilhões, dos quais 25,5 são representados pelo recebimento das Transferências Correntes.

Os órgãos que receberão o grosso das Transferências Correntes são: Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (11,3 bilhões), Instituto de Previdência do Estado (9,7 bilhões), Comissão Estadual de Energia Elétrica (3,3 bilhões).

A participação do Governo Central e das Autarquias na formação das Receitas Diversas é equivalente.

1.2 — Receitas de Capital

Sob o título genérico de Receitas de Capital encontramos:

a) Alienação de bens imóveis com montante de 370 milhões, dos quais 250 correspondem a alienação de bens de propriedade do IPE.

b) Amortização de empréstimos concedidos pelo IPE e pelo Governo Central. Os financiamentos dêste referem-se ao plano de habitação.

c) As Transferências de Capital relacionam-se com as que o Governo Central faz às Autarquias (CEEE, DAER, DEPREC, CESA) que correspondem as parcelas que lhes são destinadas dos totais respectivos das taxas adicionais aos impostos.

1.3 — Receitas do Setor Público Estadual.

1.3.1 — Receitas Agregadas

As projeções das receitas agregadas do Setor Público Estadual atingem no Triênio, o montante de 613 bilhões de cruzeiros.

Pouco menos de dois terços do total é representado pelos recursos do Governo Central, ou seja, 380 bilhões de cruzeiros.

1.3.2 — Receitas Consolidadas

A receita consolidada foi obtida eliminando as transferências correntes e as de capital realizadas entre órgãos do Setor Público Estadual. Neste sentido correspondem às receitas efetivas e que poderão financiar gastos reais.

O total das receitas consolidadas é de 550 bilhões de cruzeiros, pois 56 e 6 correspondem às transferências de capital e correntes, respectivamente.

As receitas das autarquias, em sua totalidade, são transferências do Governo Central.

Os índices de crescimento das receitas consolidadas são: 100, 109 e 119 respectivamente.

Sendo a taxa de incremento avaliada a preços constantes demonstra o apreciável crescimento da receita e o esforço que os diversos órgãos deverão realizar para alcançar as metas fixadas.

2. — Necessidade de Reforma Tributária

Os objetivos de uma política fiscal, no que diz respeito à tributação, devem ser não apenas financeiros, mas, também, e principalmente, econômicos.

Eis porque, ainda que uma reforma tributária no Plano Estadual não possa ser integral, se faz necessário para, mediante uma melhor e mais racional distribuição da carga fiscal, atender às exigências sociais, criar um sistema de estímulos e castigos para quebrar a inércia de certos setores da economia, e para propiciar meios financeiros ao Setor Público e capacitá-lo a realizar os investimentos e serviços nas áreas da infra-estrutura social e econômica que são indispensáveis à geração de economias de escala e ao desenvolvimento acelerado do setor privado.

Caso o setor público estadual não realize uma reforma tributária os recursos atuais lhe permitirão uma margem mínima de investimentos com graves prejuízos para a economia e a sociedade.

As receitas previstas para o próximo Triênio, incluindo alguns recursos adicionais decorrentes da reforma tributária, — cuja previsão parcial já está concluída e que poderá ser aumentada com o término do trabalho em estudo, — constam do quadro seguinte

Quadro n.º 20

RECEITAS CONSOLIDADAS

(Em Bilhões de Cruzeiros)

| | 1964 | 1965 | 1966 | TRIÊNIO |
|--------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Corrente | 167,1 | 181,8 | 196,4 | 545,3 |
| Reforma Tributária | 20,0 | 22,0 | 24,2 | 66,2 |
| Capital | 0,5 | 1,7 | 2,9 | 5,1 |
| TOTAL | 187,6 | 205,9 | 223,5 | 616,6 |

Para o exercício de 1964, além dos recursos próprios constantes do quadro, já está assegurado um auxílio do Ministério de Minas e Energia no valor de 3,5 bilhões de cruzeiros para a CEEE.

Estão sendo entabuladas negociações para a obtenção de outros recursos para os demais órgãos do Setor Público Estadual.

3. — Necessidades de Fontes Externas

Para ter-se uma idéia das necessidades de recursos externos, além da realização da reforma tributária, e objetivando a efetivação de um esquema ambicioso mas factível de gastos de capital (com uma propensão média global a investir de 42%) é apresentado a seguir o quadro das despesas consolidadas do Setor Público Estadual.

Quadro n.º 21

DESPEAS CONSOLIDADAS

(Em Bilhões de Cruzeiros de 1964)

| | 1964 | | | 1965 | | | 1966 | | | TRIÊNIO | |
|------------|-------|-------|--------|-------|-------|--------|-------|-------|--------|---------|-------|
| | Cr\$ | % | Índice | Cr\$ | % | Índice | Cr\$ | % | Índice | Cr\$ | % |
| Corrente . | 151,3 | 59,4 | 100 | 159,8 | 57,6 | 106 | 167,4 | 57,0 | 111 | 478,5 | 57,9 |
| Capital .. | 103,2 | 40,6 | 100 | 117,6 | 42,4 | 114 | 125,8 | 43,0 | 122 | 346,6 | 42,1 |
| TOTAL .. | 254,5 | 100,0 | 100 | 277,4 | 100,0 | 109 | 293,2 | 100,0 | 115 | 825,1 | 100,0 |

Comparando a despesa à receita consolidada tem-se uma idéia clara e objetiva da necessidade de outras fontes de financiamento.

Quadro n.º 22

SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO

(Em Bilhões de Cruzeiros de 1964)

| | 1964 | 1965 | 1966 | TRIÊNIO |
|---------------------------------------|-------|-------|-------|---------|
| Despesa Total | 254,5 | 277,4 | 293,2 | 825,1 |
| Receita Total | 187,6 | 205,5 | 223,5 | 616,6 |
| Necessidades de Fontes Externas | 66,9 | 71,9 | 69,7 | 208,5 |

A compatibilização das despesas com os recursos demonstra que o Plano Trienal de Investimentos e Serviços tem cobertura para três quartas partes. Em outras palavras, a parcela a descoberto do plano é equivalente a 25%.

A cobertura dos 208,5 bilhões de cruzeiros deverá originar-se do comprometimento do esforço comunitário, recursos oriundos da União e de instituições nacionais e estrangeiras.

O quadro abaixo demonstra a capacidade do Setor Público para financiar, com recursos próprios, os investimentos que programou realizar no triênio, isto é, a relação entre poupança e gastos de capital.

Quadro n.º 23
(Em Bilhões de Cruzeiros de 1964)

| | 1964 | 1965 | 1966 | TRIÊNIO |
|----------------------------------|-------|-------|-------|---------|
| TOTAL RECEITA | 187,6 | 205,5 | 223,5 | 616,6 |
| Gastos Correntes | 151,3 | 159,8 | 167,4 | 478,5 |
| POUPANÇA | 36,3 | 45,7 | 56,1 | 138,1 |
| Gastos de capital | 103,2 | 117,6 | 125,8 | 346,6 |
| POUPANÇA/GASTOS DE CAPITAL | 35,2% | 38,9% | 44,6% | 39,8% |

Releva destacar a transformação das perspectivas atuais do Setor Público Estadual.

No momento, a capacidade de inversão do setor é praticamente nula. Com a adoção das medidas sugeridas no plano e a realização da reforma tributária, o coeficiente de financiamento da Inversão se elevará, já no primeiro ano, para 35,2%.

Esta ruptura com a situação atual caracteriza a posição de vanguarda que o Setor Público vai assumir no desenvolvimento econômico e social, e, em função da distribuição setorial e regional dos gastos correntes e de capital, pode-se afirmar que a taxa marginal de crescimento da economia será sensivelmente incrementada.

4. — Modificações da Propensão a Investir

Para que o setor público possa exercer um papel estratégico no desenvolvimento é necessário que os investimentos além de planejados, para se ajustarem e integrarem no processo econômico, representem um coeficiente médio de inversão superior ao do setor privado. Pois, caso contrário, os recursos frutificariam mais na área privada do que na pública, o que tiraria muito do sentido econômico da tributação.

Quadro n.º 24
PROPENSÕES MÉDIAS A INVESTIR

| | 1964 | 1965 | 1966 | TRIÊNIO |
|---------------------------------|-------|-------|-------|---------|
| RECEITA TOTAL CONSOLIDADA | 187,6 | 205,5 | 223,5 | 616,6 |
| POUPANÇA TOTAL | 36,3 | 45,7 | 56,1 | 138,1 |
| PROPENSÃO | 19,3% | 22,2% | 25,1% | 22,4% |

O Plano Trienal de Investimentos e Serviços contempla um coeficiente de inversão superior ao do conjunto da economia. O desta é de aproximadamente 14%, enquanto que o deste é de 22,4% no triênio, iniciando com 19 e terminando com 25%, conforme se verifica a seguir.

Como os investimentos reais são da ordem de 70% dos gastos de capital, o setor público estaria apresentando um coeficiente de 16% dentre seus gastos para a formação líquida de capital.

Quadro n.º 25
PROPENSÃO MARGINAL A INVESTIR

| | 1964/1965 | 1965/1966 |
|------------------------------------|-----------|-----------|
| Incremento anual da receita | 17,9 | 18,5 |
| Incremento anual da poupança | 9,4 | 10,4 |
| PROPENSÃO | 52,5% | 56,2% |

É altamente significativa a propensão marginal a investir nos próximos anos. De 1964 a 1965, de cada cruzeiro arrecadado a mais, 53 centavos se destinam aos gastos de capital, enquanto a mesma relação sobe para 56 centavos no incremento da receita de 1965 a 1966.

— SEGUNDA PARTE —

Objetivos Sectoriais

- A — Área Infra-Estrutura Social
- B — Área Econômica
- C — Área Infra-Estrutura Econômica
- D — Área Serviços Gerais

INTRODUÇÃO

O processo de desenvolvimento econômico exige modificações estruturais a fim de criar condições favoráveis para que o mesmo seja rápido e equilibrado.

Do ponto de vista social, o Estado, como de resto todo o país, apresenta características de grande falta de integração. Num passado não muito remoto, os grupos dirigentes tinham aspirações completamente distintas das do homem do campo e do trabalhador urbano. O Estado "laissez faire", a Administração Pública não coordenada, e com governos mais formais que substantivos, não exercia papel estratégico no desenvolvimento social e econômico.

Hoje, as aspirações sociais das grandes massas da população, urbanas e rurais, proporcionam conflitos e angústias, exigindo por parte do Estado um papel novo e decisivo.

Existe, no entanto, um descompasso entre os processos sociais. A dinâmica social e a dinâmica econômica não se ajustam porque as esperanças e aspirações dos indivíduos são maiores do que as possibilidades reais que a sociedade atual tem para satisfazê-las. O setor público como parte integrante da dinâmica social e econômica é receptáculo de grande parte dos efeitos dos desequilíbrios.

Qual o seu papel? que tipo de atividades deve exercer? que respostas cabem-lhe dar?

Os diagnósticos dos diversos serviços sociais recomendaram algumas medidas prioritárias registradas no quadro n.º A-1.

Contudo, não se adotou, para a fixação das metas, critérios técnicos que pudessem ser aplicados em um modelo de desenvolvimento econômico do Estado. É claro que este objetivo constitui o "norte" dos trabalhos de programação. A fixação das metas de prestação de serviços sociais por parte do Estado é o resultado da análise

de aspectos institucionais do setor público como um todo (federal, municipal e estadual), da capacidade de prestação de serviços do setor privado, do conhecimento empírico dos diversos serviços, por parte dos órgãos executores estaduais e da política de justiça social adotada pelo Governo.

Certos serviços sociais (educação, saúde, habitação, previdência) são inelásticos com relação à capacidade de financiamento do setor público. É pacífico que o seu crescimento deve acompanhar, pelo menos, os incrementos anuais das necessidades desses serviços. É inútil, nesta altura, apresentar os fundamentos que guiaram, em todos os momentos, a elaboração dos programas da área social. Antes, porém, uma explicação. A despesa pública alocada na área social, obedece a duas grandes categorias: a dedicada à prestação dos serviços já existentes (capacidade atual) e a dedicada à ampliação de prestação de serviços. Assim sendo, uma parcela enorme de recursos já está comprometida com os serviços já existentes. O resíduo destinado à ampliação de serviços fica reduzido a cifras insignificantes, para satisfazer o volume das necessidades, originadas em "déficits" acumulados e incrementos anuais.

Eis porque é necessário fazer-se essa distinção, porque somente assim será possível, com o conhecimento dos recursos disponíveis, decidir sobre as grandes prioridades no campo social. Senão veja-se. À medida que se modificam as estruturas vão desaparecendo as possibilidades de emprêgo para mão de obra não qualificada. É evidente que, se de um lado se incrementa o emprêgo com implantação de novas unidades econômicas, do outro, é necessário a mão de obra para acionar as máquinas das emprêsas. Resulta dessa constatação, considerando a capacidade geral do Estado nos demais tipos de ensino, prioridade para o ensino técnico. O mesmo critério é válido para os serviços de saúde.

Por fôrça de lei o trabalhador e sua família está vinculada aos Institutos. O setor privado, através da quase totalidade de hospitais e casas de saúde existentes (327 em 338 unidades) atende à população não assistida pelos Institutos. Cabe ao Estado, então, exercer, juntamente com outras esferas do govêrno, a prestação de serviços de medicina preventiva.

A situação habitacional, por outro lado, revela aspectos não existentes, pelo menos da mesma magnitude, na prestação de outros serviços sociais. Em primeiro lugar não há tradição e instituições que formulem e executem política habitacional global. O "déficit"

habitacional é consequência de uma série de fatores anormais, mesmo dentro de uma estrutura como a nossa. E uma solução envolve medidas mais radicais com relação à propriedade urbana, a especulação imobiliária etc.

Contudo, tanto o programa habitacional como os demais problemas sociais que assoberbam o setor público podem ter soluções encaminhadas desde que se estabeleçam normas e leis tendentes a abolir os abusos praticados atualmente.

No entanto, o quadro poderá se modificar e perder, pelo menos, os aspectos vexatórios que apresenta hoje. Muito se pode esperar se a liderança social conseguir que a coletividade dê uma utilização, dos recursos a alocar, distinta das formas tradicionais, porque estas formas ocultam o que tem de potencial uma sociedade. Se a programação contempla as aspirações que fogem à capacidade financeira e técnica do Estado, na verdade, está a se exigir novas atitudes por parte dessa mesma liderança social.

No campo social, o Estado tem o dever de promover um mínimo de condições ao homem, em educação, saúde e habitação, quantitativa e qualitativamente, e sem limitações do tipo tradicional, para que o desenvolvimento, que é função do esforço comum, também satisfaça as aspirações da coletividade e não de poucos. Em realidade, seres humanos que nascem com perspectivas de igualdade, à medida que essas aspirações não se tornam realidade, passam a descreer do desenvolvimento, tornando impossível levá-lo adiante. Essa a maior razão do ponto de vista social, para uma política efetiva de distribuição da renda, através de mecanismos apropriados, entre os quais o poder público se destaca. Crê-se que o sensato, depois da experiência acumulada em programação por nosso país e outros, é colocar os pés sobre a terra, procurando conciliar as aspirações com as possibilidades reais, mas com aproveitamento integral das potencialidades da coletividade riograndense.

1 — EDUCAÇÃO

1.1. — *Diagnóstico da situação do ensino primário no Rio Grande do Sul*

1.1.1 — *O problema da Evasão*

O número cada vez maior de alunos que, no decorrer do ano, abandonam as escolas primárias, no Rio Grande do Sul, já constitui um problema de dimensões avantajadas.

Nesses últimos anos, a evasão escolar vem se processando em limites um tanto alarmante, como se pode constatar através de demonstrativo abaixo:

| | |
|------|---------|
| 1959 | 112.049 |
| 1960 | 125.209 |
| 1961 | 358.396 |

Este alto contingente de alunos evadidos tem anulado, em grande parte, o esforço desenvolvido pelo ensino primário, no sentido de eliminar o "déficit" escolar, na classe de idade de 7 a 14 anos.

Não será fácil apontar tôdas as causas determinantes do fenômeno dos altos índices de evasão. Entretanto, tendo em vista certos resultados da análise estatística, a alguma conclusão reveladora se pode chegar.

Eis algumas das observações que a análise estatística nos permite fazer:

- a) a taxa de 10% de evasão sôbre a matrícula é tida como razoável;
- b) as evasões vêm ocorrendo em maior escala nas zonas urbanas — cidades e vilas;
- c) nas zonas urbanas, predominam os estabelecimentos de ensino estaduais e particulares;

d) o ensino particular, nos últimos anos sob estudo registra uma taxa de evasão da ordem de 10%;

e) o ensino municipal atua predominantemente no meio rural.

Parace-nos que a redução das evasões implicaria não somente numa melhor eficiência pedagógica, mas também na implantação de algum tipo de assistência social, a ser previsto por meio de inquéritos especiais.

1.1.2 — O rendimento escolar

Outro aspecto do ensino primário que também deve ser encarado com muito interesse é o do insuficiente aproveitamento escolar dos alunos.

O quadro abaixo retrata a grandiosidade de números que traduzem a baixa produtividade de aprendizagem de nível primário no Rio Grande do Sul.

Trata-se dos contingentes de alunos reprovados ou tidos como insuficientes, no ensino primário em geral, em fins de cada ano:

| | |
|------------|---------|
| 1958 | 232.285 |
| 1959 | 254.176 |
| 1960 | 287.787 |
| No triênio | 774.198 |

Aí está o principal motivo por que a alfabetização das crianças em idade escolar não tem sido efetuada em índices capazes de conter a marcha crescente das populações analfabetas, na classe de idade de 15 anos e mais.

Só em relação ao 1.º ano do curso Fundamental Comum, que é a série de alfabetização por excelência, dos 304.402 alunos matriculados no fim de 1960, apenas 144.285 foram aprovados ou tidos como suficientes; 160.117 alunos não lograram aprovação. E a grande maioria deste contingente continuava analfabeta.

Ainda no ano de 1960, a situação do rendimento escolar, por entidade mantenedora, oferece o seguinte quadro:

| | Ens. Estadual | - Ens. Munic. | - Ens. Part. | - Geral |
|----------------|---------------|---------------|--------------|---------|
| Matr. Efetiva | 316.458 | 278.903 | 127.634 | 722.995 |
| Aprovações | 178.787 | 156.048 | 100.423 | 435.258 |
| % de aprovados | 56,5 | 56,0 | 78,7 | 60,2 |

É digno de nota o fato de o ensino primário mantido pelo Estado ter registrado um considerável declínio no rendimento escolar, a partir do ano de 1958. A redução em aprêço, em termos percentuais, foi 56,5, correspondente ao último triênio.

1.1.3 — *Analfabetos*

Quadro n.º 1

ENSINO PRIMÁRIO GERAL (ENSINO ESTADUAL) MATRÍCULA E EVASÃO

| ANOS | MATRÍCULA GERAL | MATRÍCULA EFETIVA | EVASÃO | |
|------|--------------------|----------------------|--------|---------------------------|
| | | | TOTAL | % sôbre a matrícula geral |
| 1950 | 164.837 | 127.410 | 37.427 | 22,7 |
| 1951 | 176.075 | 134.917 | 41.158 | 23,4 |
| 1952 | 181.365 | 140.292 | 41.073 | 22,6 |
| 1953 | 191.922 | 155.991 | 35.391 | 18,4 |
| 1954 | 201.362 | 162.645 | 38.717 | 19,2 |
| 1955 | 214.895 | 174.400 | 40.495 | 18,8 |
| 1956 | 233.199 | 192.771 | 40.426 | 17,6 |
| 1957 | 261.367 | 218.210 | 43.157 | 16,5 |
| 1958 | 282.374 | 234.639 | 47.735 | 16,9 |
| 1959 | 379.565 | 309.097 | 70.468 | 18,6 |
| 1960 | 383.091 | 316.458 | 66.633 | 17,4 |
| 1961 | 400.667 | 331.481 | 69.186 | 17,2 |

FONTE: Diretoria de Estatística Educacional.

A percentagem de evasão tem decrescido paulatinamente, a partir do ano de 1950. Entretanto, a taxa de 17,2, verificada no ano de 1961, é considerada ainda demasiado alta, quando sabemos que o ensino particular vem registrando, nos últimos anos, apenas 10% de evasão sôbre a matrícula geral.

Quadro n.º 2

ENSINO PRIMÁRIO GERAL

(ENSINO MUNICIPAL)

MATRÍCULA E EVASÃO

| ANOS | MATRÍCULA GERAL | MATRÍCULA EFETIVA | EVASÃO | |
|------|-----------------|-------------------|--------|---------------------------|
| | | | TOTAL | % sôbre a matrícula geral |
| 1950 | 257.780 | 211.930 | 45.930 | 17,8 |
| 1951 | 280.106 | 226.624 | 53.624 | 19,1 |
| 1952 | 272.990 | 235.358 | 37.632 | 13,8 |
| 1953 | 266.896 | 231.968 | 36.928 | 13,7 |
| 1954 | 288.026 | 239.795 | 48.231 | 16,7 |
| 1955 | 298.931 | 250.821 | 48.100 | 16,1 |
| 1956 | 309.975 | 267.642 | 42.333 | 13,7 |
| 1957 | 316.776 | 275.226 | 41.550 | 13,1 |
| 1958 | 318.370 | 276.712 | 41.658 | 13,1 |
| 1959 | 317.880 | 274.773 | 43.107 | 13,6 |
| 1960 | 324.851 | 278.903 | 45.948 | 14,1 |
| 1961 | 339.368 | 292.127 | 47.241 | 13,9 |

FONTE: Diretoria de Estatística Educacional.

É interessante observar-se que as escolas municipais, que quase na sua totalidade funcionam nas zonas rurais, apresentam um índice de evasão bem menor que as escolas mantidas pelo Estado.

Basta verificar que em 1961, enquanto a percentagem de evasão, nas escolas estaduais, foi de 17,2, no ensino municipal essa taxa veio a ser de apenas de 13,9.

Deduz-se daí que, nas zonas urbanas, as crianças abandonam as escolas muito mais facilmente que nas zonas rurais.

Quadro n.º 3

ENSINO PRIMÁRIO GERAL

(ENSINO PARTICULAR)

MATRÍCULA E EVASÃO

| ANOS | MATRÍCULA GERAL | MATRÍCULA EFETIVA | EVASÃO | |
|------|--------------------|----------------------|--------|--------------------------------|
| | | | TOTAL | % sôbre a matrí- cula geral |
| 1950 | 110.859 | 95.387 | 15.472 | 14,0 |
| 1951 | 104.383 | 90.189 | 14.194 | 13,6 |
| 1952 | 108.690 | 93.984 | 14.606 | 13,5 |
| 1953 | 100.622 | 89.499 | 11.323 | 11,2 |
| 1954 | 115.603 | 100.037 | 15.566 | 13,5 |
| 1955 | 121.112 | 103.660 | 17.566 | 14,5 |
| 1956 | 125.993 | 112.292 | 17.552 | 13,9 |
| 1957 | 139.790 | 117.418 | 13.701 | 9,8 |
| 1958 | 125.684 | 114.284 | 11.400 | 9,1 |
| 1959 | 137.320 | 123.693 | 13.627 | 9,9 |
| 1960 | 141.930 | 127.634 | 14.296 | 10,0 |
| 1961 | 148.362 | 133.198 | 15.164 | 10,2 |

FONTE: Diretoria de Estatística Educacional.

Cabe, indubitavelmente, ao ensino primário particular o privilégio de registrar o menor índice de evasão escolar. Há razões suficientes ligadas à vida do aluno matriculado em estabelecimento particular, que justificam ou explicam essa posição de superioridade do ensino privado.

A percentagem 10,0 de evasão sôbre a matrícula geral é tida como razoável.

Quadro n.º 4

**CURSO FUNDAMENTAL COMUM E COMPLEMENTAR
MATRÍCULA E EVASÃO**

| ANOS | MATRÍCULA GERAL | MATRÍCULA EFETIVA | EVASÃO | |
|------|--------------------|----------------------|---------|---------------------------|
| | | | TOTAL | % sôbre a matrícula geral |
| 1950 | 471.084 | 390.022 | 81.062 | 17,2 |
| 1951 | 485.068 | 412.703 | 72.365 | 14,9 |
| 1952 | 518.288 | 438.993 | 79.295 | 15,3 |
| 1953 | 529.644 | 450.485 | 79.159 | 14,9 |
| 1954 | 571.893 | 477.224 | 94.669 | 16,6 |
| 1955 | 600.978 | 505.114 | 95.864 | 16,0 |
| 1956 | 635.551 | 547.128 | 88.423 | 13,9 |
| 1957 | 676.715 | 586.132 | 90.583 | 13,4 |
| 1958 | 726.468 | 625.675 | 100.793 | 13,9 |
| 1959 | 775.979 | 663.930 | 112.049 | 14,4 |
| 1960 | 818.703 | 697.565 | 121.138 | 14,8 |
| 1961 | 855.527 | 730.318 | 125.209 | 14,6 |
| 1962 | 932.527 | 796.378 | 136.149 | 14,6 |
| 1963 | 1.009.527 | 872.232 | 137.295 | 13,6 |
| 1964 | 1.086.527 | 949.625 | 136.902 | 12,6 |
| 1965 | 1.163.527 | 1.028.558 | 134.969 | 11,6 |
| 1966 | 1.240.527 | 1.116.474 | 124.053 | 10,0 |

FONTE: Diretoria de Estatística Educacional.

A determinação da matrícula efetiva, referente aos anos de 1962 e 1966, condicionou-se à necessidade de redução da *evasão* até alcançar a taxa de 10%, considerada aceitável, no ano de 1966.

A redução progressiva de taxa de evasão e, com efeito, condição imperiosa para que se possa, efetivamente, cobrir o "déficit" escolar nos próximos três anos.

Para se ter uma idéia do quanto é importante uma política educacional de contenção da evasão, basta atentarmos para o fato de que, no ano de 1961, enquanto o 1.º ano do curso Fundamental Comum registrou um contingente de 287.077 matrículas novas (368.925 matrículas — 81.848 repetentes no ano anterior 287.077 matrículas novas), a evasão verificada, no ano anterior, atingiu a 121.138 alunos e a população das crianças aos 7 anos veio a ser da ordem de 145.501.

Com êsses dados, poderemos estabelecer o seguinte cálculo:

| | |
|-----------------------------------|----------------|
| Matrícula geral no 1.º ano | |
| do Fundamental Comum | 368.925 |
| Repetentes de 1960 | <u>81.846</u> |
| Matrículas novas em 1961 | 287.077 |
| População aos 7 anos (em 1961) .. | 147.863 |
| Evasão verificada (em 1960) | <u>121.138</u> |
| TOTAL | 269.001 |

$$287.077 - 269.001 = 18.076$$

18.076 corresponde efetivamente à redução do “déficit” escolar em 1961. É uma redução irrisória e inexpressiva, desde que se tenha em conta que em 1961 o “déficit” total, na idade de 7 a 14 anos, era de ordem de 228.114 crianças.

Quadro n.º 5**ENSINO PRIMÁRIO GERAL
RENDIMENTO ESCOLAR**

| ANOS | ENSINO ESTADUAL | | |
|------|-----------------|------------|-----------------|
| | MATRÍCULA | APROVAÇÕES | % DE APROVAÇÕES |
| 1950 | 127.410 | 79.449 | 62,4 |
| 1951 | 134.917 | 85.149 | 63,1 |
| 1952 | 140.292 | 90.265 | 64,3 |
| 1953 | 155.991 | 96.717 | 62,0 |
| 1954 | 162.645 | 105.540 | 64,9 |
| 1955 | 174.400 | 113.433 | 65,0 |
| 1956 | 192.771 | 124.593 | 64,6 |
| 1957 | 218.210 | 142.041 | 65,1 |
| 1958 | 252.247 | 166.797 | 66,1 |
| 1959 | 309.097 | 192.074 | 62,1 |
| 1960 | 316.458 | 178.787 | 56,5 |

FONTE: Diretoria de Estatística Educacional.

Note-se que em 1958 o ensino estadual assinalou um percentual de aprovações de 66,1 sôbre a matrícula efetiva, o maior verificado na década de 1950/1960.

Daí para cá, entretanto, houve um decrescimo impressionante no rendimento escolar do Primário Geral. Em 1960, apenas 56,5% dos alunos matriculados no fim do ano letivo conseguiram aprovação.

O Rio Grande do Sul tinha, em 1961, uma população escolar de 1.083.641 crianças. Dêsse total 391.070 eram analfabetas, o que corresponde a uma percentagem de 36,1.

O número de analfabetos é bem expressivo, desde que se considere que, enquanto o Estado não conseguir reduzir o contingente dos que não sabem ler e escrever para aproximadamente 200.000 crianças, não estará em condições de conter o crescimento de analfabetos nas populações adultas, em que pese a atuação dos cursos supletivos e iniciativas outras, visando a alfabetização dos maiores de 14 anos.

1.1.4 — “Déficit” Escolar

A política educacional adotada pelos sucessivos governos do Rio Grande do Sul, e principalmente no quadriênio 1959/62, tem-se caracterizado pelo esforço constante visando a eliminação do “déficit” escolar, na faixa de idade de 7 a 14 anos.

No entanto, os resultados obtidos não são os mais satisfatórios, evidenciando o muito que se deverá realizar no futuro para equacionar tão grave problema.

Eis como se comportou o contingente de crianças sem escola nos últimos 3 anos de que se dispõe informações:

| | “Déficit” | Redução |
|------------|-----------|---------|
| 1959 | 265.227 | — |
| 1960 | 247.631 | 17.596 |
| 1961 | 228.114 | 19.517 |

Considerando as cifras reveladoras da regressão do “déficit”, somente em 1973 o Estado poderia conseguir a escolarização total das crianças de 7 a 14 anos.

1.1.5 — Corpo Docente

Em 1950, o Rio Grande do Sul contava com um professor para 30 alunos no ensino primário geral. Em 1960, o Estado conta com um professor para 24 alunos. Atualmente, ano de 1963, o número de alunos por professor já deve ser bem menor.

De 1950 para 1960, o número de professores do ensino primário aumentou numa proporção de 100%, enquanto a matrícula geral registrou um aumento de 59,3%.

Pelo que tudo indica, o aumento do corpo docente primário não correspondeu a um impulso paralelo, não só no que respeita ao crescimento das matrículas, como também na marcha da alfabetização e do rendimento escolar.

Quadro n.º 6

ENSINO PRIMÁRIO GERAL

RENDIMENTO ESCOLAR

| ANOS | MATRÍCULA EFETIVA | ENSINO MUNICIPAL | |
|------|-------------------|------------------|-----------------|
| | | APROVAÇÕES | % DE APROVAÇÕES |
| 1950 | 211.930 | 126.173 | 59,5 |
| 1951 | 226.624 | 131.219 | 57,9 |
| 1952 | 236.358 | 131.593 | 55,7 |
| 1953 | 231.968 | 126.311 | 54,5 |
| 1954 | 239.795 | 141.502 | 59,0 |
| 1955 | 250.831 | 146.320 | 58,3 |
| 1956 | 267.642 | 152.294 | 56,9 |
| 1957 | 275.226 | 152.051 | 55,2 |
| 1958 | 279.133 | 157.866 | 56,6 |
| 1959 | 274.773 | 160.759 | 58,5 |
| 1960 | 278.903 | 156.048 | 56,0 |

FONTE: Diretoria de Estatística Educacional.

O ensino municipal vem registrando um rendimento escolar igualmente baixo. É sabido que a maioria dos municípios não oferece condições para uma eficiente seleção de seus professores. Sem dúvida nenhuma, é esta uma das principais causas do modesto índice de aproveitamento dos alunos dos cursos primários, a qual inexistente no ensino primário estadual.

Quadro n.º 7

ENSINO PRIMÁRIO GERAL
RENDIMENTO ESCOLAR

| ANOS | ENSINO PARTICULAR | | |
|------|-------------------|------------|-----------------|
| | MATRÍCULA EFETIVA | APROVAÇÕES | % DE APROVAÇÕES |
| 1950 | 93.387 | 72.501 | 76,0 |
| 1951 | 90.189 | 66.842 | 74,1 |
| 1952 | 93.984 | 71.381 | 76,0 |
| 1953 | 89.499 | 66.181 | 73,9 |
| 1954 | 100.037 | 75.658 | 75,6 |
| 1955 | 105.560 | 82.708 | 78,4 |
| 1956 | 112.292 | 87.334 | 77,8 |
| 1957 | 117.408 | 92.066 | 78,4 |
| 1958 | 122.555 | 96.987 | 79,1 |
| 1959 | 123.693 | 100.554 | 81,3 |
| 1960 | 127.634 | 100.423 | 78,7 |

FONTE: Diretoria de Estatística Educacional.

Verifica-se que o ensino particular, em confronto com os ensinos estadual e municipal, apresenta um elevado índice de rendimento escolar. Em toda a década de 1950/1960, a taxa de aprovação mais baixa foi de 73,9, ocorrida em 1953.

Se fôr verdadeira a hipótese de que os critérios de promoção, junto aos estabelecimentos particulares, atem-se ao mesmo nível de rigor dos critérios adotados nas escolas mantidas pelo Estado, será lícito assegurar que o rendimento do ensino primário particular é plenamente satisfatório, independentemente de outros fatores ou outras condições ligadas à vida do aluno, que possam favorecer ao rendimento.

Quadro n.º 8

ENSINO PRIMÁRIO GERAL

RENDIMENTO ESCOLAR

| Anos | PERCENTAGEM DE APROVAÇÃO SÔBRE A MATRÍCULA EFETIVA | | | |
|------|--|-----------|------------|-------|
| | ESTADUAL | MUNICIPAL | PARTICULAR | GERAL |
| 1950 | 62,4 | 59,5 | 76,0 | 64,0 |
| 1951 | 63,1 | 57,9 | 74,1 | 62,6 |
| 1952 | 64,3 | 55,7 | 76,0 | 71,0 |
| 1953 | 62,0 | 54,5 | 73,9 | 60,5 |
| 1954 | 64,9 | 69,0 | 75,6 | 64,2 |
| 1955 | 65,0 | 58,3 | 78,4 | 64,5 |
| 1956 | 64,6 | 66,9 | 77,8 | 63,5 |
| 1957 | 65,1 | 55,2 | 78,4 | 63,2 |
| 1958 | 66,1 | 56,6 | 79,1 | 63,5 |
| 1959 | 62,1 | 58,5 | 81,3 | 64,0 |
| 1960 | 56,5 | 56,0 | 78,7 | 60,2 |

Observe-se que, na década de 1950/1960, o ensino municipal registra as menores percentagens de aprovação sôbre a matrícula efetiva, no mesmo espaço de tempo.

Mas, o fato curioso que se nos apresenta aqui é a queda um tanto brusca nas taxas de aprovação do ensino mantido pelo Estado, a partir do ano de 1958. Enquanto a percentagem de aprovados no ensino estadual foi de 66,1, em 1960, essa taxa passa a ser de 56,5, aproximando-se bastante da insuficiente taxa de aprovação do ensino municipal.

O fato traduz, sem dúvida, uma impressionante queda da qualidade do ensino ministrado pelos professôres do ensino primário estadual.

Quadro n.º 9

**POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR (7 a 14 anos)
ANALFABETOS**

| Anos | Matrícula efetiva- va no 1.º ano do fundamental comum | Alfabetizados | Analfabetos |
|------|---|---------------|-------------|
| 1950 | 189.783 | 420.598 | 394.513 |
| 1951 | 198.442 | 439.788 | 400.395 |
| 1952 | 212.466 | 470.824 | 394.487 |
| 1953 | 220.095 | 487.729 | 402.710 |
| 1954 | 227.966 | 505.171 | 410.396 |
| 1955 | 240.452 | 532.839 | 407.856 |
| 1956 | 261.449 | 579.368 | 386.455 |
| 1957 | 276.506 | 612.734 | 378.217 |
| 1958 | 286.446 | 634.761 | 381.317 |
| 1959 | 295.211 | 654.184 | 387.022 |
| 1960 | 304.402 | 674.551 | 391.783 |
| 1961 | 312.541 | 692.571 | 391.070 |

NOTA: Os dados referentes à matrícula efetiva foram fornecidos pela Diretoria de Estatística Educacional.

O quadro acima demonstra que o contingente, em números absolutos, de crianças analfabetas, na idade de 7 a 14 anos, permaneceu mais ou menos estável, no decênio de 1950/1960.

Em 1950, o Rio Grande do Sul acusava uma população analfabeta, em idade escolar, da ordem de 394.513.

Em 1960, esse contingente continua sendo de 391.070.

Os dados referentes a 1961 são válidos para o início do ano de 1962.

Quadro n.º 10

POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR (7 a 14 anos)
ANALFABETOS

| ANOS | POPULAÇÃO DA CLASSE | ALFABETIZADOS | ANALFABETOS | |
|------|---------------------|---------------|-------------|-------------------------------|
| | | | TOTAL | % sôbre a população da classe |
| 1950 | 815.111 | 420.598 | 394.513 | 48,4 |
| 1951 | 840.183 | 439.788 | 400.395 | 47,7 |
| 1952 | 865.311 | 470.824 | 394.487 | 45,6 |
| 1953 | 890.439 | 487.729 | 402.710 | 45,2 |
| 1954 | 915.567 | 505.171 | 410.396 | 44,8 |
| 1955 | 940.695 | 532.839 | 407.856 | 43,4 |
| 1956 | 965.823 | 579.368 | 386.465 | 40,0 |
| 1957 | 990.951 | 612.734 | 378.217 | 38,2 |
| 1958 | 1.016.078 | 634.761 | 381.317 | 37,5 |
| 1959 | 1.041.206 | 654.184 | 387.022 | 37,2 |
| 1960 | 1.066.334 | 674.551 | 391.783 | 36,7 |
| 1961 | 1.083.641 | 692.571 | 391.070 | 36,0 |

Observa-se que, enquanto o percentual de analfabetos sôbre a população em idade escolar apresenta um discreto decrescimo, o contingente de analfabetos, em números absolutos, permanece quase inalterável, na década de 1950/1960.

O número de analfabetos, sem dúvida, continua demasiado alto, em princípio do ano de 1962.

No decurso do decênio em foco, o esforço de todo o sistema do ensino primário veio a ser suficiente apenas para alfabetizar um número de crianças equivalente aos novos contingentes analfabetos que, por fôrça do crescimento demográfico natural, passaram a integrar, anualmente, a classe de 7 a 14 anos.

Não é que não tenha havido um crescimento de matrículas capaz de satisfazer às perspectivas de uma alfabetização em grandes dimensões.

O motivo suficiente, de caráter negativo, tem sido a ausência de uma administração educacional em bases racionais ou científicas, no sentido de melhorar a qualidade do ensino, visando u'a mais rápida alfabetização das crianças e a contenção ou redução da formidável evasão escolar, que cresce de ano para ano.

Nesses últimos anos, u'a média de 150.000 crianças têm percorrido todo o currículo do 1.º ano do curso fundamental comum, sem aprender a ler e a escrever.

Por outro lado, já no ano de 1961, a evasão verificada nos cursos fundamental comum e complementar foi da ordem de 125.209 alunos. Vale assinalar que muitos desses alunos evadidos deixam a escola antes de terem sido alfabetizados.

Quadro n.º 11

POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR (7 a 14 anos)

"DÉFICIT" ESCOLAR

| ANOS | População aos 7 anos | "Déficit" aproximado da classe (7 a 14) | População aos 14 anos | "Déficit" acumulado |
|------|----------------------|---|-----------------------|---------------------|
| 1960 | 145.501 | 247.631 | 125.156 | |
| 1961 | 147.863 | 228.114 | 127.187 | 228.114 |
| 1962 | 151.744 | | 130.525 | 252.671 |
| 1963 | 156.229 | | 134.383 | 278.375 |
| 1964 | 160.573 | | 138.120 | 304.565 |
| 1965 | 165.275 | | 142.165 | 327.675 |
| 1966 | 170.527 | | 146.682 | 351.520 |

$$\frac{351.520}{5} = 70.304$$

A partir do ano de 1962, o curso Fundamental Comum teria que registrar um aumento anual médio de matrícula da ordem de 70.304 alunos, a fim de que a população em idade escolar possa ser totalmente escolarizada até o fim do ano de 1966.

Entretanto, todo e qualquer esforço dos Poderes Públicos, no sentido de cobrir o "déficit" até 1966, estará fadado ao insucesso, se não forem tomadas providências adequadas e urgentes para a redução progressiva da taxa de evasão, que, de maneira nenhuma, deveria ser superior a 10%, em relação à matrícula geral.

Quadro n.º 12

POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR (7 a 14 anos)

"DÉFICIT" APROXIMADO

| ANOS | POPULAÇÃO DA CLASSE | MATRÍCULA GERAL | "DÉFICIT" APROXIMADO | |
|------|---------------------|-----------------|----------------------|--------|
| | | | Total | Índice |
| 1950 | 815.111 | 471.084 | 344.027 | 42,2 |
| 1951 | 840.183 | 485.068 | 355.115 | 42,3 |
| 1952 | 865.311 | 518.288 | 347.023 | 40,1 |
| 1953 | 890.439 | 529.644 | 360.795 | 40,5 |
| 1954 | 915.567 | 671.893 | 343.674 | 37,5 |
| 1955 | 940.695 | 600.978 | 339.717 | 36,1 |
| 1956 | 965.823 | 635.561 | 330.272 | 34,2 |
| 1957 | 990.951 | 676.715 | 314.236 | 31,7 |
| 1958 | 1.016.078 | 726.468 | 289.610 | 28,5 |
| 1959 | 1.041.206 | 775.979 | 265.227 | 25,5 |
| 1960 | 1.066.334 | 818.703 | 247.631 | 23,2 |
| 1961 | 1.083.641 | 855.527 | 228.114 | 21,1 |
| 1962 | 1.112.083 | 932.527 | 179.556 | 16,1 |
| 1963 | 1.144.952 | 1.009.527 | 135.425 | 11,8 |
| 1964 | 1.176.788 | 1.086.527 | 90.261 | 7,7 |
| 1965 | 1.211.253 | 1.163.527 | 47.726 | 3,9 |
| 1966 | 1.249.738 | 1.240.527 | 9.211 | 0,7 |

Os dados de matrícula e "déficit" são previsões que atendem ao prognóstico de escolarização total das crianças de 7 a 14 anos, até o ano de 1966.

Se o curso Fundamental Comum consegue matricular, anualmente, 70.300 novos alunos, se a taxa de evasão fôr sendo reduzida progressivamente até alcançar 10% sôbre a matrícula geral em 1966, então, o "déficit" escolar estará praticamente coberto, neste último ano.

Quadro n.º 13

ENSINO PRIMÁRIO GERAL

CORPO DOCENTE

| ANOS | TOTAL | NORMA- LISTAS | SEM CURSO NORMAL | % de Normalistas sobre o Total |
|------|--------|------------------|---------------------|-----------------------------------|
| 1950 | 17.930 | 6.333 | 11.597 | 35,3 |
| 1951 | 18.080 | 5.832 | 12.248 | 32,3 |
| 1952 | 19.328 | 6.342 | 12.986 | 32,8 |
| 1953 | 19.219 | 6.303 | 12.916 | 32,8 |
| 1954 | 21.132 | 7.284 | 13.848 | 34,5 |
| 1955 | 22.532 | 8.363 | 14.169 | 37,1 |
| 1956 | 24.245 | 9.542 | 14.703 | 39,4 |
| 1957 | 26.123 | 11.204 | 14.919 | 42,9 |
| 1958 | 27.954 | 12.672 | 15.282 | 45,3 |
| 1959 | 33.313 | 15.298 | 18.015 | 45,9 |
| 1960 | 35.947 | 16.684 | 19.263 | 46,4 |

FONTE: Diretoria de Estatística Educacional.

Verifica-se a predominância quantitativa dos professores não normalistas sobre o total do corpo docente.

É possível que esta grande parcela de professores não qualificados seja o principal fator que justifica, não só o baixo rendimento escolar, mas também, em certa medida, o grande índice de evasão registrada.

É por demais sabido que, entre os professores não qualificados, muitos há que não se encontram em condições de assumir responsabilidade inerentes ao exercício do magistério.

Quadro n.º 14

ENSINO PRIMÁRIO GERAL
RELAÇÃO PROFESSOR / ALUNO

| ANOS | TOTAL DE PROFESSORES | MATRÍCULA GERAL | N.º DE ALUNOS POR UM PROFESSOR |
|------|----------------------|-----------------|--------------------------------|
| 1950 | 17.930 | 533.565 | 30 |
| 1951 | 18.080 | 540.629 | 30 |
| 1952 | 19.328 | 563.014 | 29 |
| 1953 | 19.219 | 562.640 | 29 |
| 1954 | 21.132 | 604.991 | 29 |
| 1955 | 22.532 | 635.015 | 28 |
| 1956 | 24.245 | 669.167 | 28 |
| 1957 | 26.123 | 708.973 | 27 |
| 1958 | 27.954 | 768.212 | 27 |
| 1959 | 33.313 | 834.806 | 25 |
| 1960 | 35.947 | 849.929 | 24 |

FONTE: Diretoria de Estatística Educacional

O número de alunos por professor vem decrescendo progressivamente, de 1950 para cá, como se constata na última coluna do quadro acima. Já em 1960, o número de alunos por professor é baixo, desde que se tenha em conta esta mesma relação em países desenvolvidos.

c 1.2 — *Diagnóstico da situação do Ensino Médio no Estado do Rio Grande do Sul*

Além de preparar para os cursos superiores tem o ensino médio a função importantíssima de formar técnicos-profissionais de nível médio, dependendo, porém, para cumprir sua missão, do contingente de alunos que a escola primária oferece.

Éis porque nos detemos na análise do sistema escolar.

1.2.1 — *Rendimento do sistema escolar*

A avaliação do rendimento do sistema escolar é feita estatisticamente pelo número de conclusões de cursos nos diversos níveis de ensino.

É surpreendente que o sistema de ensino gaúcho, tido como um dos melhores do país, apresente tão baixo índice de rendimento. O fato evidencia no quadro que segue, elaborado para cada grupo de mil crianças, das 233.191 que ingressaram na 1.ª série da escola primária no ano de 1950.

Quadro n.º 15

RENDIMENTO DO SISTEMA ESCOLAR

| ESPECIFICAÇÃO | ANO | N.º ALUNOS |
|---|------|------------|
| Entraram na 1.ª série do curso primário . . . | 1950 | 1.000 |
| Concluíram o curso primário complementar . | 1954 | 76 |
| Concluíram o curso médio de 1.º ciclo | 1958 | 37 |
| Concluíram o curso médio de 2.º ciclo | 1961 | 25 |

Este dado torna-se ainda mais alarmante se considerarmos que para cada grupo de 1.000 destes alunos matriculados, havia um grupo de 1.475 crianças, em idade de 7 a 14 anos, que não tinham escolaridade alguma.

Em 1959 concluíram seu curso, cerca de 11,9% dos alunos matriculados na 1.ª série primário em 1955. São Paulo registra a percentagem de 46,4, para o mesmo período.

Uma vez terminado o curso primário, em média, 46% destes alunos concluem o 1.º ciclo, ginásio o que demonstra que não nos afastamos muito do conseguido por São Paulo que é de 51%. Porém, é ainda muito significativo que se reduzam a menos da metade os concluintes do primário que finalizam seu curso de grau ginásial, tendo em vista que este contingente é bastante pequeno (11.977, em 1961).

Constata-se, então, que chegam ao fim do curso colegial apenas 2,5% dos que ingressaram no curso primário. E é este reduzido número que deverá proporcionar professores primários, técnicos industriais, agrícolas e comerciais e futuros universitários.

Os concludentes do 2.º ciclo representam 74% dos que finalizam os cursos ginásiais.

1.2.2 — *Matrícula e evasão*

A matrícula do 1.º ciclo do ensino médio tem um crescimento no período de 1950/1960 da ordem de 191% enquanto que o primário registra 59,3%. Tendo sido a expansão do curso primário, nos últimos anos, objeto da maior atenção no terreno educacional, percebe-se quão expressivo foi este crescimento dos cursos ginásiais.

O ensino de grau colegial apresentou um incremento de matrícula da ordem de 168%, no período de 1950/61.

O aumento da matrícula é bastante lisonjeiro se esquecermos a improvisação que este crescimento causou, obrigando a instalação de muitos ginásios sem equipamentos, e em prédios inadequados. Porém, a preferência votada ao curso secundário ginásial, em detrimento dos cursos técnicos-profissionais é contrastante com a etapa de desenvolvimento econômico por que atravessa o Estado.

Os 88,4% de alunos do secundário ginásial em 1955 e os 85,1% registrados em 1961, são o índice do quanto a população está condicionada ao esquema tradicional de ensino.

Dos cursos técnicos, somente o ginásio somercial registra algum aumento na preferência do alunado, confirmando a aversão aos trabalhos manuais que caracteriza a classe média brasileira.

O panorama se altera um pouco no 2.º ciclo, pois os cursos normais e o comercial dividem com o científico, as preferências dos alunos, porém, tal como no ginásio apenas 2,2% escolhem os cursos agrícolas e industriais.

A evasão observada nos cursos ginasiais é em torno de 8,5% representando a menor percentagem que se registra nos níveis de ensino considerados, mas a evasão do 2.º ciclo é de tal ordem que em alguns anos chega a superar percentualmente a do primário.

É provável que o preparo básico proporcionado pelos ginásios seja de baixo nível, fazendo com que o aluno tenha dificuldades em acompanhar o curso e, que a consciência de suas limitações, faça-o preferir abandonar o curso e submeter-se a uma possível reprovação.

O pouco número de colégios gratuitos, o alto custo do ensino particular, juntamente com as dificuldades financeiras e ainda a coincidência com a idade para serviço militar para os rapazes são outras causas que podem justificar essa evasão.

1.2.3 — *Rendimento Escolar*

Se comparados com o curso primário os índices de aprovações do 1.º e do 2.º ciclo do ensino médio, respectivamente 78,4% e 88,3%, em 1961, se apresentam bastante elevados.

Mas, se levarmos em conta a grande seletividade do nosso sistema de ensino e ainda que o índice é computado sobre a matrícula efetiva, não considerando os alunos que abandonaram a escola, verificamos então que o mesmo não é tão elevado.

1.2.4 — *Corpo Docente*

Não dispondo de elementos que informem sobre a qualificação do corpo docente do ensino médio, somente registramos o grande número de professores do 2.º ciclo em relação ao número de alunos.

A relação professor-aluno é em São Paulo neste ciclo de ensino, de 13 alunos por professor enquanto que em nosso Estado é de apenas 7.

Quadro n.º 16

RENDIMENTO DO SISTEMA ESCOLAR

| ANO | MATRÍCULA GE- RAL NA 1.ª SÉ- RIE DO CURSO PRIMÁRIO COMUM | CONCLUSÕES DO CURSO PRIMÁRIO | CONCLUSÕES DO CURSO MÉDIO | |
|------|---|------------------------------------|------------------------------|------------------|
| | | | 1.º ciclo (1) | 2.º ciclo (2) |
| 1950 | 233.191 | 12.432 | 4.267 | 2.568 |
| 1951 | 235.328 | 13.273 | 4.451 | 2.467 |
| 1952 | 254.016 | 15.272 | 4.478 | 2.762 |
| 1963 | 260.601 | 15.930 | 5.072 | 2.961 |
| 1954 | 275.054 | 17.644 | 5.557 | 3.190 |
| 1955 | 287.371 | 21.026 | 5.771 | 3.691 |
| 1956 | 307.408 | 22.253 | 6.820 | 4.161 |
| 1957 | 323.175 | 26.296 | 7.652 | 4.157 |
| 1958 | 337.392 | 29.734 | 8.541 | 4.324 |
| 1959 | 348.651 | 34.316 | 9.558 | 4.798 |
| 1960 | 360.974 | 33.941 | 10.514 | 5.049 |
| 1961 | 368.925 (3) | 35.549 | 11.997 | 5.769 |

FONTE: Diretoria de Estatística Educacional

NOTAS:

- (1) — No 1.º ciclo incluem-se os cursos SECUNDÁRIOS GINASIAL, NORMAL REGIONAL E RURAL, GINÁSIO INDUSTRIAL, COMERCIAL E AGRÍCOLA.
- (2) — No 2.º ciclo incluem-se o Colegial; CIENTÍFICO E CLÁSSICO, NORMAL, COLEGIAL INDUSTRIAL, COMERCIAL, AGRÍCOLA E ECLESIAÍSTICO.
- (3) — Dados sujeitos a retificações.

Dos 233.191 alunos matriculados na 1.ª série da escola primária em 1950, apenas 17.644, (7,6%) concluíram o 1.º ciclo do Ensino Médio e finalmente reduziram-se a 5.769 (2,5%) os que lograram alcançar o fim do 2.º ciclo em 1961.

Note-se que os dados de conclusões de curso incluem alunos que não fizeram regularmente o seu curso, isto é, crianças que iniciaram a sua escolaridade antes de 1950 e ainda que no ano de 1950 havia 344.027 crianças em idade escolar que não chegaram a ingressar na escola.

Quadro n.º 17

RENDIMENTO DO SISTEMA ESCOLAR

| ANO | % de conclusões de curso primário sobre a Matrícula Geral da 1.ª Série do Primário, 5 anos antes | ENSINO MÉDIO | |
|------|--|--|---|
| | | % de conclusões do 1.º ciclo sobre as conclusões do Primário, 4 anos antes | % de conclusões do 2.º ciclo sobre as conclusões do 1.º ciclo, 3 anos antes |
| 1954 | 7,6 | 44,7 | 71,7 |
| 1955 | 8,9 | 43,5 | 82,4 |
| 1956 | 8,8 | 44,7 | 82,0 |
| 1957 | 10,1 | 48,0 | 74,8 |
| 1958 | 10,8 | 48,4 | 74,9 |
| 1959 | 11,9 | 45,5 | 70,4 |
| 1960 | 11,0 | 47,2 | 70,0 |
| 1961 | 10,9 | 45,6 | 67,5 |

FONTE: Diretoria de Estatística Educacional

A tabela acima demonstra que, em termos percentuais, um maior número de crianças vem permanecendo na escola primária até o último ano, isto é, conseguem concluir o curso primário.

Os cursos de nível médio, a partir de 1958, passaram a registrar um percentual de conclusões cada vez menor.

Em média apenas 46% dos alunos que concluíram o primário, conseguem chegar ao fim do 1.º ciclo dos cursos médios. Dêstes, 74% chegam a concluir o 2.º ciclo. Isto significa que de 100 alunos que concluem o primário, 46 logram ultimar o 1.º ciclo e 34 conseguem ir ao fim do 2.º ciclo do ensino médio.

Quadro n.º 18

ENSINO MÉDIO — 1.º CICLO
MATRÍCULA E EVASÃO

| ANO | MATRÍCULA GERAL | MATRÍCULA EFETIVA | EVASÃO | |
|------|--------------------|----------------------|--------|---------------------------|
| | | | TOTAL | % sôbre a matrícula geral |
| 1950 | 29.917 | 27.724 | 2.193 | 7,3 |
| 1951 | 32.190 | 29.456 | 2.734 | 8,5 |
| 1952 | 34.571 | 31.803 | 2.768 | 8,0 |
| 1954 | 40.352 | 36.748 | 3.604 | 8,9 |
| 1953 | 45.507 | 41.982 | 3.525 | 7,7 |
| 1955 | 51.399 | 46.816 | 4.583 | 8,9 |
| 1956 | 56.403 | 51.214 | 5.189 | 9,2 |
| 1957 | 61.586 | 56.266 | 5.320 | 8,6 |
| 1958 | 69.694 | 63.484 | 6.210 | 8,9 |
| 1959 | 77.867 | 70.591 | 7.276 | 9,3 |
| 1960 | 87.017 | 79.380 | 7.637 | 8,8 |
| 1961 | 98.231 | 90.693 | 7.538 | 7,7 |

FONTE: Diretoria de Estatística Educacional

O crescente interêsse pelo ensino médio fica patenteadado quando se verifica que o número de matrículas triplicou no período de 1950 a 1961.

O 1.º ciclo do ensino médio apresenta o menor índice de evasão tanto em relação ao primário como também ao 2.º ciclo do ensino médio.

Em 1959 a evasão foi a maior registrada na série em estudo, e, a partir de então vem decrescendo.

Quadro n.º 19

ENSINO MÉDIO — 2.º CICLO
MATRÍCULA E EVASÃO

| ANO | MATRÍCULA GERAL | MATRÍCULA EFETIVA | E V A S Ã O | |
|------|--------------------|----------------------|-------------|---------------------------|
| | | | TOTAL | % sôbre a matrícula geral |
| 1950 | 11.655 | 10.172 | 1.483 | 12,7 |
| 1951 | 11.990 | 10.806 | 1.184 | 9,9 |
| 1952 | 13.705 | 12.086 | 1.619 | 11,8 |
| 1953 | 14.511 | 12.972 | 1.539 | 10,6 |
| 1954 | 14.869 | 13.277 | 1.592 | 10,7 |
| 1955 | 17.382 | 15.228 | 2.154 | 12,4 |
| 1956 | 18.403 | 16.209 | 2.194 | 11,9 |
| 1957 | 20.059 | 17.466 | 2.593 | 12,9 |
| 1958 | 22.800 | 19.603 | 3.197 | 14,0 |
| 1959 | 24.150 | 20.984 | 3.166 | 13,1 |
| 1960 | 27.447 | 23.069 | 4.378 | 16,0 |
| 1961 | 31.222 | 27.056 | 4.166 | 13,3 |

FONTE: Diretoria de Estatística Educacional

A par de um crescimento da ordem de 168%, o segundo ciclo do ensino médio surpreende pela sua alta percentagem de evasão.

Seria de esperar que após vencidas as duas primeiras etapas correspondentes ao primário e 1.º ciclo, os alunos que lograssem matricular-se no 2.º ciclo não abandonassem a escola. A evasão verificada em 1960, de 16,0, chega a superar a do primário, 14,9.

As prováveis causas do fato são as maiores exigências dêste ciclo de ensino sôbre o anterior e ainda razões de ordem econômica que levam os alunos a substituir a escola por uma ocupação remunerada.

Quadro n.º 20

ENSINO MÉDIO — 1.º CICLO
MATRÍCULA E EVASÃO

| CURSOS | 1 9 5 5 | | 1 9 6 1 | |
|-------------------------------|------------------|-----------------|------------------|-----------------|
| | Número de alunos | % sobre o total | Número de alunos | % sobre o total |
| Secundário Ginásial | 45.437 | 88,4 | 83.584 | 85,1 |
| Normal 1.º ciclo | 2.003 | 3,9 | 2.854 | 2,9 |
| Normal rural | 734 | 1,4 | 1.813 | 1,8 |
| Ginásial Agrícola | 387 | 0,8 | 1.034 | 1,1 |
| Ginásial Industrial | 1.049 | 2,0 | 2.011 | 2,0 |
| Ginásial Comercial | 1.789 | 3,5 | 6.935 | 7,1 |
| Total | 51.399 | 100 | 98.231 | 100 |

FONTE: Diretoria de Estatística Educacional

Do total de alunos do ensino médio de 1.º ciclo 85,1% está matriculado no curso secundário, evidenciando assim a preferência maciça que se dá no Estado ao ensino acadêmico tradicional.

É de salientar-se ainda que de 1955 a 1961, 81% do incremento da matrícula total concentrou-se neste curso, demonstrando que esta preferência não se alterou.

O ensino comercial de grau ginásial foi o único curso que registrou nos anos considerados um aumento digno de nota, em relação aos demais cursos.

Quadro n.º 21

ENSINO MÉDIO — 2.º CICLO
MATRÍCULA GERAL POR CURSOS

| CURSOS | Número de alunos | % sobre o total | Número de alunos | % sobre o total |
|---------------------------|------------------|-----------------|------------------|-----------------|
| Científico | 5.183 | 29,9 | 9.965 | 31,9 |
| Clássico | 930 | 5,4 | 1.729 | 5,5 |
| Normal 2.º ciclo | 4.292 | 24,7 | 7.946 | 25,5 |
| Colegial Agrícola | 194 | 1,1 | 373 | 1,2 |
| Colegial Industrial | 129 | 0,7 | 303 | 1,0 |
| Colegial Comercial | 4.613 | 26,5 | 8.141 | 26,1 |
| Eclesiástico | 2.041 | 11,7 | 2.765 | 8,8 |
| Total | 17.382 | 100 | 31.222 | 100 |

FONTE: Diretoria de Estatística Educacional

No 2.º ciclo do ensino médio a preferência da maioria do alu-
nado se encontra nos cursos científicos, normal e comercial.

Ao contrário do que ocorre no 1.º ciclo onde só um curso
concentra a maioria dos alunos, a preferência aqui se distribui por
êstes três cursos.

É interessante notar, porém, mesmo neste ciclo os cursos in-
dustrial e agrícola não conseguem atrair um número maior de
alunos, fato êste que não se modificou através do tempo.

Quadro n.º 22
RENDIMENTO ESCOLAR
ENSINO MÉDIO — 1.º CICLO

| ANOS | MATRÍCULA EFETIVA | APROVAÇÕES | ÍNDICE APROVAÇÕES |
|------|-------------------|------------|-------------------|
| 1957 | 56.266 | 43.424 | 77,2 |
| 1958 | 63.484 | 48.404 | 76,2 |
| 1959 | 70.591 | 55.057 | 78,0 |
| 1960 | 79.380 | 62.010 | 78,1 |
| 1961 | 90.693 | 71.068 | 78,4 |

Quadro n.º 23
ENSINO MÉDIO — 2.º CICLO

| ANOS | MATRÍCULA EFETIVA | APROVAÇÕES | ÍNDICE APROVAÇÕES |
|------|-------------------|------------|-------------------|
| 1957 | 17.466 | 15.479 | 88,6 |
| 1958 | 19.603 | 16.965 | 86,5 |
| 1959 | 20.984 | 18.336 | 87,4 |
| 1960 | 23.069 | 20.531 | 89,0 |
| 1961 | 27.056 | 23.900 | 88,3 |

FONTE: Diretoria de Estatística Educacional

É bastante expressivo o índice de aprovações registrado para o ensino médio de ambos os ciclos, no quinquênio 1957/1961, em relação ao que ocorre no ensino primário.

Justifica-se este alto índice pelo fato de somente atingirem os cursos médios os alunos bem dotados intelectualmente e economicamente.

Quadro n.º 24

ENSINO MÉDIO — CORPO DOCENTE
1.º CICLO

| ANOS | MATRÍCULA GERAL | CORPO DOCENTE | RELAÇÃO PROFESSOR/ALUNO |
|------|-----------------|---------------|-------------------------|
| 1950 | 29.917 | 2.142 | 14 |
| 1951 | 32.190 | 2.310 | 14 |
| 1952 | 34.571 | 2.210 | 16 |
| 1953 | 40.352 | 2.446 | 17 |
| 1954 | 45.507 | 2.849 | 16 |
| 1955 | 51.399 | 3.566 | 14 |
| 1956 | 56.403 | 3.962 | 14 |
| 1957 | 61.586 | 4.407 | 14 |
| 1958 | 69.694 | 4.854 | 14 |
| 1959 | 77.867 | 5.517 | 14 |
| 1960 | 87.017 | 6.587 | 13 |
| 1961 | 98.231 | 6.522 | 15 |

FONTE: Diretoria de Estatística Educacional

Em 1953 o coeficiente de 17 alunos por professor foi o maior registrado no período. A partir de então se mantém, em média, em torno de 14 alunos por professor.

A matrícula cresceu em 228% e o corpo docente praticamente acompanhou este crescimento, pois atingiu 240%.

Quadro n.º 25

ENSINO MÉDIO — CORPO DOCENTE
2.º CICLO

| ANOS | MATRÍCULA EFETIVA | CORPO DOCENTE | RELAÇÃO PROFESSOR/ALUNO |
|------|-------------------|---------------|-------------------------|
| 1950 | 11.655 | 1.552 | 8 |
| 1951 | 11.990 | 1.696 | 7 |
| 1952 | 13.705 | 1.702 | 8 |
| 1953 | 14.511 | 1.890 | 8 |
| 1954 | 14.869 | 2.033 | 7 |
| 1955 | 17.382 | 2.525 | 7 |
| 1956 | 18.403 | 2.752 | 7 |
| 1957 | 20.059 | 3.001 | 7 |
| 1958 | 22.800 | 3.316 | 7 |
| 1959 | 24.150 | 3.575 | 7 |
| 1960 | 27.447 | 3.750 | 7 |
| 1961 | 31.222 | 4.542 | 7 |

FONTE: Diretoria de Estatística Educacional

O crescimento da matrícula no 2.º ciclo vem sendo paralelamente acompanhado pelo corpo docente.

Sendo apenas de 7 o número de alunos para cada professor, êste índice nos indica quão oneroso é para a comunidade a formação de um aluno de grau colegial.

1.3 --- POLÍTICA EDUCACIONAL

“A muito custo chegamos, afinal, à compreensão de que a escola não é apenas o feliz coroamento de uma sociedade, mas a sua instituição básica, mantenedora de sua cultura e a promotora de sua dinâmica de desenvolvimento. Se a respectiva cultura entrar em fase de transformação, em virtude de mudança de estrutura e de condições de trabalho da sociedade, como é o caso do Brasil, a contingência de transformar a escola e expandí-la para atender às novas necessidades da sociedade em mudança faz-se verdadeiramente a própria condição de sua sobrevivência.

(Plano Trienal de Educação do Governo Federal).

Vivemos em plena era tecnológica. Em tôdas as áreas do conhecimento científico e nos diversos campos de trabalho humano, níveis de evolução e progresso técnico vêm sendo alcançados, com repercussão cada vez mais profunda nos modos de vida da sociedade moderna. Este contínuo evoluir vai exigindo transformações radicais nas instituições mais significativas da comunidade, de modo que não só os meios materiais melhoram e se procura adequá-los às exigências sócio-culturais e econômicas, como também as relações da vida comunitária se tornam cada vez mais complexas.

Tem-se observado que na dinâmica do panorama social a escola é a instituição mais impermeável a mudança e a que mais tarde se ajusta às exigências da atualidade para as conquistas do desenvolvimento. Já disse alguém, e com bastante propriedade, que “o mundo mudou a vida dos homens. A tecnologia invadiu os lares. As fábricas mudaram as formas de produção. A agricultura mecanizou-se e entrou para os laboratórios. A terra produz mais com métodos novos. Tudo mudou na face da terra. Menos os métodos escolares. Continuamos a recitar discursos para as criancinhas como se a imprensa não tivesse sido inventada, e como se os livros fôsem uma raridade de pergaminho, tesouro intocável das universidades medievais” . . . Por que só a escola não evolui? A escola como uma das

principais agências educativas, constituídas como uma unidade sócio-cultural, somente pode ser concebida como tal, quando sua estrutura e funcionamento estiverem em íntima conexão com a configuração da sociedade a que serve. Na condição de agência educativa, verdadeiramente atuante, destinar-se-á a colaborar na preparação do indivíduo para que ele possa cumprir os mais diversos papéis, no contexto econômico-social da comunidade.

Num país subdesenvolvido que toma consciência de suas carências sócio-econômicas, tecnológicas, culturais etc., a educação se transformou numa área que deve sofrer profunda revisão, através de planejamento vital, à luz das necessidades humanas e comunitárias.

Nestes países o atendimento das necessidades de educação está agravado pelo rápido crescimento demográfico.

Atender à evolução tecnológica e o incremento demográfico deve ser o grande objetivo do poder público no Estado ou no País.

O equacionamento do problema torna-se difícil quando se constata que a satisfação de ambas as exigências, a extinção do analfabetismo (número de analfabetos mais os contingentes anuais que se acrescentam) e a criação e respectivo aparelhamento de escolas que incorporem e integrem tecnologia moderna à nossa realidade, atingem custos financeiros enormes.

Se se considera US\$ 30 "per-capita" anual como a despesa necessária para se resolver o problema educacional no Estado, em todos os níveis, segundo o CEPAL, chega-se à conclusão de que a despesa atingiria 180 milhões de dólares (144 bilhões de Cr\$) ... A UNESCO, em pesquisas realizadas em 1953 e 1960 concluiu que o Brasil gastava, por habitante, em educação, somente US\$ 4,8 por ano.

Modernamente não é mais possível separar a educação de suas responsabilidades com o futuro da Pátria, porque as forças determinantes da mudança de uma sociedade, atuando através da educação, permite que transformações violentas e tensões sociais não ocorram com explosões destrutivas, mas possam ser alcançadas por meio da intervenção controlada e racional do processo educativo para o que a escola é instrumento de importância inestimável.

"Quando se considera o problema da substância do ensino é que se constata quão precária é ainda a sua contribuição para o processo de vinculação dinâmica do homem ao mundo social e cultural que

o circunda". Desde as formas substanciais do ensino, que precisam responder àquela necessidade fundamental, à sua estrutura administrativa que urge sofrer profunda reformulação, aos meios materiais que o oneroso custo precisam adequar-se à exigências atuais da técnica didática, às condições de relacionamento professor-aluno que se instaurarão em padrões legitimamente democráticos, deve a educação transformar-se e atuar vitalmente para preparar o "cidadão" a viver com plenitude a sua prerrogativa de "ser consciente".

A partir da escola primária objetiva-se incrementar o surgimento de uma nova consciência educacional, mais palpitante, mais viva e atuante, consentânea às exigências não apenas da divulgação das técnicas básicas, mas, paralelamente, com a sadia preocupação de colocar o problema do desenvolvimento econômica dentro da escola, para que se possa levar a infância e a juventude a construir uma mentalidade voltada para os problemas da produção e do consumo, da distribuição dos bens, da participação individual na elaboração do contexto sócio-econômico, pela contribuição expressiva no trabalho "feito com as mãos" e não somente no acréscimo do melhor nível individual de cultura intelectualista. "A educação para o desenvolvimento social e econômico precisa incluir, além dos ensinamentos que visam melhorar o ajustamento dinâmico do indivíduo às peculiaridades da vida da região, também, àqueles elementos que constituem as condições mínimas indispensáveis à participação na vida mais ampla da nova organização social e econômica, abrindo possibilidade, inclusive, à mobilidade social".

Parece-nos, assim, que a educação primária deverá ter como "função precípua a de proporcionar uma cultura básica geral que possibilite a todos participar de uma economia e sociedade moderna".

Projeta-se, também, enfatizar a orientação pré-vocacional, fazendo da escola primária uma oportunidade de descoberta de tendências que serão claramente identificadas numa escola média, funcional e menos acadêmica, de molde a preparar o alunado para uma definição futura significativa, oportunizada por uma escola técnico-profissional mais numerosa e criteriosamente ajustada às peculiaridades do desenvolvimento econômico, em regiões características do Estado.

Têm-se como certo que a tendência atual da educação deve ser a de extroverter-se para os incentivos comunitários, trazendo os motivos reais da vida social, em tôdas as suas perspectivas, para o sentido intencional que se vai imprimir à educação. Entretanto, tal

diretriz não é apenas uma teoria, ou uma doutrina filosófica. Para se cumprir será necessário que a escola se aparelhe a fim de propiciar algo mais do que "ler, escrever e contar".

O problema com que se defronta o Estado, não é apenas o de descobrir formas convenientes para absorção do alto índice de analfabetismo atual, conforme nos dá ciência o diagnóstico incluso. Há que considerar, também, um forte contingente do aluno escolarizado, infenso a qualquer influência dos efeitos da técnica pedagógica, vale dizer, a quem a escola nada fez em termos do rendimento escolar. Esta situação se reveste de características mais graves, quando o fato é analisado numa perspectiva econômica, considerando ser cada aluno de rendimento negativo, que permanece na escola, um fator de empobrecimento da rede escolar pela obstrução de vagas a novos contingentes e, concomitantemente, pela evasão cada vez mais elevada, como resultante da má qualidade do ensino. O diagnóstico de nosso panorama educacional parece evidenciar que as medidas técnico-administrativas a adotar não deveriam ser a de continuar a multiplicação da rede de escolas primárias, pois que isto representaria, do ponto de vista do sistema escolar, o surgimento de um monstro cujos movimentos escapariam ao controle de qualquer supervisão técnico-pedagógica racional.

Assim é prudente ingressar numa etapa de trabalho em que procurar-se-á aparelhar a escola de molde a que o ensino resulte produtivo e eficaz, aprimorando a formação do professor, para que possa responder às múltiplas implicações que o exercício de sua profissão acarreta, quer do ponto de vista técnico-pedagógico, quer de sua interação à comunidade.

Objetiva-se, agora, apoiar as iniciativas que visem estender a rede de escolas de nível médio, secundárias e técnico-profissionais, para que a escola participe, eficazmente, no movimento que empolga o mundo moderno para o progresso técnico, contribuindo na melhoria da mão de obra especializada, como base de boa parte da riqueza do País, pela formação de um alunado competente, socialmente responsável, capaz de suprimir as solicitações do mercado de trabalho, quando chamado a colaborar, no futuro, na reconstrução das reservas econômicas.

O estabelecimento de uma política educacional nestes moldes exige que a comunidade se associe por participação consciente. Assim ter-se-á como propósito significativo revitalizar o movimento dos Círculos de Pais e Mestres num sentido elevado e de valorização

da atitude democrática verdadeira, para que a sociedade por responsabilidade de cooperação com os planos educacionais do Estado, se identifique com os altos objetivos de bem comum que êles se propõem alcançar.

Há que referir também, para que melhor se esclareça a linha filosófica de nossos propósitos, que tôda ação educativa, nos diferentes níveis de ensino, deve buscar uma penetração em profundidade no sujeito da educação. Diz-se que “a educação sòmente pode assegurar uma verdadeira formação se se apoiar, durante o desenvolvimento de cada personalidade, sôbre a espontaneidade e a faculdade criadora. Consideramos ter boas razões de ordem psicológica para afirmar que os métodos da educação devem ser reorientados a fim de que tôda a gama de faculdades humanas — tanto a dos sentidos como as intelectuais, as criadoras tanto como as construtivas possam exercer-se e desenvolver-se, harmoniosamente, a fim de que todos os homens se conformem às normas de beleza que são as únicas, neste mundo de interêsses em conflito, objetivas, universais e unificadoras. Em suma a fusão integradora da arte, como comunicação do Belo une a sociedade, porque o Belo agrega o que é comum a todos.

Em concomitância, movimentos de cultura popular serão desencadeados, visando estabelecer uma linha de continuidade na ação educativa da escola, de longo alcance, pois que abrangerá a comunidade através dos Centros de Cultura Popular.

Por fim, num sentido amplo e segundo orientação da alta administração da SEC, será necessário tomar medidas por meio da educação, desde os mais tenros anos, o provimento da moral e do civismo, como fatores importantes no modo de viver democrático e na formação da integridade pessoal e social.

O Plano, ora concebido, estabelece metas, nos vários programas que o compõem, que são compatíveis entre si, isto é, entre os vários níveis de ensino, e que adequam os objetivos gerais da educação às necessidades do progresso de desenvolvimento sócio-econômico-cultural de nosso Estado.

1.3.1 — *Diretrizes Gerais*

Em síntese estas são as diretrizes para o triênio:

1. — Aprofundar as formas de atendimento das necessidades educacionais, visando o desenvolvimento e penetração das medidas

técnico-administrativas em qualidade, mais do que em quantidade, de modo a:

a. — manter em funcionamento condizente o atual sistema de ensino, de todos os níveis, ajustando-o às novas determinações emanadas da lei 4.024, de 20-12-1961, e bem assim do egrégio Conselho Estadual de Educação e da legislação vigente;

b. — incrementar as iniciativas que visem a progressiva absorção de índices de analfabetismos no Estado;

c. — provêr para que a rde de escolas construídas no Estado, com vistas à sua conservação e valorização seja continuamente atendida, quer por ampliação, quer por adequação à nova orientação do ensino, pela anexação de oficinas, salas de centro de comunidade, pavilhão de artes industriais etc.;

d. — enfatizar a execução do provimento da escola, em seus diferentes tipos, equipando-a adequadamente de material didático e aparelhamento escolar para que seja possível melhor rendimento qualitativa e quantitativamente superiores; considerando, porém, a necessidade de dar à educação um sentido comunitário abrangendo, consentâneo às exigências de desenvolvimento econômico e à problemática do mundo moderno, através da implantação de escolas primárias comunitárias;

e. — instalar a 5.^a e 6.^a séries primárias nos melhores grupos escolares do Estado, oferecendo opções vocacionais, visando despertar o educando para o trabalho;

f. — aprimoramento do pessoal docente por meio de um programa intensivo, de cursos, seminários, mesas redondas, missões pedagógicas, bôlsas de estudos, criação de novas oportunidades de especialização em Instituto de Educação, Faculdades de Filosofia e Órgãos Técnicos da SEC, a fim de que o professor, pela atualização constante de suas técnicas profissionais, possa obter rendimento efetivo em seus processos de trabalho, pois que ensaia-se sugerir *como um dos fatores* do alto índice de evasão escolar a má qualidade do ensino que está desvinculado das reais necessidades do aluno e do meio, com vistas à sua participação futura como “produtor” no contexto sócio-econômico da comunidade;

g. — redistribuir de forma racional o corpo docente das escolas primárias bem assim como das de grau médio;

h. — supervisionar com maior empenho o ensino rural, em seus diferentes níveis, proporcionando meios adequados a uma efetiva

correlação escola-comunidade rural, no sentido de estabelecer um recíproco envolvimento de ambas no desenvolvimento dos padrões de vida comunitária;

i. — assistir o escolar em suas necessidades vitais por um plano assistencial completo que alcance todos os planos da vida do educando;

j. — difundir o interesse pela cultura, pelas manifestações artísticas, através de um programa de Cultura Popular, embasado em pesquisas científicas.

2. — Estender a responsabilidade do Estado para o atendimento, em níveis progressivamente mais adequados, da escola de grau médio, mormente dos ginásios modernos e da escola técnico-profissional, através de um significativo programa assim distribuído:

a) — construir escolas completas e bem equipadas, para que possam satisfazer às diversificadas exigências desse tipo de educação;

b) — preparação de pessoal docente habilitado para prover a multiforme atuação profissional que este ensino exige;

c) — incrementar o restabelecimento do regime integral de horário escolar que permita à escola o alcance de todos os objetivos que se propõe, relativamente, à formação integral do aluno, para o pleno exercício dos seus direitos e deveres como cidadão, no futuro.

1.4 — Órgão Executor

1.4.1 — *Fundamentos legais e histórico das atribuições da Secretaria de Educação e Cultura*

Até 1935, as atividades no Estado, no setor da educação e da cultura, limitava-se à administração, organização e orientação do ensino primário, do ensino complementar e da educação física.

O Decreto n.º 5.969, de 1935, colocou sob a superintendência da Secretaria de Educação e Saúde Pública a Universidade de Porto Alegre, e o Decreto n.º 6.037, do mesmo ano subordinou diretamente ao Secretário de Estado o Ginásio Estadual e as escolas complementares equiparadas, o Museu do Estado e a Biblioteca Pública.

O Decreto n.º 7.615, de 1938, inclui sob a administração da Secretaria a Universidade Técnica do Rio Grande do Sul, o Teatro São Pedro e a Estatística Educacional.

O Decreto n.º 573, de 1942, moldado na lei federal que reorganizou o Ministério da Educação e Saúde Pública, definiu, pela primeira vez, em textos legais, as atribuições da Secretaria:

“Compete à Secretaria de Educação e Cultura, na esfera estadual, à administração das atividades relativas à educação escolar e à educação extra-escolar.”

O mesmo diploma legal dividiu os órgãos da SEC em órgãos de direção, órgãos complementares da direção e órgãos de execução.

A Lei n.º 3.602, de 1.º de dezembro de 1958, em seu artigo 2.º, inciso V, abrangeu, de modo feliz a totalidade das atribuições da SEC:

“A Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, tem por finalidade promover, orientar, coordenar, executar e controlar as atividades, direta ou indiretamente, ligadas aos problemas do ensino, da educação e da cultura.”

Como se vê as atribuições da Secretária de Educação, quer no campo educacional, quer na área da cultura popular são relativamente amplas. Deve-se, entretanto, reconhecer que as cumpre precariamente, em face da atual utilização dos recursos materiais e humanos disponíveis e da escassez de recursos financeiros.

Na área de sua finalidade fundamental, qual seja a de proporcionar educação primária a tôdas as crianças em idade escolar, a SEC efetuou uma tarefa muito aquém daquela que deveria realizar.

As escolas em geral estão desaparelhadas. Os estabelecimentos de ensino secundário e normal, na quase totalidade, funcionam em prédios alugados ou cedidos. O corpo docente, em todos os níveis de ensino, em sua maioria, não recebeu formação adequada e não obtém por parte da administração a assistência que deveria.

Além disso, a iniciativa particular, por motivos de várias ordens, tem decrescido nos últimos anos. A rede de escolas particulares ainda cresce, mas na proporção de dez anos atrás. Este fato acarreta ao Estado a obrigação de suprir as deficiências de escolas particulares, atendendo aos justos reclamos dos grupos sociais.

Até a última conflagração mundial, as exigências sociais no campo educacional aumentaram desmesuradamente em face das

novas condições de vida. Há, em tôdas as camadas populares, uma sede generalizada e incontida de mais educação, de mais instrução, de mais cultura.

Como consequência, todos os níveis de ensino têm crescido de modo imprevisível, com o natural prejuízo de seu aspecto qualitativo.

Os nossos administradores não tiveram elementos para prever esse crescimento sem limites, e, por conseguinte, não poderiam preparar-se para um atendimento que, hoje é realizado de modo precário, dentro das possibilidades orçamentárias do Estado.

Para esse atendimento, a nossa organização escolar está amparada, em sua retaguarda, por organização administrativa caríssima, obsoleta e ineficiente, cuja estrutura data de mais de 25 anos, quando os encargos da Secretaria não eram 30% dos atuais.

Esta obsoleta organização administrativa dificulta extraordinariamente o desenvolvimento harmônico e eficiente das atividades educacionais e culturais.

Há que se ressaltar, finalmente, que essa organização administrativa, inteiramente superada, é movimentada por um quadro de funcionários, em parte significativa do seu total, ~~sem~~ as necessárias qualificações para as funções que exercem.

1.4.2 — *Projeção para o futuro*

a) — Em face do que existe, e antes de qualquer outra medida, a Secretaria de Educação e Cultura deverá sofrer ~~uma~~ transformação radical e profunda em sua estrutura, para que se torne um organismo dinâmico e atuante, e, assim, atenda ~~uma~~ eficiência às necessidades urgentes do desenvolvimento educacional e cultural do Estado;

Reorganização dentro dos princípios científicos de administração, poderá produzir o que dela se espera na execução de suas atribuições.

b) — Como consequência necessária dessa reorganização estrutural, deverão todos os cargos e funções dos quadros da Secretaria serem preenchidos exclusivamente com pessoal ~~habilitado~~ em concursos ou provas de habilitação. A praxe atual de se atender às necessidades humanas com pessoal contratado, em geral sem habi-

lotação, é nefasta aos serviços administrativos-educacionais que exigem funcionários qualificados;

b) — A lotação dos quadros administrativos e docentes das nossas escolas oferece atualmente um aspecto contristador, já que não é realizada em função das necessidades de cada escola. Vê-se atualmente certas unidades escolares com um número excessivo de funcionários e de professores, enquanto outras se debatem com a falta de elemento humano. É de urgência e redistribuição de professores e funcionários, atendendo-se unicamente ao critério das necessidades de cada escola.

Para isso, torna-se indispensável uma padronização, com critérios racionais, dos quadros de servidores de nossas escolas para que elas sejam lotadas, permanentemente, apenas com o número indispensável de servidores necessários ao cumprimento integral de suas finalidades;

d) — Impõe-se, como medida inadiável, a criação de uma Diretoria ou Serviço de Patrimônio da Secretaria, a fim de que se possa exercer um controle efetivo e eficiente de todos os seus bens patrimoniais. Atualmente, o material em geral, requisitado por qualquer órgão ou escola, sai do Serviço específico, mas o seu destino futuro é totalmente desconhecido. Ninguém é responsável pelo seu consumo, pelo seu desaparecimento ou pelo seu desvio;

e) — Dentro da reforma administrativa que preconizamos, no item I) supra, dever-se-á dar especial atenção à Diretoria de Estatística Educacional, dando-se-lhe uma estrutura adequada e se lhe proporcionando todos os meios, indispensáveis para que possa fornecer, com rapidez, dados estatísticos razoavelmente atualizados;

f) — A criação de uma Biblioteca Central, para uso de todos os órgãos técnicos e administrativos da Secretaria, deverá constituir outra preocupação no planejamento de reestruturação dos serviços, extinguindo-se as bibliotecas particulares de cada órgão ou setor, evitando-se despesas desnecessárias com aquisição de vários exemplares de uma mesma obra;

g) — Da mesma forma, a reunião, em um único órgão, dos serviços médicos e de psicologia, fragmentados em vários órgãos da Secretaria, deverá ser objeto da reestruturação, e levando em consideração as grandes funções que o Estado exerce;

h) — Após a promulgação da lei que organizará o sistema estadual do ensino, será necessário consolidar toda a legislação sobre

o ensino riograndense, atualmente regido e regulamentado por um número sem conta de leis, portarias e circulares que, em razão de sua proliferação, dificultam seu cumprimento pelos órgãos de execução.

i) — Resolveu o Setor, entretanto, não dar prioridade à reestruturação administrativa, neste plano, pois que, segundo a orientação governamental, o problema deve ser estudado em planejamento próprio, em uma segunda etapa, ouvidos os órgãos especializados e os técnicos na matéria.

1.5 — *Metas dos Serviços Educacionais*

O quadro n.º A-I registra numéricamente, as metas de atendimento das necessidades educacionais em seus diversos níveis: educação primária, média e técnica.

Constata-se, entre outras atividades, que a educação técnica é a que sofre maior incremento no triênio 1964-66. O ensino Industrial de 1.º ciclo crescerá 146% com relação a 1962; o ensino industrial de II ciclo 57% e de grau primário 47%.

A situação da educação média será a seguinte: o ensino secundário crescerá 32%, tomando-se como base o mesmo ano de 1962. É interessante ressaltar que os novos estabelecimentos de ensino secundário seguirão a orientação do MEC. "Serão Ginásios orientados para a educação, para o trabalho, por intermédio de cursos comuns, com opção para prática de comércio, indústria e agricultura". É evidente que a criação de ginásios modernos está ampliando, ainda mais a capacidade de oferta de educação técnica de grau médio para a mocidade gaúcha.

Por outro lado, a educação média apresenta grande incremento no que se relaciona com a formação de professores. O ensino normal rural, o normal de I.º ciclo e o normal de II.º ciclo crescem, respectivamente, 1.304, 186 e 11%. O aumento significativo da capacidade de matrícula para professores rurais é explicado pelo tremendo "déficit" de professores titulados de que se ressentem o ensino primário municipal. Somente 4 em cada 100 professores do ensino primário municipal, são portadores de títulos.

A educação primária ampliará sua Rede Escolar, através do Ensino Rural e do programa de Descentralização do Ensino Primário. O Governo pretende continuar o processo de descentrali-

zação de acôrdo com o crescimento demográfico do município. Para tanto destinará recursos para a construção de escolas mediante "convênios" e propiciará a formação e o pagamento de professores titulados, sôbre os quais se assenta o sucesso de qualquer Plano de Descentralização.

O aumento percentual da matrícula do Plano de Descentralização será de 53% no triênio, sendo que em números absolutos, pasará de 168.000 em 1963 para 258.595 em 1966.

As metas registradas não poderão constituir limitação ao processo de descentralização do ensino primário. O Estado transferirá aos municípios as verbas que receberá da União em 1964, para a construção de Escolas Comunitárias, bem como transferirá unidades de sua própria rêde escolar, oferecendo vantagens e exigindo, por outro lado, o cumprimento das normas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no que se refere aos Municípios. Cabe à comunidade à responsabilidade do ensino primário, mas com subsídios complementares de outras esferas de govêrno, sejam técnicos ou financeiros.

A política do Govêrno, com relação ao ensino primário estadual, será orientada no sentido da consolidação do sistema existente, grandemente ampliado no último quadriênio. Aparelhar as escolas primárias com recursos didáticos adequados, redistribuir o pessoal docente, ampliar a duração do horário para 22 horas semanais, serão algumas das medidas que serão tomadas no triênio.

A redistribuição de professores primários é o objetivo de maior significação para o aumento da eficiência geral dos recursos humanos utilizados pelos serviços de educação. Os professores primários (inclusive aquêles que exercem funções burocráticas), e considerando à relação professor/aluno igual a 30, poderiam atender quase 500.000 alunos.

No entanto, em 1963, 19.434 professores atendem 320.505 crianças. Os números evidenciam que mais 180.000 crianças, poderiam ser atendidas pelos serviços de educação que o Estado propicia, sem gastar com admissão de novos professores.

O Ensino Supletivo pretende alfabetizar 22.000 adolescentes e adultos, em 1964; 28.500 em 1965 e 31.050 pessoas em 1966. Os cursos passarão a ter a duração de 8 meses, iniciando em abril e terminando em novembro. A localização dos cursos procurará atingir os maiores focos de analfabetismo, obedecendo uma orientação.

Para a melhoria qualitativa dos cursos serão publicados livros especializados, para professôres, e material didático (cartilhas) para os alunos.

A fim de ampliar a meta de alfabetização de adolescentes e adultos, procurar-se-á incentivar as entidades privadas ou pessoas interessadas em manter cursos. Para tal distribuir-se-á auxílios para equipamentos.

Orientação e Educação Especial registra metas modestas. Se se considerar a estimativa quanto a população deficiente (feitas em vários países) constata-se a seguinte situação no ensino primário estadual:

- 1) Matrículados no Ensino Primário Comum Estadual, (1963) — 320.505 crianças;
- 2) Necessitando Escola Especial — (3% sôbre o total acima) — 9.615;
- 3) Necessitando Classe Especial — (5% sôbre o total acima) — 16.025.

Das 25.640 crianças "excepcionais", o Estado atende 1963 sômente 1.470, portanto 5,7 das necessidades reais.

Para 1964 está prevista uma matrícula de 2.000 crianças, e para 1965 e 1966, 2.500 e 3.000 respectivamente.

A meta de Profilaxia e Tratamento do SEE diz respeito à descoberta precoce dos problemas causadores do desajustamento, de aptidões e à orientação de inclinação vocacionais.

Outros objetivos de real significação estão registrados no quadro n.º A-1. Salienta-se pela sua importância o seguinte: 1) Bôlsas de Estudo para os diversos níveis de ensino, num total de 16.739 em 1964; 16.523 em 1965 e 16.296 em 1966; 2) Microfilmagem de coleção de periódicos da Biblioteca Pública até o ano de 1955, de grande valia para os estudiosos e pesquisadores; 3) os diversos trabalhos técnicos do CPOE, todos visando a melhoria qualitativa do ensino estadual e etc.; 4) A edição da "Revista do Ensino" com uma tiragem de 500.000 exemplares em 1964 e 550.000 exemplares nos anos de 1965 e 1966. A Revista do Ensino viva o aprimoramento do magistério, através da divulgação de normas do ensino, fundamentos da educação e didática, e material didático.

A área atual de circulação da Revista é a seguinte:

No Estado: 27,5%

Nos demais Estados da Federação: 72%

no exterior: 0,5%

1.6 — Recursos Humanos e Reais

Já se disse em páginas anteriores a importância da educação para o processo de desenvolvimento econômico, social e cultural.

O Estado, no entanto, não dispõe de recursos para adequar quantitativamente os objetivos da educação às necessidades do processo de desenvolvimento.

Considerando os recursos humanos e materiais comprometidos com a prestação de serviços educacionais pelo Estado, resumidamente a situação é a seguinte: em 1963: dos 40.931 funcionários que trabalham na área social, 36.242 estão lotados na SEC, isto é, 88,5% (quadro n.º A-2). Como corolário da distribuição do pessoal, o que vale dizer, do volume de trabalho, a mesma situação se apresenta com relação às despesas de custeio, de capital e transferências às outras entidades públicas e privadas. A função educação absorve, em 1964, 80,2% das despesas de custeio na "área social", e 23,4% do Estado em seu conjunto; 77,5% das transferências correntes e 96,5% das transferências de capital, da área social são destinadas aos serviços educacionais.

A situação descrita não se altera no triênio 64/66. A despesa total em educação, em 1964, alcançará 34,4 bilhões de cruzeiros; 1965, passará a preços de 64, para 36,6 bilhões, atingindo, em 1966, quase 40 bilhões. Somando as cifras chega-se a uma despesa total, no triênio 1964/66, de 110 bilhões.

O custo financeiro para o atendimento das necessidades *mínimas* da educação, como se constata, é enorme, ultrapassando em muito a capacidade de financiamento do Estado.

2 — SAÚDE

2.1 — *Diagnóstico da Situação da Saúde no Rio Grande do Sul*

Os problemas da Saúde no Rio Grande do Sul são característicos de país sub-desenvolvido. Alguns indicadores dessa situação: sub-nutrição, altas taxas de mortalidade infantil e uma série de doenças transmissíveis e endêmicas, como a tuberculose, a hidatidose, a febre tifóide, a lepra, o tracoma. São típicas doenças de massa, que ainda predominam nas grandes coletividades, por força de determinismos da pobreza e das precárias condições de vida (má alimentação, má habitação e analfabetismo), resultantes do baixo nível de renda da população. A sub-nutrição, por sua vez, traz como consequência, graves transtornos no desenvolvimento normal do indivíduo, pouca resistência às enfermidades e queda física e mental para o trabalho, além de tremenda incidência na mortalidade infantil.

Os meios de preservação da saúde, por parte da estrutura médico-sanitária, se apresentam deficientes porque os recursos governamentais não têm garantido a continuidade de um plano fundamental, com atendimento adequado dos problemas de Saúde Pública. (Com o qual seriam evitados resultados parciais ou negativos.)

As noções fundamentais sobre o contágio, a prevenção e a imunização das principais doenças transmissíveis, são fatores básicos no estabelecimento da consciência sanitária popular. Com esta premissa será possível coordenar e orientar as medidas tendentes a concretizar os anseios de bem-estar da população, no que respeita à saúde. Entre as grandes conquistas da Saúde Pública está, precisamente, a Educação Sanitária, que veio substituir por meios suávorios os antiquados métodos policiais de controle e repressão.

Não é possível medir a saúde em termos positivos, que permitam estabelecer uma medida de relação com o que se pretenda obter em outros campos do bem-estar humano. O efeito da ação

sanitária somente poderá ser medido através de índices negativos, que permitam homogeneizar e indicar a quantidade de danos numa comunidade, servindo apenas de forma indireta para demonstrar o nível de saúde. A perda da saúde será julgada de acordo com a importância que o dano tem para a comunidade.

Assim, para ter-se uma idéia do nível de saúde no Estado, veja-se o quadro seguinte, que registra, referentemente ao ano de 1.960, nas respectivas zonas fisiográficas, os seguintes índices:

Quadro n.º 26

R. G. S. — ÍNDICES DE MORTALIDADE

1.960

| ZONAS FISIográfICAS | MORTALIDADE — ‰ | |
|---------------------------------------|-----------------|----------|
| | GERAL | INFANTIL |
| 1 — Litoral | 9 | 118 |
| 2 — Depressão Central | 9 | 88 |
| 3 — Missões | 6 | 66 |
| 4 — Campanha | 10 | 140 |
| 5 — Serra do Sudeste | 6 | — |
| 6 — Encosta do Sudeste | 9 | 118 |
| 7 — Alto Uruguai | 5 | 46 |
| 8 — Campos de Cima da Serra | 6 | 72 |
| 9 — Planalto Médio | 5 | 54 |
| 10 — Encosta Inferior do Nordeste ... | 7 | — |
| 11 — Encosta Superior do Nordeste .. | 6 | 47 |
| ESTADO | 7 | 73 |

FONTE: D. E. E.

O exame do comportamento da mortalidade infantil no Estado, revela ser "muito forte" (acima de 100‰) e "forte" na fronteira e nas grandes cidades industriais, com alta concentração operária. Os coeficientes abaixo, relativos de alguns municípios, dão uma idéia da situação:

Quadro n.º 27

R. G. S. — MORTALIDADE INFANTIL

1.961

| Fronteira | Coef. ‰ | Cidades Industriais | Coef. ‰ |
|-------------------|---------|---------------------|---------|
| Dom Pedrito | 209 | Rio Grande | 118 |
| São Gabriel | 117 | Pôrto Alegre | 90 |
| Uruguaiana | 165 | Santa Maria | 89 |
| Quaraí | 145 | São Leopoldo | 85 |
| Bagé | 139 | Nôvo Hamburgo | 77 |
| Alegrete | 114 | | |

FONTE: D. E. E.

Já na zona colonial, de um modo geral, os coeficientes são sobretudo baixos, conforme registra-se a seguir, com dados também de 1.961:

| | |
|-----------------------|------|
| Flôres da Cunha | 40 ‰ |
| Garibaldi | 34 ‰ |
| Bento Gonçalves | 32 ‰ |
| Veranópolis | 43 ‰ |

Na Capital, particularizando, a mesma situação se verifica nas vilas de malocas, onde os coeficientes de mortalidade infantil são “muito fortes”. O problema é mais social do que propriamente médico e, conseqüentemente, um programa de combate à mortalidade infantil deverá ter em vista a assistência da família.

A tuberculose aparece entre o grande número de doenças endêmicas que assolam o Estado. Os dados estatísticos demonstram uma incidência elevada e, o que é pior, o aumento progressivo

desta moléstia. Em 1.960 a maior incidência registrou-se na Depressão Central e Campanha, conforme observa-se no quadro seguinte, que registra, inclusive, a disponibilidade de leitos para doenças transmissíveis e tuberculose, por mil habitantes, no Estado.

Quadro n.º 28

**R. G. S. — LETALIDADE POR TUBERCULOSE E LEITOS
PARA TUBERCULOSE E OUTRAS DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS**

1.960

| ZONAS FISIOGRAFICAS | LETALIDADE TUBERCULOSE % | LEITOS ESPECIAIS | |
|----------------------------------|-----------------------------|------------------|-------------------------|
| | | Número | Leito para 1000 hab. |
| 1 — Litoral | 18,3 | 168 | 0,7 |
| 2 — Depressão Central | 54,7 | 1.486 | 1,1 |
| 3 — Missões | — | 64 | 0,2 |
| 4 — Campanha | 31,0 | 243 | 0,6 |
| 5 — Serra do Sudeste | 9,1 | 18 | 0,1 |
| 6 — Encosta do Sudeste | 29,4 | 180 | 0,5 |
| 7 — Alto Uruguai | 5,9 | 195 | 0,3 |
| 8 — Campos de C. da Serra .. | 5,8 | 23 | 0,1 |
| 9 — Planalto Médio | 9,0 | 97 | 0,2 |
| 10 — Enc. Inf. do Nordeste | 18,2 | 321 | 0,4 |
| 11 — Enc. Sup. do Nordeste ... | — | 60 | 0,2 |
| ESTADO | 26,7 | 2.855 | 0,5 |

FONTE: D. E. E.

Merece registro especial, a situação da Capital, situada na Depressão Central, cuja relação era de 1,1 leitos para doenças transmissíveis e tuberculose por mil habitantes. Em números absolutos, Pôrto Alegre dispunha de quase 50% do número desses leitos, ou seja, 1.316. Atualmente a Capital dispõe de 895 leitos para tuberculose, em apenas dois hospitais especializados, ou seja 365 leitos no Hospital Sanatório Partenon e 530 leitos no Hospital Sanatório Belém. Dêste último, 400 leitos são para indigentes.

A epidemia de difteria no Estado caracteriza-se pela sua alta incidência e pelo registro antigo e reiterado. Para seu combate, deve-se dedicar maiores recursos e esforços. Os casos confirmados de difteria e varíola no Rio Grande do Sul têm sido os seguintes, no último quinquênio:

Quadro n.º 29

R. G. S. — CASOS CONFIRMADOS DE DIFTERIA E VARÍOLA

| ANOS | DIFTERIA | VARÍOLA |
|------|----------|---------|
| 1958 | 685 | 517 |
| 1959 | 1.361 | 410 |
| 1960 | 918 | 976 |
| 1961 | 848 | 900 |
| 1962 | 1.115 | 1.594 |

FONTE: D. E. E.

Deve ser emprestada ênfase especial às medidas profiláticas em geral, e à vacinação em massa, objetivando neutralizar aquelas endemias consideradas de maior gravidade, ou sejam, aquelas que contribuem com elevados coeficientes de mortalidade e que apresentam os mais altos índices de incidência.

O Serviço de Doenças Transmissíveis da Secretaria da Saúde, cumpriu as seguintes metas, no que respeita a imunização:

Quadro n.º 30

SECRETARIA DA SAÚDE:
VACINAÇÕES REALIZADAS

| SERVIÇOS | 1960 | 1961 | 1962 |
|----------------------------|---------|---------|-----------|
| Visitas efetuadas | 16.725 | 11.158 | 12.396 |
| Imunizações: | | | |
| a) — Anti-variólicas | 590.163 | 503.805 | 1.049.996 |
| b) — Anti-tifólicas | 133.008 | 159.497 | 174.724 |
| c) — Anti-diftéricas | 69.941 | 109.732 | 185.508 |
| d) — Anti-coqueluche | 33.254 | 58.638 | 154.312 |
| e) — Anti-tetânica | 1.813 | 8.211 | 25.118 |
| f) — B. C. G. | 128.719 | 128.719 | 74.316 |
| g) — Anti-rábica | 7.267 | 2.293 | 1.322 |
| h) — Outras | 7.443 | 20.597 | 126.046 |

FONTE: S. Saúde

O empenho da Secretaria da Saúde na prevenção das doenças se verifica, também, através da produção de vacinas. Dentro das atuais condições, e sem detrimento das tarefas básicas de análises, o Instituto de Pesquisas Biológicas tem desenvolvido a produção de vacinas, em consonância com a atual conjuntura sócio-econômica.

Quadro n.º 31

I. P. B. — PRODUÇÃO DE VACINAS

| NATUREZA DA VACINA | 1960 | 1961 | 1962 |
|----------------------|-----------|-----------|-----------|
| Anti-variólica | 1.100.000 | 1.271.500 | 4.080.000 |
| Anti-tífico | 424.020 | 373.350 | 301.500 |
| Anti-rábica | 78.300 | 86.845 | 85.000 |
| B. C. G. | 249.935 | 261.740 | 212.358 |

FONTE: D. E. E.

A assistência médico-sanitária deveria orientar-se, sempre que possível, no plano profilático, desenvolvida no sentido de atender com prioridade o controle de todos os sadios, mas sujeitos à contaminação. Este trabalho deve ser desenvolvido através de uma rede de unidades sanitárias que envolva todos os recantos do Estado, onde haja população.

A distribuição da rede médico-sanitária-assistencial por zona fisiográfica no Estado, é a seguinte:

Quadro n.º 32

R. G. S. — REDE MÉDICO - SANITÁRIA - HOSPITALAR

| ZONAS FISIOGRÁFICAS | Municípios (1960) | | Unidades Sanitárias (1963) | Unidades Hospitalares (1960) | Leito p/ mil habi- tantes |
|--|----------------------|---------------|----------------------------------|------------------------------------|---------------------------------|
| | N.º | 1.000 HAB. | | | |
| 1 — Litoral | 5 | 236 | 8 | 10 | 3,5 |
| 2 — Depressão Cen- tral | 22 | 1.411 | 48 | 59 | 7,9 |
| 3 — Missões | 9 | 334 | 9 | 16 | 3,2 |
| 4 — Campanha | 8 | 375 | 8 | 13 | 4,2 |
| 5 — Serra do Sudeste | 7 | 200 | 8 | 10 | 1,3 |
| 6 — Enc. do Sudeste | 7 | 332 | 9 | 13 | 3,7 |
| 7 — Alto Uruguai .. | 31 | 750 | 35 | 65 | 3,7 |
| 8 — Campos de Cima da Serra | 7 | 222 | 7 | 18 | 2,8 |
| 9 — Planalto Médio. | 15 | 564 | 23 | 35 | 3,9 |
| 10 — Encosta Inf. do Nordeste | 27 | 785 | 33 | 66 | 4,8 |
| 11 — Encosta Sup. do Nordeste | 12 | 292 | 12 | 33 | 5,5 |
| ESTADO | 150 | 5.501 | 200 | 338 | 4,9 |

FONTES: D. E. E. e S. Saúde.

Analisando-se a distribuição da Rede Médico - Sanitária - Hospitalar do Estado constata-se em tôdas as zonas fisiográficas, uma predominância de unidades hospitalares em relação às unidades sanitárias, constituindo-se numa distorção da ordem de prioridade no que se refere à Saúde Pública.

A rede de unidades sanitárias do Estado tem a seguinte característica:

| | | | |
|------------------|---|-----|----------|
| Centros de Saúde | — | 15 | unidades |
| Postos de Saúde | — | 111 | „ |
| Sub-Postos | — | 43 | „ |
| PAMS-1 | — | 12 | „ |
| PAMS-2 | — | 19 | „ |

Para o atendimento dos municípios que ultimamente têm sido criados, fruto da filosofia emancipacionista, foi elaborado plano para criação de unidades menores.

O número apreciável de regiões emancipadas não apresenta adequada condensação populacional que comporte unidade sanitária tipo “Pôsto de Saúde”, gerando a concepção de novos padrões ou “Pôsto de Assistência Médico-Sanitária” (PAMS), capazes de dar pleno atendimento a encargos que cabem ao Estado, podendo acompanhar a evolução da própria comunidade a que servem.

Os Postos de Assistência Médico-Sanitária recentemente criados, ainda não foram todos instalados, faltando quatro PAMS-1 e oito PAMS-2.

O número de leitos hospitalares no Estado, comparativamente com os demais Estados da Região Extremo Sul, é satisfatório, ou seja cêrca de cinco leitos por mil habitantes; entretanto é sobretudo insuficiente em algumas zonas, destacando-se a Serra do Sudeste e Campos de Cima da Serra.

É interessante registrar que São Paulo, Estado de maior renda per-capita do Brasil, em 1.959 possuía 5,3 leitos por mil habitantes.

Na opinião de O. P. Pedroso (Subsídios para um Plano de Desenvolvimento da Assistência Hospitalar no Estado de São Paulo — 1.954), “... é de boa técnica estabelecer-se a relação de 10 leitos para mil habitantes, como o ideal na assistência hospitalar de um país.”

A relação número de leitos por habitantes é um dos indicadores mais utilizados para aferir a magnitude do equipamento sanitário existente. Deve-se levar em conta, também, a distribuição do número total de leitos pelo Estado e segundo a especialização médica.

Essa distribuição pode ser observada no quadro n.º 33, referente ao ano de 1.960. Destaca-se, com relação aos leitos, para doenças mentais, a concentração na Depressão Central, mais pre-

cisamente em Pôrto Alegre, onde existiam 2.985 leitos para este tipo de doença. Atualmente a Capital dispõe através do Hospital Psiquiátrico São Pedro, 4.200 leitos.

Deve-se registrar que as "enfermarias" de estabelecimentos penitenciários e de ensino possuem 124 leitos, os quais somados aos 27.024 indicados no quadro n.º 33, totalizam 27.148.

Quanto aos estabelecimentos, o panorama geral ora o seguinte:

| | |
|------------------------------|------------|
| Hospitais e Casas de Saúde | 338 |
| Enfermarias | 8 |
| Postos de Saúde | 117 |
| Ambulatórios e outros postos | 133 |
| | <u>596</u> |

Os quadros n.ºs 34 e 35 registram, por Regiões Fisiográficas, as instalações e o corpo clínico e auxiliar, somente dos hospitais e Casas de Saúde. Se o número de leitos é insignificante com correlação aos demais estabelecimentos, o mesmo não ocorre com o corpo clínico, pois 11 médicos trabalham em enfermarias, 744 em ambulatórios e outros postos e 271 em Postos de Saúde. O mesmo ocorre com os auxiliares de médico, laboratórios, salas especiais e instalações. As informações contidas nos quadros, acima, referem-se só aos hospitais e Casas de Saúde, sendo a análise, ou qualquer comparação, válida somente para o próprio serviço médico, prestado pelos mesmos.

É interessante, por outro lado, registrar que, segundo a propriedade, os 338 Hospitais e Casas de Saúde eram assim, distribuídos, em 1.960:

| | |
|--------------|-----|
| Federais | 1 |
| Estaduais | 4 |
| Municipais | 6 |
| Particulares | 327 |

Do total, 231 estão localizados nas sedes municipais e 107 fora da sede.

A quase totalidade dos hospitais é de finalidade geral (321), restando para finalidades especiais somente 17.

A assistência laboratorial é precária no interior do Estado. O envio de material aos centros mais adiantados, acarreta demoras, deterioração etc. Urge sejam melhor equipados, humana e material-

mente, os atuais laboratórios de Saúde Pública, a fim de que possam realizar, no mínimo, os exames de rotina de mais fácil execução.

Pelo exposto, a deficiência no setor de Saúde Pública situa-se justamente no aspecto básico: insuficiência de Unidades Sanitárias e dificuldades de atingir a população rural. Não se pode, também, ignorar a pouca eficiência do setor público dentro da sua capacidade material e humana. A questão não se resume em mera ampliação de seus serviços, mas, em grande parte, em imprimir um rendimento muito maior dentro dos recursos atuais. Os coeficientes encontrados revelam uma baixíssima produtividade de atendimentos, o que reclama medidas internas tendentes a extrair da capacidade técnica instalada uma prestação de serviços muitas vezes maior. A par disso, cumpre ter presente que a conquista de melhores padrões sanitários, tanto no campo como nos centros urbanos, está intimamente ligada a um nível de renda mais elevado e de modificações estruturais, que somente num processo intensivo de desenvolvimento é possível lograr. De qualquer forma é um fato incontestável, que a população rural tem ficado à margem de muitas medidas sanitárias. É, portanto, a que mais se ressentir e espera a ação positiva de uma nova política de trabalho no setor de Saúde Pública.

R. G. S. — ASSISTÊNCIA MÉDICO SANITÁRIA (Hospitais e Casas de Saúde)

LEITOS SEGUNDO A ESPECIALIZAÇÃO MÉDICA

1960

| | LEITOS ESPECIAIS PARA | | | | | | | TOTAL |
|----------------------------------|----------------------------------|---------------------------------|------------------|------------------------------------|---------|--------|--------|-------|
| | Clínica Médica e Cirurgica | Traumatologia e Ortopedia | Obste- tricia | DOENÇAS | | OUTROS | | |
| | | | | Transmissíveis e Tuberculose | Mentais | | | |
| 1 — Litoral | 371 | 5 | 124 | 168 | 16 | 133 | 817 | |
| 2 — Depressão Central | 4.141 | 254 | 537 | 1.486 | 3.007 | 1.674 | 11.099 | |
| 3 — Missões | 866 | 1 | 49 | 64 | 7 | 82 | 1.069 | |
| 4 — Campanha | 943 | 20 | 166 | 243 | 2 | 191 | 1.565 | |
| 5 — Serra do Sudeste | 209 | — | 21 | 18 | — | 15 | 263 | |
| 6 — Encosta do Sudeste | 549 | 17 | 87 | 180 | 78 | 319 | 1.230 | |
| 7 — Alto Uruguai | 2.047 | 19 | 154 | 195 | 23 | 349 | 2.787 | |
| 8 — Campos de Cima da Serra . | 451 | 6 | 48 | 23 | 3 | 83 | 614 | |
| 9 — Planalto Médio | 1.481 | 27 | 263 | 97 | 28 | 285 | 2.181 | |
| 10 — Enc. Inferior do Nordeste . | 2.581 | 33 | 353 | 321 | 104 | 395 | 3.787 | |
| 11 — Enc. Superior do Nordeste . | 1.258 | 14 | 121 | 60 | 29 | 130 | 1.612 | |
| ESTADO | 14.897 | 396 | 1.923 | 2.855 | 3.297 | 3.656 | 27.024 | |

FONTE: Departamento Estadual de Estatística

Quadro n.º 34

R. G. S. — ASSISTÊNCIA MÉDICO SANITÁRIA (Hospitais e Casas de Saúde)
CORPO CLÍNICO E AUXILIAR

1960

| REGIÕES FISIOGRAFICAS | N.º de Hos- pitais | CORPO CLÍNICO E AUXILIAR | | | | | |
|----------------------------------|-----------------------|--------------------------|--|---------------------|--------------------------|-------------------------|----------------------|
| | | Médicos | Farmacêuticos e práticos em farmácia | TÉCNICOS | | Enfermeiro diplomado | Outros auxiliares |
| | | | | do labora- tório | Operadores de Raios X | | |
| 1 — Litoral | 10 | 54 | 5 | 3 | 6 | 22 | 94 |
| 2 — Depressão Central | 59 | 973 | 27 | 41 | 48 | 380 | 2.979 |
| 2.1 — Pôrto Alegre | 25 | 810 | 14 | 29 | 37 | 317 | 2.660 |
| 3 — Missões | 16 | 65 | 9 | 5 | 8 | 27 | 162 |
| 4 — Campanha | 13 | 140 | 6 | 4 | 8 | 47 | 150 |
| 5 — Serra do Sudeste | 10 | 16 | 1 | 1 | 4 | 11 | 29 |
| 6 — Encosta do Sudeste | 13 | 93 | 9 | 3 | 6 | 42 | 228 |
| 7 — Alto Uruguai | 65 | 106 | 45 | 13 | 10 | 73 | 347 |
| 8 — Campos de Cima da Serra . | 18 | 27 | 11 | 3 | 4 | 13 | 88 |
| 9 — Planalto Médio | 35 | 137 | 26 | 12 | 19 | 78 | 394 |
| 10 — Enc. Inferior do Nordeste . | 66 | 135 | 36 | 12 | 32 | 119 | 579 |
| 11 — Enc. Superior do Nordeste . | 33 | 86 | 24 | 12 | 16 | 57 | 228 |
| ESTADO | 338 | 1.832 | 199 | 109 | 161 | 869 | 5.278 |

FONTE: D. E. E.

Quadro n.º 35

R. G. S. — ASSISTÊNCIA MÉDICA SANITÁRIA (Hospitais e Casas de Saúde)
 INSTALAÇÕES POR HOSPITAIS

1960

| REGIÕES FISIográfICAS | Número de hospitais | APARELHOS DE | | | SERVIÇOS DE | | | SALAS ESPECIAIS PARA | | |
|--------------------------------------|---------------------|--------------|---------------|---------------------|-------------------------|----------|-------------------|----------------------|--------|---------------|
| | | Relos X | Rádio-terapia | Eletro-cardiografia | Laboratório de análises | Farmácia | Gabinete dentário | Operações | Partos | Esterilização |
| 1 — Litoral | 10 | 12 | 3 | 1 | 4 | 8 | — | 20 | 13 | 11 |
| 2 — Depressão Central .. | 59 | 63 | 14 | 18 | 19 | 36 | 13 | 28 | 50 | 74 |
| 2.1 — Pôrto Alegre .. | 25 | 36 | 9 | 14 | 12 | 15 | 11 | 76 | 20 | 32 |
| 3 — Missões | 16 | 18 | — | 3 | 6 | 12 | 2 | 22 | 17 | 16 |
| 4 — Campanha | 13 | 15 | 1 | 2 | 2 | 12 | 3 | 23 | 18 | 14 |
| 5 — Serra do Sudeste ... | 10 | 8 | — | — | 3 | 6 | — | 11 | 8 | 10 |
| 6 — Encosta do Sudeste .. | 13 | 13 | 2 | 4 | 3 | 10 | 2 | 22 | 13 | 14 |
| 7 — Alto Uruguai | 65 | 25 | 4 | 6 | 19 | 60 | 2 | 75 | 61 | 65 |
| 8 — Campos de Cima da Serra | 18 | 11 | — | 1 | 5 | 15 | 1 | 20 | 15 | 17 |
| 9 — Planalto Médio | 25 | 27 | 4 | 7 | 9 | 27 | 2 | 55 | 40 | 41 |
| 10 — Enc. Inferior do Nordeste | 66 | 48 | 5 | 5 | 19 | 45 | 3 | 96 | 63 | 69 |
| 11 — Enc. Superior do Nordeste | 33 | 23 | 3 | 7 | 13 | 27 | 1 | 54 | 33 | 37 |
| ESTADO | 338 | 263 | 36 | 54 | 102 | 258 | 29 | 526 | 331 | 368 |

FONTE: Departamento Estadual de Estatística

2.2 — Política para o Triênio

As disponibilidades atuais de recursos materiais e humanos, reveladores do nível econômico e social, atingido pela sociedade gaúcha, impõe atividades mínimas de Saúde Pública.

Eis algumas atividades fundamentais executadas pela Secretaria da Saúde:

- a) — Assistência sócio-médico-sanitária a todos os grupos sociais, com atenção especial à gestantes e infantes;
- b) — Contrôles das doenças transmissíveis;
- c) — Saneamento
- d) — Educação Sanitária;
- e) — Bio-estatística.

O campo de ação da Saúde Pública não pode mais restringir-se apenas às atividades médicas propriamente ditas. Vários são os problemas a exigirem solução e dependem, de um modo geral:

- a) — do conhecimento das causas capazes de influir sobre o bem estar do indivíduo ou da coletividade;
- b) — dos recursos materiais e sociais de que a coletividade possa dispôr para manter ou melhorar seu padrão de Saúde;
- c) — do perfeito conhecimento que tenham do assunto os diversos grupos representativos da população.

Por outro lado, a Secretaria da Saúde deverá articular-se com tôdas as entidades que visam o bem estar coletivo, participando dos trabalhos de ação social que buscam auxiliar a família.

2.2.1 — Assistência Social

O Serviço Social tem por finalidade a recuperação integral do doente e o desenvolvimento da saúde, envolvendo o estudo e a solução dos problemas familiares e sociais, relacionados com a saúde.

Devido à insuficiência de técnicos e de recursos materiais, o âmbito de ações do Serviço Social tem ficado restrito à Capital e apenas a uma agência no Interior. Ressalta-se que os recursos de que dispõe tão importante setor da Secretaria da Saúde, não correspondem nem mesmo às necessidades da Capital do Estado.

Tendo em vista a realidade social, é justificável u'a maior atenção a êste tipo da assistência.

2.2.2 — *Assistência Odontológica*

O Serviço de Odontologia Sanitária, preferentemente através de normas, destina-se a proporcionar higiene oral, pré-natal, pré-escolar e cooperar na assistência das populações menos favorecidas, bem como utilizar os meios de profilaxia em massa da cárie dentária.

As atividades odontológicas consistirão em unificar os serviços odontológicos do Estado; dar atendimento odontológico em hospitais da Secretaria; fazer levantamentos epidemiológicos de cárie dentária para cumprir o que estabelece a Lei n.º 3.125, para controle dos benefícios da fluoração das águas; manter convênios com instituições de ensino odontológico, públicas ou privadas, visando um amplo atendimento à população menos favorecida e, principalmente, despertar aos alunos de odontologia para o problema social da profissão.

Para cumprimento dêste desiderato são necessárias medidas positivas no sentido de unir os recursos disponíveis, destinados à clínica odontológica da Secretaria da Saúde e da Secretaria de Educação, visando um atendimento efetivo e real aos escolares do Rio Grande do Sul. Segundo estatísticas dêste Serviço, em colaboração com a Comissão de Fluoração das Águas, o atendimento ao escolar citadino, nas idade de 7 à 14 anos, é de, somente, 15% de suas necessidades.

Prevê-se o atendimento no meio ambiente escolar, tendo em vista o sentido preventivo, tanto com tratamento precoce como pelo usos de medidas profiláticas de fluoração das águas de consumo, como aplicação tópica de flúor. O atendimento deverá ser pelo sistema incremental (tratamento completo) nas escolas e nas unidades sanitárias, para o tratamento escolar. O atendimento às gestantes deverá somente constar da remoção de focos.

Os convênios que pretende êste Serviço fazer com instituições, visam o atendimento ao adulto, entre outros, buscando maiores recursos técnicos dentro das Faculdades para casos que necessitarem tratamento especializado. O atendimento ao escolar pelo sistema incremental é o grande objetivo dêstes convênios.

O atendimento hospitalar deve ser precedido de um levantamento das necessidades dos doentes, visando disciplinar o deslocamento de profissionais para estas atividades.

2.2.3 — *Preparo e Aperfeiçoamento de Pessoal*

Problema de intensa magnitude é o da falta de pessoal preparado para execução dos serviços. Daí decorre a necessidade de estágios, para treinamento em serviço, do pessoal que irá exercer as mais variadas funções nos diferentes setores que integram a Secretaria, bem como a preocupação de preparar, adequadamente, o pessoal técnico.

A instituição dos Cursos de Saúde Pública, para preparação de médicos nessa especialização, em Pôrto Alegre, com a participação da Universidade do Rio Grande do Sul, da Escola Nacional de Saúde Pública, da Secretaria da Administração e, eventualmente, com outros órgãos interessados na formação de pessoal, possibilitaria maior oportunidade aos médicos do Estado. Neste sentido propôs-se a criação de Centros de Treinamento em Pôrto Alegre, junto ao futuro Centro Médico-Social — que congrega a população de 4 vilas — na Instituição São José de Murialdo.

Revitalizar-se-á, como Centros de Treinamento, as Unidades de Uruguaiana, Passo Fundo e Canoas, apoiados pela excelência dos serviços da duas primeiras e a possibilidade de elevar o nível da de Canoas, com medidas já tomadas de organização e supervisão.

A Escola de Saúde Pública formará técnicos nos diversos níveis e setores da Saúde e englobará todos os Cursos ou Escolas, atualmente existentes na Secretaria da Saúde.

A Escola de Auxiliares de Enfermagem tem por objetivo a formação de pessoal capaz de auxiliar o enfermeiro em suas atividades de assistência curativa. O Curso de Auxiliares de Enfermagem compreende o ensino técnico e prático e estágios em hospitais gerais e Unidades Sanitárias, tendo a duração de 2 (dois) anos letivos.

2.2.4 — *Higiene e Assistência Sanitária*

O Departamento de Saúde é responsável pela execução do programa de Higiene e Assistência Sanitária. Tem por função es-

pecífica orientar, coordenar e executar tôdas as atividades médico-sanitárias, visando a defesa e a prevenção da Saúde Pública.

As atividades fundamentais do Departamento de Saúde se realizam através de:

- a) — medidas para melhoria da salubridade pública, no que tange ao ambiente, condições e hábitos de vida;
- b) — programas sanitários de profilaxia das doenças transmissíveis, carenciais, degenerativas e outras;
- c) — serviços de assistência médica;
- d) — serviços de educação sanitária;
- e) — fiscalização do exercício da medicina e das profissões afins;
- f) — pesquisas, inquéritos, estudos e trabalhos de interesse médico-sanitário;
- g) — incentivo e orientação às atividades de caráter sanitário.

Entre os fundamentos, bases e diretrizes da Política Sanitária, está enunciada a abertura de mais amplos horizontes para a Saúde Pública, com os que será possível uma completa mobilização para auxiliar o povo a resolver os próprios problemas de saúde, de acordo com o padrão de vida local e os recursos comunitários disponíveis.

Os Centros de Saúde, na esfera mais evoluída, os Postos de Saúde, os Sub-Postos e os Postos de Assistência Médico Sanitária (PAMS), devem exercer suas atividades mínimas, condizentes com os problemas locais, para dar à população o que seria justo esperar de tais serviços públicos. A êstes padrões acrescentar-se-á um nôvo tipo de Unidade Sanitária, o "Pôsto de Assistência Médico-Sanitária Rural (PAMSRu)", com formação mais singela ainda do que as já configuradas com sede nos distritos que apresentam condições mínimas para existência de médico na localidade. A implantação da Unidade tipo PAMSRu será, sem dúvida, uma conquista original e um marco de pioneirismo, quando de fato se colocará, o Rio Grande do Sul, novamente, entre os melhores serviços de Saúde Pública do País.

Os técnicos da Saúde Pública, há muito tempo, vêm sentindo a necessidade de uma revisão nos métodos de trabalho das Unidades Sanitárias, para que o serviço possa manter caráter dinâmico e até pioneiro no campo da Saúde Pública. As Unidades Sanitárias deve-

rão funcionar em estreita relação com os hospitais locais, sendo recomendável sua integração. O hospital deve, assim, ser encarado como um elemento dinâmico, com grande poder de penetração na coletividade, através de tríplice função: assistência ao enfermo, pesquisa e educação sanitária.

A assistência médica oficial deverá ser feita através de uma Unidade Sanitária polivalente. Esta Unidade de Saúde, constituída de elementos materiais e financeiros, oriundos do Município, do Estado, da União, de entidades para-estatais e particulares, obedecerá à comando único. Caberá ao Estado a orientação normativa para uniformidade de ação.

Na luta contra a tuberculose pretende-se ampliar os trabalhos dos Dispensários existentes, instalando-os adequadamente, bem como desmembrar o Hospital Sanatório Partenon em Hospital sanatório e sanatório colônia. O primeiro, estritamente vinculado ao Dispensário, para tratamento clínico e cirúrgico a curto prazo; o segundo para atendimento de doentes crônicos e reabilitação de residuais. O Hospital Sanatório Partenon atualmente dispõe de 40 leitos cirúrgicos e 325 leitos clínicos, além de um pavilhão de isolamento, com capacidade para internamento de 50 enfermos agudos, com doenças transmissíveis.

A Campanha de Vacinação contra a Pólio, em face dos resultados obtidos nas últimas campanhas, será mantida, a fim de que se possa considerar como praticamente erradicada a paralisia infantil, através da vacinação de toda a população suscetível do Estado.

Quanto à cardiologia, pretende-se instalar o Instituto de Cardiologia em seu novo prédio, ampliando os serviços de atendimento aos cardiopatas, principalmente no setor da profilaxia e educação dos portadores de moléstias cardio-vasculares.

Para tratamento da Lepra, a orientação baseada no binômio "diagnóstico precoce-tratamento extensivo" e proscrição da compulsoriedade do isolamento, será mantida face aos resultados obtidos nos últimos sete anos, com os métodos profiláticos recomendados pelo Serviço Nacional de Lepra. Pretende-se a transformação — mudança do Hospital Colônia Itapoã, para regime de asilamento.

A campanha de Combate ao Cúlex, mantida pela Secretaria como resultante de convênio firmado entre o Estado e o Governo Federal, através da Delegacia Regional do Departamento Nacional de Endemias Rurais, vem obtendo os melhores resultados no com-

bate àquele inseto, bem como na extinção de seus focos, o que autoriza a prorrogar o Convênio por mais um ano, bem como apresentar projeto de modificação do sistema de trabalho, técnica e administrativamente, para aprimoramento dos serviços.

Pretende-se estender a todo Estado a atividade referente à fiscalização de gêneros alimentícios (do de a fonte até à entrega ao consumidor) e indústrias alimentares em geral.

Para isso se tornar possível, será necessário controlar a entrada de gêneros alimentícios no Estado, principalmente nas fronteiras.

A manutenção de Regiões Sanitárias seria o mecanismo de descentralização dos serviços da Diretoria dos Serviços de Higiene da Alimentação, com o fito de atingir a fiscalização de gêneros alimentícios no maior número possível de municípios e distritos do Rio Grande do Sul.

2.2.5 — *Assistência à Maternidade e à Infância*

O Departamento da Criança é responsável pela execução do programa de Assistência à Maternidade e à Infância. Preciçua-mente, compete-lhe executar atividades do âmbito da puericultura e pediatria, visando assegurar a vitalidade e a saúde da criança, nos diversos estágios de seu desenvolvimento.

Dentro dêste campo de atividades dois fenômenos sociais avultam, por sua gravidade e conseqüente repercussão econômico-social, tornando-se merecedores da melhor das atenções: a mortalidade infantil e a criança abandonada.

Embora distintos em suas conseqüências, de um modo geral, são comuns as causas desencadeantes. Na verdade, tanto uma, como a outra, em nosso meio, nada mais é do que o resultado do desajuste do meio ambiente em que se desenvolve a criança.

Os estudos estatísticos demonstram que são inexpressivos, como problema social, os coeficientes de mortalidade infantil e de menores delinqüentes nas comunidades de bom nível sócio-econômico e cultural.

Entretanto para que o Departamento da Criança possa arcar com a responsabilidade plena do atendimento das tarefas que lhe competem, necessário se torna que seja estruturado com a devida urgência, dotando-lhe de recursos funcionais e de pessoal técnico-administrativo.

Só se dará eficiente atendimento ao problema, depois de uma estruturação que permita o atendimento integral da criança, de modo a não haver solução de continuidade na orientação e coordenação do programa.

Infelizmente, tal como está dividido o trabalho, ficando parte dos encargos sob a responsabilidade de um órgão e outra parte atendida por outros setores, redundará em atritos de competência, duplicidade de comando e orientação e em prejuízo da própria administração e da solução dos problemas.

Mediante convênios ou acordos de trabalho, o Departamento da Criança mantém serviços médicos na Capital, através de 19 instituições particulares e no Interior, através de 5 instituições. Dispõe, ainda, dos serviços dos consultórios médicos de pediatria nos Centros e Postos de Saúde. Próprio, existe apenas um Posto de Puericultura no Interior. Somente quatro Postos de Puericultura, na Capital (L. B. A.), estão funcionando dentro dos modernos conceitos de P. P. Os demais são Ambulatórios de Pediatria que em nada diferem dos C. C. S. S. (Centros de Saúde).

Considerando como básico no combate à mortalidade infantil, urge serem implantados novos Postos de Puericultura, principalmente no interior do Estado. Nesse sentido pretende-se a construção de Postos em cidades onde a densidade demográfica, ou a existência de problemas assim os justificaram; bem como os postos volantes, destinados a atender comunidade onde, por sua densidade, não justifique um posto fixo.

A comunidade deverá dar sua participação no desenvolvimento deste programa, oferecendo sede e pessoal, constituindo-se como agente de ligação permanecendo entre o Posto Volante de Puericultura e a comunidade.

Embora o atendimento do problema da mortalidade infantil seja mais social do que médico, sem dúvida as causas diretas dêsse obituário, têm que ser socorridas pelos serviços médicos, necessitando, não raro, tratamento hospitalar. A carência de leitos específicos para pediatria é uma das grandes lacunas de nossa rede hospitalar. Existem, no Estado, apenas dois hospitais infantis (Porto Alegre e São Borja). Afora isto, o atendimento é feito em hospitais gerais, dos quais muito poucos possuem uma assistência especializada. Face, entretanto, ao alto custo de construção, instalação e manutenção de Hospitais Infantis Regionais, deverão ser consideradas, de imediato, medidas no sentido de melhor capacitar, em re-

cursos e pessoal técnico, as enfermarias de pediatria já existentes e, a médio prazo, a construção de mais um hospital infantil.

Pretende-se a criação do Instituto de Puericultura, cuja função primordial será a pesquisa científica, no campo da puericultura e pediatria, dos grandes problemas, tais como nutrição, distrofias, pluricarências, métodos de hidratação, distúrbios neurológicos, etc. De suas pesquisas originais, ou de confirmação de trabalhos de outras fontes é que tirará, o Departamento da Criança, as bases para sua orientação normativa. Outras finalidades não menos importantes do Instituto serão: o preparo de pessoal técnico e o atendimento pelos seus ambulatórios e enfermarias especializadas das crianças carentes de recursos e que necessitam de cuidados mais rigorosos, impossível de serem prestados nos serviços de rotina dos ambulatórios dos Postos de Puericultura.

2.2.6 — *Saúde Mental*

O Programa de Saúde Mental tem sua execução confiada ao Hospital Psiquiátrico São Pedro, onde são realizadas as tarefas de atendimento psiquiátrico de todo Estado, seja com a internação hospitalar, seja com os serviços ambulatórios de Higiene Mental.

A análise do problema da Saúde Mental, no Estado, deverá, portanto, começar pelo estudo das condições atuais daquele Hospital e, pela ampliação e desdobramento de seus serviços, será obtida a solução desejada.

O planejamento desta importante atividade objetiva, para maior índice de recuperação, no menor tempo de hospitalização, os seguintes itens:

- a) — Assistência preferencial ao doente agudo e semi-agudo.
- b) — Rápido rodízio de leitos nos serviços de agudos e semi-agudos.
- c) — Praxiterapia generalizada.
- d) — Estímulo às atividades comunitárias no Hospital.
- e) — Estímulo à inter-relação entre o Hospital e a comunidade.
- f) — "Fellow up" dos egressos através do serviço de Higiene Mental.
- g) — Intensificação do atendimento dispensarial.

A linha mestra da política de concentração de esforços no atendimento aos doentes agudos, evidentemente, deverá continuar sendo seguida. Igualmente, a ampliação e disseminação dos serviços de Higiene Mental, a princípio em Pôrto Alegre e depois no interior do Estado, criarão condições para que se reduzam o número de internações hospitalares, numa prevenção adequada aos surtos psicóticos.

O problema dos pacientes crônicos, entretanto, merece, já, a esta altura, ser abordado, pois criar-se-á condições tanto para dar-lhes alojamento mais humano, utilizando o Hospital Colônia Itapoã, que abriga, atualmente, apenas um total aproximado de 330 pacientes de Hansenose e que, segundo moderna política sanitária, devem ser localizados noutro tipo de estabelecimento.

Cogita a Secretaria da Saúde, em breve tempo, localizar êstes internados noutro estabelecimento, ficando, assim, aquêle enorme Hospital Colônia, que poderia, de imediato, com pequenas adaptações e trabalhos de desinfecção, abrigar 1.200 pacientes psicóticos crônicos.

Com pequeno investimento em obras e em equipamentos (em grande parte já existentes no Hospital Psiquiátrico São Pedro e que poderão ser logo transferidos para o Centro Psiquiátrico Infantil) será possível, até 1.966, contar com um núcleo-pilôto do Centro Psiquiátrico Infantil, para transformar-se num estabelecimento modelar e pioneiro no Brasil, localizado na atual Colônia Petrópolis.

Desafogado o Hospital Psiquiátrico São Pedro, pela criação do Hospital Colônia, em Itapoã e pelo Centro Psiquiátrico Infantil em 1.964 e 1.965, respectivamente haverá possibilidade de proceder-se reformas urgentes no corpo do Hospital, ampliando suas possibilidades de funcionamento, em complementação aos dois novos pavilhões, cuja construção é prevista para 1.964 e 1.965.

É pensamento da direção do Departamento de Saúde Mental dar autonomia ao atual Serviço de Higiene Mental do Hospital Psiquiátrico São Pedro, transformando-o no núcleo de assistência psiquiátrica setORIZADA do Estado, o que se justifica pela experiência colhida pelos que ali trabalham. Para dizer da importância desse Serviço, basta referir que, no ano de 1962, atendeu êle 10.668 consultas. Pretende-se, como meta para 1.966, que êsse número seja triplicado.

É de tôda conveniência a instalação de Postos Psiquiátricos em zonas mais acessíveis para o público, tanto da capital como do interior do Estado.

Pensa-se, no momento, que a solução mais adequada à realidade seja sua instalação junto aos Centros de Saúde, em áreas de atividades daquelas Unidades Sanitárias, através de ajustamentos de horários que permitam o desdobramento das tarefas. Os locais adequados, em *Pôrto Alegre*, são os Centros de Saúde n.ºs 1 e 2.

A seguir, dever-se-á estender os serviços à zona industrial próxima da Capital, pela alta incidência de internações de pacientes procedentes dessa região. Esta política será progressivamente estendida a outras regiões do Estado.

2.2.7 — *Pesquisas Biológicas*

O Instituto de Pesquisas Biológicas desenvolve destacada atuação no campo específico de suas atividades e estará prestando valiosa contribuição para o encaminhamento de soluções de inúmeros problemas sanitários do Estado.

Entre as atribuições do I. P. B. estão a realização de investigações científicas e o estudo dos problemas regionais de Saúde Pública e, em andamento, uma série de pesquisas e investigações, com a finalidade de aprimorar nossos serviços técnicos de Saúde Pública.

Apesar de não ser sua atribuição específica, o I. P. B. tem tomado a seu cargo, juntamente com o Departamento de Saúde e outros órgãos, programas da mais alta importância para a Saúde Riograndense.

Dadas as suas condições técnicas o Instituto de Pesquisas Biológicas é, um dos três laboratórios do Brasil, encarregado do preparo final da vacina Sabin. A êle esteve a está afeta toda a orientação técnica das sete etapas de realizações em nosso Estado, além da maior extensão programada para o triênio 1.964/1.966.

2.3 — *Órgão Executor*

Inicialmente, a execução dos serviços de educação e saúde afetos à Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública.

A parte relativa à Saúde era exercida através à Diretoria de *Higiene*.

Por Decreto n.º 7.481, de 14-9-38, foi criado o Departamento Estadual de Saúde, decreto êsse que mais tarde foi regulamentado

peço de n.º 7.558, de 11-11-38, verificando-se, assim, uma reorganização dos serviços sanitários do Estado do Rio Grande do Sul.

Com a reorganização dos serviços sanitários, a Secretaria de Educação e Saúde Pública, por razões de ordem técnica e administrativa, propôs ao Governo do Estado a criação da Secretaria da Saúde ou a desincorporação, pura e simplesmente, do então Departamento de Saúde, que passaria a ter vida independente.

Essa medida foi efetivada com a promulgação do Decreto n.º 31, de 6-9-40; o Departamento Estadual de Saúde foi desincorporado da Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública, ficando sua direção autônoma técnica e administrativamente, sujeito, no entanto, à Secretaria do Interior e Justiça, unicamente para "referendum" dos atos da competência do Sr. Governador do Estado.

Por Decreto n.º 844, de 27-7-45, foram reorganizados os serviços do Departamento Estadual de Saúde e o respectivo quadro de pessoal.

Por Decreto-Lei n.º 1.063, de 13-2-46, passou a fazer parte do DES, o Serviço Social de Menores, Abrigo de Menores e Colônia Educacional "10 de Novembro", a fim de serem organizados os serviços de Assistência Social.

Mais tarde êsses serviços tornaram-se autônomos e hoje integram a Secretaria de Estado dos Negócios do Trabalho e Habitação.

No ano de 1.958 o Departamento Estadual de Saúde foi elevado à categoria de Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde, com a finalidade de promover, orientar e coordenar a execução de serviços de Saúde Pública, por meio de medicina preventiva e curativa; de proteção à maternidade e à infância; de difusão de ensinamentos de puericultura e de educação sanitária, de conformidade com a Lei n.º 3.602, de 1-12-58, que reorganizou o Poder Executivo, a partir de 31-1-59.

A Secretaria da Saúde teve sua reestruturação regulamentada pelo Decreto n.º 10.390, de 10-3-59.

Por Decreto n.º 12.725, de 23-10-61, foi alterada a redação do artigo 1.º do Decreto n.º 10.390, de 10-3-59, incluindo, entre os seus órgãos, o Serviço de Odontologia Sanitária.

Mais tarde foram criadas as escolas de Auxiliares de Enfermagem e de Saúde Pública do Rio Grande do Sul, respectivamente, por decretos n.ºs 5.027, de 30-6-54 e 13.812, de 11-7-62, essa última com a finalidade de realizar cursos anuais e regulares para a for-

mação de técnicos nos diversos setores da Saúde Pública. Futuramente, quando fôr oficializada a Escola de Saúde Pública, a Escola de Auxiliares de Enfermagem passará a integrá-la.

Acresce salientar que a Secretaria da Saúde, embora estruturada pelo Decreto n.º 10.390, de 10-3-59, vem funcionando com a organização expressa no Decreto n.º 844, de 27-7-45, isto é, na forma de Departamento. Para regularizar esta situação, o Exmo. Sr. Secretário da Saúde designou um Grupo de Trabalho (Portaria n.º 925, de 3-7-62), com a atribuição de estudar e elaborar o programa de reestruturação de seus serviços.

2.4 — *Metas dos Serviços de Saúde*

A política de ação da Secretaria da Saúde enfatiza os serviços de medicina preventiva, orientada principalmente para os grupos sociais de menores recursos, com os quais o Estado tem maiores obrigações.

A assistência social, além de casos específicos, facilmente quantificáveis, será prestada também coletivamente, à comunidade, através de publicações, conferências, etc. como casos específicos serão atendidos cerca de 9 (nove) mil pessoas em 1.964, objetivando-se um aumento de 44% durante o triênio.

A assistência odontológica, prestada através das Unidades Sanitárias, terá um incremento significativo face à instalação adequada de novas Unidades. Prevê-se completar, em 1.964, 20 (vinte) mil tratamentos, elevando-se em 50% no último ano. Através da educação sanitária pretende-se, ainda, aumentar os tratamentos não terminados em relação ao número de inscrições. No triênio 1960/62, esta relação foi de 68%, estimando-se para 1964/66, 52%. É interessante destacar-se, neste serviço, os exames feitos em escolares com o objetivo de controle das cáries dentárias, para medir os resultados do trabalho de fuoração das águas.

O preparo e aperfeiçoamento de pessoal será realizado preparando-se pessoal auxiliar e técnico para diferentes funções na Secretaria, bem como auxiliares de enfermagem. Em ambos os cursos prevê-se, para 1.964, a freqüência de 120 (cento e vinte) e 40 (quarenta) alunos, respectivamente, elevando-se na mesma ordem, em 60% e 50% já no segundo ano, quando espera-se estejam devidamente reequipadas as atuais instalações, mantendo-se constantes as metas para o terceiro ano do triênio.

O programa de Higiene e Assistência Sanitária possui metas bastante heterogêneas, tais como: controle e interpretação da demografia estatística, alvarás de licença fornecido, etc. Entre as metas quantitativas destacam-se as seguintes:

- a) cursos ministrados objetivando maior educação sanitária, num total de 387 no triênio;
- b) limpeza de 945.000 m² de valas no triênio, para saneamento de focos;
- c) para profilaxia e assistência das cardiopatias prevê-se para o triênio a realização de 30.000 consultas e atendimentos e 6.620 exames;
- d) para profilaxia das doenças venéreas prevê-se a realização de 164.276 consultas e atendimentos e 47.395 exames, no triênio;
- e) para profilaxia e atendimento da lepra estão previstos 43.500 atendimentos/ambulatório para o triênio, bem como 525.900 diárias/leito.

Os Serviços Sócio-Médico Sanitários, a serem executados pela Rede de Unidades Sanitárias do Estado, objetivam, no triênio, as seguintes metas:

- a) no Serviço de Higiene Médico-Social, 113.592 inscrições em Higiene pré-Natal, observando-se no último ano um aumento de 65% sobre o primeiro; 135.269 inscrições em Higiene Infantil, com aumento de 56% no último ano; 148.670 inscrição em Higiene pré-Escolar, aumentado de 56%, no último ano; 74.175 inscrição em Higiene Escolar, com aumento de 56%; 125.754 inscrições para Assistência Médica, aumentando 72% no último ano sobre o primeiro;
- b) ainda no Serviço de Higiene Médico-Social, para combate de doenças transmissíveis, prevê-se, no triênio, 3,5 milhões de imunizações.

Os Serviços de Fiscalização de Alimentos visam 37.500 fiscalizações para controle de carnes e derivados; 21.000 para controle de leite e derivados e 130.000 para outros alimentos. Os aumentos percentuais no último ano, serão de 43, 80 e 58%, respectivamente.

A Assistência Médico-Hospitalar ao Tuberculoso prevista para o triênio é a seguinte: 436.175 diárias/leito, sendo que sofrerá um aumento de 14% no 2.º ano, em função das inversões a serem realizadas, mantendo-se constante no 3.º ano do triênio.

O programa de Assistência à Maternidade e à Infância tem como metas principais, para o triênio, 437.163 consultas na Assistência Médico Social à Gestante e ao Infante; atendimento de 915.940 escolares na Assistência Médica e Social ao Escolar, com aumentos percentuais no último ano de 156% e 56%, respectivamente. Na Assistência Médico-Social ao Escolar prevê-se, ainda, a realização no triênio de 55.000 exames de laboratório.

Quanto à Saúde Mental objetiva-se a Assistência Médico-Hospitalar ao Doente Mental com uma meta de 36.000 doentes/leito, no triênio. Verifica-se um aumento substancial no final do triênio (40%) em face das inversões a serem realizadas, conforme o plano de descentralização do Hospital Psiquiátrico São Pedro.

O Instituto de Pesquisas Biológicas visando à Produção de vacinas, análises e pesquisas, estabelece como metas para o triênio a produção de 28.495.000 vacinas de diversos tipos; a execução de 492.700 análises clínicas e 106.338 de química e bromatologia, bem como a realização de 120 pesquisas e inquéritos epidemiológicos. Os aumentos percentuais no último ano serão de 48, 11, 21 e 29%, respectivamente.

Finalmente, a Secretaria da Saúde produzirá Projetos, executará a Fiscalização de Obras destacando-se as metas referentes à elaboração de 156 projetos e conservação de 24 prédios no triênio.

2.5 — Recursos humanos

Os recursos humanos comprometidos com a função saúde representam 8,6% da área de Infra-Estrutura Social. A maior concentração, representando 66% do total do órgão, está no programa Higiene e Assistência Sanitária. Destacam-se neste programa os serviços Sócio-Médico-Sanitários, executados pela Rede de Unidades Sanitárias do Estado.

A composição percentual do pessoal disponível atualmente, conforme assinala o quadro n.º A-3, é a seguinte, por categoria funcional: 24,5% técnicos de nível superior; 6,1% técnicos de nível médio; 8,1% funcionários administrativos; 61,3% funcionários auxiliares. É interessante destacar as relações existentes entre o técnico de nível superior e as demais categorias. Assim registram-se na função saúde, conforme quadro n.º A-2, por cada técnico superior, 0,25 técnico médio, 0,33 funcionário administrativo e 2,5 funcionários auxiliares.

3 — TRABALHO, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.1. — PREVIDÊNCIA SOCIAL

3.1.1. — *Situação Atual*

Os propósitos de Previdência Social levados à efeito pelo Estado restringem-se, em grande parte, aos servidores públicos associados do Instituto de Previdência do Estado, e de seus pensionistas.

Os serviços existentes atendem necessidades quanto à saúde, moradia, vestuário e equipamento doméstico, financeiros em geral e de segurança social.

Atualmente conta o IPE com aproximadamente 60.000 associados e 4.500 pensionistas para os quais são dirigidos os seus serviços.

Com relação a saúde, vem sendo prestada assistência médica e odontológica direta a associados e pensionistas, através de gabinetes médicos e dentários já instalados; é também prestada assistência indireta na forma de financiamentos, atualmente com teto individual de Cr\$ 25.000, para atender necessidades médico-hospitalar, dentária, despesas funerais, aquisição de aparelhos óticos e aquisição de aparelhos ortopédicos. Através de farmácias, localizadas em Pôrto Alegre, Santa Maria e Pelotas, complementa-se a assistência, através da venda, a preços de custo, de medicamentos. Tais serviços atenderam a média de 30%, aproximadamente, de associados e pensionistas, nos últimos 3 anos.

Os serviços prestados para moradia incluem as fianças para aluguéis, os financiamentos para aquisição da casa própria e financiamentos para pagamentos de impostos prediais, levantamentos de hipotecas e realização de benfeitorias.

Também vestuário e equipamento doméstico, são objetos de fianças, para a compra de vestuário e calçados, mantimentos, móveis e utensílios.

Quanto as necessidades financeiras em geral, atende-se através de empréstimos comuns a juros de 12% a. a. Tal serviço ficou para-

lizado 4 (quatro) anos. Foi reaberto em 1963. Dois tipos de serviços são prestados com relação a segurança social; pagamento de pensões e pecúlios e os serviços de seguro de vida, êste atingindo elementos que se situam fora do quadro de associados e pensionistas, preferencialmente com baixa renda familiar.

3.1.2. — *Política para o triênio*

Os serviços de saúde, ampliar-se-ão. Maior número de associados e pensionistas terão atendimento direto; elevar-se-á o teto de financiamento para o atendimento indireto a Cr\$ 180.000.

Para o atendimento dos associados e pensionistas, do interior do Estado, criar-se-ão mais três farmácias, de preferência nas cidades de Rio Grande, Bagé e Cruz Alta.

Para assistência à moradia, aplicar-se-ão reservas em financiamentos para casa própria, através de investimentos diretos para a construção de 3 (três) projetos em Pôrto Alegre, onde se encontra o maior volume de associados e pensionistas. A reforma do atual Regulamento de Operações Imobiliárias possibilitará a elevação do teto de financiamento indireto para a casa própria e levantamento de hipotécas a Cr\$ 1.500.000, e para execução de benfeitorias a Cr\$ 300.000,. A distribuição dêsses financiamentos regida por regulamentos especiais, considerará os inscritos em carteira especializada, desde 1952.

Os empréstimos financeiros comuns serão incrementados ao máximo permitido pelas reservas, para possibilitar maior desafôgo aos orçamentos familiares.

Os pagamentos de pensões e pecúlios e suas melhorias, previstos em lei especial, atenderão o crescimento normal que se verificar.

Os seguros de vida deverão ter cuidado especial, no sentido de assegurar a maior número de pessoas, os seus benefícios.

3.1.3. — *Meios Administrativos*

A função Previdência está a cargo do Instituto de Previdéncia do Estado, com as atribuições legais de: "processar e pagar benefícios; aplicar reservas em operações de caráter assistencial através do financiamento a serviços de saúde, à moradia, ao suprimento de artigos de primeira necessidade; serviços de assistência farmacêutica e serviços diversos.

Para o órgão, o principal objetivo administrativo é o saneamento de suas finanças, de forma a possibilitar, não só o equilíbrio de seus orçamentos, como o máximo de reservas livres que possam ser carreadas para atender os serviços que presta. Para o triênio visa-se a redução das despesas de custeio para incrementar as inversões financeiras. Em termos relativos pode-se apreciar metas programadas e descritas no quadro n.º A-1, em valores absolutos: Custeio 1964 = 13,6%, 1965 = 8,6%, 1966 = 8,7% do total da despesa de cada ano. Diminuindo-se percentualmente o Custeio, libera-se recursos para se atender as atividades fins do órgão.

3.1.4. — Recursos humanos

53,6% dos recursos humanos disponíveis na função Trabalho, Previdência e Assistência Social estão comprometidos no IPE.

As admissões previstas em número de 182 durante o triênio, visam o aproveitamento de pessoal já concursado (1964) e mais o necessário para equipar as farmácias que serão criadas.

3.1.5. — Metas para o triênio

As metas programadas suplantam o número de novas admissões, pois é previsto no triênio um incremento médio anual de 4,5% no número de associados.

No quadro anexo se visualiza o comportamento dos objetivos programados:

Quadro n.º 36
METAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
1964/66

| METAS | INCREMENTO ANUAL DO TRIÊNIO | PERCENTAGEM DE ASSOCIADOS ATENDIDOS NO TRIÊNIO |
|---|-----------------------------|--|
| Assistência a saúde | 12,3% | 45% |
| Assistência a moradia | 39,4% | 7% |
| Vestuário e equipamento | 24,3% | 123% |
| Empréstimos financeiros comuns | 22% | 40% |
| Benefícios (Pensões e Pecúlios) | 10% | 10% |
| Seguros de vida | 12% | |

3.2. — *TRABALHO*

3.2.1. — *Situação atual*

A falta de definição política quanto aos problemas do trabalho, tem gerado, nas áreas de sua influência, soluções improvisadas e subjetivas, alheias à realidade existente.

Face a isso, tem-se entendido o Trabalho como mero esforço individual de cada qual com o fito de atender à subsistência própria e de seus dependentes. A visão conjunta, e por isso a visão política, que define o Trabalho como processo social que deve estar motivado, incentivado e adaptado para os objetivos gerais do desenvolvimento social e econômico; que entende a sua problemática como decorrência das mutações dos processos de industrialização, de desagregação do artesanato, das migrações geográficas da mão de obra, dos desajustes do mercado às necessidades do desenvolvimento e da segurança, higiene e racionalização de seus métodos, não foi até aqui adotada.

Tal falha determina a impossibilidade, na data presente, de estabelecer numericamente, a medida, pelo menos aproximada, das suas variáveis, através da quantificação dos níveis de emprêgo e desempregado e suas qualificações; da quantificação das necessidades em mão de obra especializada nos diversos setores de produção; dos níveis médios salariais, etc.

O mesmo ocorre com relação à assistência que deve ser prestada às Organizações de Trabalhadores, que jogam importância singular nos aspectos sociais da função do Trabalho.

A estatística do número de Organizações, global ou por categorias profissionais e número de sindicalizados, não existe, para todo o Estado. A presença do Estado junto a essas Organizações, tem-se conduzido, quase unicamente, como poder moderador entre as mesmas e Empregadores, quando de greves e dissídios. A par disso, agrava-se essa deficiência quando se verifica no Estado, o surgimento rápido de Sindicatos Rurais, hoje, em torno de 180 e esperando-se que cresçam para um mínimo de 300 em 1964. Os sindicatos urbanos atingem o número de 600 entidades de classe.

O número significativo de Entidades, entretanto, comporta, no geral, um número pouco expressivo de sindicalizados, bem como

a falta de participação mais efetiva dos mesmos nas atividades de seus grupos profissionais.

Temos, ainda, o indivíduo trabalhador necessitado da assistência do Estado, por força dos desajustes que sofre ao sabor das flutuações dos níveis de emprêgo.

O Estado sofre agudamente o problema do desemprego, não só em consequência de estrangulamentos estruturais, mas ainda, agravado pela atual conjuntura econômico-financeira. Constatase que um apreciável contingente de trabalhadores agrícolas e da pecuária, com o surgimento de indústrias nos centros urbanos abandona aquelas atividades, em busca de melhores condições de vida. Como lhes falta a especialização técnica necessária, o número de desempregados não qualificados cresce sempre e cada vez mais. Da oferta de mão de obra que busca colocação através da Secretaria do Trabalho e Habitação, 80% é de "não qualificados".

3.2.2. — *Política para o triênio*

O objetivo mais amplo se constituirá na definição de uma Política de Trabalho, integradora de seus problemas e regulamentadora das ações a empreender visando analisar, qualificar e relacionar o Trabalho com as questões que envolvem os objetivos de desenvolvimento social e econômico do Estado.

Quanto às Organizações de trabalhadores, visar-se-á o incremento da assistência, nos seus aspectos legais e funcionais.

Atuará também, entendendo os Sindicatos como unidade integradora dos reclamos de justiça social e de elevação cultural do trabalhador, através de convênios e subvenções às entidades, objetivando congressos, encontros e cursos que mobilizem o trabalhador a incorporar-se a seu grupo profissional, promovendo-o à condição de atuante em seu meio ambiente.

Visa o contrôlo quantitativo da demanda e oferta de mão de obra, objetivando, no menor prazo de tempo, o emprêgo ou reemprêgo da mão de obra disponível e capacitada ao aproveitamento. Visa, também, a criação de cursos de treinamento intensivo de mão de obra, em coordenação com Organismos e Empresas vinculadas a cada setor de produção, buscando, a curto prazo, a qualificação técnica de contingentes adultos não qualificados.

3.2.3 — *Meios administrativos*

A função Trabalho está a cargo da Secretaria do Trabalho e Habitação, através de sua Divisão de Trabalho, com as atribuições legais de: “prestar assistência ao trabalho, ao trabalhador e suas organizações”.

A Divisão de Trabalho ressen-te-se de uma estrutura administrativa não adaptada, totalmente, ao encaminhamento correto das atividades que lhe estão afetas. A necessidade de reformular essa estrutura é imperiosa, afim de possibilitar-lhe bases funcionais e hierárquicas compatíveis com seus objetivos.

3.2.4. — *Metas para o triênio*

As metas indicadas no quadro n.º A-1 põem em destaque as principais atividades que permitem ser quantificadas, quais sejam, as de colocação e reemprego, e preparo intensivo de mão de obra, que no conjunto possibilitarão, por influência direta do órgão, emprego no triênio para 34.100 trabalhadores.

A atuação programada junto a entidades sindicais, através de convênios e acôrdos, abrangerá aproximadamente 30% do total de entidades existentes.

3.3. — *ASSISTÊNCIA SOCIAL*

3.3.1. — *Situação atual*

O Estado atende, através da S. T. H., sob o ponto de vista de assistência social, o velho, a família, o trabalhador e o menor.

A velhice é assistida mediante convênios com entidades beneficentes de abrigo e amparo; a família através de auxílio financeiro, único ou continuado, correspondendo o último a períodos de curto ou longo prazo, de conformidade com o necessário a sua recuperação social; o trabalhador através de auxílio financeiro de emergência, auxílio financeiro para desemprego e pequenos empréstimos; o menor, de 0-18 anos, é assistido em regime de internamento, em instituições próprias (SESME) e em instituições privadas; sob o regime de convênios, em lares substitutos e sob regime

de pagamento a serviços de terceiros. Recebe o menor, nessas condições, o abrigo, alimentação, vestuário, serviços médicos e educacionais.

Em regime externo, o menor é atendido através de lares de cuidados diurnos correspondendo os mesmos a creches para os filhos de mães trabalhadoras.

O atendimento de menores lesados, identifica-se como um dos problemas crônicos do Estado. Milhares de crianças são fatores negativos do progresso, sendo a integração desses seres na comunidade uma das grandes tarefas da assistência social. Para isso impõe-se a programação de metas bem mais arrojadas do que aquelas até o presente executadas.

Cada menor devidamente atendido será um marginal a menos, transformando-se em elemento propulsor do progresso. É notório que a imensa maioria dos encarcerados nos presídios espalhados em mais de uma centena de municípios gaúchos, foram menores abandonados; por falta de prevenção em tempo oportuno, obriga-se a sociedade a fazer repressão e terapia.

O Hospital São Pedro está superlotado. É pacífico do ponto de vista técnico, que os casos de "agudos" quando atendidos na infância e na adolescência, apresentam grandes perspectivas de cura, o mesmo não ocorrendo com o adulto. Não existe, entretanto, unidade psiquiátrica para menores; tem-se deixado agravar o problema para, após, enfrentá-lo com maior ônus e menor rendimento.

Estima-se em 8% a percentagem dos excepcionais, 3% portadores de deficiências intrínsecas e 5% apresenta retardo psicopedagógico, que integram a população em idade escolar do Estado. Muito maior o número percentual entre crianças que, por lesados, não freqüentam escola.

Consideram-se suficientes êstes exemplos para demonstrar a situação lastimável de abandono do menor.

Não há serviço de estatística, até o presente que arrole o número total de instituições privadas que atuam com serviços de assistência aos tipos individualizados anteriormente.

O Estado desconhece, ainda, o volume de necessidades a atender quanto a êstes tipos, não podendo estabelecer relação entre aquelas e os atendimentos que leva a efeito, ou que é atendida através das instituições privadas.

Com relação à velhice, o Estado transfere, através de convênios com instituições privadas 20% do total das despesas dessas instituições.

Sabe-se, entretanto, ocorrer uma desordenada proliferação de órgãos e recursos, de origem federal, estadual e municipal, estatais e privadas no campo da assistência social em geral, sem coordenação efetiva. O paralelismo de ação desses órgãos assistenciais gera, muitas vezes, a ineficácia de bom número deles, não lhes permitindo, pela parcimônia dos recursos e seu emprêgo em atividades meios, o atendimento do problema em sua extensão e profundidade.

3.3.2. — *Política para o triênio*

Primeiramente será realizado, o levantamento das entidades assistenciais atuantes, por tipos especiais de serviços prestados, sua capacidade de atendimento, bem como as necessidades gerais de assistência de que carece o Estado.

A coordenação das atividades de assistência levadas a cabo pelas comunidades, será orientada no sentido de definir critérios de prioridade para atingir os casos fundamentais geradores dos problemas, pois escolhendo corretamente as alternativas será possível dar o máximo de rendimento aos recursos aplicados.

Atuar-se-á através de agências a serem criadas, na capital e no interior, visando levar as comunidades a tomar consciência de sua situação diante de seus problemas e de sua capacidade de recursos. Estes problemas deverão ser sentidos pela comunidade, devendo haver um trabalho efetivo para converter as necessidades objetivas constatadas em necessidades subjetivas da comunidade — deve ela apropriar-se das necessidades contribuindo para suas soluções.

Dever-se-á atuar, igualmente, como ação intermediária entre comunidade e indivíduo, junto aos grupos, pequenos ou grandes, representativos de culturas e sub-culturas, que constituem na dinâmica de cooperação e conflito, a própria vida comunitária.

A assistência social, prestar-se-á aos tipos já individualizados: velho, família, trabalhador e menor, buscando atingir maior número deles. Onde se estabeleçam condições de convênios ou auxílios a instituições especializadas na assistência a outros tipos individuais além daqueles, ampliar-se-á o seu círculo qualitativo.

Pretende-se ampliar os serviços de assistência ao menor, através de um maior volume de convênios com entidades privadas, de maior número de serviços de lares substitutos e lares de cuidados diurnos, bem como do aumento da capacidade da rede institucional do SESME. Está programada a construção de um Centro de Recuperação e Triagem para menores, visando a acomodação de menores sujeitos a exames especializados que permitirão ao Poder Judiciário uma decisão sobre o destino dos mesmos; essa obra deverá conjugar-se com o hospital psiquiátrico infantil programado pela função Saúde; pretende-se ainda, a construção de 2 (dois) institutos para internamento de crianças excepcionais e a construção de 12 (doze) casas lares.

3.3.3. — *Meios administrativos e Recursos humanos*

A função Assistência Social está a cargo da Secretaria do Trabalho e Habitação, através de sua Divisão de Assistência Social, e do Serviço Social de Menores, órgão vinculado, com as atribuições principais de: “estudar as diretrizes básicas da política assistencial do Estado; promover a organização social da comunidade, suscitando-lhe os estímulos no sentido de que resolva seus próprios problemas”. — e ainda de: “cuidar do amparo do menor e da recuperação da juventude abandonada”.

Para real alcance dos objetivos pretendidos torna-se necessária a fusão dos dois organismos, cedendo lugar a um único dentro da Secretaria do Trabalho e Habitação, uma vez que somam atribuições idênticas e complementares.

A Divisão de Assistência Social carece até o presente, de qualquer estrutura legal, o que impede sua eficiência administrativa e funcional; integrados os dois organismos numa estrutura única, fica sanada a deficiência.

3.3.4 — *Metas para o triênio*

As metas indicadas para o triênio, no quadro n.º A-1, são as mais importantes. Destacam-se os atendimentos assistenciais ao velho, família, trabalhador e menor, computando-se incremento médio anual de indivíduos assistidos em 110%, (aprox. 163.000 indivíduos ao ano em 1966).

4. — HABITAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS

4.1. — HABITAÇÃO

4.1.1. — Situação atual

A situação habitacional no Estado é de graves proporções, como de resto no Brasil, caracterizando-se, essencialmente, pelo déficit crescente de disponibilidade de prédios residenciais com relação à demanda de habitações gerada pelo crescimento vegetativo e natural da população.

As habitações colocadas no mercado imobiliário, pela iniciativa privada, além de numericamente insuficientes para atender ao crescimento demográfico, destinam-se, quase que exclusivamente, às classes média e rica, provocando, em consequência, um índice crescente de sub-habitações, não só na capital, como nos principais centros de polarização em que se constituem os maiores aglomerados urbanos.

No Rio Grande, hoje, já existem “malocas” em quase tôdas as sedes municipais.

Informações colhidas, em 1963, junto às Prefeituras de 106 municípios (excluído o de Pôrto Alegre), acusam a existência de 17.651 “malocas”.

Em Pôrto Alegre, recente publicação do Departamento Municipal da Casa Popular revela o seguinte sôbre o crescimento da população que vive em “malocas”.

Quadro n.º 37

População em “malocas” — Pôrto Alegre

| ANOS | POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO | POPULAÇÃO EM “MALOCAS” | % DA POPULAÇÃO EM “MALOCAS” NO TOTAL |
|------|------------------------|------------------------|--------------------------------------|
| 1940 | 272.232 | 3.000 | 1,10% |
| 1950 | 373.247 | 17.000 | 4,58% |
| 1960 | 641.173 | 86.465 | 13,48% |

FONTE: Departamento Casa Popular — P. M. Pôrto Alegre

Diga-se, entretanto, que por "déficit habitacional", não se entende somente a existência de sub-habitações conhecidas como "malocas", "favelas", "mocambos" ou similares, mas a falta de habitações que impõem condições que se podem arrolar como:

1. Os marginais que vivem ao desabrigo, ou de forma totalmente improvisada;
2. moradores de habitações rústicas construídas irregularmente como "barracos", "choupanas" e "ranchos";
3. moradores forçados a habitar em "pensões", "cabeças de porco", casebres de fundo de quintal;
4. moradores forçados a habitar em promiscuidade, em casas superlotadas, sem área suficiente para o mínimo de vida familiar e doméstica;
5. moradores, em geral, forçados a habitar sem o mínimo de condições de higiene e salubridade.

Apesar da inexistência de serviço estatístico sistemático para o levantamento numérico dos índices de "déficit" habitacional no Estado, pode-se, através de censos levados a efeito pelo IBGE., bem como das taxas de incremento de construção de habitações em Pôrto Alegre, aliados ao crescimento populacional, estimar o montante acumulado e progressivo, que, embora sem o conveniente rigor científico, permite uma aproximação da realidade numérica.

Quadro n.º 38

Estimativa do "déficit habitacional" — RGS.

| ANO | População Geral | Média de Pessoas p/habitação | N.º de Habitação necessárias | Estimativa do Déficit etc. | População em Sub-habt. | % da pop. sub-habitação |
|------|-----------------|------------------------------|------------------------------|----------------------------|------------------------|-------------------------|
| 1940 | 3.303.000 | 5,59 | 608.765 | 50.000 | 279.500 | 8,21 |
| 1950 | 4.164.821 | 5,54 | 765.592 | 62.000 | 500.480 | 12,00 |
| 1963 | 5.943.727 | 5,30 | 1.121.458 | 170.000 | 901.000 | 15,16 |
| 1970 | 7.369.315 | 5,00 | 1.473.863 | 260.000 | 1.300.000 | 17,64 |

Obs. — A projeção do déficit acumulado em 1970, considera o não agravamento das condições que o impõem, tais como: distribuição e nível de renda; custo crescente da construção e taxa crescente de inflação.

De modo geral o "déficit habitacional" é mais violento nas cidades, e em especial naquelas que são centro de polarização regional, devido às fortes migrações internas (principalmente o êxodo rural das zonas de latifúndio). Como centros de polarização no Estado, aparecem: Caxias do Sul, Cruz Alta, Lageado, Estrêla, Uruguaiana, Livramento, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Pôrto Alegre, Santa Maria e Bagé, com alta taxa de urbanização.

O problema habitacional tem sido atacado em diversas frentes, através de organismos federais, estaduais, municipais, públicos e privados. Não é possível relacionar com precisão órgãos e realizações, pois os órgãos consultados, não responderam no todo, como seria de desejar, os questionários elaborados para esse fim. Entretanto, estima-se em tórno de 14.000 unidades habitacionais, as realizações até o presente, dos seguintes órgãos:

Govêrno do Estado: Secretaria de Trabalho e Habitação, Secretaria das Obras Públicas, Caixa Econômica Estadual e Brigada Militar.

Govêrnos Municipais: Prefeituras de Pôrto Alegre, Passo Fundo, Rosário do Sul, Rio Grande, Arroio do Meio, Ijuí, Bagé, São Leopoldo, Pelotas e Alegrete.

Autarquias de Previdênciã: IAPB, IAPI, IAPFESP. e IPE.

Outros: Secretariado de Ação Social, SESI e 3.ª Região Militar.

Contudo, é maior ainda o número de órgãos públicos, autárquicos ou para-estatais, com sede ou delegacias no Estado, ligados ao problema da habitação, quer para funcionários ou associados, quer para a população em geral.

Apesar das escassas informações obtidas, depreende-se que é insignificante o número total de habitações de interêsse social construídas pelas múltiplas entidades que atuam no setor. Além disso, constata-se o rendimento pouco satisfatório atingido pelas entidades relacionadas e outras.

Quatro são os fatores fundamentais que impedem de maneira geral, resultados mais positivos:

1. Falta de aferição, quantificação e qualificação do problema habitacional, suas causas, diretas e indiretas, chegando-se, como conseqüência, a soluções superficiais;

2. falta de periodicidade e continuidade nos planos de construção e financiamentos implantados, tendo-se como conseqüência, o atendimento reduzido, se comparado com as solicitações;
3. alto custo das moradias financiadas e financiamentos a muito longo prazo, impedindo atender, dessa forma, com o mesmo volume financeiro, um número bem maior de necessitados, tornando impraticável a reinversão das amortizações em novas realizações;
4. falta de coordenação dos esforços, resultando em pulverização dos recursos limitados de que dispõe a sociedade.

4.1.2. — *Política habitacional para o triênio*

A política para o triênio visará deter, em parte, o incremento do "déficit" progressivo impôsto pelo crescimento populacional, por regiões fisiográficas, nas zonas urbanas e rurais. O "déficit" progressivo encontra-se reproduzido, no quadro anexo, para o decênio 1960/1970.

Quadro n.º 39

Incremento do "déficit habitacional" na década 1960/1970

| REGIÃO | INCREMENTO DA POPULAÇÃO NA DÉCADA 1960--1970 | | | NECESSIDADES DE HABITAÇÃO PARA ATENDER AO INCREMENTO DÉFICIT NA DÉCADA 1960-1970 | | |
|--------|---|---------|-----------|---|---------|---------|
| | Urbana | Rural | Total | Urbana | Rural | Total |
| 1.º | 40.540 | 16.417 | 56.957 | 8.108 | 3.360 | 11.468 |
| 2.º | 705.343 | 108.290 | 813.633 | 141.093 | 28.007 | 169.100 |
| 3.º | 70.537 | 11.840 | 68.697 | 14.112 | 4.829 | 18.941 |
| 4.º | 98.168 | 19.399 | 78.769 | 19.635 | 940 | 20.575 |
| 5.º | 13.519 | 10.225 | 23.744 | 2.707 | 3.108 | 5.815 |
| 6.º | 106.515 | 9.078 | 97.437 | 21.310 | 1.962 | 23.272 |
| 7.º | 119.780 | 125.388 | 245.168 | 24.076 | 31.462 | 55.538 |
| 8.º | 28.973 | 22.717 | 51.691 | 5.698 | 6.033 | 11.731 |
| 9.º | 81.985 | 18.707 | 100.692 | 16.405 | 9.825 | 26.230 |
| 10.º | 129.859 | 76.504 | 206.363 | 25.983 | 20.622 | 46.605 |
| 11.º | 97.191 | 6.874 | 104.065 | 16.978 | 3.028 | 20.006 |
| TOTAL | 1.492.411 | 354.805 | 1.847.216 | 296.105 | 113.176 | 409.281 |
| | | | | 83.342 | 31.858 | 115.200 |

Os grupos a serem atingidos, definidos por renda familiar auferida, serão:

- a) marginal
 - grupo sem estabilidade social e econômica, com renda praticamente nula;
- b) grupos com estabilidade social e econômica;
 - 1 — com renda entre 1 (um) e 2 (dois) salários mínimos;
 - 2 — com renda entre 2 (dois) e 3 (três) salários mínimos;
 - 3 — com renda entre 3 (três) e 4 (quatro) salários mínimos.

O plano será levado a cabo com a participação dos municípios onde se programa projetos de construção, estabelecendo através de acordos a cobertura financeira, por parte dos mesmos, para as despesas com terrenos, terraplenos e serviços urbanos necessários aos conjuntos habitacionais.

Buscar-se-á a coordenação de órgãos públicos e privados, em qualquer esfera administrativa, visando a programação dos serviços, bem como com a SOP., através de sua Divisão de Urbanismo e Habitação para a promoção, junto aos municípios participantes do plano, da criação de instrumentos legais impeditivos da utilização desordenada do solo urbano e suburbano, bem como da especulação imobiliária sobre o mesmo em suas áreas administrativas.

Visa-se, também, o estabelecimento de uma política habitacional para o Estado, que regule as diretrizes básicas do levantamento das questões sócio-econômicas relacionadas com a habitação e ordene os aspectos fundamentais das alternativas de solução a curto e longo prazo.

Os investimentos a aplicar deverão ser amortizáveis no prazo médio de 10 (dez) anos, à exceção daqueles que visam o grupo marginal, estabelecendo-se, com as amortizações, fundo de reinvestimento em habitações para a aplicação sistemática e progressiva de recursos, visando o auto-financiamento a longo prazo.

Coordenar-se com o Serviço Social da STH., afim de, em trabalho conjunto nos aglomerados já definidos de sub-habitações e localizados em terrenos salubres, efetuar-se a elevação do nível habitacional pelo sistema de “ajuda mútua”.

4.1.3 — Meios administrativos

A função habitação está a cargo da Secretaria do Trabalho e Habitação, através de sua Divisão de Habitação, com as atribuições legais de: “promover a solução do problema da habitação, proporcionando e facilitando a construção e aquisição da moradia própria nos meios urbanos e rurais”.

Torna-se necessário reformular a atual estrutura administrativa da Divisão para o atendimento efetivo das metas que propõe. A estrutura atual tolhe a mobilidade administrativa que deve possuir o órgão que tenha a seu cargo as possibilidades de elaboração, execução e controle do plano habitacional do Estado.

4.1.4 — Metas para o triênio

As metas programadas, arroladas no quadro n.º A-1, cabem ser analisadas no que tange à composição dos grupos e famílias que se pretende atingir.

As 23.077 habitações programadas para o triênio, serão distribuídas como indica o quadro abaixo.

Quadro n.º 40

Distribuições das habitações a serem construídas, por tipos de famílias e grupos de renda.

1.964 — 1.966

| Tipo familiar | GRUPOS | | | | |
|---------------|----------|--------|-------|-------|--------|
| | Marginal | 1 | 2 | 3 | Total |
| 4 | 571 | 2.285 | 762 | 190 | 3.808 |
| 5 | 692 | 2.769 | 923 | 231 | 4.615 |
| 6 | 952 | 3.808 | 1.269 | 317 | 6.346 |
| 7-8 | 807 | 3.226 | 1.075 | 269 | 5.377 |
| 9 | 180 | 720 | 240 | 60 | 1.200 |
| 10-11-12 | 260 | 1.039 | 346 | 86 | 1.731 |
| Total | 3.462 | 13.847 | 4.615 | 1.153 | 23.077 |

Registram-se adiante, de conformidade com o volume de investimentos programados em cada ano do triênio, o quadro de gastos, por grupos, a serem realizados para o cumprimento do plano e o quadro de ingressos a obter, calculado tendo em vista a amortização no prazo médio de 10 anos e correspondente a cotas mensais iguais a 20% da renda familiar computada em salários mínimos, desde 1 unidade até 4.

Quadro n.º 41

Investimentos em habitações no triênio 1964-66 (em Cr\$ 1.000)

| ANOS | GRUPOS | | | | |
|-------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| | Marginal | 1 | 2 | 3 | Total |
| 1964 | 347.358 | 1.917.588 | 925.080 | 309.974 | 3.500.000 |
| 1965 | 495.642 | 2.740.134 | 1.320.830 | 443.394 | 5.000.000 |
| 1966 | 643.620 | 3.563.678 | 1.717.790 | 574.912 | 6.500.000 |
| TOTAL | 1.486.620 | 8.221.400 | 3.963.700 | 1.328.280 | 15.000.000 |

Quadro n.º 42

Receita prevista por amortizações da casa própria no triênio 1964-66

| Anos | GRUPOS | | | | |
|-------|----------|-------------|-------------|-------------|---------------|
| | Marginal | 1 | 2 | 3 | Total |
| 1964 | — | 13.834.800 | 7.686.000 | 2.745.000 | 24.265.800 |
| 1965 | — | 200.604.600 | 111.447.000 | 39.847.620 | 351.899.220 |
| 1966 | — | 518.805.000 | 288.225.000 | 103.633.860 | 910.663.860 |
| Total | — | 733.244.400 | 407.358.000 | 146.226.480 | 1.286.828.880 |

As metas programadas visam a redução do déficit progressivo através dos investimentos diretos em execução de casas, nas percentagens de — 1964: 66,48%; 1965: 85,46%; 1966: 100%; o que corresponde no total do triênio a 85,47%.

4.2 — SERVIÇOS URBANOS

4.2.1 — *Situação atual*

A necessidade de planificar o crescimento das cidades, segundo critérios técnicos atuais, dotando-as de uma estrutura urbana capaz de suportar as pressões decorrentes do seu desenvolvimento natural — corrigindo as deformações verificadas e antecipando e prevenindo as adventícias — deu origem à criação de um serviço de planejamento urbano que colocou o Rio Grande do Sul na vanguarda deste setor.

Depois de passar por sucessivas transformações estruturais, a Diretoria de Urbanismo e Habitação, tal como existe hoje, desenvolve uma atividade que cobre os 157 municípios do Estado — considerados como unidades territoriais e administrativas. Seus serviços compreendem tôdas as etapas preliminares e complementares do planejamento urbano e dêles se servem os municípios que os solicitam. O planejamento requer, por si só, um conjunto de serviços técnicos que, atualmente, são todos desenvolvidos no âmbito da Diretoria, tais como: levantamentos topográficos; expediente urbano, que constitui o levantamento das condições físico-sócio-econômicas da área considerada; o planejamento propriamente dito, que inclui a minuta de legislação proposta; assistência técnica que presta aos municípios, assessoria indispensável à aplicação do plano, além de solucionar problemas de urgência imediata naqueles municípios que ainda não possuem planos diretores.

A mais recente atividade da Diretoria, e que merece a maior atenção, diz respeito ao setor de habitação que é uma decorrência natural da expansão e aprofundamento de conhecimento no trato dos problemas urbanos. Outros serviços prestados pela D. U. H. são relativos ao planejamento paisagístico de setôres limitados da área urbana e aquêles projetos de interêsse coletivo realizados em caráter de cooperação com entidades públicas e privadas.

A contínua diversificação e expansão dos serviços da D. U. H. bem como a necessidade de aprimoramento qualitativo, obrigam a uma constante atualização dos seus métodos e uma periódica revisão da sua estrutura de funcionamento. As experiências capitalizadas em todos êstes anos de atuação credenciam-na a formular uma preciação crítica do trabalho desenvolvido.

No estágio de desenvolvimento atingido pela D. U. H., torna-se imprescindível uma avaliação criteriosa dos resultados alcançados e a identificação dos fatores que obstaculizam o aperfeiçoamento do trabalho e sua mais ampla utilização.

Consideram-se muito importantes e suscetíveis de aprimoramento alguns aspectos do mecanismo de funcionamento da D. U. H.; como por exemplo:

1 — O município, como cliente, solicita os serviços técnicos do Estado, que se obriga a fornecê-los, sem que, reciprocamente, o município se comprometa a utilizá-los ou ressarcir o ônus daí decorrente.

2 — A aplicação de um plano elaborado pela D. U. H., está na exclusiva dependência da decisão municipal, em primeiro lugar, da Câmara Municipal que o transforma em lei; em segundo lugar, da disposição do Executivo de transformá-lo em realidade, e, por último, da capacidade política e financeira de realizá-lo.

3 — A apreciação de um plano diretor, para transformação em lei, fica entregue ao julgamento das Câmaras de Vereadores. Os problemas e interesses locais, aliados à falta de conhecimento do conteúdo técnico do plano, dificultam e distorcem a aprovação e a realização do mesmo.

4 — A aprovação de um plano diretor nem sempre é feita em termos de integral respeito à sua unidade, consubstanciada no conjunto de medidas que êle propõe, e cujo caráter-unitário, passa com freqüência despercebido à apreciação do leigo.

5 — A transformação em lei de um plano diretor não o torna irreversível e invulnerável, pois, a qualquer momento, a lei que garante a sua observância, pode ser modificada ou mesmo revogada pela Câmara Municipal, sem que nada a obrigue a submeter sua decisão a uma opinião técnica, alheia aos conflitos locais e circunstanciais.

6 — No tocante às deficiências verificadas no setor interno de atuação da Diretoria e, portanto passíveis de uma correção mais rápida, por dependerem de medidas da competência direta do Executivo Estadual, nota-se a superação do critério de planos diretores elaborados para o perímetro urbano das sedes municipais, freqüentemente não abrangendo sequer sua periferia imediata. Isso assume importância considerável quando se constata que a origem de alguns dos problemas mais graves da cidade ultrapassa seus limites

urbanos para encontrar-se na zona rural do município, ou mesmo em outros municípios da região. A impossibilidade de uma intervenção planejada nas zonas em que os problemas se originam, faz com que os planos diretores, na maioria das vezes, não passem de meros instrumentos ordenadores do caos urbano, intervindo de maneira tímida em aspectos setoriais do traçado da cidade. Atente-se que a superficialidade das medidas confere aos planos uma duração muito breve, impondo-lhes atualização em prazos muito curtos.

7 — A inexistência de um planejamento regional no Estado tumultua a atividade da D. U. H., tornando dispersiva sua ação, na medida em que a impede de programar, de maneira integrada e com antecipação, os planos a serem realizados num dado período, para uma dada região, considerada prioritária, submetendo a D. U. H. à solicitação arbitrária e isolada dos mais antipodas municípios do Estado.

8 — Apesar de que o planejamento atualmente realizado, é de natureza eminentemente física e de ser êle confinado ao perímetro urbano das sedes municipais, ainda assim é flagrante a interferência observada na realização de obras pelos diferentes órgãos do Governo Estadual, que planejando de modo estanque, dificultam, quando não impedem, soluções recomendadas para um plano diretor adequado. Tal interferência é mais reprovada nos casos em que as cidades já contam com planos diretores e as obras são lançadas na sua completa inobservância. Essa interferência pode ser notada, também, em obras realizadas pelo Governo Federal.

9 — Igualmente nociva é a indefinição de atribuições que ocorre em outros órgãos do Governo, ocasionando superposição de atividades em áreas específicas da D. U. H. o que parece concorrer para essa imprecisão funcional, a pluralidade de órgãos governamentais voltados para a mesma esfera de atuação.

4.2.2 — *Política da D. U. H.*

Para que a política governamental se revista de coerência e objetividade é necessário que, ao mesmo tempo em que suas deficiências são reveladas, seja buscado o corretivo reclamado pela exigência do momento. Para que se processe uma dinamização das atividades de planejamento, capaz de oferecer resposta às novas solicitações de desenvolvimento brasileiro; para que esta renova-

ção se processe em termos consentâneos com o progresso técnico e cultural da cidade, é necessário que não se perca de vista a vanguarda do conhecimento, capacitando-se para, a todo momento, pô-lo a serviço da realidade imediata, ainda que dentro da perspectiva mais ampla da evolução histórica.

Assim para situar-se a D. U. H. dentro dêste fluxo progressista, torna-se urgente a reativação do seu organismo, como passamos a expor:

1 — Realização de estudos sistemáticos durante os três anos do Plano Trienal a fim de proporcionar a base indispensável ao Planejamento Regional que se pretende empreender.

Visará o estudo a identificação dos problemas fundamentais que exercem decididamente influência sôbre os aglomerados urbanos do Estado.

Poder-se-á, então, determinar com justeza os núcleos que compõem as sub-regiões do Estado, assim como suas relações recíprocas e sua escala hierárquica. Êsse conhecimento virá trazer a possibilidade de planejar racionalmente as micro-regiões gaúchas, segundo um critério prioritário, que permita à D. U. H. estabelecer com antecedência um programa de trabalho para um período determinado.

2 — A fim de evitar que os planos municipais sejam contratados com particulares, com a única finalidade de preencher condições de adjudicações aos benefícios estaduais, êstes planos, bem como os concursos públicos ou particulares de projetos-pilôto, deverão se submeter a um conjunto de normas mínimas, pré-fixadas pela D. U. H.

3 — Paralelamente ao reaparelhamento material da D. U. H., urge providenciar no aumento e diversificação da capacidade técnica de sua equipe de planejamento.

Quadro n.º A-1

AREA: INFRA - ESTRUTURA SOCIAL
METAS PROGRAMADAS PARA O TRIÊNIO
1964/1966

| FUNÇÃO - ÓRGÃO - PROGRAMA | Unidade de Medida | Objetivos a atingir no triênio | | | Incremento Percentual das metas 1966 sobre 1962 |
|--|----------------------------|--------------------------------|---------------|---------------|---|
| | | 1964 | 1965 | 1966 | |
| I - EDUCAÇÃO | | | | | |
| P-I - Administração Central | | | | | |
| Edição da Revista de Ensino | Exemplar | 500.000 | 550.000 | 550.000 | |
| P-II - Educação Primária | | | | | |
| Ensino Primário Completo | Aluno Matriculado | 340.000 | 340.000 | 340.000 | 0% |
| Ensino Primário Rural | Aluno Matriculado | 66.099 | 61.599 | 97.099 | 131% |
| Ensino Primário Descentralizado | Aluno Matriculado | 22.000 | 20.500 | 31.050 | - |
| Descentralização Int. Front. | Aluno Matriculado | 190.595 | 218.595 | 258.595 | 59% |
| P-III - Educação Média | | | | | |
| Ens. e Seriação | Aluno Matriculado | 44.423 | 54.923 | 61.923 | 39% |
| Escola Normal | Aluno Matriculado | 591 | 4.751 | 7.581 | 1.300% |
| Escola Normal Rural | Aluno Matriculado | 1.983 | 3.711 | 5.683 | 186% |
| Escola Normal I Ciclo | Aluno Matriculado | 5.308 | 5.528 | 5.888 | 11% |
| Escola Normal II Ciclo | Aluno Matriculado | | | | |
| P-IV - Educação Técnica | | | | | |
| Escola Industrial | Aluno Matriculado | 8.400 | 9.000 | 9.230 | 47% |
| Escola Ind. Primária | Aluno Matriculado | 7.020 | 7.220 | 10.620 | 146% |
| Escola Ind. I Ciclo | Aluno Matriculado | 700 | 700 | 1.100 | 57% |
| Escola Ind. II Ciclo | Aluno Matriculado | | | | |
| Escola Agrícola | Aluno Matriculado | 984 | 2.054 | 4.224 | 737% |
| Escola Agrícola Primária | Aluno Matriculado | 760 | 760 | 760 | 0% |
| Escola Agrícola I Ciclo | Aluno Matriculado | 358 | 658 | 1.028 | 75% |
| Escola Agrícola II Ciclo | Aluno Matriculado | | | | |
| Escola Comercial | Aluno Matriculado | 4.000 | 4.900 | 6.000 | 114% |
| Escola Comercial I Ciclo | Aluno Matriculado | 2.500 | 3.400 | 4.500 | 312% |
| Escola Comercial II Ciclo | Aluno Matriculado | | | | |
| P-V - Orientação e Educação Especial | | | | | |
| Prevenção e Tratamento | Caso Atendido | 13.600 | 19.300 | 25.100 | 150% |
| Formação de Pessoal Esp. | Trabalhador Educ. Especial | 300 | 400 | 600 | 143% |
| Educação Especial | Aluno Matriculado | 2.000 | 2.500 | 3.000 | 33% |
| P-VI - Pesquisas e Orientação Educacionais | | | | | |
| Instalação de Escolas de Demonstração | Unidade Experimental | 6 | 19 | - | - |
| Orientação Psicológica das Escolas Primárias do Estado | Escola Orientada | 269 | 269 | 269 | - |
| Elaboração de Provas, Instruções Gerais e Especiais | Prova Elaborada | 2.000.000 | 2.000.000 | 2.900.000 | 73% |
| Diversos Semin. e Cursos | Seminários e Cursos | 108 | 87 | 86 | - |
| P-VII - Difusão Cultural | | | | | |
| Instalação de Núcleos e Centros de Cultura Popular | Núcleos e Centros | 11 | 10 | 10 | - |
| Edição de Revista Popular | Exemplar | 24.000 | 60.000 | 84.000 | - |
| Tombarmento e Catalogação de livros Nove e Velhos | Livro | 35.000 | 35.000 | 41.000 | - |
| Atualização da Coleção de Periódicos da Bib. Publ. | Coleção de Periódicos | 1.900 | 1.931 a 1.930 | 1.931 a 1.935 | - |
| P-VIII - Educação Física e Assist. Educacional | | | | | |
| Educação Física | Escola Orientada | 930 | 950 | 970 | - |
| Orientação Técnica às Escolas | Professor Preparado | 920 | 980 | 990 | - |
| Orientação Técnica de Prof. | Escola Beneficiada | 10.400 | 10.900 | 11.400 | 185% |
| Colônia de Férias - Férias no Verão | | | | | |
| P-IX - Concessão de Bolsas | | | | | |
| Primária | Bolsa Concedida | 5.977 | 5.543 | 5.178 | 4% |
| Secundária | Bolsa Concedida | 7.000 | 7.000 | 7.000 | 26% |
| Normal | Bolsa Concedida | 2.000 | 2.000 | 2.000 | 0% |
| Técnica | Bolsa Concedida | 1.205 | 1.500 | 1.700 | 41% |
| Superior | Bolsa Concedida | 612 | 480 | 418 | 65% |

Quadro n.º A-1
ÁREA: INFRA - ESTRUTURA SOCIAL
METAS PROGRAMADAS PARA O TRIÊNIO
1964/1966

| FUNÇÃO - ORGÃO - PROGRAMA | Unidade de Medida | Objetivos a alcançar no Triênio | | |
|---|--|---------------------------------|-----------|-----------|
| | | 1964 | 1965 | 1966 |
| I - SAÚDE | | | | |
| P-II - Assistência Social | Pessoa Atendida | 8.742 | 10.400 | 12.588 |
| P-III - Assistência Odontológica | | | | |
| Controle Epidemiológico | Escolar Examinado | 50.000 | 50.000 | 50.000 |
| Tratamento Dentário | Tratamento Concluído | 20.000 | 25.000 | 30.000 |
| P-IV - Preparo e Aperfeiçoamento de Pessoal | | | | |
| Preparo de Pessoal Auxiliar e Técnico | Aluno Matriculado | 120 | 200 | 200 |
| Preparo de Auxiliares de Enfermagem | Aluno Matriculado | 40 | 60 | 60 |
| P-V - Higiene e Assistência Sanitária | | | | |
| Normas Técnicas | | | | |
| Focalização de Medicina | Recense de Entera Visão | 3.140 | 2.200 | 3.450 |
| Demografia Sanitária | Controle e interpretação Realizada | 50.000 | 52.350 | 55.100 |
| Enfermagem | Supervisão Realizada | 105 | 110 | 115 |
| Educação Sanitária | Curso Ministrado | 123 | 129 | 135 |
| Sançamento de Focos e Profilaxia das doenças transmissíveis | Inspeção Realizada | 45.928 | 48.274 | 50.635 |
| | Limpeza de Velas realizada (m ²) | 300.000 | 315.000 | 330.000 |
| Epidemiologia | Controle de vacina distribuída | 3.000.000 | 4.000.000 | 5.000.000 |
| | Coleta de Material Infectante | 4.000 | 7.000 | 9.000 |
| Profilaxia e Assistência das Cardiopatias | Consulta e Atendimento | 9.900 | 10.000 | 10.100 |
| | Exame Realizado | 2.000 | 2.200 | 2.420 |
| Profilaxia das Doenças Venéreas .. | Consulta e Atendimento | 49.636 | 54.590 | 60.050 |
| | Exame Realizado | 14.325 | 15.250 | 17.300 |
| Profilaxia e Assistência da Lepra .. | Atendimento Ambulatorial | 14.500 | 14.500 | 14.500 |
| | Diária - Leite | 117.530 | 117.500 | 117.500 |
| Serviços São-Médico-Sanitários .. | | | | |
| Serviços de Higiene Médico-Social .. | | | | |
| Instrução em: | Higiene Pré-Natal | 30.211 | 36.253 | 47.128 |
| | Higiene Infantil | 35.976 | 43.171 | 56.127 |
| | Higiene Pré-Escolar | 39.540 | 47.448 | 61.601 |
| | Higiene Escolar | 19.726 | 23.673 | 30.274 |
| | Serv. Assistência Médica | 37.116 | 38.539 | 55.999 |
| Doenças Transmissíveis | Imunização | 300.000 | 1.000.000 | 2.000.000 |
| Eventos de Saúde | Cartão Fornecido | 17.124 | 20.548 | 26.212 |
| Sançamento | Alvará fornecido | 14.512 | 17.414 | 22.639 |
| Serviço de Insalubridade de Alimentos | Insalubridade realizada | 48.500 | 64.000 | 76.000 |
| Assistência Médico-Hospitalar ao Tuberculoso | Diária-Leite | 133.225 | 151.475 | 436.175 |
| P-VI - Assistência à Maternidade e à Infância | | | | |
| Assistência Médico-Social à Gestante e ao infante | Consulta | 78.691 | 157.378 | 201.095 |
| | Kg Leite em Pó distribuído | 24.570 | 31.600 | 72.000 |
| Assistência Médico-Social ao Escolar .. | Escolar Atendido | 239.230 | 303.330 | 373.380 |
| | Kg Leite em Pó distribuído | 25.000 | 30.000 | 35.000 |
| | Exame de Laboratório realizado | 15.000 | 20.000 | 20.000 |
| P-VII - Saúde Mental | | | | |
| Assistência Médico Hospitalar ao Doente Mental | Doente-Teste | 10.000 | 12.000 | 14.000 |
| | Doente Atendido | 12.000 | 14.000 | 16.000 |

Quadro n.º A-1
AREA: INFRA - ESTRUTURA SOCIAL
METAS PROGRAMADAS PARA O TRIÊNIO
1964/1966

| FUNÇÃO - ORGANISMO - PROGRAMA | Unidade de Medida | Objetivos a atingir no Triênio | | |
|---|---------------------------|--------------------------------|-----------|------------|
| | | 1964 | 1965 | 1966 |
| III - PESQUISAS BIOLÓGICAS | | | | |
| P-III - Pesquisas Biológicas | | | | |
| Pesquisas em Vertebrados | Matéria Produzida | 7.660.000 | 9.520.000 | 11.315.000 |
| Análises Citoquímicas | Análise Executada | 156.400 | 167.300 | 174.000 |
| 125 miligramas de Injeções de Soro | Análise Executada | 32.198 | 35.280 | 38.860 |
| Pesquisas em Insetos, Moluscos e Anelídios | Pesquisa e Impressão Real | 35 | 40 | 45 |
| IV - PROJETOS, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS | | | | |
| P-IV - Projetos, Execução e Fiscalização de Obras | | | | |
| Elaboração de Projetos | Projeto elaborado | 42 | 56 | 58 |
| Execução e Fiscalização de Obras | Obra Fiscalizada | 12 | 12 | 15 |
| Conservação de Prédios | Conservação de Prédio | 6 | 8 | 10 |
| V - TRABALHO, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL | | | | |
| Inst. de Previdência do Estado | | | | |
| P-I - Administração Central | | | | |
| Comitê de Medidas de Diversificação | Consulta Médica | 19.240 | 20.040 | 20.140 |
| Assistência Odontológica | Caso atendido | 3.200 | 4.200 | 4.500 |
| Exercícios físicos | Caso atendido | 150 | 150 | 150 |
| Assistência Técnica de Engenharia | Estudos | 612 | 739 | 869 |
| P-II - Previdência Social | | | | |
| Serviço Assistencial | Lucreto concedido | 63.956 | 82.479 | 95.130 |
| Benefícios | Pensões e Recursos | 4.982 | 5.369 | 5.796 |
| P-III - Aplicação de Reservas | | | | |
| Const. Moradia Própria | Moradia | 300 | 300 | 350 |
| Financiamento da Moradia Própria | Aprovisionamento | 376 | 520 | 866 |
| Emprestimos e Juros | Emprestimo concedido | 16.585 | 15.169 | 20.921 |
| Assist. Médica-Hospitalar | Atendimento | 2.640 | 3.670 | 6.940 |
| P-IV - Seguros de Vida | | | | |
| Emprest. sob Caução de Ações | Emprestimo concedido | 761 | 836 | 916 |
| Seguros de Vida Realizados | Seguros Vencidos | 25.660 | 36.300 | 34.200 |
| Sec. do Trabalho e Habitação | | | | |
| P-I - Administração Central | | | | |
| Instalação de Agência Municipal para Assistência Social | Agências | 10 | 10 | 10 |
| P-II - Assistência e Prom. do Trab. | | | | |
| Públ. Cursos e Investigações | Participações | 42 | 32 | 32 |
| Assistência Jurídica | Trabalhador | 2.000 | 2.800 | 3.000 |
| Assistência Jurídica | Sindicato | 300 | 250 | 300 |
| Condições e Acórdãos | Ferretista Municipal | 200 | 250 | 300 |
| Serv. de Conciliação e Reintegração | Trabalhador | 3.000 | 4.000 | 5.000 |
| Preparação Intelectual da mão-de-obra | Trabalhador | 6.000 | 7.400 | 8.700 |
| P-III - Serviço e Assistência Social | | | | |
| Assistência à família do trabalhador e do "seguro" | Atendimentos | 68.300 | 140.000 | 150.000 |
| Assistência ao menor em instituições | Atendimento | 5.815 | 10.080 | 10.285 |
| Serv. Soc. A. Comunitária | Comunidade | 25 | 34 | 48 |
| Seminários de desenvolvimento social | Seminários | 15 | 20 | 25 |
| VI - HABITAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS | | | | |
| Sec. Trabalho e Habitação | | | | |
| P-III - Plano Habitacional | | | | |
| Const. de Casas Populares | Casas populares | 5.385 | 7.692 | 10.000 |
| Sec. Obras Públicas | | | | |
| P-IV - Planejamento Urbanístico Habitacional e Assist. Técnica | | | | |
| Levant. Topogr. Cadastral | Hectare | 500 | 2.200 | 4.000 |
| Levant. Aerofotogramétrico | Hectare | 5.000 | 7.400 | 800 |
| Planejamento Urbano | Hectare | 1.900 | 3.200 | 3.000 |
| Planejamento de Transportes | Hectare | 150 | 120 | 90 |
| Pesquisa Regional | Região fisiográfica | 4 | 4 | 3 |

Quadro n.º A-2
INFRA - ESTRUTURA SOCIAL
RECURSOS HUMANOS

| INSTITUÇÃO - ÓRGÃO - PROGRAMA | PESSOAL DISPONÍVEL EM 1964 | | | | | | NOVAS ADMISSÕES | | |
|--|----------------------------|-----------------|-----------------|------------|--------|--------------|-----------------|-------|-------|
| | Técnicos Superiores | Técnicos Médios | Administrativos | Auxiliares | TOTAL | % de Funções | 1964 | 1965 | 1966 |
| I - EDUCAÇÃO | 175 | 11.614 | 4.019 | 3.078 | 20.886 | 83,5 | 1.607 | 1.744 | 2.528 |
| I - Administração Central | 11 | 75 | 255 | 255 | 596 | | 20 | 16 | 19 |
| P.II - Educação Primária | — | 21.925 | 74 | 605 | 22.604 | | 7 | 5 | 5 |
| P.III - Educação Média | 14 | 4.750 | 615 | 1.340 | 6.819 | | 953 | 1.211 | 1.852 |
| P.IV - Educação Técnica | 81 | 1.570 | 284 | 817 | 2.652 | | 551 | 577 | 550 |
| P.V - Orientação e Educação Especial | 38 | 29 | 7 | 14 | 88 | | 45 | 60 | 60 |
| P.VI - Pesquisa e Orientação Eticobiológica | 21 | 64 | 9 | 12 | 116 | | 11 | 12 | 13 |
| P.VII - Difusão de Cultura | — | 17 | 58 | 65 | 140 | | 24 | 15 | 7 |
| P.VIII - Educação Física e Assistência Educacional | 4 | 35 | 24 | 18 | 81 | | — | — | — |
| P.IX - Bolsas de Estudo | 1 | 1 | 18 | 8 | 28 | | 4 | — | — |
| II - SAÚDE | 150 | 215 | 184 | 2.184 | 3.555 | 8,6 | 1.157 | 433 | 450 |
| P.I - Administração Central | 2 | 1 | 59 | 92 | 154 | | 46 | 12 | 9 |
| P.II - Assistência Social | 25 | — | 2 | 47 | 74 | | 17 | 18 | 17 |
| P.III - Assistência Odontológica | 13 | — | 2 | 1 | 16 | | 49 | 10 | 10 |
| P.IV - Freq. e Anál. do Povoal | 2 | 5 | 1 | 0 | 11 | | 8 | 9 | — |
| P.V - Higiene e Assist. Sanitária | 520 | 115 | 150 | 1.527 | 2.325 | | 690 | 140 | 177 |
| P.VI - Assistência à Maternidade e à Infância | 163 | 9 | 34 | 97 | 303 | | 105 | 65 | 102 |
| P.VII - Saúde Mental | 72 | 57 | 24 | 323 | 493 | | 124 | 161 | 131 |
| P.VIII - Pesquisas Biológicas | 55 | 25 | 8 | 49 | 137 | | 23 | 3 | 2 |
| P.IX - Projeto, Execução e Fiscalização de Obras | 4 | 3 | 2 | 19 | 30 | | 25 | 7 | 2 |
| III - TRABALHO, PREVID. ASSIST. SOCIAL | 74 | 66 | 133 | 211 | 1.070 | 1,7 | 240 | 168 | 199 |
| a) Inst. Previdência do Estado | | | | | | | | | |
| P.I - Administração Central | 10 | 17 | 141 | 84 | 352 | | 51 | — | — |
| P.II - Cooperativas Farmacêuticas | 1 | 2 | 31 | 40 | 74 | | 6 | 24 | 24 |
| P.III - Previdência | 1 | — | 49 | — | 50 | | 31 | — | — |
| P.IV - Aplicação de Reservas | — | — | 40 | — | 40 | | 17 | — | — |
| P.V - Seguros de Vida | 4 | 7 | 63 | 27 | 101 | | 33 | — | — |
| b) Secretaria Trab. Habitação | | | | | | | | | |
| P.I - Administração Central | 4 | 5 | 67 | 38 | 114 | | 6 | 4 | 3 |
| P.II - Assis. e Prot. do Trabalhador | 9 | 14 | 7 | 8 | 38 | | 49 | 30 | 32 |
| P.IV - Serv. e Assist. Social | 45 | 15 | 59 | 215 | 324 | | 140 | 110 | 158 |
| IV - HABIT. E SERVIÇOS URBANOS | 51 | 77 | 17 | 27 | 23 | 0,7 | 165 | 60 | 50 |
| a) Secretaria Trab. Habitação | | | | | | | | | |
| P.III - Plano Habitacional | 5 | 3 | 7 | 0 | 15 | | 150 | 00 | 50 |
| b) Secret. Obras Públicas | | | | | | | | | |
| P.VI - Planejamento Urbanístico Habit. e Assist. Técnica | 26 | 19 | 6 | 25 | 76 | | 11 | — | — |
| TOTAL | 4.153 | 31.748 | 11.149 | 15.801 | 62.951 | 100 | 3.207 | 2.427 | 3.207 |

Quadro nº A-3

INFRA - ESTRUTURA SOCIAL

COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DOS RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS

| FUNÇÃO - ÓRGÃO - PROGRAMA | PESSOAL DISPONÍVEL EM 1973 | | | | |
|---|----------------------------|-------------|-------------------------|-------------|--------------|
| | Superior | | Assist. Inter- média | Auxiliares | TOTAL |
| | Técnica | Médio | | | |
| I - EDUCAÇÃO | 0,5 | 89,9 | 5,7 | 9,8 | 100,0 |
| P-I - Administração Central | 2,0 | 4,6 | 26,7 | 26,7 | 100,0 |
| P-II - Educação Primária | - | 97,0 | 0,3 | 2,7 | 100,0 |
| P-III - Educação Média | 0,2 | 70,7 | 9,1 | 20,0 | 100,0 |
| P-IV - Educação Técnica | 2,8 | 36,2 | 10,0 | 31,0 | 100,0 |
| P-V - Orientação e Educação Especial | 43,6 | 34,7 | 3,0 | 16,7 | 100,0 |
| P-VI - Pesquisas e Orientação Educacionais | 26,7 | 55,2 | 7,8 | 10,3 | 100,0 |
| P-VII - Difusão Cultural | - | 12,1 | 41,5 | 46,4 | 100,0 |
| P-VIII - Educação Básica e Assist. Educacional | 4,8 | 45,2 | 28,6 | 21,4 | 100,0 |
| P-IX - Comissão de Bolsas | 3,6 | 0,6 | 64,3 | 28,5 | 100,0 |
| II - SAÚDE | 24,5 | 6,1 | 6,1 | 61,3 | 100,0 |
| P-I - Administração Central | 1,3 | 0,6 | 36,7 | 61,4 | 100,0 |
| P-II - Assistência Social | 32,7 | - | 3,3 | 64,5 | 100,0 |
| P-III - Assistência Odontológica | 81,2 | - | 12,5 | 6,3 | 100,0 |
| P-IV - Preparo e Aperfeiçoamento de Pessoal | 18,2 | 45,5 | 9,0 | 27,3 | 100,0 |
| P-V - Higiene e Assistência Sanitária | 22,6 | 4,9 | 6,7 | 65,9 | 100,0 |
| P-VI - Assistência à Maternidade e à Infância | 57,0 | 0,8 | 10,0 | 30,2 | 100,0 |
| P-VII - Saúde Mental | 16,0 | 13,6 | 4,9 | 67,5 | 100,0 |
| P-VIII - Pesquisas Biológicas | 29,9 | 21,4 | 6,8 | 41,9 | 100,0 |
| P-IX - Projetos, Execução e Fiscaliz. de Obras | 26,0 | 13,0 | 8,8 | 52,7 | 100,0 |
| P-X - Subvenções e Auxílios | - | - | - | - | - |
| III - TRABALHO, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL | 7,4 | 6,2 | 48,0 | 38,4 | 100,0 |
| Instituto de Previdência do Estado | | | | | |
| P-I - Administração Central | 4,9 | 3,9 | 64,0 | 27,2 | 100,0 |
| P-II - Comercialização Farmacêutica | 1,3 | 2,7 | 41,9 | 54,1 | 100,0 |
| P-III - Previdência Social | 2,0 | - | 93,0 | - | 100,0 |
| P-IV - Aplicação de Reservas | - | - | 100,0 | - | 100,0 |
| P-V - Seguros de Vida | 4,0 | 7,0 | 62,4 | 26,6 | 100,0 |
| Secretaria do Trabalho e Habitação | | | | | |
| P-I - Administração Central | 3,5 | 4,4 | 50,8 | 21,3 | 100,0 |
| P-II - Assistência e Proteção ao Trabalhador | 23,7 | 36,8 | 18,5 | 21,0 | 100,0 |
| P-IV - Serviço de Assistência Social | 13,0 | 7,6 | 16,9 | 62,5 | 100,0 |
| IV - HABITAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS | 33,3 | 23,7 | 14,0 | 29,0 | 100,0 |
| Secretaria do Trabalho e Habitação | | | | | |
| P-III - Plano Habitacional | 29,4 | 17,6 | 31,2 | 11,8 | 100,0 |
| Secretaria de Obras Públicas | | | | | |
| P-VI - Planejamento Urbanístico, Habitacional e Assistência Técnica | 34,2 | 25,0 | 7,9 | 32,9 | 100,0 |
| TOTAL | 2,8 | 77,5 | 6,3 | 14,4 | 100,0 |

Quadro n.º A-4
ÁREA: INFRA-ESTRUTURA SOCIAL
INVESTIMENTOS REAIS
Das atividades de 05 de 1964

| FUNÇÃO - ORÇÃO - PROGRAMA | 1 9 6 4 | | | | | | 1 9 6 5 | | | | | | 1 9 6 6 | | | | | |
|--|----------------|--------------------------|---------------------|------------|---------------|--------------------------|---------------------|------------|---------------|--------------------------|---------------------|------------|---------------|--------------------------|---------------------|------------|-----------------|--|
| | Obras Públicas | Equipamento e Instalação | Material Permanente | TOTAL | Obras Púlicas | Equipamento e Instalação | Material Permanente | TOTAL | Obras Púlicas | Equipamento e Instalação | Material Permanente | TOTAL | Obras Púlicas | Equipamento e Instalação | Material Permanente | TOTAL | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | TOTAL DO BIÊNIO | |
| I - EDUCAÇÃO | 4.392.250 | 1.010.189 | 1.402.804 | 6.805.243 | 4.622.900 | 1.041.845 | 1.229.589 | 6.894.334 | 4.199.750 | 1.113.482 | 1.307.352 | 6.620.584 | 12.999.500 | 2.185.516 | 3.645.745 | 20.110.761 | | |
| P.1 - Administração Central | - | - | 2.750 | 2.750 | - | 375 | 5.000 | 5.375 | - | 335 | 5.400 | 5.735 | - | 670 | 12.600 | 13.270 | | |
| P.11 - Educação Primária | 290.000 | 4.000 | 286.000 | 576.000 | 975.000 | 3.595 | 143.137 | 427.000 | - | 3.895 | 128.152 | 132.052 | 495.000 | 19.690 | 545.500 | 1.077.960 | | |
| P.111 - Educação Média | 2.480.000 | 82.500 | 600.297 | 3.178.197 | 3.190.000 | 15.000 | 673.589 | 3.873.589 | 4.400.000 | 17.000 | 790.545 | 4.184.545 | 9.070.000 | 1.09.500 | 2.037.541 | 11.277.041 | | |
| P.112 - Educação Técnica | 1.469.250 | 659.000 | 475.900 | 2.604.150 | 8.117.000 | 463.660 | 262.810 | 2.449.590 | 757.250 | 1.013.200 | 382.000 | 2.152.950 | 3.241.900 | 2.438.000 | 1.271.250 | 7.466.050 | | |
| P.113 - Organização e Educação Especial | 20.000 | 5.000 | 5.000 | 30.000 | 30.000 | 1.750 | 3.310 | 35.060 | 40.000 | 2.792 | 3.810 | 65.560 | 60.000 | 9.420 | 33.420 | 112.520 | | |
| P.114 - Pesquisas e Desenvolvimento Educacional | - | 44.000 | 6.892 | 50.892 | - | 48.400 | 9.712 | 58.112 | - | 53.240 | 10.760 | 64.000 | - | 148.600 | 38.424 | 155.024 | | |
| P.115 - Orlado Cultural | - | 12.207 | 10.762 | 23.469 | - | 4.203 | 14.317 | 18.520 | - | 28.500 | 19.445 | 47.945 | - | 45.510 | 48.521 | 99.031 | | |
| P.116 - Educação Física e Atividade Educacional | - | 1.762 | 6.925 | 8.687 | - | 562 | 8.140 | 8.702 | - | 563 | 8.840 | 2.492 | - | 2.516 | 19.525 | 21.741 | | |
| P.117 - Concessão de Bolsas | - | - | 459 | 459 | - | - | 484 | 484 | - | - | 395 | 395 | - | - | 1.348 | 1.348 | | |
| P.1 - MAIOM | 275.500 | 322.387 | 1.68.086 | 1.265.873 | 829.500 | 194.275 | 134.695 | 1.183.870 | 586.000 | 184.060 | 350.550 | 1.120.610 | 2.149.000 | 704.922 | 672.621 | 3.549.543 | | |
| P.4 - Administração Central | 115.000 | 8.000 | 9.245 | 132.245 | 50.000 | 6.265 | 9.700 | 66.005 | 50.000 | 2.200 | 10.780 | 67.880 | 215.000 | 9.885 | 29.125 | 353.775 | | |
| P.41 - Assistência Social | - | 6.000 | 10.050 | 16.050 | - | 7.700 | 11.035 | 18.235 | - | 600 | 11.370 | 21.970 | - | 9.100 | 32.640 | 47.720 | | |
| P.411 - Assistência Odontológica | - | 5.010 | 4.970 | 9.980 | - | 5.010 | 5.000 | 10.210 | - | 5.010 | 5.460 | 10.470 | - | 15.050 | 15.650 | 30.662 | | |
| P.412 - Pesquisa e Aperfeiçoamento de Pessoal | 20.000 | 600 | 1.070 | 21.670 | - | 6.700 | 1.960 | 8.660 | - | 600 | 2.050 | 2.400 | 20.000 | 7.700 | 5.890 | 33.590 | | |
| P.413 - Higiene e Assistência Sanitária | 235.000 | 280.300 | 51.390 | 566.690 | 156.000 | 315.500 | 55.950 | 527.450 | 165.000 | 123.000 | 58.780 | 346.780 | 555.000 | 439.205 | 1.68.000 | 1.244.155 | | |
| P.414 - Assistência e Alimentação à Infância | 141.200 | 63.700 | 45.440 | 240.430 | 122.500 | 35.400 | 15.730 | 169.630 | 130.000 | 33.000 | 14.870 | 177.900 | 291.200 | 112.240 | 16.020 | 592.620 | | |
| P.415 - Saúde Mental | 204.400 | 37.900 | 36.731 | 279.031 | 845.000 | 114.000 | 38.570 | 994.570 | 75.000 | 31.000 | 40.500 | 126.500 | 524.000 | 54.662 | 115.000 | 694.662 | | |
| P.416 - Pesquisas Biológicas | 59.000 | 10.500 | 5.600 | 75.100 | 256.000 | 15.900 | 5.800 | 277.700 | 166.000 | 28.700 | 6.170 | 200.870 | 481.000 | 53.100 | 17.120 | 551.720 | | |
| P.417 - Projeto e Execução de Obras | - | 2.000 | 600 | 2.600 | - | - | 905 | 905 | - | - | 950 | 950 | - | 2.600 | 2.715 | 4.715 | | |
| P.4 - MAIOM | 724.000 | 18.750 | 62.401 | 805.151 | 927.000 | 43.000 | 83.370 | 1.029.170 | 1.283.000 | 169.000 | 111.980 | 1.412.980 | 2.334.000 | 222.250 | 220.611 | 3.327.211 | | |
| III - TRABALHO, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL | 570.000 | 9.000 | 24.461 | 603.461 | 618.000 | 3.000 | 44.170 | 664.170 | 725.000 | 7.000 | 45.980 | 827.980 | 1.910.000 | 15.000 | 114.611 | 2.039.611 | | |
| III.1 - Administração Central | - | - | 16.655 | 16.655 | - | - | 32.100 | 32.100 | - | - | 35.250 | 35.250 | - | 5.000 | 84.205 | 87.305 | | |
| III.11 - Companhia Ferroviária | - | - | 2.900 | 2.900 | - | 5.000 | 8.150 | 9.350 | - | 7.000 | 2.850 | 6.250 | - | 12.000 | 6.250 | 20.200 | | |
| III.111 - Previdência Social | - | - | 1.831 | 1.831 | - | - | 3.000 | 3.000 | - | - | 1.750 | 1.750 | - | - | 6.361 | 6.361 | | |
| III.112 - Aplicação de Recursos | 570.000 | - | 2.705 | 572.705 | 615.000 | - | 3.450 | 618.450 | 725.000 | - | 3.450 | 728.450 | 1.910.000 | - | 9.115 | 1.919.115 | | |
| III.113 - Serviços de Vida | - | - | 1.060 | 1.060 | - | - | 2.470 | 2.470 | - | - | 3.000 | 3.000 | - | - | 6.530 | 6.530 | | |
| III.1 - MAIOM | 204.000 | 15.750 | 28.000 | 247.750 | 212.000 | 65.000 | 42.000 | 319.000 | 408.000 | 1.62.000 | 66.000 | 616.000 | 924.000 | 217.750 | 146.000 | 1.287.750 | | |
| III.2 - Administração Central | - | 2.250 | 5.000 | 7.250 | - | 6.000 | 5.000 | 11.000 | - | 7.000 | 3.000 | 10.000 | - | 15.250 | 13.000 | 28.250 | | |
| III.21 - Assistência e Proteção ao Trabalho | - | - | 9.000 | 9.000 | - | 4.000 | 7.000 | 11.000 | - | 5.000 | 8.000 | 13.000 | - | 9.000 | 21.000 | 32.000 | | |
| III.211 - Serviço de Assistência Social | 204.000 | 18.500 | 23.000 | 245.500 | 312.000 | 50.000 | 30.000 | 392.000 | 408.000 | 132.250 | 45.000 | 593.000 | 924.000 | 173.500 | 110.000 | 1.027.500 | | |
| III.2 - MAIOM | 3.937.240 | 4.500 | 12.700 | 3.954.440 | 5.088.260 | 17.000 | 17.000 | 5.122.260 | 6.509.410 | 24.000 | 20.000 | 6.532.410 | 13.214.850 | 45.500 | 49.700 | 13.310.000 | | |
| IV - HABITAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS | 3.500.000 | 3.000 | 7.600 | 3.510.600 | 5.030.000 | 12.000 | 8.000 | 5.029.000 | 6.990.000 | 15.000 | 16.000 | 6.525.000 | 25.000.000 | 30.000 | 25.000 | 15.055.000 | | |
| IV.1 - Plano Habitacional | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | | |
| IV.11 - Administração Central | - | - | 5.760 | 5.760 | 86.200 | 5.000 | 9.600 | 109.200 | 66.410 | 9.600 | 10.000 | 88.410 | 214.800 | 13.500 | 24.700 | 258.500 | | |
| IV.111 - Manutenção Urbana, Habitação e Assistência Social | 3.500.000 | 1.353.274 | 1.632.031 | 12.261.567 | 11.447.260 | 1.322.420 | 1.469.254 | 14.237.374 | 17.538.160 | 1.470.542 | 1.569.822 | 15.298.574 | 23.226.250 | 4.148.668 | 4.728.627 | 42.117.718 | | |
| IV.1 - MAIOM | 9.252.900 | 1.353.274 | 1.632.031 | 12.261.567 | 11.447.260 | 1.322.420 | 1.469.254 | 14.237.374 | 17.538.160 | 1.470.542 | 1.569.822 | 15.298.574 | 23.226.250 | 4.148.668 | 4.728.627 | 42.117.718 | | |

Anexo n.º 1
Apêndice do Quadro n.º A-4

INVESTIMENTOS REAIS
(1) OBRAS PÚBLICAS

DESCRIÇÃO DAS OBRAS EM EXECUÇÃO

(Em milhares de Cr\$ de 1964)

| FUNÇÃO - PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA | LOCALIZAÇÃO (município ou região fisiográfica) | Data do início da obra | Data esti- mada para a conclusão | Investimentos anuais para conclusão das obras já iniciadas | | | Restantes |
|---|--|------------------------------|--|---|------|------|-----------|
| | | | | 1964 | 1965 | 1966 | |
| I - EDUCAÇÃO | | | | 220.000 | | | |
| P-II - EDUCAÇÃO PRIMARIA | | | | 49.500 | | | |
| 3-224 - G. E. Venâncio Aires | Cruz Alta | 1.961 | 1964 | 6.100 | | | |
| 3-225 - G. E. Águia de Haia | Três Passos | 1960 | 1964 | 3.000 | | | |
| 3-226 - G. E. da Vila Glória | Ijuí | - | 1964 | 3.600 | | | |
| 3-227 - G. E. Madre Estanislau - Alto União | Ijuí | - | 1964 | 3.800 | | | |
| 3-228 - G. E. da Vila São Geraldo | Ijuí | - | 1964 | 3.100 | | | |
| 3-230 - G. E. Pedro Osório | Pelotas | 1960 | 1964 | 3.000 | | | |
| 3-232 - G. E. Alcides Barcellos | Rio Grande | 1.962 | 1964 | 4.500 | | | |
| 3-233 - G. E. Bibiano de Almeida | Rio Grande | 1961 | 1964 | 8.400 | | | |
| 3-244 - G. E. Santo Antônio | Pelotas | 1962 | 1964 | 4.000 | | | |
| 3-245 - G. E. 15 de Novembro | Bagé | 1961 | 1964 | 10.000 | | | |
| P-III - EDUCAÇÃO MÉDIA | | | | 61.700 | | | |
| 3-221 - G. E. ILD. Simões Lopes | Osório | 1.962 | 1964 | 26.100 | | | |
| 3-222 - Gin. Est. 25 de Julho | Novo Hamburgo | 1.962 | 1964 | 14.500 | | | |
| 3-223 - C. Est. Erechim (1.ª Etapa) | Erechim | 1.961 | 1964 | 4.500 | | | |
| - C. Est. Erechim (2.ª Etapa) | Erechim | 1.962 | 1964 | 3.700 | | | |
| 3-231 - Gin. Est. N.ª S.ª do Patrocínio | Dom Pedrito | 1960 | 1964 | 5.000 | | | |
| 3-243 - Gin. N.ª S.ª dos Navegantes | Pôrto Lucena | - | - | 7.900 | | | |
| P-IV - EDUCAÇÃO TÉCNICA | | | | 108.800 | | | |
| 3-229 - E. Agro-Técnica Carazinho | Carazinho | 1962 | 1964 | 38.800 | | | |
| 3-234 - Pav. Artes Industriais | Rio Grande | 1961 | 1964 | 2.700 | | | |
| 3-235 - Pav. Artes Industriais | Jaguarão | 1961 | 1964 | 2.400 | | | |
| 3-236 - Pav. Artes Industriais | Livrramento | 1961 | 1964 | 3.800 | | | |
| 3-237 - E. T. R. Encruzilhada do Sul | Encruzilhada de Sul | 1961 | 1964 | 6.800 | | | |
| 3-238 - E. T. R. São Gabriel | São Gabriel | 1961 | 1964 | 9.900 | | | |
| 3-239 - E. T. R. Guaporé | Guaporé | 1961 | 1964 | 9.900 | | | |
| 3-240 - E. T. R. Caçapava do Sul | Caçapava do Sul | 1961 | 1964 | 9.700 | | | |
| 3-241 - E. T. R. Santiago | Santiago | 1961 | 1964 | 13.000 | | | |
| 3-242 - E. T. R. Dom Pedrito | Dom Pedrito | 1961 | 1964 | 11.800 | | | |

1) - Descrição das obras públicas constantes do Quadro A-4 - Investimentos Reais

Anexo n.º 1
Apêndice do Quadro n.º A-4
INVESTIMENTOS REAIS
(1) OBRAS PÚBLICAS

DESCRIÇÃO DAS OBRAS EM EXECUÇÃO

(Em milhares de Cr\$ de 1964)

COM COBERTURA ORÇAMENTÁRIA PARA 1964

| FUNÇÃO — PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA | LOCALIZAÇÃO (município ou região fisiográfica) | Data do início da obra | Data esti- mada para a conclusão de obra | INVESTIMENTOS ANUAIS DO PROJETO OU OBRAS | | |
|--|--|------------------------------|---|--|----------------|----------------|
| | | | | 1964 | 1965 | 1966 |
| II — SAÚDE | | | | 116.400 | 249.000 | 155.000 |
| P-V — Higiene e Assistência Sanitária | | | | | | 31.500 |
| 3.205 — Instituto de Cardiologia | Pôrto Alegre | 1959 | 1964 | 53.000 | 9.000 | 31.500 |
| 3.207 — Centro de Saúde | Cruz Alta | 1958 | — | 25.000 | — | — |
| 3.208 — Posto de Saúde | Iral | 1958 | 1964 | 7.600 | 7.000 | 5.000 |
| 3.209 — Posto de Saúde | Sapiranga | 1958 | 1965 | 7.200 | — | — |
| 3.400 — Posto de Saúde | Taquari * | 1962 | 1964 | 6.000 | 2.000 | — |
| 3.401 — Posto de Saúde | Júlio de Castilhos | 1963 | 1964 | 3.600 | — | — |
| | | | | 31.200 | — | — |
| P-VI — Assistência à Maternidade e à Infância | | | | | | |
| 3.402 — Posto de Puericultura | Rio Grande * | 1961 | 1964 | 4.800 | — | — |
| 3.403 — Posto de Puericultura | Caxias do Sul * | 1963 | 1964 | 6.000 | — | — |
| 3.404 — Posto de Puericultura | Caroas * | 1963 | 1964 | 6.000 | — | — |
| 3.405 — Posto de Puericultura | Santa Maria * | 1963 | 1964 | 6.000 | — | — |
| 3.406 — Posto de Puericultura | Rosário | 1963 | 1964 | 6.000 | — | — |
| P-VII — Saúde Mental | | | | | | |
| 3.407 — Refeitório do Hospital São Pedro | Pôrto Alegre * | 1961 | 1964 | 2.400 | — | — |
| P-VIII — Pesquisas Biológicas | | | | | | |
| 3.206 — Instituto de Pesquisas Biológicas | Pôrto Alegre | 1959 | 1966 | 30.000 | 240.000 | 150.000 |
| | | | | 30.000 | 240.000 | 150.000 |

(*) Obras que serão executadas pela Secretaria da Saúde.

1) Descrição das Obras Públicas constante do Quadro A-4 — Investimentos Reais.

Anexo n.º 1
Apêndice do Quadro n.º A-4
INVESTIMENTOS REAIS
(1) OBRAS PÚBLICAS

DESCRIÇÃO DAS OBRAS EM EXECUÇÃO

(Em milhares de Cr\$ de 1964)

COM COBERTURA ORÇAMENTÁRIA PARA 1964

| FUNÇÃO — PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA | LOCALIZAÇÃO (município ou região fisiográfica) | Data do início da obra | Data esti- mada para a conclusão da obra | INVESTIMENTOS ANUAIS DO PROJETO OU OBRAS | | |
|---|--|------------------------------|---|--|------|------|
| | | | | 1964 | 1965 | 1966 |
| IV — HABITAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS | | | | | | |
| P-VI — Planejamento Urbanístico e habi- tacional e Assistência Técnica | | | | 1.470 | 840 | 40 |
| LEVANTAMENTOS | | | | | | |
| 1) -- Topográfico e Cadastral | S. Jerônimo (Charq. 2.ª | 1963 | 1965 | 1.100 | 300 | -- |
| | São Sepé | 1964 | 1964 | 300 | -- | -- |
| 6) -- Esgôto Pluvial (projeto) | Vera Cruz | 1962 | 1966 | 70 | 40 | -- |

1) -- Descrição das obras públicas constantes do Quadro A-4 — Investimentos Reais

Anexo n.º 2
 Apêndice do Quadro n.º A-4
INVESTIMENTOS REAIS
 (I) OBRAS PÚBLICAS

DESCRIÇÃO DAS OBRAS NOVAS

(Em milhares de Cr\$ de 1964)

COM COBERTURA ORÇAMENTARIA

| FUNÇÃO - PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA | LOCALIZAÇÃO Município ou região beneficiada | Data de início da obra | Início da obra para a qual se faz a obra | Total em dinheiro recurso | RECURSOS ORÇAMENTARIOS DO PROJETO OU OBRA | |
|--|---|------------------------------|---|---------------------------------|---|------|
| | | | | | 1964 | 1965 |
| 1. EDUCAÇÃO | | | | | | |
| 2.º - Educação Média | | | | | | |
| 1.º REGIÃO | | | | | | |
| P.2.115 - Col. Est. "Cândido José Genoy" | Para Alegre | 1964 | 1964 | 60.000 | 60.000 | |
| P.2.116 - Col. Est. P.º XII" | Para Alegre | 1964 | 1964 | 60.000 | 60.000 | |
| P.2.117 - Col. Est. Infância Dom Henrique" | Para Alegre | 1964 | 1964 | 60.000 | 60.000 | |
| P.2.118 - Col. Est. "Padre Reus" | Para Alegre | 1964 | 1964 | 60.000 | 60.000 | |
| P.2.119 - Col. Est. "Barão Santa Amélia" | Para Alegre | 1964 | 1964 | 60.000 | 60.000 | |
| P.2.120 - Col. Est. de São Leopoldo | São Leopoldo | 1964 | 1964 | 60.000 | 60.000 | |
| 4.º REGIÃO | | | | | | |
| P.2.122 - Col. Est. de Música | Viçosa | 1964 | 1964 | 60.000 | 60.000 | |
| P.2.126 - Col. Est. Normal de Ciências II.º e 2.º ciclos | Caravelas | 1964 | 1964 | 60.000 | 60.000 | |
| 5.º REGIÃO | | | | | | |
| P.2.123 - Col. Est. "Eugenio Simão" | Jaguaripe | 1964 | 1964 | 60.000 | 60.000 | |
| P.2.124 - Col. Est. "Memorial de Ovar" | Pelotas | 1964 | 1964 | 60.000 | 60.000 | |
| P.2.129 - Col. Est. "Barão de São Lourenço II.º ciclo" | São Lourenço do Sul | 1964 | 1964 | 60.000 | 60.000 | |
| 6.º REGIÃO | | | | | | |
| P.2.125 - Col. Est. "Imbuizinho Cruz" | Santa Cruz | 1964 | 1964 | 60.000 | 60.000 | |
| P.2.133 - Col. Est. "Barão de São João" | Passo Fundo | 1964 | 1964 | 60.000 | 60.000 | |
| 8.º REGIÃO | | | | | | |
| P.2.121 - Col. Est. "Mário Ruy" | Santa Maria | 1964 | 1964 | 60.000 | 60.000 | |
| P.2.127 - Col. Est. "Princesa Isabel de Jaguaré" | Jaguaripe | 1964 | 1964 | 60.000 | 60.000 | |
| P.2.128 - Col. Est. "M. Ruy" | Santa Maria | 1964 | 1964 | 60.000 | 60.000 | |
| P.2.127 - Col. Est. de São Nepe | São José | 1964 | 1964 | 60.000 | 60.000 | |
| P.2.132 - Col. Est. São Vicente | Geneirolândia | 1964 | 1964 | 60.000 | 60.000 | |
| 9.º REGIÃO | | | | | | |
| P.2.124 - Col. Est. "Antônio Sá" | Cruz Alta | 1964 | 1964 | 60.000 | 60.000 | |
| 12.º REGIÃO | | | | | | |
| P.2.140 - Col. Est. "Regional de Encruzilhada" | Encruzilhada do Sul | 1964 | 1964 | 60.000 | 60.000 | |
| P.2.129 - Col. Est. "Cândido Sphaer" | Caxias | 1964 | 1964 | 60.000 | 60.000 | |
| 14.º REGIÃO | | | | | | |
| P.2.125 - Col. Est. de Zoológico | São José Gonzaga | 1964 | 1964 | 60.000 | 60.000 | |
| 16.º REGIÃO | | | | | | |
| P.2.131 - Col. Est. "Mestre Amós Barbosa" | Ponte Pretas | 1964 | 1964 | 60.000 | 60.000 | |
| P.2.135 - Col. Est. "Barão de São João" | Ponte Pretas | 1964 | 1964 | 60.000 | 60.000 | |
| 18.º REGIÃO | | | | | | |
| P.2.124 - Col. Est. "Barão de São João" | São João del-Rei | 1964 | 1964 | 60.000 | 60.000 | |

(II) Descrição de obras não contempladas no Quadro n.º A-4 - Investimento: Para

Anexo n.º 2
Apêndice do Quadro n.º A-4

INVESTIMENTOS REAIS (II) OBRAS PÚBLICAS

DESCRIÇÃO DAS OBRAS NOVAS

Em milhares de Cr\$ de 1964

COM COBERTURA ORÇAMENTÁRIA

| FUNÇÃO - PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA | LOCALIZAÇÃO - MUNICÍPIO DE REGIÃO (Região) | Data de início da obra | Data em que se deu a conclusão da obra | Total do orçamento da obra | INVESTIMENTOS ANUAIS DO REGIÃO EM OBRAS | | |
|---|--|------------------------------|---|----------------------------------|---|------|------|
| | | | | | 1964 | 1965 | 1966 |
| I - EDUCAÇÃO (continuação) | | | | | | | |
| 19ª REGIÃO | | | | | | | |
| P2.135 - Ed. Agr. "Conde Alvaro Góes" | Santos do Ipiranga | 1964 | 1964 | 60.000 | 60.000 | | |
| P2.136 - Ed. Técnica "A" | Comandã | 1964 | 1964 | 60.000 | 60.000 | | |
| P2.137 - Ed. Técnica "B" | Jupiaçu | 1964 | 1964 | 30.000 | 30.000 | | |
| P2.138 - Ed. Técnica "C" | Gen. Lu. Vargas | 1964 | 1964 | 5.000 | 5.000 | | |
| P2.139 - Centro de Treinamento Agropesquiador | Itapecuru | 1964 | 1964 | 8.000 | 8.000 | | |
| P2.140 - Centro de Treinamento de Jovens | 2 municípios a escolher | 1964 | 1964 | 60.000 | 60.000 | | |
| P2.141 - Edifício Administrativo | 2 municípios a escolher | 1964 | 1964 | 120.000 | 120.000 | | |
| P2.142 - Edifício Administrativo | 3 municípios a escolher | 1964 | 1964 | 45.000 | 45.000 | | |
| P2.143 - Escola Secundária | Santa Maria | 1964 | 1964 | 20.000 | 20.000 | | |
| P2.144 - Escola Secundária | Pôrto Alegre | 1964 | 1964 | 37.500 | 37.500 | | |
| P2.145 - Escola Técnica "Bomfim" | Pôrto Alegre | 1964 | 1964 | 75.000 | 75.000 | | |
| P2.146 - Escola Industrial "Cl. Rosa Ryff" | Santa Maria | 1964 | 1964 | 46.250 | 46.250 | | |
| P2.147 - E. T. S. Maria do Cordeiro (1ª edif.) | Itaipó | 1964 | 1964 | 25.000 | 25.000 | | |
| P2.148 - E. T. S. Maria do Cordeiro (2ª edif.) | Itaipó | 1964 | 1964 | 25.000 | 25.000 | | |
| P2.149 - E. T. S. Maria do Cordeiro (3ª edif.) | Itaipó | 1964 | 1964 | 25.000 | 25.000 | | |
| P2.150 - E. T. S. Maria do Cordeiro (4ª edif.) | Itaipó | 1964 | 1964 | 25.000 | 25.000 | | |
| P2.151 - E. T. S. Maria do Cordeiro (5ª edif.) | Itaipó | 1964 | 1964 | 25.000 | 25.000 | | |
| P2.152 - E. T. S. Maria do Cordeiro (6ª edif.) | Itaipó | 1964 | 1964 | 25.000 | 25.000 | | |
| P2.153 - E. T. S. Maria do Cordeiro (7ª edif.) | Itaipó | 1964 | 1964 | 25.000 | 25.000 | | |
| P2.154 - E. T. S. Maria do Cordeiro (8ª edif.) | Itaipó | 1964 | 1964 | 25.000 | 25.000 | | |
| P2.155 - E. T. S. Maria do Cordeiro (9ª edif.) | Itaipó | 1964 | 1964 | 25.000 | 25.000 | | |
| P2.156 - E. T. S. Maria do Cordeiro (10ª edif.) | Itaipó | 1964 | 1964 | 25.000 | 25.000 | | |
| P2.157 - E. T. S. Maria do Cordeiro (11ª edif.) | Itaipó | 1964 | 1964 | 25.000 | 25.000 | | |
| P2.158 - E. T. S. Maria do Cordeiro (12ª edif.) | Itaipó | 1964 | 1964 | 25.000 | 25.000 | | |
| P2.159 - E. T. S. Maria do Cordeiro (13ª edif.) | Itaipó | 1964 | 1964 | 25.000 | 25.000 | | |
| P2.160 - E. T. S. Maria do Cordeiro (14ª edif.) | Itaipó | 1964 | 1964 | 25.000 | 25.000 | | |
| P2.161 - E. T. S. Maria do Cordeiro (15ª edif.) | Itaipó | 1964 | 1964 | 25.000 | 25.000 | | |
| P2.162 - E. T. S. Maria do Cordeiro (16ª edif.) | Itaipó | 1964 | 1964 | 25.000 | 25.000 | | |
| P2.163 - E. T. S. Maria do Cordeiro (17ª edif.) | Itaipó | 1964 | 1964 | 25.000 | 25.000 | | |
| P2.164 - E. T. S. Maria do Cordeiro (18ª edif.) | Itaipó | 1964 | 1964 | 25.000 | 25.000 | | |
| P2.165 - E. T. S. Maria do Cordeiro (19ª edif.) | Itaipó | 1964 | 1964 | 25.000 | 25.000 | | |
| P2.166 - E. T. S. Maria do Cordeiro (20ª edif.) | Itaipó | 1964 | 1964 | 25.000 | 25.000 | | |
| P2.167 - E. T. S. Maria do Cordeiro (21ª edif.) | Itaipó | 1964 | 1964 | 25.000 | 25.000 | | |
| P2.168 - E. T. S. Maria do Cordeiro (22ª edif.) | Itaipó | 1964 | 1964 | 25.000 | 25.000 | | |
| P2.169 - E. T. S. Maria do Cordeiro (23ª edif.) | Itaipó | 1964 | 1964 | 25.000 | 25.000 | | |
| P2.170 - E. T. S. Maria do Cordeiro (24ª edif.) | Itaipó | 1964 | 1964 | 25.000 | 25.000 | | |
| P2.171 - E. T. S. Maria do Cordeiro (25ª edif.) | Itaipó | 1964 | 1964 | 25.000 | 25.000 | | |
| P2.172 - E. T. S. Maria do Cordeiro (26ª edif.) | Itaipó | 1964 | 1964 | 25.000 | 25.000 | | |
| P2.173 - E. T. S. Maria do Cordeiro (27ª edif.) | Itaipó | 1964 | 1964 | 25.000 | 25.000 | | |
| P2.174 - E. T. S. Maria do Cordeiro (28ª edif.) | Itaipó | 1964 | 1964 | 25.000 | 25.000 | | |
| P2.175 - E. T. S. Maria do Cordeiro (29ª edif.) | Itaipó | 1964 | 1964 | 25.000 | 25.000 | | |
| P2.176 - E. T. S. Maria do Cordeiro (30ª edif.) | Itaipó | 1964 | 1964 | 25.000 | 25.000 | | |
| P2.177 - E. T. S. Maria do Cordeiro (31ª edif.) | Itaipó | 1964 | 1964 | 25.000 | 25.000 | | |
| P2.178 - E. T. S. Maria do Cordeiro (32ª edif.) | Itaipó | 1964 | 1964 | 25.000 | 25.000 | | |
| P2.179 - E. T. S. Maria do Cordeiro (33ª edif.) | Itaipó | 1964 | 1964 | 25.000 | 25.000 | | |
| P2.180 - E. T. S. Maria do Cordeiro (34ª edif.) | Itaipó | 1964 | 1964 | 25.000 | 25.000 | | |
| P2.181 - E. T. S. Maria do Cordeiro (35ª edif.) | Itaipó | 1964 | 1964 | 25.000 | 25.000 | | |
| P2.182 - E. T. S. Maria do Cordeiro (36ª edif.) | Itaipó | 1964 | 1964 | 25.000 | 25.000 | | |
| P2.183 - E. T. S. Maria do Cordeiro (37ª edif.) | Itaipó | 1964 | 1964 | 25.000 | 25.000 | | |
| P2.184 - E. T. S. Maria do Cordeiro (38ª edif.) | Itaipó | 1964 | 1964 | 25.000 | 25.000 | | |
| P2.185 - E. T. S. Maria do Cordeiro (39ª edif.) | Itaipó | 1964 | 1964 | 25.000 | 25.000 | | |
| P2.186 - E. T. S. Maria do Cordeiro (40ª edif.) | Itaipó | 1964 | 1964 | 25.000 | 25.000 | | |

(II) Descrição de obras por local contidas no Quadro n.º A-4 - Investimentos Reais

INVESTIMENTOS REAIS

(1) OBRAS PÚBLICAS

DESCRIÇÃO DE OBRAS NOVAS

(Em milhares de Cr\$ de 1964)

COM COBERTURA ORÇAMENTÁRIA PARA 1964

| FUNÇÃO — PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA | LOCALIZAÇÃO (município ou região fisiográfica) | Data do início de obra | Data esti- mada para a conclusão | Total do orçamento da obra | Investimentos anuais do projeto ou obras | | |
|---|--|------------------------------|--|----------------------------------|--|---------|--------|
| | | | | | 1964 | 1965 | 1966 |
| | | | | | Restantes | | |
| II — SAÚDE | | | | | | | |
| P-V — Higiene e Assistência Sanitária | | | | 622.900 | 356.900 | 253.000 | 13.000 |
| 2-102 — Hospital de Tuberculose (ampl.) | Alegrete | 1964 | 1964 | 149.900 | 103.900 | 33.000 | 13.000 |
| 2-103 — Hospital Sanatório Partenon (ampliação) | Pôrto Alegre | 1964 | 1966 | 24.000 | 24.000 | | |
| 2-105 — Centro de Saúde n.º 1 (almoxarifado) | Pôrto Alegre | 1964 | 1964 | 56.000 | 36.000 | 10.000 | 10.000 |
| 2-106 — Amparo Santa Cruz | Pôrto Alegre | 1964 | 1964 | 900 | 900 | | |
| 2-110 — Pôsto de Saúde | Pôrto Alegre | 1964 | 1965 | 60.000 | 40.000 | 20.000 | |
| | Nova Palma | 1964 | 1966 | 9.000 | 3.000 | 3.000 | 3.000 |
| P-VI — Assistência à Maternidade e à Infância | | | | 30.000 | 30.000 | | |
| 2-111 — Pôsto de Puericultura | Pôrto Alegre | 1964 | 1964 | 7.500 | 7.500 | | |
| 2-112 — Pôsto de Puericultura | Pôrto Alegre | 1964 | 1964 | 7.500 | 7.500 | | |
| 2-113 — Pôsto de Puericultura | Viamão | 1964 | 1964 | 7.500 | 7.500 | | |
| 2-114 — Pôsto de Puericultura | Canoas | 1964 | 1964 | 7.500 | 7.500 | | |
| P-VII — Saúde Mental | | | | 422.000 | 202.000 | 220.000 | |
| 2-104 — Hospital São Pedro | Pôrto Alegre | 1964 | 1964 | 8.000 | 8.000 | | |
| Pavilhão do Almoarifado | | | | | | | |
| Pavilhão de Toxicômanos (rede-hidráulica) | Pôrto Alegre | 1964 | 1964 | 4.000 | 4.000 | | |
| Centro Psiquiátrico Infantil | Pôrto Alegre | 1964 | 1965 | 20.000 | 10.000 | 10.000 | |
| Pavilhão para 300 homens | Pôrto Alegre | 1964 | 1965 | 180.000 | 80.000 | 100.000 | |
| Pavilhão para 300 mulheres | Pôrto Alegre | 1964 | 1965 | 180.000 | 80.000 | 100.000 | |
| Colônia do H. S. P. | Viamão | 1964 | 1965 | 20.000 | 10.000 | 10.000 | |
| Reservatório de água | Pôrto Alegre | 1964 | 1964 | 10.000 | 10.000 | | |
| P-VIII — Pesquisas Biológicas | | | | 21.000 | 21.000 | | |
| 2-107 — Laboratório Antirrábico | Pôrto Alegre | 1964 | 1964 | 7.000 | 7.000 | | |
| 2-108 — Laboratório Regional | Pelotas | 1964 | 1964 | 6.000 | 6.000 | | |
| 2-109 — Laboratório Regional | Passo Fundo | 1964 | 1964 | 8.000 | 8.000 | | |

1) — Descrição das obras públicas constantes do Quadro A-4 — Investimentos Reais

Anexo n.º 2
 Apêndice do Quadro n.º A-4
INVESTIMENTOS REAIS
 (1) OBRAS PÚBLICAS

DESCRIÇÃO DE OBRAS NOVAS

(Em milhares de Cr\$ de 1964)

COM COBERTURA ORÇAMENTÁRIA PARA 1964

| FUNÇÃO - PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA | LOCALIZAÇÃO (município ou região fisiográfica) | Data do início da obra | Data esti- mada para a conclusão da obra | Total do orçamento da obra | Investimentos anuais do projeto ou obras | | |
|--|--|------------------------------|---|----------------------------------|--|---------|----------------|
| | | | | | 1964 | 1965 | 1966 Restantes |
| III - TRABALHO, PREVIDENCIA E ASSISTEN- CIA SOCIAL | Pôrto Alegre | 1964 | 1964 | 500.000 | 664.000 | 225.000 | - |
| | | | | | 520.000 | 15.000 | - |
| | | | | | 500.000 | - | - |
| | | | | | 20.000 | 15.000 | - |
| P-IV - Serviço e Assistência Social | Pôrto Alegre | 1964 | 1965 | 354.000 | 144.000 | 210.000 | - |
| | | | | | 144.000 | 210.000 | - |
| 1.1 - Centro de Recepção e Triagem pa- ra menores | Pôrto Alegre | 1964 | 1965 | 354.000 | 144.000 | 210.000 | - |
| | | | | | 144.000 | 210.000 | - |

1) - Descrição das obras públicas constantes do Quadro A-4 - Investimentos Reais

Anexo n.º 2
Apêndice do Quadro n.º A-4
INVESTIMENTOS REAIS
(1) OBRAS PÚBLICAS

DESCRIÇÃO DE OBRAS NOVAS

(Em milhares de Cr\$ de 1964)

COM COBERTURA ORÇAMENTÁRIA PARA 1964

| FUNÇÃO - PROGRAMA Projeto ou tipo de obra | Habit. a Construir | | LOCALIZAÇÃO (município ou região fisiográfica) | Data do início da obra | Data esti- mada para a conclusão da obra | Total do orçamento da obra | Investimentos anuais do projeto ou obras | | | |
|--|--------------------|-------|--|------------------------------|---|----------------------------------|--|-----------|-----------|------|
| | Urbana | Rural | | | | | Total | 1964 | 1965 | 1966 |
| IV - HABITAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS P-III - Plano Habitacional | 1.798 | 169 | 1.967 | 1964 | 1966 | 1.278.550 | 1.612.650 | 2.291.900 | 2.984.150 | - |
| | 4.500 | 172 | 4.672 | 1964 | 1966 | 3.036.800 | 299.000 | 425.750 | 553.800 | - |
| | 690 | - | 690 | 1964 | 1966 | 448.500 | 708.500 | 1.012.050 | 1.316.250 | - |
| | 184 | - | 184 | 1964 | 1966 | 119.600 | 27.950 | 39.650 | 52.000 | - |
| | 220 | - | 220 | 1964 | 1966 | 143.000 | 33.150 | 48.750 | 61.100 | - |
| | 783 | 44 | 827 | 1964 | 1966 | 537.550 | 125.450 | 179.400 | 232.700 | - |
| | 218 | - | 218 | 1964 | 1966 | 141.700 | 33.800 | 46.800 | 61.100 | - |
| | 228 | - | 228 | 1964 | 1966 | 148.200 | 35.100 | 50.050 | 63.050 | - |
| | 110 | 4 | 114 | 1964 | 1966 | 74.100 | 16.900 | 24.700 | 32.500 | - |
| | 123 | 41 | 164 | 1964 | 1966 | 106.600 | 26.650 | 31.850 | 48.100 | - |
| | 20 | 46 | 66 | 1964 | 1966 | 42.900 | 9.750 | 14.300 | 18.850 | - |
| 95 | 235 | 330 | 1964 | 1966 | 214.500 | 50.700 | 71.500 | 92.300 | - | |
| 239 | - | 239 | 1964 | 1966 | 155.350 | 36.400 | 51.350 | 67.600 | - | |
| 652 | 27 | 679 | 1964 | 1966 | 441.350 | 103.350 | 146.900 | 191.100 | - | |

1) Descrição das Obras Públicas constante do Quadro A-4 - Investimentos Reais.

Anexo n.º 2
Apêndice do Quadro n.º A-4

INVESTIMENTOS REAIS

(1) OBRAS PÚBLICAS

DESCRIÇÃO DAS OBRAS NOVAS

(Em milhares de Cr\$ de 1964)

COM COBERTURA ORÇAMENTÁRIA PARA 1964

| FUNÇÃO - PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA | LOCALIZAÇÃO (município ou região fisiográfica) | Data de início da obra | Data de início para a conclusão da obra | Total do prejuízo da obra | INVESTIMENTOS ANUAIS DO PROJETO OU OBRAS | | | Reservas |
|---|--|------------------------------|--|---------------------------------|--|--------|--------|----------|
| | | | | | 1964 | 1965 | 1966 | |
| IV - HABITAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS PMU - Planejamento Urbanístico Habitacional e Assistência Técnica. 1) - LEVANTAMENTOS - TOPOGRÁFICOS CADASTERAL | Três Cordeiros | 1963 | 1964 | 400 | 270 | - | - | - |
| | Caruípe | 1963 | 1964 | 500 | 300 | - | - | - |
| | Belém | 1964 | 1964 | 300 | 300 | - | - | - |
| | Quilômetro (Cupira-PI) | 1964 | 1964 | 400 | 400 | - | - | - |
| | Encantado | 1964 | 1964 | 400 | 400 | - | - | - |
| | Carnaúba | 1964 | 1964 | 500 | 500 | - | - | - |
| | Arlond Grande | 1964 | 1964 | 500 | 500 | - | - | - |
| | Pernambuco | 1964 | 1964 | 700 | 700 | - | - | - |
| | Pedra Branca | 1964 | 1964 | 500 | 500 | - | - | - |
| | Nova Fátima | 1965 | 1965 | 260 | 260 | - | - | - |
| | Frederico Westphalen | 1965 | 1965 | 300 | 300 | - | - | - |
| | Ijuí | 1965 | 1965 | 300 | 300 | - | - | - |
| | Queluz | 1965 | 1965 | 400 | 400 | - | - | - |
| | Positivo 40 novos municípios e 150 ha c/um | 1965 | 1966 | 42.000 | 12.000 | 30.000 | - | - |
| | Irai | 1964 | 1965 | 5.000 | 2.500 | - | - | - |
| | Torrões | 1964 | 1965 | 5.000 | 2.500 | - | - | - |
| | Teçuara | 1964 | 1965 | 5.000 | 2.500 | - | - | - |
| | Mozambique | 1964 | 1965 | 5.000 | 2.500 | - | - | - |
| Pelotas | 1964 | 1965 | 5.000 | 2.500 | - | - | - | |
| Japerão | 1964 | 1965 | 5.000 | 2.500 | - | - | - | |
| Cruz Alta | 1964 | 1965 | 5.000 | 2.500 | - | - | - | |
| Santa Rosa | 1964 | 1965 | 5.000 | 2.500 | - | - | - | |
| São Borja | 1964 | 1965 | 5.000 | 2.500 | - | - | - | |
| Estrela | 1964 | 1965 | 5.000 | 2.500 | - | - | - | |
| Santa Ângela | 1965 | 1966 | 5.000 | 3.000 | - | - | - | |
| Ijuí | 1965 | 1966 | 5.000 | 3.000 | - | - | - | |
| Santa Cruz | 1965 | 1966 | 5.000 | 3.000 | - | - | - | |
| Uniãovelha | 1965 | 1966 | 5.000 | 3.000 | - | - | - | |
| Charqueadas | 1965 | 1966 | 5.000 | 3.000 | - | - | - | |
| Machadinho | 1965 | 1966 | 2.000 | 1.000 | - | - | - | |
| Bom Retiro do Sul | 1963 | 1964 | 500 | 300 | - | - | - | |
| Barre do Rêgo | 1963 | 1964 | 500 | 300 | - | - | - | |
| Dois Cidades | 1964 | 1964 | 800 | 500 | - | - | - | |
| Mat. Almeida | 1964 | 1965 | 1.600 | 800 | - | - | - | |
| Pedra Branca | 1964 | 1965 | 700 | 400 | - | - | - | |
| Encarnação | 1964 | 1965 | 200 | 300 | - | - | - | |
| Sete Cidades | 1964 | 1965 | 600 | 300 | - | - | - | |
| Irai | 1965 | 1965 | 5.000 | 5.000 | - | - | - | |
| Camela | 1965 | 1966 | 4.000 | 2.000 | - | - | - | |
| Torres | 1965 | 1966 | 200 | 400 | - | - | - | |
| Sete Cidades | 1965 | 1966 | 5.000 | 2.500 | - | - | - | |
| Sete Augustos | 1964 | 1964 | 200 | 200 | - | - | - | |
| São Lourenço do Sul | 1964 | 1964 | 200 | 200 | - | - | - | |
| Comunas do Sul | 1964 | 1964 | 300 | 300 | - | - | - | |
| | | | | | 26.730 | 72.660 | 57.800 | |

Descrição de obras públicas constantes do Quadro n.º A-4 - Investimentos Reais

Anexo n.º 2
 Apêndice do Quadro n.º A-4
INVESTIMENTOS REAIS
 (1) OBRAS PÚBLICAS

DESCRIÇÃO DE OBRAS NOVAS

(Em milhares de Cr\$ de 1964)

COM COBERTURA ORÇAMENTÁRIA PARA 1964

| FUNÇÃO — PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA | LOCALIZAÇÃO (município ou região fisiográfica) | Data do início da obra | Data esti- mada para a conclusão da obra | Total do orçamento da obra | Investimentos anuais do projeto ou obras | | | Restantes |
|--|--|------------------------------|---|----------------------------------|--|--------|--------|-----------|
| | | | | | 1964 | 1965 | 1966 | |
| II — HABITAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS (Cont.) | | | | | | | | |
| P-VI — Planejamento Urbanístico Habitacional e Assistência Técnica | | | | | | | | |
| 4) — Paisagismo | Jaguari | 1964 | 1964 | 200 | — | — | — | — |
| | Tórres | 1964 | 1965 | 200 | — | 200 | — | — |
| | Canela | 1964 | 1965 | 200 | — | 200 | — | — |
| | P. Alegre (J. Ornelas) | 1964 | 1965 | 200 | — | 300 | — | — |
| | Morro Reuter | 1965 | 1965 | — | — | 400 | — | — |
| | Itapoã—P. Alegre | 1965 | 1966 | — | — | 500 | 500 | — |
| | Rio Grande | 1965 | 1966 | — | — | 400 | 200 | — |
| | Osório | 1965 | 1966 | — | — | 100 | 200 | — |
| 5) — Habitação — Plano Piloto | P. Alegre (Brig. M.) | 1963 | 1964 | 7.000 | 500 | — | — | — |
| 6) — Projetos Diversos | Setur—Paradouros | 1964 | 1964 | 250 | — | — | — | — |
| | Setur—Estância Modelo | 1963 | 1964 | 1.000 | 600 | — | — | — |
| | Setur-Portos | 1964 | 1964 | 200 | — | — | — | — |
| | Pesquisa Regional | 1964 | 1966 | 30.000 | 10.000 | 10.000 | 10.000 | — |

1) — Descrição das obras públicas constantes do Quadro A-4 — Investimentos Reais

INVESTIMENTOS REAIS

(1) OBRAS PÚBLICAS

DESCRIÇÃO DAS OBRAS NOVAS

(Em milhares de Cr\$ de 1964)

SEM COBERTURA ORÇAMENTARIA

| FUNÇÃO - PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OUBA | LOCALIZAÇÃO (Município ou região fisiográfica) | Data de início da obra | Data esti- mada para o pontecio de obra | Total do orçamento da obra | INVESTIMENTOS ANUAIS DO PROJETO OU OBRAS | | | Residuais |
|--|--|------------------------------|--|----------------------------------|--|-----------|-----------|-----------|
| | | | | | 1964 | 1965 | 1966 | |
| 1 - EDUCAÇÃO | | | | | | | | |
| P-III - Educação Média | | | | | | | | |
| 1.ª REGIÃO | | | | | | | | |
| Col. Est. Início Montaria | Pólo Alegre | 1964 | 1964 | 60.000 | 924.000 | 2.616.000 | 2.682.000 | |
| Esc. Norm. 1.ª de Maua | Pólo Alegre | 1966 | 1966 | 60.000 | 60.000 | | 60.000 | |
| I. E. Col. Flores da Cunha | Pólo Alegre | 1965 | 1965 | 60.000 | 60.000 | | 60.000 | |
| Esc. Nor. Dom Diogo de Souza | Pólo Alegre | 1964 | 1964 | 60.000 | 60.000 | | | |
| Cic. Nor. Pedro de Felip | Pólo Alegre | 1965 | 1965 | 60.000 | 60.000 | | | |
| Gen. Est. Col. Apolônio Borges | Pólo Alegre | 1964 | 1964 | 60.000 | 60.000 | | | |
| Gen. Est. Vila Estrela | Pólo Alegre | 1965 | 1965 | 60.000 | 60.000 | | | |
| Gen. Est. Instituto Pretini | Pólo Alegre | 1966 | 1966 | 60.000 | 60.000 | | | |
| Gen. Est. da Glória | Pólo Alegre | 1965 | 1965 | 60.000 | 60.000 | | | |
| Gen. Est. de Taubaté | Pólo Alegre | 1965 | 1965 | 60.000 | 60.000 | | | |
| Gen. Est. de Floresta | Pólo Alegre | 1966 | 1966 | 60.000 | 60.000 | | | |
| Gen. Est. de Petrópolis | Pólo Alegre | 1966 | 1966 | 60.000 | 60.000 | | | |
| 2.ª REGIÃO | | | | | | | | |
| Gen. Est. de Estrela | Estrela | 1965 | 1965 | 60.000 | 60.000 | | | |
| Gen. Est. de Vale Scharlau | São Leopoldo | 1965 | 1965 | 60.000 | 60.000 | | | |
| Gen. Est. de Sapiranga | Sapiranga | 1964 | 1964 | 60.000 | 60.000 | | | |
| Gen. Est. de Campo Bom | Campo Bom | 1966 | 1966 | 60.000 | 60.000 | | | |
| Gen. Est. de Dois Irmãos | Dois Irmãos | 1965 | 1965 | 60.000 | 60.000 | | | |
| Gen. Est. de Feliz | Feliz | 1965 | 1965 | 60.000 | 60.000 | | | |
| Gen. Est. 8 de Setembro | Estância Velha | 1964 | 1964 | 60.000 | 60.000 | | | |
| Esc. Nor. Professor Mathias Schujt | Estância Velha | 1965 | 1965 | 60.000 | 60.000 | | | |
| Esc. Nor. de Vila Barão | Montenegro | 1965 | 1965 | 60.000 | 60.000 | | | |
| Esc. Nor. de São Sebastião do Cai (1.ª ciclo) | São Sebastião do Cai | 1966 | 1966 | 60.000 | 60.000 | | | |
| Esc. Nor. de São Leopoldo (2.ª ciclo) | São Leopoldo | 1965 | 1965 | 60.000 | 60.000 | | | |
| Esc. Nor. de Sapiranga (1.ª e 2.ª ciclo) | Sapiranga | 1966 | 1966 | 60.000 | 60.000 | | | |
| Esc. Nor. de Três Coróas (1.ª ciclo) | Três Coróas | 1964 | 1964 | 60.000 | 60.000 | | | |
| Gen. Est. de Três Coróas | Três Coróas | 1966 | 1966 | 60.000 | 60.000 | | | |
| Gen. Est. de Montenegro | Montenegro | 1965 | 1965 | 60.000 | 60.000 | | | |
| 3.ª REGIÃO | | | | | | | | |
| Gen. Est. de Arroio do Meio | Arroio do Meio | 1965 | 1965 | 60.000 | 60.000 | | | |
| Gen. Est. de Encantado | Encantado | 1966 | 1966 | 60.000 | 60.000 | | | |
| Gen. Est. de Santo Antônio | Arvorezinha | 1966 | 1966 | 60.000 | 60.000 | | | |
| Esc. Nor. Regional de V. Aires | Vendinha Aires | 1964 | 1964 | 60.000 | 60.000 | | | |
| Gen. Est. de Solânea | Solânea | 1965 | 1965 | 60.000 | 60.000 | | | |
| Esc. Nor. Regional Maurício Cardoso | Solânea | 1966 | 1966 | 30.000 | 30.000 | | | |
| Gen. Est. de Estrela | Estrela | 1964 | 1964 | 60.000 | 60.000 | | | |
| Gen. Est. de Lajeado | Lajeado | 1965 | 1965 | 60.000 | 60.000 | | | |
| Gen. Est. de Vendinha Aires | Vendinha Aires | 1966 | 1966 | 60.000 | 60.000 | | | |
| 4.ª REGIÃO | | | | | | | | |
| Col. Est. Crayado de Mandua | Caxias do Sul | 1965 | 1965 | 60.000 | 60.000 | | | |
| Gen. Est. de Gramado | Gramado | 1966 | 1966 | 60.000 | 60.000 | | | |
| Esc. Nor. (2.ª ciclo) | Bom Jesus | 1965 | 1965 | 60.000 | 60.000 | | | |
| Esc. Nor. de S. Francisco de Paula (1.ª e 2.ª ciclo) | São Francisco de Paula | 1965 | 1965 | 60.000 | 60.000 | | | |
| Gen. Est. de Nova Petrópolis | Nova Petrópolis | 1964 | 1964 | 60.000 | 60.000 | | | |

(1) Descrição de obras públicas constantes do Quadro n.º A-4 - Investimentos Reais

INVESTIMENTOS REAIS (1) OBRAS PÚBLICAS

DESCRIÇÃO DAS OBRAS NOVAS (Em milhares de Cr\$ de 1964)

SEM COBERTURA ORÇAMENTÁRIA

| FUNÇÃO - PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA | LOCALIZAÇÃO Município ou região topográfica | Data de início da obra | Data em que se concluiu a obra | Total do orçamento da obra | INVESTIMENTOS ANUAIS DO PROJETO OU OBRAS | | |
|--|---|------------------------------|---|----------------------------------|--|--------|------|
| | | | | | 1964 | 1965 | 1966 |
| 1.ª - EDUCAÇÃO (construção) | | | | | | | |
| P.M. - Educação Média | | | | | | | |
| 4.ª REGIÃO | | | | | | | |
| Gen. Est. de Antônio Prado | Antônio Prado | 1965 | 1965 | 60.000 | | 60.000 | |
| Gen. Est. de Caxias do Sul | Caxias do Sul | 1966 | 1966 | 60.000 | | 60.000 | |
| Gen. Est. de Flores do Cunha | Flores do Cunha | 1965 | 1965 | 60.000 | | 60.000 | |
| Gen. Est. de São Francisco de Paula | São Francisco de Paula | 1966 | 1966 | 60.000 | | 60.000 | |
| 5.ª REGIÃO | | | | | | | |
| Col. Est. Dom João Braga | Petropolis | 1965 | 1965 | 60.000 | | 60.000 | |
| Gen. Est. de Fregues | Petropolis | 1966 | 1966 | 60.000 | | 60.000 | |
| I. E. Petropolis | Petropolis | 1966 | 1966 | 60.000 | | 60.000 | |
| Esc. Nor. Cangussu (1.ª ciclo) | Caraguatatuba | 1965 | 1965 | 60.000 | | 60.000 | |
| Esc. Nor. de Pedro Ottonio (1.ª ciclo) | Pedro Ottonio | 1966 | 1966 | 60.000 | | 60.000 | |
| Esc. Nor. Peniche Verde | Pirallim | 1965 | 1965 | 60.000 | | 60.000 | |
| Gen. Est. de Pedro Osorio | Pedro Osorio | 1966 | 1966 | 60.000 | | 60.000 | |
| Gen. Est. de Piraema | Piraema | 1966 | 1966 | 60.000 | | 60.000 | |
| 6.ª REGIÃO | | | | | | | |
| Gen. Est. de Vera Cruz | Vera Cruz | 1965 | 1965 | 60.000 | | 60.000 | |
| Col. Est. de Cachoeira | Cachoeira do Sul | 1964 | 1964 | 60.000 | 60.000 | | |
| Gen. Est. de Faunal do Soturno | Faunal do Soturno | 1965 | 1965 | 60.000 | | 60.000 | |
| Esc. Nor. de Santa Cruz (2.ª ciclo) | Santa Cruz do Sul | 1965 | 1965 | 60.000 | | 60.000 | |
| Gen. Est. de Agudo | Agudo | 1965 | 1965 | 60.000 | | 60.000 | |
| Gen. Est. de Rio Pardo | Rio Pardo | 1966 | 1966 | 60.000 | | 60.000 | |
| Gen. Est. de Sobradinho | Sobradinho | 1966 | 1966 | 60.000 | | 60.000 | |
| Esc. Nor. Rural de Sta. Cruz (2.ª ciclo) | Santa Cruz do Sul | 1966 | 1966 | 60.000 | | 60.000 | |
| Esc. Nor. Rural de Cachoeira (1.ª ciclo) | Cachoeira do Sul | 1964 | 1964 | 24.000 | 24.000 | | |
| 7.ª REGIÃO | | | | | | | |
| Gen. Est. de Constançina | Constançina | 1964 | 1964 | 60.000 | | 60.000 | |
| Col. Est. de Castinho | Castinho | 1965 | 1965 | 60.000 | | 60.000 | |
| Gen. Est. de Nonoai | Nonoai | 1966 | 1966 | 60.000 | | 60.000 | |
| Gen. Est. de Sarandi | Sarandi | 1964 | 1964 | 60.000 | | 60.000 | |
| Gen. Est. de Casca | Casca | 1965 | 1965 | 60.000 | | 60.000 | |
| Esc. Nor. Rural de P. Fundo (2.ª ciclo) | Palmito Funchos | 1965 | 1965 | 60.000 | | 60.000 | |
| 8.ª REGIÃO | | | | | | | |
| I. E. Olavo Bilac | Santa Maria | 1966 | 1966 | 36.000 | | 36.000 | |
| Esc. Nor. de João de Castilhos (2.ª ciclo) | João de Castilhos | 1966 | 1966 | 60.000 | | 60.000 | |
| Esc. Nor. Rural de J. de Castil. (1.ª ciclo) | João de Castilhos | 1965 | 1965 | 60.000 | | 60.000 | |
| 9.ª REGIÃO | | | | | | | |
| Gen. Est. de Frederico Westphalen | Fredrico Westphalen | 1966 | 1966 | 60.000 | | 60.000 | |
| Esc. Nor. de Palmeira (2.ª ciclo) | Palmeira | 1965 | 1965 | 60.000 | | 60.000 | |
| Esc. Nor. Regional de Chapada | Chapada | 1964 | 1964 | 60.000 | 60.000 | | |
| Gen. Est. de Ijuí | Ijuí | 1964 | 1964 | 60.000 | 60.000 | | |
| Esc. Nor. Regional de Sibiriac | Sibiriac | 1964 | 1964 | 60.000 | | 60.000 | |

(1) Descrição de obras públicas construídas do Quadro n.º A-4 - Investimentos Reais

INVESTIMENTOS REAIS

(1) OBRAS PÚBLICAS

DESCRIÇÃO DAS OBRAS NOVAS

(Em milhares de Cr\$ de 1964)

| FUNÇÃO - PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA | LOCALIZAÇÃO (município ou região fisiográfica) | Data de início da obra | Data em que se concluiu a obra | Total do encargamento da obra | SEM COBERTURA ORÇAMENTÁRIA | | |
|---|--|------------------------------|---|-------------------------------------|----------------------------|--------|------|
| | | | | | 1964 | 1965 | 1966 |
| I - EDUCAÇÃO (continuação) | | | | | | | |
| 10.º REGIÃO | | | | | | | |
| 10.º REGIÃO | | | | | | | |
| Inst. Ed. Osvaldo Aranha | Alegrete | 1966 | 1966 | 60.000 | | | |
| Col. Ed. São Patrício | Itaóva | 1965 | 1965 | 60.000 | 60.000 | | |
| Esc. Nor. Regional de S. Francisco de Assis | São Francisco de Assis | 1965 | 1965 | 60.000 | 60.000 | | |
| Esc. Nor. Elise P. Wells | Uruguaiana | 1966 | 1966 | 36.000 | | 36.000 | |
| Col. Ed. de Alegrete | Alegrete | 1966 | 1966 | 60.000 | | 60.000 | |
| 11.º REGIÃO | | | | | | | |
| 11.º REGIÃO | | | | | | | |
| Col. Est. Mal. Rondon | Caracas | 1965 | 1965 | 36.000 | | | |
| Gen. Est. de Niterói | Caracas | 1964 | 1964 | 60.000 | 60.000 | | |
| Gen. Est. de Cachoeirinha | Gravatá | 1965 | 1965 | 60.000 | 60.000 | | |
| Gen. Est. de Rolando | Rolando | 1966 | 1966 | 60.000 | | 60.000 | |
| Esc. Nor. Regional de Viçame | Viçame | 1965 | 1965 | 60.000 | 60.000 | | |
| Gen. Est. de Gravataí | Gravatá | 1966 | 1966 | 60.000 | | 60.000 | |
| Gen. Est. de São Antônio da Patrulha | São Antônio da Patrulha | 1966 | 1966 | 60.000 | | 60.000 | |
| 12.º REGIÃO | | | | | | | |
| 12.º REGIÃO | | | | | | | |
| Gen. Est. de Xerxes | São Jerônimo | 1965 | 1965 | 60.000 | | | |
| Esc. Nor. Regional de Triunfo | Triunfo | 1965 | 1965 | 60.000 | 60.000 | | |
| Gen. Est. de Tapet | Tapet | 1966 | 1966 | 60.000 | | 60.000 | |
| 13.º REGIÃO | | | | | | | |
| 13.º REGIÃO | | | | | | | |
| Col. Est. de Bagé | Bagé | 1966 | 1966 | 60.000 | | | |
| Gen. Est. de Bagé | Bagé | 1966 | 1966 | 60.000 | | 60.000 | |
| Esc. Nor. Presidente Vargas | Bagé | 1965 | 1965 | 60.000 | | | |
| Gen. Est. de Herval do Sul | Herval do Sul | 1965 | 1965 | 60.000 | 60.000 | | |
| Esc. Nor. Regional de Pinheiro Machado | Pinheiro Machado | 1964 | 1964 | 60.000 | 60.000 | | |
| Esc. Nor. de São Gabriel (2.ª obra) | São Gabriel | 1966 | 1966 | 60.000 | | 60.000 | |
| Esc. Nor. Rural de Bagé (2.ª obra) | Bagé | 1966 | 1966 | 60.000 | | 60.000 | |
| Esc. Nor. Rural de Dom Pedrito | Dom Pedrito | 1966 | 1966 | 60.000 | | 60.000 | |
| 14.º REGIÃO | | | | | | | |
| 14.º REGIÃO | | | | | | | |
| Gen. Est. de Guarani das Missões | Guarani das Missões | 1965 | 1965 | 60.000 | | | |
| Gen. Est. de Colúpe | Colúpe | 1966 | 1966 | 60.000 | 60.000 | | |
| Gen. Est. de Vila Pippoi | Santa Ângela | 1965 | 1965 | 60.000 | 60.000 | | |
| Esc. Nor. Regional de São Borja | São Borja | 1965 | 1965 | 60.000 | 60.000 | | |
| Gen. Est. de Corno Largo | Corno Largo | 1966 | 1966 | 60.000 | | 60.000 | |
| Gen. Est. de São Luiz | São Luiz | 1966 | 1966 | 60.000 | | 60.000 | |
| Esc. Nor. Regional de S. Luiz Gonzaga | São Luiz Gonzaga | 1966 | 1966 | 60.000 | | 60.000 | |

(1) Descrição de obras públicas constantes do Quadro n.º A-4 - Investimentos Reais

INVESTIMENTOS REAIS

(1) OBRAS PÚBLICAS

DESCRIÇÃO DAS OBRAS NOVAS

(em milhares de Cr\$ de 1964)

SEM COBERTURA ORÇAMENTÁRIA

| FUNÇÃO - PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA | LOCALIZAÇÃO município ou região hidrográfica | Data de início da obra | Data em que se prevê para a conclusão da obra | Total do orçamento da obra | INVESTIMENTOS ANUAIS DO PROJETO OU OBRAS | | | REVENHOS |
|--|--|------------------------------|---|----------------------------------|--|--------|------|----------|
| | | | | | 1964 | 1965 | 1966 | |
| 1. EDUCAÇÃO (continuação) | | | | | | | | |
| 13.º REGIÃO | | | | | | | | |
| Esc. Nov. Regional de Maratã Grande | Maratã Grande | 1966 | 1966 | 60.000 | | 60.000 | | |
| Con. Est. de Genário Vargas | Genário Vargas | 1965 | 1965 | 60.000 | | 60.000 | | |
| Esc. Nov. Regional de São Valentim | São Valentim | 1964 | 1964 | 60.000 | 60.000 | | | |
| Con. Est. de Vitorino | Vitorino | 1966 | 1966 | 60.000 | | 60.000 | | |
| Con. Est. de Maranhão de Almeida | Mar de Almeida | 1966 | 1966 | 60.000 | | 60.000 | | |
| Con. Est. de Ezequiel | Ezequiel | 1966 | 1966 | 60.000 | | 60.000 | | |
| 14.º REGIÃO | | | | | | | | |
| Esc. Nov. Regional Bandeira | Guaporé | 1965 | 1965 | 60.000 | | 60.000 | | |
| Esc. Nov. Regional de Nova Prata | Nova Prata | 1966 | 1966 | 60.000 | | 60.000 | | |
| Esc. Nov. Rural de Bento Gonçalves (1.ª) | Bento Gonçalves | 1964 | 1964 | 74.000 | 74.000 | | | |
| Con. Est. de Nova Prata | Nova Prata | 1965 | 1965 | 60.000 | | 60.000 | | |
| Con. Est. de Veranópolis | Veranópolis | 1966 | 1966 | 60.000 | | 60.000 | | |
| 17.º REGIÃO | | | | | | | | |
| Con. Est. de Hortolândia | Hortolândia | 1965 | 1965 | 60.000 | | 60.000 | | |
| Con. Est. de Campo Novo | Campo Novo | 1966 | 1966 | 60.000 | | 60.000 | | |
| Con. Est. de Humaitá | Humaitá | 1966 | 1966 | 60.000 | | 60.000 | | |
| Con. Est. de Pôrta Lucena | Pôrta Lucena | 1965 | 1965 | 60.000 | | 60.000 | | |
| Con. Est. de Tenente Portela | Tenente Portela | 1964 | 1964 | 60.000 | 60.000 | | | |
| Con. Est. de Tucunduba | Tucunduba | 1966 | 1966 | 60.000 | | 60.000 | | |
| Con. Est. de Tuparendi | Tuparendi | 1966 | 1966 | 60.000 | | 60.000 | | |
| Con. Est. de Três Passos | Três Passos | 1965 | 1965 | 60.000 | | 60.000 | | |
| 18.º REGIÃO | | | | | | | | |
| Esc. Nov. "Jernival Nery" | Pão Grande | 1965 | 1965 | 60.000 | | 60.000 | | |
| Con. Est. de "São José do Norte" | São José do Norte | 1965 | 1965 | 60.000 | | 60.000 | | |
| Con. Est. de Rio Grande | Pão Grande | 1966 | 1966 | 60.000 | | 60.000 | | |
| 19.º REGIÃO | | | | | | | | |
| Con. Est. de Cerejeira | Cerejeira | 1965 | 1965 | 60.000 | | 60.000 | | |
| Con. Est. de Quera | Quera | 1966 | 1966 | 60.000 | | 60.000 | | |
| PRV - Educação Técnica | | | | | | | | |
| Esc. Téc. de Agricultura | Yumbo | 1964 | 1964 | 50.000 | | 50.000 | | |
| Esc. de Instrução Agrícola Carvalh | Yumbo | 1964 | 1964 | 25.000 | | 25.000 | | |
| Esc. de Instrução Agrícola | Pôrta Alegre | 1964 | 1964 | 10.000 | | 10.000 | | |
| Esc. de Instrução Agrícola | Ezequiel | 1964 | 1964 | 15.000 | | 15.000 | | |
| Esc. Agrícola São Isabel | São Lourenço do Sul | 1964 | 1964 | 20.000 | | 20.000 | | |
| Esc. Agrícola Assis Brasil | Borgh | 1964 | 1964 | 25.000 | | 25.000 | | |
| Esc. Agropecuária | Alcobaça | 1964 | 1964 | 2.000 | | 2.000 | | |
| Esc. Técnica Rural | Gravataí | 1964 | 1964 | 10.000 | | 10.000 | | |
| Esc. Técnica Rural | São Luiz Gonzaga | 1964 | 1964 | 25.000 | | 25.000 | | |
| Esc. Técnica Rural | São Borja | 1964 | 1964 | 25.000 | | 25.000 | | |

(1) Descrição de obras públicas constantes do Quadro n.º A-4 - Investimentos Reais

INVESTIMENTOS REAIS

(1) OBRAS PÚBLICAS

DESCRIÇÃO DAS OBRAS NOVAS

(Em milhares de G\$ de 1964)

SEM GOVERNAR ORÇAMENTADA

| FUNÇÃO - PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA | LOCALIZAÇÃO Município ou região (projetada) | Data de início da obra | Data est- imada para a conclusão da obra | Total de engenharia da obra | INVESTIMENTOS ANUAIS DO PROJETO OU OBRAS | | |
|---|---|------------------------------|---|-----------------------------------|--|--------|---------|
| | | | | | 1964 | 1965 | 1966 |
| 1 - EDUCAÇÃO (continuação) | | | | | | | |
| PIV - Educação Técnica | | | | | | | |
| Escola Técnica Rural (Povoado Marcado) | Caracinho | 1966 | 1966 | 3.000 | | | 3.000 |
| Escola Técnica Rural | Sant'ago | 1966 | 1966 | 4.000 | | | 4.000 |
| Escola Técnica Rural | Guaporé | 1966 | 1966 | 3.000 | | | 3.000 |
| Escola Técnica Rural | Camaquã | 1966 | 1966 | 4.000 | | | 4.000 |
| Escola Técnica Rural | Jaguari | 1966 | 1966 | 3.000 | | | 3.000 |
| Centro de Treinamento de Jovens | 4 municípios a escolher | 1966 | 1966 | 15.000 | | | 15.000 |
| Escola Agronômica | 1 município a escolher | 1966 | 1966 | 60.000 | | | 60.000 |
| Vocacionais Agrícolas | 20 municípios a escolher | 1966 | 1966 | 300.000 | | | 300.000 |
| Escolas Técnicas Rurais | 3 municípios a escolher | 1966 | 1966 | 200.000 | | | 200.000 |
| ESCOLAS EXISTENTES | | | | | | | |
| Escola Técnica Parobá (2ª etapa) | Porto Alegre | 1965 | 1965 | 25.000 | | 25.000 | |
| Esc. Industrial Dr. Cidm Rosa (2ª etapa) | Santa Maria | 1965 | 1965 | 18.750 | | 18.750 | |
| Esc. Tec. Ind. "S. Vieira da Cunha" (1ª etapa) | Bagé | 1965 | 1965 | 16.750 | | 16.750 | |
| Esc. Tec. Ind. "Presidente G. Vargas" (1ª etapa) | Santa Maria | 1965 | 1965 | 7.500 | | 7.500 | |
| Esc. I "S. Mac Donal" (1ª etapa) | Ererem | 1965 | 1965 | 22.500 | | 22.500 | |
| Esc. I de Química (1ª etapa) | Quero | 1965 | 1965 | 10.000 | | 10.000 | |
| Esc. I Antônio F. Jobim (1ª etapa) | São Francisco de Paula | 1965 | 1965 | 3.000 | | 3.000 | |
| Esc. I São Antônio de Patrulha (1ª etapa) | Santa Antônio de Patrulha | 1965 | 1965 | 10.000 | | 10.000 | |
| Esc. I do Capão do Leão (1ª etapa) | Capão do Leão | 1965 | 1965 | 12.500 | | 12.500 | |
| ESCOLAS EM CONSTRUÇÃO | | | | | | | |
| Escola Industrial de Tequi | Tequi | 1965 | 1965 | 8.750 | | 8.750 | |
| Escola Industrial de São Leopoldo | São Leopoldo | 1965 | 1965 | 8.750 | | 8.750 | |
| Escola Técnica de Penco | P.º Garcia | 1965 | 1965 | 37.500 | | 37.500 | |
| Escola Industrial de Capiv | Capiv do Sul | 1965 | 1965 | 20.000 | | 20.000 | |
| Escola Industrial de Passo Fundo | Passo Fundo | 1965 | 1965 | 25.000 | | 25.000 | |
| Escola Industrial de São Gabriel | São Gabriel | 1965 | 1965 | 17.500 | | 17.500 | |
| Escola Industrial de Sarandi | Sarandi | 1965 | 1965 | 15.000 | | 15.000 | |
| Escola Industrial de Iritiza | Porto Alegre | 1965 | 1965 | 15.000 | | 15.000 | |
| Escola Industrial de Passo de Areia | Porto Alegre | 1965 | 1965 | 15.000 | | 15.000 | |
| Escola Industrial de Sapucaia | Sapucaia | 1965 | 1965 | 15.000 | | 15.000 | |
| Escola Industrial de Passo da Fênix | Ypiranga | 1965 | 1965 | 15.000 | | 15.000 | |
| Escola Industrial do Passo da Cavaliada | Porto Alegre | 1965 | 1965 | 15.000 | | 15.000 | |
| ESCOLAS ELEMENTARES | | | | | | | |
| Esc. Prim. E. F. de Cunha | Porto Alegre | 1965 | 1965 | 25.000 | | 25.000 | |
| Esc. Elementar de Ypiranga | Porto Alegre | 1965 | 1965 | 17.500 | | 17.500 | |
| Esc. Elementar de São Lourenço | São Lourenço | 1965 | 1965 | 17.500 | | 17.500 | |
| ESCOLAS EXISTENTES | | | | | | | |
| Esc. Ind. Dr. Cidm Rosa (2ª etapa) | Santa Maria | 1966 | 1966 | 10.750 | | | 10.750 |
| Esc. Tec. Ind. "Presidente Getúlio Vargas" (1ª etapa) | Santa Maria | 1966 | 1966 | 15.000 | | | 15.000 |
| Esc. Ind. S. Mac Donal (1ª etapa) | Ererem | 1966 | 1966 | 17.500 | | | 17.500 |
| ESCOLAS ELEMENTARES | | | | | | | |
| Esc. Elementar de Iria de Anicés | Porto Alegre | 1966 | 1966 | 17.500 | | | 17.500 |
| Esc. Elementar de Dom Prudenc | Dom Prudenc | 1966 | 1966 | 17.500 | | | 17.500 |

(1) Descrição de obras sob o controle do Quadro n.º A-4 - Investimentos Reais

Anexo n.º 2
 Apêndice do Quadro n.º A.4
INVESTIMENTOS REAIS
 (1) OBRAS PÚBLICAS
DESCRIÇÃO DAS OBRAS NOVAS
 (em milhares de Cr\$ de 1964)

| FUNÇÃO - PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA | LOCALIZAÇÃO (município ou região fisiográfica) | Data de início da obra | Data em- endada para a conclusão da obra | Valor do emprego da obra | INVESTIMENTOS ANUAIS DO PROJETO OU OBRAS | | | Restante |
|--|--|------------------------------|---|--------------------------------|--|------|------|----------|
| | | | | | 1964 | 1965 | 1966 | |
| I - EDUCAÇÃO (continuação) | | | | | | | | |
| P.I.V. - Educação Técnica | | | | | | | | |
| Esc. Téc. Rural | Lagoa Vermelha | 1964 | 1964 | 15.000 | | | | |
| Esc. Téc. Rural | São Leopoldo | 1964 | 1964 | 15.000 | | | | |
| Esc. Téc. Rural | Palmeira | 1964 | 1964 | 10.000 | | | | |
| Esc. Téc. Rural | Encruzilhada | 1964 | 1964 | 6.000 | | | | |
| Esc. Téc. Rural | Carapava | 1964 | 1964 | 6.000 | | | | |
| Esc. Téc. Rural | São Gabriel | 1964 | 1964 | 6.000 | | | | |
| Esc. Téc. Rural | Candelária | 1964 | 1964 | 6.000 | | | | |
| Esc. Tec. de Agricultura | Viamão | 1965 | 1965 | 25.000 | | | | |
| Esc. de Instrução Agrícola | Passo Alegre | 1965 | 1965 | 8.000 | 25.000 | | | |
| Esc. de Instrução Agrícola | Entreim | 1965 | 1965 | 2.000 | 8.000 | | | |
| Esc. Agrícola São Isabel | São Lourenço do Sul | 1965 | 1965 | 5.000 | 2.000 | | | |
| Esc. Agrícola Assis Brasil | Boqué | 1965 | 1965 | 6.000 | 5.000 | | | |
| Esc. Agrícola | Alegria | 1965 | 1965 | 3.000 | 6.000 | | | |
| Esc. Agrícola | Coratubo | 1965 | 1965 | 3.000 | 3.000 | | | |
| Esc. Técnica Rural | Coratubo | 1965 | 1965 | 40.000 | 40.000 | | | |
| Esc. Técnica Rural | Granito | 1965 | 1965 | 1.000 | 6.000 | | | |
| Esc. Técnica Rural | São Luiz Gonzaga | 1965 | 1965 | 4.000 | 4.000 | | | |
| Esc. Técnica Rural | São Boré | 1965 | 1965 | 6.000 | 6.000 | | | |
| Esc. Técnica Rural | Lagoa Vermelha | 1965 | 1965 | 2.000 | 6.000 | | | |
| Esc. Técnica Rural | São Leopoldo | 1965 | 1965 | 6.000 | 6.000 | | | |
| Esc. Técnica Rural | Palmeira | 1965 | 1965 | 6.000 | 6.000 | | | |
| Esc. Técnica Rural | Dom Pedro | 1965 | 1965 | 6.000 | 6.000 | | | |
| Esc. Técnica Rural | Encruzilhada | 1965 | 1965 | 3.000 | 6.000 | | | |
| Esc. Técnica Rural | Carapava | 1965 | 1965 | 3.000 | 3.000 | | | |
| Esc. Técnica Rural | São Gabriel | 1965 | 1965 | 3.000 | 3.000 | | | |
| Esc. Técnica Rural | Candelária | 1965 | 1965 | 3.000 | 3.000 | | | |
| Esc. Técnica Rural | Santiago | 1965 | 1965 | 6.000 | 6.000 | | | |
| Esc. Técnica Rural | Guaporé | 1965 | 1965 | 6.000 | 6.000 | | | |
| Esc. Técnica Rural | Camapuã | 1965 | 1965 | 6.000 | 6.000 | | | |
| Esc. Técnica Rural | Jaguarão | 1965 | 1965 | 6.000 | 6.000 | | | |
| Esc. Técnica Rural | Candelária | 1965 | 1965 | 3.000 | 3.000 | | | |
| Centro de Treinamento de Jovens | Gelella Vargas | 1965 | 1965 | 5.000 | 5.000 | | | |
| Centro de Treinamento de Jovens | Uruguaiana | 1965 | 1965 | 3.000 | 3.000 | | | |
| Vocações Agrícolas | 4 municípios a escolher | 1965 | 1965 | 60.000 | 60.000 | | | |
| Escolas de Silicultura | 2 municípios a escolher | 1965 | 1965 | 120.000 | 120.000 | | | |
| Escolas Técnicas Rurais | 10 municípios a escolher | 1965 | 1965 | 150.000 | 150.000 | | | |
| Escola Técnica de Agricultura | Santa Maria | 1965 | 1965 | 5.000 | 5.000 | | | |
| Escola Mesma Agrícola Canadá | 3 municípios a escolher | 1965 | 1965 | 200.000 | 200.000 | | | |
| Escola de Instrução Agrícola | Viamão | 1966 | 1966 | 8.000 | | | | |
| Escola Agrícola | Viamão | 1966 | 1966 | 4.000 | | | | |
| Escola Agrícola | Passo Alegre | 1966 | 1966 | 4.000 | | | | |
| Escola Agrícola | Entreim | 1966 | 1966 | 5.000 | | | | |
| Escola Agrícola | Alegria | 1966 | 1966 | 2.000 | | | | |
| Escola Técnica Rural | Candelária | 1966 | 1966 | 40.000 | | | | |
| Escola Técnica Rural | Gravata | 1966 | 1966 | 6.000 | | | | |
| Escola Técnica Rural | Lagoa Vermelha | 1966 | 1966 | 6.000 | | | | |
| Escola Técnica Rural | São Leopoldo | 1966 | 1966 | 6.000 | | | | |
| Escola Técnica Rural | Passo Alegre | 1966 | 1966 | 3.000 | | | | |
| Escola Técnica Rural | Dom Pedro | 1966 | 1966 | 3.000 | | | | |
| | | | | | | | | 4.000 |
| | | | | | | | | 4.000 |
| | | | | | | | | 5.000 |
| | | | | | | | | 2.000 |
| | | | | | | | | 40.000 |
| | | | | | | | | 6.000 |
| | | | | | | | | 6.000 |
| | | | | | | | | 3.000 |
| | | | | | | | | 3.000 |

(1) Descrição de obras públicas constantes do Quadro n.º A.4 - Investimentos Reais

INVESTIMENTOS REAIS

(1) OBRAS PÚBLICAS

DESCRIÇÃO DAS OBRAS NOVAS

(Em milhares de G\$ de 1964)

SEM COBERTURA ORÇAMENTARIA PARA 1964

| FUNÇÃO - PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA | LOCALIZAÇÃO (Município ou região fisiográfica) | Data de início da obra | Data em que se mede para a conclusão da obra | Total do orçamento da obra | INVESTIMENTOS ANUAIS DO ANO DE OBRAS | | | Reservas |
|---|--|------------------------------|--|----------------------------------|--------------------------------------|------|------|----------|
| | | | | | 1964 | 1965 | 1966 | |
| II - SAÚDE | | | | | | | | |
| P1 - Administração Central | | | | | | | | |
| Unidade de Triagem | Pólo Alegre | 1964 | 1964 | 215.000 | 115.000 | - | - | - |
| Edição sede da Secr. Saúde | Pólo Alegre | 1964 | 1964 | 15.000 | 15.000 | - | - | - |
| | Pólo Alegre | 1964 | 1964 | 200.000 | 100.000 | - | - | - |
| P1V - Preparo e Aperfeiçoamento da Pessoal | | | | | | | | |
| Escola de Enfermagem (em. Inst. Card.) | Pólo Alegre | 1964 | 1964 | 20.000 | 20.000 | - | - | - |
| PV - Higiene e Assistência Sanitária | | | | | | | | |
| Centro de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 29.000 | 29.000 | - | - | 23.000 |
| Centro de Saúde | Santa Maria | 1964 | 1964 | 6.000 | 6.000 | - | - | - |
| Centro de Saúde n.º 3 | Santa Maria | 1964 | 1964 | 44.000 | 44.000 | - | - | - |
| | Pólo Alegre | 1964 | 1964 | 50.000 | 50.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Itap | 1964 | 1964 | 24.000 | 4.000 | - | - | 15.000 |
| Pólo de Saúde | Caripi | 1964 | 1964 | 4.000 | 4.000 | - | - | 8.000 |
| Pólo de Saúde | Palmeira das Missões | 1964 | 1964 | 4.000 | 3.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Santa Cruz | 1964 | 1964 | 12.000 | 3.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Santa Rosa do Padua | 1964 | 1964 | 18.000 | 5.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | São José do Norte | 1964 | 1964 | 9.000 | 2.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 7.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 11.000 | 3.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 9.000 | 2.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 12.000 | 4.000 | - | - | - |
| Pólo de Saúde | Cacimba | 1964 | 1964 | 18.000 | 4.000 | - | - | |

Anexo n.º 2
Apêndice do Quadro n.º A-4
INVESTIMENTOS REAIS
(1) OBRAS PÚBLICAS
DESCRIÇÃO DE OBRAS NOVAS

(Em milhares de Cr\$ de 1964)

SEM COBERTURA ORÇAMENTÁRIA P/1964

| FUNÇÃO -- PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA | LOCALIZAÇÃO (município ou região fisiográfica) | Data do início da obra | Data esti- mada para a conclusão da obra | Total do orçamento da obra | Investimentos anuais do projeto ou obras | | | Restantes |
|---|--|------------------------------|---|----------------------------------|--|-----------|---------|-----------|
| | | | | | 1964 | 1965 | 1966 | |
| | | | | | | | | |
| III - TRABALHO, PREVIDENCIA E ASSISTEN- CIA SOCIAL | | | | | 50.000 | 1.055.000 | | |
| P-IV - Aplicação de Reservas | | | | | | 715.000 | | |
| 1.2 - Conjunto Residencial Petrópolis .. | Pôrto Alegre | 1965 | 1965 | 600.000 | -- | -- | -- | |
| 1.3 - Conjunto Residencial | Pôrto Alegre | 1966 | 1966 | 715.000 | -- | 715.000 | -- | |
| P-IV - Serviço e Assistência Social | | | | | 50.000 | 50.000 | 340.000 | |
| 2.1 - Casa Lar | Pôrto Alegre | 1964 | 1964 | 12.000 | 12.000 | -- | -- | |
| 2.2 - Casa Lar | Pôrto Alegre | 1964 | 1964 | 12.000 | 12.000 | -- | -- | |
| 2.3 - Casa Lar | Pôrto Alegre | 1964 | 1964 | 12.000 | 12.000 | -- | -- | |
| 2.4 - Casa Lar | Pôrto Alegre | 1964 | 1965 | 12.000 | 7.000 | -- | -- | |
| 2.5 - Casa Lar | Pôrto Alegre | 1964 | 1965 | 12.000 | 7.000 | 5.000 | -- | |
| 2.6 - Casa Lar | Pôrto Alegre | 1966 | 1966 | 12.000 | -- | 5.000 | -- | |
| 2.7 - Casa Lar | Pôrto Alegre | 1966 | 1966 | 12.000 | -- | -- | -- | |
| 2.8 - Casa Lar | Pôrto Alegre | 1966 | 1966 | 12.000 | -- | 12.000 | -- | |
| 2.9 - Casa Lar | Pôrto Alegre | 1966 | 1966 | 12.000 | -- | 12.000 | -- | |
| 2.10 - Casa Lar | Pôrto Alegre | 1966 | 1966 | 12.000 | -- | 12.000 | -- | |
| 2.11 - Casa Lar | Pôrto Alegre | 1965 | 1965 | 10.000 | -- | 10.000 | -- | |
| 2.12 - Casa Lar | Pôrto Alegre | 1965 | 1965 | 10.000 | -- | 10.000 | -- | |
| 3.1 - Instituto para Excepcionais | Pôrto Alegre | 1965 | 1966 | 150.000 | -- | 10.000 | 140.000 | |
| 3.2 - Instituto para Excepcionais | Pôrto Alegre | 1965 | 1966 | 150.000 | -- | 10.000 | 140.000 | |

1) - Descrição das obras públicas constantes do Quadro A-4 - Investimentos Reais

INVESTIMENTOS REAIS

(1) OBRAS PÚBLICAS

DESCRIÇÃO DAS OBRAS NOVAS

(Em milhares de Cr\$ de 1964)

SEM COBERTURA ORÇAMENTÁRIA PARA 1964

| FUNÇÃO - PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA | HABITAÇÕES A CONSTRUIR NO TRIÊNIO | | LOCALIZAÇÃO (Município ou região fisiográfica) | DATA | | Orçamento total do projeto em obras | INVESTIMENTOS ANUAIS DO PROJETO EM OBRAS | | | | |
|--|--------------------------------------|-------|--|-------------------------|------------------------|--|--|-----------|-----------|------------|-------------|
| | Urbana | Rural | | Total | Início das obras | | Estimativa para conclusão | 1964 | 1965 | 1966 | Resolventes |
| | | | | | | | | | | | |
| IV - HABITAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS P-III - Plano Habitacional | 63 | 70 | 133 | 1.º - Literai | 1964 | 1966 | 1.887.600 | 2.707.900 | 3.515.850 | - | |
| | 305 | 35 | 340 | Osório | 1964 | 1966 | 20.150 | 28.600 | 37.700 | - | |
| | 40 | - | 40 | Rio Grande | 1964 | 1966 | 51.350 | 73.450 | 96.200 | - | |
| | 33 | 41 | 74 | Santa Vitória do Palmar | 1964 | 1966 | 6.500 | 8.450 | 11.050 | - | |
| | 33 | 24 | 57 | São José do Norte | 1964 | 1966 | 11.700 | 16.250 | 20.150 | - | |
| | 4 | 28 | 32 | Tórres | 1964 | 1966 | 9.100 | 12.350 | 15.600 | - | |
| | 49 | - | 49 | 2.º - Depressão Central | 1964 | 1966 | 4.550 | 7.150 | 9.100 | - | |
| | 296 | - | 296 | Agudo | 1964 | 1966 | 7.800 | 10.400 | 13.650 | - | |
| | 308 | - | 308 | Cacequi | 1964 | 1966 | 44.200 | 64.350 | 83.850 | - | |
| | 37 | 316 | 353 | Cachoeira do Sul | 1964 | 1966 | 46.150 | 66.950 | 87.100 | - | |
| | 66 | - | 66 | Esteio | 1964 | 1966 | 53.300 | 76.050 | 100.150 | - | |
| | 14 | 24 | 38 | Gravatá | 1964 | 1966 | 10.400 | 14.200 | 18.200 | - | |
| | 128 | - | 128 | Gualba | 1964 | 1966 | 5.850 | 8.450 | 10.400 | - | |
| | 63 | 35 | 98 | Restinga Seca | 1964 | 1966 | 19.500 | 27.950 | 35.750 | - | |
| | 37 | - | 37 | Rio Pardo | 1964 | 1966 | 14.950 | 21.450 | 27.300 | - | |
| | 69 | 39 | 108 | São Jerônimo | 1964 | 1966 | 5.850 | 7.800 | 10.400 | - | |
| | 31 | 9 | 40 | São Pedro do Sul | 1964 | 1966 | 16.250 | 23.400 | 30.550 | - | |
| | 48 | 695 | 743 | São Sepé | 1964 | 1966 | 6.550 | 8.450 | 11.050 | - | |
| | 16 | 37 | 53 | Taquari | 1964 | 1966 | 104.000 | 164.450 | 214.500 | - | |
| | 123 | 44 | 167 | Viamão | 1964 | 1966 | 34.450 | 11.050 | 14.950 | - | |
| | 9 | 24 | 33 | 3.º - Missões | 1964 | 1965 | 108.550 | 135.750 | 46.600 | - | |
| | 78 | - | 78 | Catuipe | 1964 | 1966 | 21.450 | 7.150 | 9.100 | - | |
| | 112 | - | 112 | Cerro Largo | 1964 | 1966 | 50.700 | 16.900 | 22.100 | - | |
| | 176 | - | 176 | Guarani das Missões | 1964 | 1966 | 72.800 | 24.050 | 31.200 | - | |
| | 34 | 2 | 36 | Itaqui | 1964 | 1966 | 11.400 | 7.800 | 10.400 | - | |
| | 100 | 150 | 250 | Santiago | 1964 | 1966 | 26.650 | 38.350 | 49.400 | - | |
| | | | | São Borja | 1964 | 1966 | 5.200 | 7.800 | 10.400 | - | |
| | | | | São Francisco de Assis | 1964 | 1966 | 162.500 | 53.950 | 76.200 | - | |
| | | | | São Luiz Gonzaga | 1964 | 1966 | | | | (continua) | |

(1) Descrição de obras públicas constantes do Quadro n.º A-4 - Investimentos Reais

Anexo n.º 2
 Apêndice do Quadro n.º A-4
INVESTIMENTOS REAIS
 (1) OBRAS PÚBLICAS
DESCRIÇÃO DAS OBRAS NOVAS
 (Em milhares de Cr\$ de 1964)

continuação, fls. 2

| FUNÇÃO - PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA | HABITAÇÕES A CONSTRUIR NO TRIÊNIO | | | LOCALIZAÇÃO (Município ou região fisiográfica) | DATA | | Orçamento total do projeto ou obras | INVESTIMENTOS ANUAIS DO PROJETO OU OBRAS | | | |
|--|--------------------------------------|-------|-----------------|--|------------------------|---------------------------------|--|--|--------|--------|-----------|
| | Urbane | Rural | Total | | Início das obras | Estimativa para conclusão | | 1964 | 1965 | 1966 | Restantes |
| | | | | | | | | | | | |
| IV - HABITAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS P-III - Plano Habitacional | 286 | - | 286 | 4.ª - Campanha | 1964 | 1966 | 185.900 | 43.550 | 68.400 | 79.950 | - |
| | 71 | - | 71 | Alegrete | 1964 | 1966 | 46.150 | 10.400 | 15.600 | 20.150 | - |
| | 53 | - | 53 | Dom Pedrito | 1964 | 1966 | 34.450 | 7.800 | 11.700 | 14.950 | - |
| | 55 | - | 55 | Quaraí | 1964 | 1966 | 35.750 | 7.800 | 11.700 | 16.250 | - |
| | 134 | - | 134 | Reário do Sul | 1964 | 1966 | 87.100 | 20.800 | 28.600 | 37.700 | - |
| | 152 | - | 152 | Sant'Ana do Livramento | 1964 | 1966 | 98.800 | 22.750 | 33.150 | 42.900 | - |
| | 172 | 58 | 230 | São Gabriel | 1964 | 1966 | 149.500 | 35.100 | 49.400 | 65.000 | - |
| | 172 | 58 | 230 | Uruguaiana | 1964 | 1966 | 149.500 | 35.100 | 49.400 | 65.000 | - |
| | 57 | 44 | 101 | 5.ª - Serra Sudeste | 1964 | 1966 | 65.650 | 15.600 | 21.450 | 28.600 | - |
| | 14 | 58 | 72 | Caçapava do Sul | 1964 | 1965 | 46.800 | 11.050 | 15.600 | 20.150 | - |
| | 36 | - | 36 | Canguçu | 1964 | 1966 | 23.400 | 5.200 | 7.600 | 10.400 | - |
| | 27 | 10 | 37 | Encruzilhada do Sul | 1964 | 1966 | 24.050 | 5.850 | 7.800 | 10.400 | - |
| | 27 | 10 | 37 | Pirajini | 1964 | 1966 | 24.050 | 5.850 | 7.800 | 10.400 | - |
| | 53 | 15 | 68 | 6.ª - Encosta do Sudeste | 1964 | 1966 | 44.200 | 10.400 | 14.950 | 18.850 | - |
| | 212 | - | 212 | Aurio Grande | 1964 | 1966 | 137.800 | 31.850 | 46.150 | 59.800 | - |
| | 46 | - | 46 | Camaquã | 1964 | 1966 | 29.900 | 7.150 | 9.750 | 13.000 | - |
| | 47 | - | 47 | Jaguarião | 1964 | 1966 | 30.550 | 7.150 | 9.750 | 13.650 | - |
| | 63 | 34 | 97 | Pedro Osório | 1964 | 1966 | 63.050 | 14.950 | 20.800 | 27.300 | - |
| | 40 | 22 | 62 | São Lourenço do Sul | 1964 | 1966 | 40.300 | 9.100 | 13.000 | 18.200 | - |
| | 40 | 22 | 62 | Tapes | 1964 | 1966 | 40.300 | 9.100 | 13.000 | 18.200 | - |
| | 79 | 15 | 94 | 7.ª - Alto Uruguai | 1964 | 1966 | 61.100 | 14.950 | 20.150 | 26.000 | - |
| | 12 | 47 | 59 | Araújo | 1964 | 1966 | 38.350 | 9.750 | 12.350 | 16.250 | - |
| | 41 | 9 | 50 | Campo Novo | 1964 | 1966 | 32.500 | 7.150 | 11.050 | 14.300 | - |
| | 8 | 73 | 81 | Chapada | 1964 | 1966 | 52.650 | 12.350 | 17.550 | 22.750 | - |
| | - | 68 | 68 | Constantina | 1964 | 1966 | 44.200 | 10.400 | 14.950 | 18.850 | - |
| | 51 | 300 | 351 | Cristianópolis | 1964 | 1966 | 228.150 | 52.650 | 78.000 | 97.500 | - |
| | 72 | 12 | 84 | Frederico Westphalen | 1964 | 1966 | 54.600 | 13.000 | 18.200 | 23.400 | - |
| 12 | 64 | 76 | Getúlio Vargas | 1964 | 1966 | 49.400 | 12.350 | 16.250 | 20.800 | - | |
| 25 | 41 | 66 | Guarapuava | 1964 | 1966 | 42.900 | 10.400 | 13.650 | 18.050 | - | |
| 12 | 24 | 36 | Horizontina | 1964 | 1966 | 23.400 | 5.850 | 7.800 | 9.750 | - | |
| 30 | 124 | 154 | Itumirim | 1964 | 1966 | 100.100 | 22.750 | 33.800 | 43.550 | - | |
| 49 | - | 49 | Irei | 1964 | 1966 | 31.850 | 7.800 | 10.400 | 13.650 | - | |
| 49 | - | 49 | Marcelino Ramos | 1964 | 1966 | 31.850 | 7.800 | 10.400 | 13.650 | - | |

(continua)

(1) Descrição de obras públicas constantes do Quadro n.º A-4 - Investimentos Reais

INVESTIMENTOS REAIS

(1) OBRAS PÚBLICAS

DESCRIÇÃO DAS OBRAS NOVAS

(Em milhares de Cr\$ de 1964)

continuação, fls. 3

| FUNÇÃO - PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA | HABITAÇÕES A CONSTRUIR NO TRIÊNIO | | | LOCALIZAÇÃO (Município ou região fisiográfica) | DATA | | Orçamento total do projeto ou obras | INVESTIMENTOS ANUAIS DO PROJETO OU OBRAS | | | Remanescentes | |
|--|--------------------------------------|-------|-------|--|------------------------|---------------------------------|--|--|--------|--------|---------------|---|
| | Urbana | Rural | Total | | Início das obras | Estimativa para conclusão | | 1964 | 1965 | 1966 | | |
| | | | | | | | | | | | | |
| IV - HABITAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS P-III - Plano Habitacional | 12 | 122 | 134 | Norooz | 1964 | 1966 | 87.100 | 20.150 | 29.250 | 37.700 | - | |
| | 150 | 153 | 303 | Palmeira dos Missões | 1964 | 1966 | 196.950 | 45.500 | 66.950 | 84.500 | - | |
| | 5 | 32 | 37 | Pôrto Lucena | 1964 | 1966 | 24.050 | 5.200 | 8.450 | 10.400 | - | |
| | 156 | 37 | 193 | Santo Augusto | 1964 | 1966 | 125.650 | 29.900 | 41.600 | 53.950 | - | |
| | 21 | 69 | 90 | Santo Cristo | 1964 | 1966 | 58.500 | 13.650 | 19.500 | 25.350 | - | |
| | 27 | 100 | 127 | Sarandi | 1964 | 1966 | 82.550 | 18.850 | 27.950 | 35.750 | - | |
| | 23 | 94 | 117 | Seberi | 1964 | 1966 | 76.050 | 17.550 | 25.350 | 33.150 | - | |
| | 100 | 36 | 136 | Tenente Portela | 1964 | 1966 | 88.400 | 21.450 | 29.250 | 37.700 | - | |
| | 22 | 24 | 46 | Tucunduva | 1964 | 1966 | 29.950 | 6.500 | 9.750 | 13.650 | - | |
| | 8 | 37 | 45 | Tuparendi | 1964 | 1966 | 29.250 | 7.150 | 9.750 | 12.150 | - | |
| | 97 | 41 | 138 | Três de Maio | 1964 | 1966 | 29.700 | 21.450 | 29.900 | 38.350 | - | |
| | 105 | 33 | 138 | Três Passos | 1964 | 1966 | 86.700 | 20.800 | 29.900 | 39.550 | - | |
| | | | | 8.º - Campos de Cima da Serra | | | | | | | | |
| | | 29 | 72 | 101 | Bom Jesus | 1964 | 1966 | 65.650 | 14.300 | 22.750 | 28.600 | - |
| | | 34 | 4 | 38 | Senanduva | 1964 | 1966 | 74.700 | 5.850 | 7.800 | 31.050 | - |
| | | 67 | 32 | 99 | São Francisco de Paula | 1964 | 1966 | 64.350 | 14.950 | 20.800 | 28.600 | - |
| | | 9 | 19 | 28 | São José do Ouro | 1964 | 1966 | 18.200 | 3.900 | 6.900 | 7.800 | - |
| | | 63 | 188 | 251 | Vacaria | 1964 | 1966 | 163.150 | 38.350 | 54.600 | 70.200 | - |
| | | | | | 9.º - Planalto Médio | | | | | | | |
| | | 120 | - | 120 | Caracinho | 1964 | 1966 | 78.000 | 18.200 | 26.000 | 33.600 | - |
| | | 76 | 26 | 102 | Cruz Alta | 1964 | 1966 | 66.300 | 15.600 | 22.100 | 28.600 | - |
| | | 23 | 40 | 63 | Espumoso | 1964 | 1966 | 40.950 | 9.750 | 13.650 | 17.550 | - |
| | | 69 | - | 69 | Ibirubá | 1964 | 1966 | 44.850 | 10.400 | 14.950 | 19.500 | - |
| | 74 | 93 | 167 | Ijuí | 1964 | 1966 | 108.550 | 26.000 | 35.750 | 46.800 | - | |
| | 74 | - | 74 | Julio de Castilhos | 1964 | 1966 | 48.100 | 11.700 | 15.600 | 20.800 | - | |
| | 36 | 41 | 77 | Marau | 1964 | 1966 | 50.050 | 11.700 | 16.900 | 21.450 | - | |
| | 43 | - | 43 | Não Me Toque | 1964 | 1966 | 27.950 | 5.850 | 9.750 | 12.350 | - | |
| | 43 | 44 | 87 | Panambi | 1964 | 1966 | 56.550 | 13.000 | 19.500 | 24.050 | - | |
| | 152 | 147 | 299 | Passo Fundo | 1964 | 1966 | 194.350 | 44.850 | 65.000 | 84.500 | - | |
| | 71 | 66 | 137 | Soledade | 1964 | 1966 | 69.650 | 23.400 | 28.600 | 37.050 | - | |
| | 24 | 33 | 57 | Tapejara | 1964 | 1966 | 37.650 | 7.800 | 12.350 | 16.900 | - | |
| | 69 | - | 69 | Tejara | 1964 | 1966 | 44.850 | 10.400 | 14.950 | 19.500 | - | |
| | 74 | - | 74 | Tupanciretê | 1964 | 1966 | 48.100 | 11.050 | 16.250 | 20.800 | - | |

(continua)

(1) Descrição de obras públicas constantes do Quadro n.º A-4 - Investimentos Reais

Anexo n.º 2

Apêndice do Quadro n.º A-4

INVESTIMENTOS REAIS

(1) OBRAS PÚBLICAS

DESCRIÇÃO DAS OBRAS NOVAS

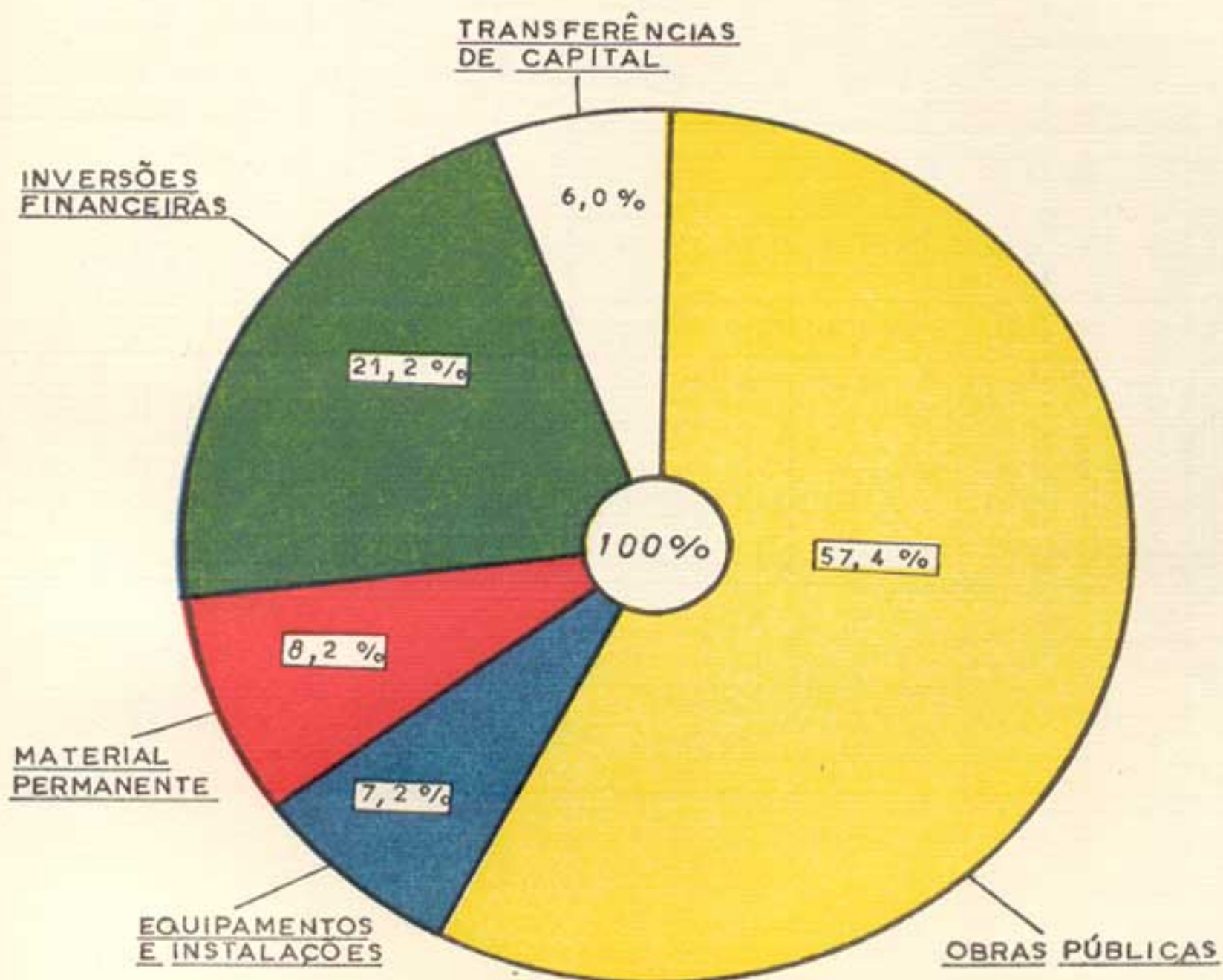
(em milhares de Cr\$ de 1964)

continuação, fls. 4

| FUNÇÃO — PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA | HABITAÇÕES A CONSTRUIR NO TRIÊNIO | | | LOCALIZAÇÃO (município ou região fisiográfica) | DATA | | Orçamento total do projeto ou obras | INVESTIMENTOS ANUAIS DO PROJETO OU OBRAS | | | |
|--|--------------------------------------|-------|-------------|--|------------------------|----------------------------------|--|--|--------|--------|-----------|
| | Urbana | Rural | Total | | Início das obras | Estratégica para conclusão | | 1964 | 1965 | 1966 | Restantes |
| | | | | | | | | | | | |
| IV — HABITAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS P-III — Plano Habitacional | 14 | 24 | 38 | 10.ª — Encosta Inf. do Nordeste | 1964 | 1966 | 24.700 | 5.200 | 8.450 | 11.050 | |
| | 23 | 9 | 32 | Arroio do Meio | 1964 | 1966 | 20.800 | 4.550 | 6.500 | 9.750 | |
| | 26 | 5 | 31 | Campo Bom | 1964 | 1966 | 20.150 | 4.550 | 7.150 | 8.450 | |
| | 73 | — | 73 | Candelária | 1964 | 1966 | 47.450 | 11.750 | 15.600 | 20.150 | |
| | 23 | 44 | 67 | Caneta | 1964 | 1966 | 43.550 | 10.400 | 14.950 | 18.200 | |
| | 65 | 9 | 74 | Dois Irmãos | 1964 | 1966 | 48.100 | 11.050 | 16.250 | 20.800 | |
| | 93 | — | 93 | Encantado | 1964 | 1966 | 60.450 | 14.950 | 20.150 | 25.350 | |
| | 36 | 12 | 48 | Estância Velha | 1964 | 1966 | 31.200 | 7.150 | 10.400 | 13.650 | |
| | 5 | 56 | 61 | Estréla | 1964 | 1966 | 39.650 | 9.750 | 13.000 | 16.900 | |
| | 34 | — | 34 | Feliz | 1964 | 1966 | 22.100 | 4.550 | 7.800 | 9.750 | |
| | 78 | 33 | 111 | Gramado | 1964 | 1966 | 72.150 | 16.250 | 24.050 | 31.850 | |
| | 6 | 45 | 52 | Lejedo | 1964 | 1966 | 23.600 | 7.800 | 11.700 | 14.300 | |
| | 69 | 130 | 229 | Rolante | 1964 | 1966 | 148.850 | 34.450 | 49.400 | 65.000 | |
| | 32 | 133 | 165 | Santa Cruz do Sul | 1964 | 1966 | 107.250 | 24.700 | 35.750 | 46.800 | |
| | 85 | — | 85 | Santo Antônio | 1964 | 1966 | 55.250 | 13.000 | 18.850 | 23.400 | |
| | 65 | 22 | 87 | Sapiranga | 1964 | 1966 | 56.550 | 13.000 | 18.650 | 24.700 | |
| | 23 | 116 | 139 | Sapucaia | 1964 | 1966 | 90.350 | 20.800 | 29.900 | 39.650 | |
| | 34 | 46 | 80 | Sac. Jacupiranga do Ca. | 1964 | 1966 | 52.000 | 12.350 | 16.900 | 22.750 | |
| | 53 | 20 | 73 | Setimilho | 1964 | 1966 | 47.450 | 11.050 | 15.600 | 20.800 | |
| | 104 | 166 | 270 | Taquara | 1964 | 1966 | 175.500 | 40.950 | 58.500 | 74.950 | |
| | 12 | 35 | 77 | Venâncio Aires | 1964 | 1966 | 17.550 | 3.500 | 5.650 | 7.800 | |
| | 14 | 15 | 32 | Vera Cruz | 1964 | 1966 | 20.800 | 4.550 | 7.150 | 9.300 | |
| | 36 | 12 | 50 | 11.ª — Encosta Sup. do Nordeste | 1964 | 1966 | 37.500 | 7.800 | 11.050 | 13.650 | |
| | 20 | 14 | 36 | Arroio Prado | 1964 | 1966 | 23.400 | 4.550 | 8.450 | 10.400 | |
| | 51 | 33 | 84 | Caros Barbosa | 1964 | 1966 | 54.600 | 13.000 | 17.650 | 24.050 | |
| | 34 | — | 34 | Ilheus de Cunha | 1964 | 1966 | 35.100 | 6.450 | 11.700 | 14.950 | |
| | 42 | 32 | 74 | Gerbold | 1964 | 1966 | 48.400 | 11.050 | 16.250 | 20.800 | |
| 49 | — | 49 | Guapore | 1964 | 1966 | 31.850 | 7.800 | 11.700 | 14.300 | | |
| | | | Nova Fátima | 1964 | 1966 | | | | | | |
| | | | Viamão | 1964 | 1966 | | | | | | |

(1) Descrição de obras públicas constantes do Quadro n.º A-4 — Investimentos Reais

ÁREA: INFRA-ESTRUTURA SOCIAL
Distribuição percentual dos gastos de capital, no triênio



Quadro n.º A-5
ÁREA: INFRA-ESTRUTURA SOCIAL

COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DOS INVESTIMENTOS REAIS

| | 1964 | | | | | | 1965 | | | | | | 1966 | | | | | |
|---|-----------------|----------------------|------------------|-------|-----------------|----------------------|------------------|-------|-----------------|----------------------|------------------|-------|-----------------|----------------------|------------------|-------|--|--|
| | Obras P.úblicas | Equip.mento p. Inst. | Material Perman. | TOTAL | Obras P.úblicas | Equip.mento p. Inst. | Material Perman. | TOTAL | Obras P.úblicas | Equip.mento p. Inst. | Material Perman. | TOTAL | Obras P.úblicas | Equip.mento p. Inst. | Material Perman. | TOTAL | | |
| | % | % | % | % | % | % | % | % | % | % | % | % | % | % | % | % | | |
| I - EDUCAÇÃO | 63,4 | 11,3 | 21,3 | 100 | 57,0 | 15,1 | 27,9 | 100 | 63,4 | 14,9 | 19,7 | 100 | 64,5 | 15,7 | 19,7 | 100 | | |
| PI - Administração Geral | - | - | 170 | 100 | - | 6,1 | 92,7 | 100 | - | 5,5 | 94,2 | 100 | - | 5,0 | 95,0 | 100 | | |
| PII - Educação Primária | 47,9 | 0,8 | 54,3 | 100 | 61,4 | 0,9 | 34,7 | 100 | - | 3,0 | 97,0 | 100 | 48,2 | 1,1 | 50,7 | 100 | | |
| PIII - Educação Média | 78,2 | 2,6 | 18,2 | 100 | 87,0 | 0,5 | 12,5 | 100 | 81,7 | 0,3 | 18,0 | 100 | 80,9 | 1,2 | 18,1 | 100 | | |
| PIV - Educação Tercia | 52,4 | 30,5 | 17,0 | 100 | 45,4 | 39,5 | 14,9 | 100 | 58,0 | 47,0 | 2,0 | 100 | 45,2 | 38,3 | 16,5 | 100 | | |
| PV - Orientação e Educação Especial | 52,7 | 16,6 | 15,7 | 100 | 85,6 | 5,0 | 9,4 | 100 | 82,8 | 3,8 | 13,4 | 100 | 80,0 | 8,4 | 11,6 | 100 | | |
| PVI - Pesquisas e Orientações Educativas | - | 23,2 | 14,8 | 100 | - | 81,7 | 16,3 | 100 | - | 63,2 | 16,0 | 100 | - | 82,2 | 16,8 | 100 | | |
| PVII - Educação Técnico-Profissional | - | 54,1 | 45,9 | 100 | - | 21,1 | 26,9 | 100 | - | 29,4 | 40,6 | 100 | - | 50,5 | 49,5 | 100 | | |
| PVIX - Concursos de Bolsas | - | 20,3 | 79,7 | 100 | - | 6,4 | 93,6 | 100 | - | 7,6 | 92,4 | 100 | - | 12,7 | 87,3 | 100 | | |
| | - | - | 100 | 100 | - | - | 100 | 100 | - | - | 100 | 100 | - | - | 100 | 100 | | |
| II - SAÚDE | 61,1 | 25,3 | 13,5 | 100 | 79,1 | 16,8 | 15,1 | 100 | 63,1 | 20,2 | 16,3 | 100 | 65,9 | 21,0 | 14,0 | 100 | | |
| SI - Administração Geral | 91,8 | 0,8 | 7,4 | 100 | 70,7 | 0,6 | 28,7 | 100 | 79,8 | 4,0 | 16,2 | 100 | 84,6 | 3,9 | 11,5 | 100 | | |
| SII - Assistência Social | - | 37,4 | 52,6 | 100 | - | 19,7 | 50,3 | 100 | - | 3,5 | 96,5 | 100 | - | 21,3 | 78,7 | 100 | | |
| SIII - Assistência Odontológica | - | 50,2 | 49,8 | 100 | - | 49,1 | 50,9 | 100 | - | 47,9 | 52,1 | 100 | - | 49,0 | 51,0 | 100 | | |
| SIV - Preparo e Montagem de Pacotes | 59,0 | 2,7 | 8,3 | 100 | - | 23,3 | 27,7 | 100 | - | 16,3 | 62,9 | 100 | 59,5 | 22,9 | 17,6 | 100 | | |
| SV - Hospitais e Assistência Sanitária | 45,1 | 43,3 | 10,4 | 100 | 47,7 | 35,2 | 17,1 | 100 | 51,5 | 37,5 | 11,0 | 100 | 47,8 | 37,8 | 14,4 | 100 | | |
| SVI - Assistência a Velhice e Infância | 61,0 | 10,0 | 19,7 | 100 | 69,7 | 14,3 | 14,0 | 100 | 71,0 | 16,5 | 12,5 | 100 | 66,5 | 19,7 | 13,8 | 100 | | |
| SVII - Saúde Mental | 74,7 | 11,9 | 13,4 | 100 | 70,2 | 3,7 | 26,1 | 100 | 79,3 | 1,7 | 19,0 | 100 | 73,4 | 2,2 | 16,7 | 100 | | |
| SVIII - Pesquisas Biológicas | 75,6 | 14,0 | 7,4 | 100 | 71,2 | 5,7 | 23,1 | 100 | 77,6 | 14,3 | 8,1 | 100 | 83,9 | 10,0 | 6,1 | 100 | | |
| SIX - Policlínicos, Emergência e Fraternidade de Órfãos | - | 69,9 | 30,1 | 100 | - | - | 100 | 100 | - | - | 100 | 100 | - | 42,4 | 57,6 | 100 | | |
| III - TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL | 82,0 | 0,3 | 7,8 | 100 | 76,2 | 6,6 | 7,2 | 100 | 81,9 | 30,1 | 7,8 | 100 | 84,2 | 3,0 | 7,9 | 100 | | |
| Instituto de Previdência do Estado | 93,0 | 0,5 | 4,5 | 100 | 52,6 | 0,2 | 4,6 | 100 | 91,6 | 0,8 | 5,6 | 100 | 53,6 | 0,8 | 5,6 | 100 | | |
| AI - Administração Geral | - | 15,1 | 84,9 | 100 | - | - | 100 | 100 | - | - | 100 | 100 | - | - | 100 | 100 | | |
| AII - Companhia de Previdência Social | - | - | 100 | 100 | - | 61,3 | 38,7 | 100 | - | 73,1 | 26,9 | 100 | - | 35,4 | 64,6 | 100 | | |
| AIII - Previdência Social | - | - | 100 | 100 | - | - | 100 | 100 | - | - | 100 | 100 | - | - | 100 | 100 | | |
| AIV - Aplicação de Recursos | 92,6 | - | 0,4 | 100 | 99,4 | - | 0,6 | 100 | 92,6 | - | 0,4 | 100 | 99,5 | - | 0,5 | 100 | | |
| AV - Seguro de Vida | - | - | 100 | 100 | - | - | 100 | 100 | - | - | 100 | 100 | - | - | 100 | 100 | | |
| Secretaria do Trabalho e Habitação | 79,2 | 6,1 | 1,9 | 100 | 75,4 | 14,5 | 10,1 | 100 | 84,2 | 23,1 | 10,7 | 100 | 71,8 | 14,9 | 13,3 | 100 | | |
| BI - Administração Geral | - | 37,0 | 63,0 | 100 | - | 54,5 | 45,5 | 100 | - | 70,0 | 30,0 | 100 | - | 54,0 | 46,0 | 100 | | |
| BII - Assistência e Previdência do Trabalho | - | - | 100 | 100 | - | 30,4 | 69,6 | 100 | - | 28,8 | 71,2 | 100 | - | 28,1 | 71,9 | 100 | | |
| BIV - Serviço de Assistência Social | 84,1 | 4,6 | 10,3 | 100 | 75,5 | 12,8 | 11,7 | 100 | 68,6 | 21,9 | 9,5 | 100 | 75,3 | 15,8 | 8,9 | 100 | | |
| IV - HABITAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS | 92,8 | 0,1 | 0,4 | 100 | 89,4 | 0,3 | 0,7 | 100 | 93,3 | 0,4 | 0,3 | 100 | 99,1 | 0,0 | 0,9 | 100 | | |
| Secretaria do Trabalho e Habitação | 92,7 | 0,1 | 0,2 | 100 | 89,6 | 0,2 | 0,2 | 100 | 92,6 | 0,2 | 0,2 | 100 | 99,4 | 0,2 | 0,4 | 100 | | |
| PII - Para Mulheres | - | - | - | 100 | - | - | - | 100 | - | - | - | 100 | - | - | - | 100 | | |
| Secretaria de Obras Públicas | 94,9 | 2,3 | 0,9 | 100 | 84,7 | 4,6 | 8,8 | 100 | 73,5 | 10,7 | 11,3 | 100 | 84,7 | 6,1 | 9,7 | 100 | | |
| PVI - Planejamento Urbanístico, Melhoramentos e Parques e Jardins | - | - | - | 100 | - | - | - | 100 | - | - | - | 100 | - | - | - | 100 | | |
| TOTAL | 75,5 | 11,1 | 13,4 | 100 | 69,1 | 9,3 | 10,4 | 100 | 80,4 | 9,4 | 10,2 | 100 | 79,9 | 9,5 | 11,2 | 100 | | |

Quadro n.º A-6

ÁREA: INFRA-ESTRUTURA SOCIAL

DESPESA DE CUSTEIO

(Em milhares de Cr\$ de 1964)

| FUNÇÃO — ÓRGÃO — PROGRAMA | 1964 | | 1965 | | 1966 | | TOTAL DO TRIÊNIO | |
|---|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------------|------------|
| | Passal | TOTAL | Passal | TOTAL | Passal | TOTAL | Passal | TOTAL |
| I — EDUCAÇÃO | 19.970.797 | 22.380.743 | 21.274.787 | 23.905.227 | 23.396.676 | 25.853.656 | 64.547.260 | 72.139.656 |
| P-I — Administração Central | 295.437 | 527.656 | 304.074 | 547.954 | 314.375 | 570.425 | 912.906 | 1.046.065 |
| P-II — Educação Primária | 12.420.667 | 13.626.345 | 12.480.085 | 13.749.043 | 12.485.503 | 13.814.763 | 37.389.255 | 41.190.155 |
| P-III — Educação Média | 4.623.454 | 4.732.319 | 4.756.143 | 5.070.453 | 6.279.587 | 6.849.617 | 16.869.184 | 17.152.389 |
| P-IV — Educação Técnica | 2.294.875 | 2.927.780 | 2.211.170 | 2.385.720 | 3.167.686 | 3.265.468 | 8.183.733 | 10.178.968 |
| P-V — Orientação e Educação Especial | 78.597 | 89.077 | 135.293 | 146.373 | 210.982 | 222.622 | 424.802 | 458.072 |
| P-VI — Pesquisas e Orientação Educacionais | 86.664 | 115.644 | 93.629 | 126.059 | 105.341 | 137.291 | 31.950 | 378.994 |
| P-VII — Difusão Cultural | 76.100 | 114.435 | 84.503 | 124.552 | 88.130 | 130.350 | 248.536 | 369.376 |
| P-VIII — Educação Física e Assistência Educacional | 80.829 | 227.474 | 80.829 | 234.809 | 80.829 | 242.509 | 242.467 | 704.792 |
| P-IX — Conselho de Bôlas | 14.241 | 19.983 | 14.241 | 20.371 | 14.241 | 20.571 | 42.723 | 60.825 |
| II — SAÚDE | 2.484.215 | 4.196.107 | 2.627.059 | 4.474.439 | 2.809.139 | 4.758.379 | 8.036.417 | 13.426.925 |
| P-I — Administração Central | 83.404 | 116.019 | 86.744 | 122.594 | 91.924 | 127.874 | 264.062 | 366.887 |
| P-II — Assistência Social | 42.928 | 46.170 | 51.388 | 55.568 | 60.568 | 64.138 | 135.364 | 165.576 |
| P-III — Assistência Odontológica | 12.753 | 17.030 | 20.553 | 25.043 | 28.353 | 32.073 | 61.479 | 73.146 |
| P-IV — Preparo e Aperfeiçoamento de Pessoal | 10.196 | 15.522 | 13.676 | 19.266 | 13.676 | 19.546 | 37.548 | 54.334 |
| P-V — Migração e Assistência Sanitária | 1.663.437 | 2.442.775 | 1.734.837 | 2.553.137 | 1.811.817 | 2.671.027 | 5.210.091 | 7.666.949 |
| P-VI — Assistência à Maternidade e Infância | 264.099 | 560.304 | 295.859 | 605.919 | 343.139 | 649.769 | 903.077 | 1.856.992 |
| P-VII — Saúde Mental | 293.911 | 830.395 | 354.391 | 923.901 | 400.291 | 998.271 | 1.048.593 | 2.758.568 |
| P-VIII — Pesquisas Biológicas | 99.148 | 146.954 | 100.228 | 150.428 | 101.068 | 153.778 | 300.444 | 451.160 |
| P-IX — Projetos, Estudos e Facilitação de Obras | 14.383 | 14.937 | 16.903 | 17.483 | 18.383 | 18.893 | 47.569 | 51.313 |
| P-X — Subvenções e Auxílios | — | — | — | — | — | — | — | — |
| III — TRABALHO, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL | 718.731 | 1.222.958 | 813.929 | 1.344.409 | 924.207 | 1.481.197 | 2.456.887 | 4.049.564 |
| Instituto de Previdência dos Estados | 452.526 | 568.681 | 470.672 | 591.372 | 487.818 | 614.746 | 1.412.016 | 1.774.381 |
| P-I — Administração Central | 229.829 | 303.884 | 229.829 | 302.387 | 229.829 | 311.479 | 689.487 | 922.952 |
| P-II — Comercialização Farmacêutica | 52.868 | 58.318 | 70.014 | 75.731 | 87.160 | 93.180 | 210.042 | 227.212 |
| P-III — Previdência Social | 51.479 | 55.739 | 55.949 | 55.949 | 51.479 | 56.169 | 134.437 | 167.857 |
| P-IV — Aplicação de Esasenas | 36.921 | 43.201 | 36.921 | 43.321 | 36.921 | 43.851 | 110.763 | 130.573 |
| P-V — Segurança de Vida | 82.409 | 107.519 | 82.409 | 108.779 | 82.429 | 110.089 | 247.287 | 326.387 |
| Secretaria de Trabalho e Habitação | 265.225 | 655.277 | 343.257 | 732.837 | 426.389 | 866.449 | 1.044.871 | 2.274.383 |
| P-I — Administração Central | 63.306 | 78.723 | 65.507 | 81.717 | 67.193 | 84.193 | 196.026 | 244.633 |
| P-II — Assistência e Proteção ao Trabalho | 23.939 | 36.198 | 42.838 | 55.708 | 56.697 | 70.207 | 123.474 | 162.113 |
| P-IV — Serviço e Assistência Social | 177.980 | 540.376 | 234.892 | 615.412 | 312.499 | 712.049 | 725.371 | 1.867.837 |
| IV — HABITAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS | 66.857 | 82.238 | 131.520 | 167.675 | 171.924 | 188.894 | 370.311 | 418.802 |
| Secretaria de Trabalho e Habitação | 13.741 | 22.292 | 78.404 | 87.384 | 118.818 | 128.248 | 210.963 | 227.924 |
| P-III — Plano Habitacional | — | — | — | — | — | — | — | — |
| Secretaria de Obras Públicas | 53.116 | 59.946 | 53.116 | 60.386 | 53.116 | 60.646 | 149.348 | 180.878 |
| P-VI — Planejamento Urbanístico, Habitacional e Assistência Técnica | — | — | — | — | — | — | — | — |
| TOTAL | 22.240.621 | 27.881.046 | 24.997.295 | 29.877.255 | 27.161.956 | 32.280.126 | 75.359.875 | 90.034.927 |

Quadro n.º A-7
AREA: INFRA-ESTRUTURA SOCIAL
COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DAS DESPESAS DE CUSTEIO

| FUNÇÃO - ORGAO - PROGRAMA | 1 9 6 4 | | | | 1 9 6 5 | | | | TOTAL DO TRÊNIO | | | |
|--|---------|----------------------------------|-------|---------|----------------------------------|-------|---------|----------------------------------|-----------------|---------|----------------------------------|-------|
| | Percent | Mat. Com. e demais Desp. Custeio | TOTAL | Percent | Mat. Com. e demais Desp. Custeio | TOTAL | Percent | Mat. Com. e demais Desp. Custeio | TOTAL | Percent | Mat. Com. e demais Desp. Custeio | TOTAL |
| I - EDUCAÇÃO | 89,2 | 10,8 | 100 | 85,4 | 14,6 | 100 | 89,7 | 10,3 | 100 | 89,5 | 11,5 | 100 |
| P.I - Administração Central | 50,0 | 44,0 | 100 | 55,5 | 44,5 | 100 | 55,1 | 44,9 | 100 | 55,5 | 44,5 | 100 |
| P.II - Educação Primária | 91,2 | 8,8 | 100 | 90,8 | 9,2 | 100 | 90,4 | 9,6 | 100 | 90,8 | 9,2 | 100 |
| P.III - Educação Média | 97,7 | 2,3 | 100 | 97,9 | 2,1 | 100 | 98,0 | 2,0 | 100 | 98,0 | 2,0 | 100 |
| P.IV - Educação Técnica | 88,4 | 11,6 | 100 | 87,4 | 12,6 | 100 | 81,9 | 18,1 | 100 | 80,4 | 19,6 | 100 |
| P.V - Orientação e Educação Especial | 74,9 | 25,1 | 100 | 92,4 | 7,6 | 100 | 94,8 | 5,2 | 100 | 92,7 | 7,3 | 100 |
| P.VI - Pesquisas e Orientação Educacional | 66,5 | 33,5 | 100 | 82,7 | 17,3 | 100 | 76,1 | 23,9 | 100 | 75,9 | 24,1 | 100 |
| P.VII - Educação Física e Assistência Educacional | 35,5 | 64,5 | 100 | 24,9 | 75,1 | 100 | 27,6 | 72,4 | 100 | 27,3 | 72,7 | 100 |
| P.IX - Concessão de Bolsas | 71,3 | 28,7 | 100 | 70,3 | 29,7 | 100 | 69,2 | 30,8 | 100 | 70,2 | 29,8 | 100 |
| II - SAÚDE | 59,7 | 40,3 | 100 | 59,6 | 40,4 | 100 | 60,3 | 39,7 | 100 | 59,8 | 40,2 | 100 |
| P.I - Administração Central | 71,9 | 28,1 | 100 | 72,7 | 27,3 | 100 | 71,9 | 28,1 | 100 | 72,0 | 28,0 | 100 |
| P.II - Assistência Social | 93,0 | 7,0 | 100 | 92,8 | 6,2 | 100 | 94,4 | 5,6 | 100 | 93,8 | 6,2 | 100 |
| P.III - Assistência Odontológica | 24,9 | 75,1 | 100 | 22,1 | 77,9 | 100 | 25,7 | 74,3 | 100 | 21,8 | 78,2 | 100 |
| P.IV - Preparo e Aperfeiçoamento do Pessoal | 65,7 | 34,3 | 100 | 71,0 | 29,0 | 100 | 70,0 | 30,0 | 100 | 69,1 | 30,9 | 100 |
| P.V - Higiene e Assistência Sanitária | 68,1 | 31,9 | 100 | 67,9 | 32,1 | 100 | 67,8 | 32,2 | 100 | 68,0 | 32,0 | 100 |
| P.VI - Assistência à Maternidade e à Infância | 42,1 | 57,9 | 100 | 48,7 | 51,3 | 100 | 51,2 | 48,8 | 100 | 50,8 | 49,2 | 100 |
| P.VII - Saúde Mental | 39,3 | 60,7 | 100 | 38,4 | 61,6 | 100 | 40,0 | 60,0 | 100 | 38,0 | 62,0 | 100 |
| P.VIII - Pesquisas Biológicas | 67,5 | 32,5 | 100 | 66,6 | 33,4 | 100 | 65,7 | 34,3 | 100 | 65,6 | 34,4 | 100 |
| P.IX - Prevenção, Execução e Realização de Obras | 96,3 | 3,7 | 100 | 96,7 | 3,3 | 100 | 96,8 | 3,2 | 100 | 96,6 | 3,4 | 100 |
| P.X - Subvenções e Auxílios | - | - | 100 | - | - | 100 | - | - | 100 | - | - | 100 |
| III - TRABALHO, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL | 58,7 | 41,3 | 100 | 60,5 | 39,5 | 100 | 60,4 | 39,6 | 100 | 60,7 | 39,3 | 100 |
| Instituto de Previdência do Estado | 79,8 | 20,2 | 100 | 79,6 | 20,4 | 100 | 79,4 | 20,6 | 100 | 79,9 | 20,1 | 100 |
| P.I - Administração Central | 75,6 | 24,4 | 100 | 74,7 | 25,3 | 100 | 73,8 | 26,2 | 100 | 74,7 | 25,3 | 100 |
| P.II - Comemoração Femenina | 90,7 | 9,3 | 100 | 92,4 | 7,6 | 100 | 92,6 | 6,4 | 100 | 92,4 | 7,6 | 100 |
| P.III - Previdência Social | 92,4 | 7,6 | 100 | 97,0 | 3,0 | 100 | 91,7 | 8,3 | 100 | 92,0 | 8,0 | 100 |
| P.IV - Aplicação de Recursos | 85,5 | 14,5 | 100 | 84,8 | 15,2 | 100 | 84,2 | 15,8 | 100 | 84,8 | 15,2 | 100 |
| P.V - Seguro de Vida | 76,7 | 23,3 | 100 | 75,8 | 24,2 | 100 | 74,7 | 25,3 | 100 | 75,8 | 24,2 | 100 |
| Secretaria do Trabalho e Habitação | 40,5 | 59,5 | 100 | 45,6 | 54,4 | 100 | 50,4 | 49,6 | 100 | 47,9 | 52,1 | 100 |
| P.I - Administração Central | 60,4 | 39,6 | 100 | 60,2 | 39,8 | 100 | 59,8 | 40,2 | 100 | 60,1 | 39,9 | 100 |
| P.II - Assistência e Proteção ao Trabalho | 66,7 | 33,3 | 100 | 77,0 | 23,0 | 100 | 80,8 | 19,2 | 100 | 76,2 | 23,8 | 100 |
| P.IV - Serviço e Assistência Social | 73,0 | 27,0 | 100 | 78,7 | 21,3 | 100 | 83,9 | 16,1 | 100 | 88,8 | 11,2 | 100 |
| IV - HABITAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS | 81,3 | 18,7 | 100 | 88,1 | 11,9 | 100 | 91,0 | 9,0 | 100 | 88,4 | 11,6 | 100 |
| Secretaria do Trabalho e Habitação | 61,6 | 38,4 | 100 | 60,7 | 39,3 | 100 | 62,6 | 37,4 | 100 | 68,7 | 31,3 | 100 |
| P.III - Plano Habitacional | 61,6 | 38,4 | 100 | 60,7 | 39,3 | 100 | 62,6 | 37,4 | 100 | 68,7 | 31,3 | 100 |
| Secretaria de Obras Públicas | 88,6 | 11,4 | 100 | 88,1 | 11,9 | 100 | 87,6 | 12,4 | 100 | 88,1 | 11,9 | 100 |
| P.IV - Planejamento Urbanístico, Habitacional e Associações Locais | 88,6 | 11,4 | 100 | 88,1 | 11,9 | 100 | 87,6 | 12,4 | 100 | 88,1 | 11,9 | 100 |
| TOTAL | 82,8 | 17,2 | 100 | 82,7 | 17,3 | 100 | 84,1 | 15,9 | 100 | 83,7 | 16,3 | 100 |

Quadro n.º A-8

Área: Infra-Estrutura Social

Inversões Financeiras

(Em milhares de Cr\$ de 1960)

| FUNÇÃO - ÓRGÃO PROGRAMA | 1964 | | | | 1965 | | | | 1966 | | | | TOTAL DO TRIÊNIO | | | |
|--|----------------------|-------------------------------|----------------------------|-----------|----------------------|-------------------------------|----------------------------|-----------|----------------------|-------------------------------|----------------------------|-----------|----------------------|-------------------------------|----------------------------|------------|
| | Aquisição de Imóveis | Fundo Rotat. e Conc. Emprest. | Div. Inversões Financeiras | TOTAL | Aquisição de Imóveis | Fundo Rotat. e Conc. Emprest. | Div. Inversões Financeiras | TOTAL | Aquisição de Imóveis | Fundo Rotat. e Conc. Emprest. | Div. Inversões Financeiras | TOTAL | Aquisição de Imóveis | Fundo Rotat. e Conc. Emprest. | Div. Inversões Financeiras | TOTAL |
| III - TRABALHO, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL | 432.373 | 1.113.707 | 899.320 | 2.435.400 | 1.457.288 | 1.253.000 | 2.258.096 | 4.968.384 | 1.388.659 | 1.756.500 | 1.741.475 | 4.886.634 | 3.188.447 | 4.123.207 | 4.868.891 | 12.290.418 |
| Instituto da Previdência do Estado | | | | | | | | | | | | | | | | |
| P-II - Comercialização Farmacêutica | - | - | 290.000 | 290.000 | - | - | 390.000 | 390.000 | - | - | 450.000 | 450.000 | - | - | 1.130.000 | 1.130.000 |
| P-IV - Aplicação de Reservas | 361.467 | 1.100.000 | 594.320 | 2.055.787 | 1.332.288 | 1.238.000 | 1.860.000 | 4.430.288 | 1.238.659 | 1.740.000 | 1.285.000 | 4.263.659 | 2.845.947 | 4.078.000 | 3.739.320 | 10.749.734 |
| P-V - Seguros de Vida | 70.906 | 13.797 | 5.000 | 89.613 | 125.000 | 15.000 | 8.096 | 148.096 | 150.000 | 16.500 | 6.475 | 172.975 | 342.500 | 45.207 | 19.571 | 410.684 |

Quadro
AREA: INFRA-
TRANSFERENCIAS CO
(Em milhares)

| FUNÇÃO - ÓRGÃO - PROGRAMA | 1964 | | | |
|--|--------------------------|---------------------------|-----------|--------------------------|
| | Transferências Correntes | Transferências de Capital | TOTAL | Transferências Correntes |
| I - EDUCAÇÃO | 4.603.777 | 833.186 | 5.436.963 | 4.708.100 |
| P.I. - Administração Geral | 180.000 | - | 180.000 | 189.000 |
| P.II - Educação Primária | 1.452.146 | 579.186 | 1.991.326 | 1.767.200 |
| P.III - Educação Média | 255.400 | - | 255.400 | 273.200 |
| P.IV - Educação Técnica | 166.270 | 228.000 | 294.270 | 175.000 |
| P.V - Orientação e Educação Especial | 8.240 | 20.000 | 28.240 | 9.000 |
| P.VI - Pesquisas e Orientação Educacionais | 3.970 | 6.000 | 9.970 | 3.100 |
| P.VII - Difusão Cultural | 28.660 | - | 28.660 | 40.500 |
| P.VIII - Educação Física e Assist. Educacional | 780 | - | 780 | 1.000 |
| P.IX - Conselho de Órgãos | 2.439.331 | - | 2.439.331 | 2.200.000 |
| SAÚDE | 328.476 | 20.000 | 358.476 | 345.820 |
| P.I - Administração Geral | 152.108 | 20.000 | 182.108 | 160.000 |
| P.II - Assistência Social | 20.000 | - | 20.000 | 21.000 |
| P.III - Análises Odontológicas | 3.000 | - | 3.000 | 3.200 |
| P.IV - Praxias e Aperfeiçoamento do Pessoal | 380 | - | 380 | 500 |
| P.V - Regime e Atividades Sanitárias | 29.217 | - | 29.217 | 31.000 |
| P.VI - Assistência e Maternidade e Infância | 59.484 | - | 59.484 | 62.500 |
| P.VII - Saúde Mental | 19.481 | - | 19.481 | 14.100 |
| P.VIII - Pesquisas Biológicas | 542 | - | 542 | 750 |
| P.IX - Prevenção, Exatidão e Fielidade de Obras | 204 | - | 204 | 300 |
| P.X - Laboratórios e Análises | 50.000 | - | 50.000 | 52.500 |
| TRABALHO, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL | 1.005.897 | - | 1.005.897 | 1.088.356 |
| Instituição de Previdência da Cidade | 71.156 | - | 71.156 | 77.436 |
| P.I - Administração Geral | 510 | - | 510 | 575 |
| P.II - Previdência Familiar | 526.140 | - | 526.140 | 577.490 |
| P.III - Previdência Social | 270 | - | 270 | 315 |
| P.IV - Aplicação de Recursos | 33.880 | - | 33.880 | 39.220 |
| P.V - Seguro da Vida | 475 | - | 475 | 700 |
| Serviços de Trabalho e Habitação | 58.000 | - | 58.000 | 61.000 |
| P.I - Assistência e Proteção do Trabalho | 313.706 | - | 313.706 | 331.500 |
| HABITAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS | 2.667 | - | 2.667 | 2.900 |
| Secretaria de Trabalho e Habitação | 59 | - | 59 | 100 |
| P.III - Plano Habitacional | - | - | - | - |
| Secretaria de Obras Públicas | 2.608 | - | 2.608 | 2.800 |
| P.VI - Planejamento Urbanístico, Bibliotecas e Assistência Técnica | - | - | - | - |
| TOTAL | 5.940.767 | 863.180 | 6.803.947 | 6.192.206 |

n.º A-9
ESTRUTURA SOCIAL
RENTES E DE CAPITAL
de C/5 de 1964

| FUNÇÃO - ÓRGÃO - PROGRAMA | 1965 | | 1966 | | TOTAL DO BILHÃO | | TOTAL |
|---|---------------------------|-----------|---------------------------|-----------|--------------------------|---------------------------|------------|
| | Transferências de Capital | TOTAL | Transferências de Capital | TOTAL | Transferências Correntes | Transferências de Capital | |
| I - EDUCAÇÃO | 1.137.090 | 5.895.190 | 1.503.090 | 6.814.390 | 14.673.137 | 3.473.360 | 18.146.497 |
| P.I. - Administração Geral | - | 189.500 | - | 198.500 | 567.500 | - | 567.500 |
| P.II - Educação Primária | 707.090 | 2.474.290 | 1.007.090 | 3.507.090 | 5.479.646 | 2.292.360 | 7.972.006 |
| P.III - Educação Média | - | 2.500.000 | - | 2.500.000 | 1.120.400 | - | 1.120.400 |
| P.IV - Educação Técnica | - | 373.000 | - | 392.000 | 523.270 | 1.288.000 | 1.811.270 |
| P.V - Orientação e Educação Especial | 400.000 | 575.000 | 400.000 | 644.000 | 26.840 | 60.000 | 86.840 |
| P.VI - Pesquisas e Orientação Educacionais | 20.000 | 29.000 | 20.000 | 29.600 | 9.400 | 32.000 | 41.400 |
| P.VII - Difusão Cultural | 10,000 | 12,100 | 16,000 | 19,400 | 121,660 | - | 121,660 |
| P.VIII - Educação Física e Assist. Educacional | - | 40,500 | - | 42,500 | 1,300 | - | 1,300 |
| P.IX - Conselho de Órgãos | - | 1,000 | - | 1,000 | 2,080 | - | 2,080 |
| SAÚDE | - | 2.200.000 | - | 1.980.000 | 6.619.331 | - | 6.619.331 |
| TRABALHO, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL | - | 345.820 | - | 363.600 | 1.037.926 | 30.000 | 1.067.926 |
| Instituição de Previdência da Cidade | - | 160.000 | - | 168.000 | 480.108 | 30.000 | 510.108 |
| P.I - Administração Geral | - | 21.000 | - | 22.000 | 43.000 | - | 43.000 |
| P.II - Previdência Familiar | - | 3.200 | - | 3.400 | 9.600 | - | 9.600 |
| P.III - Previdência Social | - | 500 | - | 700 | 1.560 | - | 1.560 |
| P.IV - Regime e Atividades Sanitárias | - | 31,000 | - | 32,500 | 92,817 | - | 92,817 |
| P.V - Assistência e Maternidade e Infância | - | 62,500 | - | 65,600 | 187,564 | - | 187,564 |
| P.VI - Saúde Mental | - | 14,100 | - | 15,000 | 42,581 | - | 42,581 |
| P.VII - Pesquisas Biológicas | - | 750 | - | 1,000 | 2,292 | - | 2,292 |
| P.VIII - Prevenção, Exatidão e Fielidade de Obras | - | 300 | - | 400 | 904 | - | 904 |
| P.IX - Laboratórios e Análises | - | 52,500 | - | 55,000 | 137,500 | - | 137,500 |
| TRABALHO, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL | - | 1.088.356 | - | 1.187.421 | 3.281.684 | - | 3.281.684 |
| HABITAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS | - | 2.900 | - | 3.150 | 8.717 | - | 8.717 |
| Secretaria de Trabalho e Habitação | - | 100 | - | 130 | 209 | - | 209 |
| Secretaria de Obras Públicas | - | 2.800 | - | 3.000 | 8.408 | - | 8.408 |
| TOTAL | 1.137.090 | 7.222.296 | 1.503.090 | 8.262.671 | 19.201.454 | 3.503.360 | 22.504.814 |

Quadro A-10
AREA: INFRA-ESTRUTURA SOCIAL
DESPESA TOTAL POR CATEGORIAS ECONOMICAS
(em milhares de R\$ de 1964)

| | 1964 | | | | | | | | | | 1965 | | | | | | | | | | 1966 | | | | | | | | | |
|---|------------|---------------|---------------|----------------------|------------------|------------|------------|---------------|---------------|----------------------|------------------|------------|------------|---------------|---------------|----------------------|------------------|------------|--|--|------|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| | Cursos | Tant.orrentes | Investimentos | Transfer. Fundament. | Tant. de Capital | TOTAL | Cursos | Tant.orrentes | Investimentos | Transfer. Fundament. | Tant. de Capital | TOTAL | Cursos | Tant.orrentes | Investimentos | Transfer. Fundament. | Tant. de Capital | TOTAL | | | | | | | | | | | | |
| I - EDUCACAO | 22.260.242 | 4.603.727 | 6.616.243 | - | 833.180 | 34.433.893 | 23.905.337 | 4.234.100 | 6.873.834 | - | 1.137.000 | 36.076.361 | 24.833.656 | 5.311.200 | 6.620.384 | - | 1.503.000 | 39.268.436 | | | | | | | | | | | | |
| I-1 - Administraco Geral | 572.466 | 190.000 | 2.230 | - | - | 764.696 | 542.954 | 166.000 | 3.335 | - | 712.289 | 712.289 | 198.200 | 5.735 | - | - | 718.024 | | | | | | | | | | | | | |
| I-1-1 - Educao Infantil | 13.626.245 | 1.412.146 | 613.529 | - | 379.180 | 16.131.100 | 12.340.048 | 1.747.500 | 427.000 | - | 704.000 | 14.414.548 | 12.314.788 | 2.500.000 | 132.055 | - | 1.007.000 | 17.433.903 | | | | | | | | | | | | |
| I-1-1-1 - Educao Infantil | 4.732.219 | 355.400 | 3.178.897 | - | - | 8.266.516 | 2.570.433 | 275.000 | 3.817.889 | - | 9.817.072 | 6.389.417 | 392.000 | 4.164.545 | - | - | 11.453.162 | | | | | | | | | | | | | |
| I-1-1-2 - Educao Tcnica | 2.927.780 | 156.270 | 2.804.130 | - | 228.000 | 6.176.280 | 3.285.720 | 115.000 | 2.448.800 | - | 4.009.620 | 3.565.448 | 164.000 | 2.182.650 | - | - | 6.442.418 | | | | | | | | | | | | | |
| I-1-1-3 - Orientao e Formao Especial | 69.077 | 8.240 | 21.000 | - | 20.000 | 149.317 | 146.372 | 8.000 | 30.660 | - | 210.432 | 323.022 | 9.600 | 45.500 | - | - | 297.782 | | | | | | | | | | | | | |
| I-1-1-4 - Resumos e Orientao Econômica | 115.644 | 2.900 | 50.692 | - | 6.000 | 177.436 | 126.039 | 2.100 | 59.183 | - | 197.341 | 131.281 | 1.400 | 64.000 | - | - | 201.681 | | | | | | | | | | | | | |
| I-1-1-5 - Outros Cursos | 314.435 | 38.664 | 22.488 | - | - | 375.587 | 124.555 | 40.500 | 13.620 | - | 183.675 | 120.290 | 42.500 | 47.945 | - | - | 220.835 | | | | | | | | | | | | | |
| I-1-1-6 - Educao Física e Assistncia Educa- cional | 227.474 | 780 | 6.687 | - | - | 234.941 | 234.809 | 1.000 | 6.702 | - | 242.511 | 242.509 | 1.200 | 7.403 | - | - | 251.111 | | | | | | | | | | | | | |
| I-1-1-7 - Concurso de Seleo | 19.883 | 3.439.331 | 499 | - | - | 2.499.722 | 20.371 | 2.200.000 | 484 | - | 2.220.765 | 20.371 | 1.980.000 | 285 | - | - | 2.000.946 | | | | | | | | | | | | | |
| I-1-1-8 - SAUDE | 4.196.107 | 328.476 | 1.265.873 | - | 30.000 | 5.820.456 | 4.474.429 | 345.636 | 1.183.076 | - | 6.003.359 | 4.759.379 | 363.600 | 920.600 | - | - | 6.043.579 | | | | | | | | | | | | | |
| I-1-1-8-1 - Administrao Geral | 116.019 | 152.108 | 112.245 | - | - | 430.372 | 122.904 | 190.000 | 66.665 | - | 389.039 | 127.874 | 168.000 | 42.680 | - | - | 358.554 | | | | | | | | | | | | | |
| I-1-1-8-2 - Assistncia Social | 46.170 | 20.000 | 16.050 | - | - | 82.220 | 55.948 | 71.000 | 11.270 | - | 89.668 | 64.138 | 22.000 | 11.920 | - | - | 98.108 | | | | | | | | | | | | | |
| I-1-1-8-3 - Assistncia Odontológica | 17.030 | 3.000 | 9.980 | - | - | 30.010 | 25.043 | 2.200 | 19.370 | - | 36.452 | 33.079 | 3.400 | 10.670 | - | - | 46.942 | | | | | | | | | | | | | |
| I-1-1-8-4 - Projeto e Aperfeiçoamento de Pro- cedimentos | 15.822 | 340 | 32.420 | - | - | 38.332 | 18.266 | 500 | 6.440 | - | 38.426 | 19.546 | 700 | 2.400 | - | - | 22.704 | | | | | | | | | | | | | |
| I-1-1-8-5 - Projetos e Assistncia Snitas | 2.442.773 | 29.217 | 509.925 | - | - | 2.982.017 | 2.553.137 | 31.000 | 327.480 | - | 2.911.617 | 2.671.027 | 32.500 | 226.200 | - | - | 3.030.217 | | | | | | | | | | | | | |
| I-1-1-8-6 - Assistncia a Maternidade e a Infn- cia | 560.204 | 39.494 | 230.420 | - | - | 830.198 | 606.919 | 62.000 | 183.680 | - | 832.099 | 669.206 | 68.600 | 177.920 | - | - | 913.289 | | | | | | | | | | | | | |
| I-1-1-8-7 - Sade Mental | 836.296 | 13.401 | 273.813 | - | - | 1.123.690 | 923.961 | 14.100 | 294.570 | - | 1.212.371 | 986.371 | 15.000 | 126.500 | - | - | 1.139.371 | | | | | | | | | | | | | |
| I-1-1-8-8 - Pesquisas Biológicas | 146.954 | 542 | 75.100 | - | - | 222.596 | 150.428 | 170 | 37.770 | - | 420.828 | 133.378 | 1.000 | 200.870 | - | - | 335.648 | | | | | | | | | | | | | |
| I-1-1-8-9 - Projetos, Estudos e Formulao de Obras | 14.937 | 204 | 2.860 | - | - | 18.001 | 13.483 | 300 | 925 | - | 18.688 | 18.893 | 600 | 920 | - | - | 20.413 | | | | | | | | | | | | | |
| I-1-1-9 - Servicos e Auxílios | - | 50.000 | - | - | - | 50.000 | - | 52.500 | - | - | 52.500 | - | 51.000 | - | - | - | 51.000 | | | | | | | | | | | | | |
| II - TRABALHO, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL | 1.223.948 | 1.008.807 | 805.211 | - | - | 3.438.466 | 1.344.409 | 1.008.336 | 5.024.129 | - | 8.479.319 | 1.481.192 | 1.167.431 | 1.443.588 | - | - | 4.992.243 | | | | | | | | | | | | | |
| II-1 - Instituto de Previdncia da Estado | 508.661 | 431.116 | 547.461 | - | - | 1.487.238 | 591.372 | 491.156 | 604.170 | - | 8.919.202 | 618.348 | 748.021 | 822.988 | - | - | 7.997.293 | | | | | | | | | | | | | |
| II-1-1 - Administrao Central | 203.884 | 71.158 | 19.833 | - | - | 294.875 | 207.289 | 77.436 | 37.700 | - | 417.645 | 211.678 | 83.754 | 35.520 | - | - | 430.433 | | | | | | | | | | | | | |
| II-1-2 - Administrao Regional | 58.318 | 510 | 2.500 | - | - | 301.328 | 25.794 | 679 | 8.100 | - | 424.429 | 92.160 | 2.40 | 6.520 | - | - | 523.398 | | | | | | | | | | | | | |
| II-1-3 - Administrao Social | 55.239 | 526.148 | 1.821 | - | - | 583.210 | 55.949 | 472.690 | 3.000 | - | 636.429 | 56.126 | 453.290 | 1.379 | - | - | 491.689 | | | | | | | | | | | | | |
| II-1-4 - Administrao de Recursos | 43.201 | 270 | 422.218 | - | - | 2.421.479 | 43.301 | 313 | 619.430 | - | 6.092.874 | 43.631 | 345 | 778.450 | - | - | 6.086.326 | | | | | | | | | | | | | |
| II-1-5 - Seguros de Vida | 107.119 | 33.642 | 1.040 | - | - | 231.822 | 108.779 | 28.320 | 2.470 | - | 298.665 | 110.079 | 47.500 | 3.000 | - | - | 313.584 | | | | | | | | | | | | | |
| II-2 - Benefcios de Trabalho e Habitao | 653.977 | 274.181 | 297.730 | - | - | 1.207.238 | 735.837 | 292.200 | 414.000 | - | 1.330.037 | 806.449 | 419.400 | 619.000 | - | - | 1.901.649 | | | | | | | | | | | | | |
| II-2-1 - Administrao Central | 28.273 | 425 | 2.250 | - | - | 86.448 | 81.217 | 300 | 11.000 | - | 92.817 | 84.193 | 900 | 10.000 | - | - | 93.693 | | | | | | | | | | | | | |
| II-2-2 - Administrao e Pesquisa de Trabalho | 26.198 | 38.000 | 8.000 | - | - | 102.198 | 55.208 | 41.000 | 11.000 | - | 177.328 | 70.207 | 64.000 | 13.000 | - | - | 147.207 | | | | | | | | | | | | | |
| II-2-3 - Servio de Assistncia Social | 648.376 | 815.206 | 242.500 | - | - | 1.098.582 | 615.412 | 211.500 | 292.000 | - | 1.325.919 | 712.098 | 254.500 | 992.000 | - | - | 1.639.597 | | | | | | | | | | | | | |
| II-3 - HABITAO E SERVIOS URBANOS | 83.238 | 2.607 | 3.574.440 | - | - | 3.659.245 | 147.620 | 2.900 | 8.110.206 | - | 8.372.279 | 188.816 | 2.190 | 6.613.410 | - | - | 6.805.434 | | | | | | | | | | | | | |
| II-3-1 - Servico de Trabalho e Habitao | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | | | | | | | | | | | | | |
| II-3-2 - Plano Habitacional | 32.292 | 39 | 2.510.000 | - | - | 2.532.331 | 87.384 | 190 | 3.020.000 | - | 3.107.454 | 128.248 | 190 | 6.325.000 | - | - | 6.453.379 | | | | | | | | | | | | | |
| II-3-3 - Servio das Obras Públicas | 50.946 | 2.608 | 64.440 | - | - | 126.994 | 60.236 | 2.800 | 102.200 | - | 148.234 | 60.568 | 2.000 | 88.420 | - | - | 132.256 | | | | | | | | | | | | | |
| II-3-4 - Parcel., Urban., Hab. e At. Tcnica | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL | 27.862.044 | 8.042.707 | 12.241.747 | - | 448.180 | 48.284.169 | 29.821.235 | 6.735.208 | 14.837.314 | - | 1.137.000 | 66.479.209 | 22.280.124 | 9.835.481 | 13.525.574 | - | - | 61.132.903 | | | | | | | | | | | | |

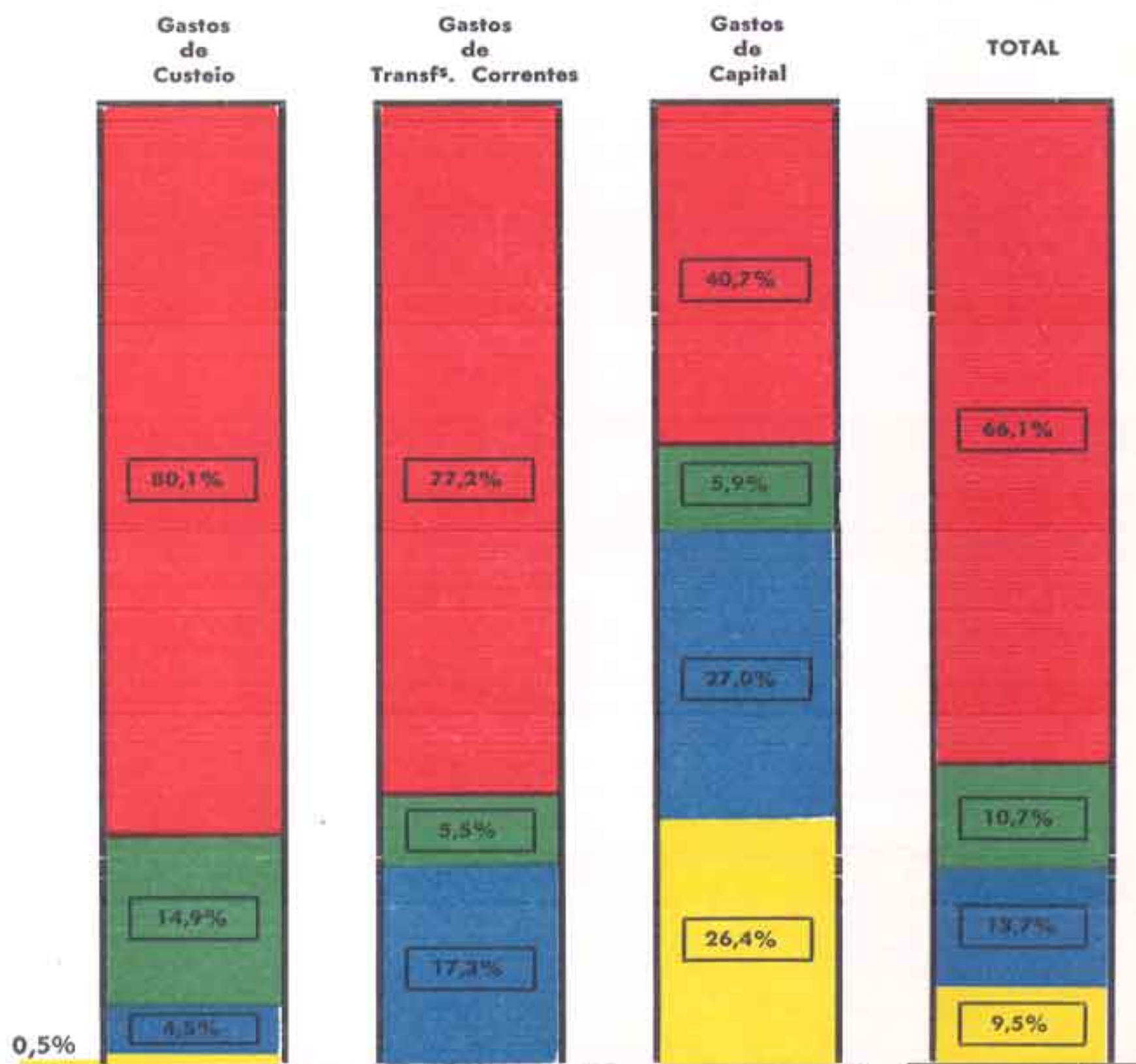
Quadro n.º A-11

ÁREA: INFRA-ESTRUTURA SOCIAL

DESPESA TOTAL DO TRIÊNIO 1964/66 POR CATEGORIAS ECONÓMICAS

| FUNÇÃO - ÓRGÃO - PROGRAMA | TRIÊNIO | | | | | TOTAL |
|--|------------|--------------|-----------------|-------------|--------------|-------------|
| | Custeio | Transf. Cor. | Investim. Reais | Inv. Finan. | Transf. Cap. | |
| I - EDUCAÇÃO | 72.139.636 | 14.673.127 | 20.110.761 | - | 3.473.360 | 110.396.884 |
| P-I - Administração Central | 1.646.065 | 567.500 | 13.320 | - | - | 2.226.885 |
| P-II - Educação Primária | 41.190.155 | 5.679.646 | 1.072.593 | - | 2.293.360 | 50.235.754 |
| P-III - Educação Média | 17.152.389 | 1.120.400 | 11.217.031 | - | - | 29.489.820 |
| P-IV - Educação Técnica | 10.178.968 | 525.270 | 7.406.050 | - | 1.088.000 | 19.198.288 |
| P-V - Orientação e Educação Especial | 458.072 | 26.840 | 112.520 | - | 60.000 | 657.432 |
| P-VI - Pesquisas e Orientação Educacionais | 378.994 | 9.400 | 175.074 | - | 32.000 | 595.468 |
| P-VII - Difusão Cultural | 369.376 | 121.660 | 90.034 | - | - | 581.070 |
| P-VIII - Educação Física e Assistência Educa- cional | 704.792 | 3.080 | 22.791 | - | - | 730.663 |
| P-IX - Concessão de Bolsas | 60.825 | 6.619.331 | 1.348 | - | - | 6.681.504 |
| II - SAÚDE | 13.426.925 | 1.037.926 | 3.369.543 | - | 30.000 | 17.864.394 |
| P-I - Administração Central | 366.887 | 480.108 | 253.990 | - | 30.000 | 1.130.985 |
| P-II - Assistência Social | 165.576 | 63.000 | 41.740 | - | - | 270.316 |
| P-III - Assistência Odontológica | 75.146 | 9.600 | 30.660 | - | - | 115.406 |
| P-IV - Preparo e Aperfeiçoamento de Pes- soal | 54.334 | 1.560 | 33.590 | - | - | 89.484 |
| P-V - Higiene e Assistência Sanitária | 7.666.949 | 92.817 | 1.164.185 | - | - | 8.923.951 |
| P-VI - Assistência à Maternidade e à Infân- cia | 1.636.992 | 187.564 | 592.030 | - | - | 2.616.586 |
| P-VII - Saúde Mental | 2.758.568 | 42.581 | 694.883 | - | - | 3.496.032 |
| P-VIII - Pesquisas Biológicas | 451.160 | 2.292 | 553.750 | - | - | 1.007.202 |
| P-IX - Projetos, Execução e Fiscalização de Obras | 51.313 | 904 | 4.715 | - | - | 56.932 |
| P-X - Subvenções e Auxílios | - | 157.500 | - | - | - | 157.500 |
| III - TRABALHO, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL | 4.049.564 | 3.281.684 | 3.327.361 | 12.290.418 | - | 22.949.027 |
| Instituto de Previdência do Estado | 1.774.981 | 2.094.903 | 2.039.611 | 12.290.418 | - | 18.199.913 |
| P-I - Administração Central | 922.952 | 232.368 | 87.205 | - | - | 1.242.525 |
| P-II - Comercialização Farmacêutica | 227.212 | 1.725 | 20.200 | 1.130.000 | - | 1.379.137 |
| P-III - Previdência Social | 167.857 | 1.739.420 | 6.561 | - | - | 1.913.838 |
| P-IV - Aplicação de Reservas | 130.573 | 930 | 1.919.115 | 10.749.734 | - | 12.800.352 |
| P-V - Seguros de Vida | 326.387 | 120.460 | 6.530 | 410.684 | - | 864.061 |
| Secretaria do Trabalho e Habitação | 2.274.583 | 1.186.781 | 1.287.750 | - | - | 4.749.114 |
| P-I - Administração Central | 244.633 | 2.075 | 28.250 | - | - | 274.958 |
| P-II - Assistência e Proteção ao Trabalho .. | 162.113 | 183.000 | 32.000 | - | - | 377.113 |
| P-IV - Serviço de Assistência Social | 1.867.837 | 1.001.706 | 1.227.500 | - | - | 4.097.043 |
| IV - HABITAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS | 418.802 | 8.717 | 15.310.050 | - | - | 15.737.569 |
| Secretaria do Trabalho e Habitação | | | | | | |
| P-III - Plano Habitacional | 237.924 | 309 | 15.055.000 | - | - | 15.293.233 |
| Secretaria das Obras Públicas | | | | | | |
| P-IV - Planejamento Urbanístico, Habitacio- nal e Assistência Técnica | 180.878 | 8.408 | 255.050 | - | - | 444.336 |
| TOTAL | 90.034.927 | 19.001.454 | 42.117.715 | 12.290.418 | 3.503.360 | 166.947.874 |

ÁREA: INFRA-ESTRUTURA SOCIAL
Distribuição percentual dos gastos por Função e Categoria Econômica, no triênio.



$$53,9\% + 11,4\% + 34,7\% = 100,0\%$$

- Educação.
- Saúde.
- Trabalho, Previdência e Ass. Social.
- Habitação e Serviços Urbanos.

ÁREA: INFRA-ESTRUTURA SOCIAL

COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DA DESPESA TOTAL DO TRIÊNIO, SEGUNDO AS FUNÇÕES E CATEGORIAS ECONÓMICAS

| FUNÇÃO - CATEGÓRIA | 1964 | | | | | | 1965 | | | | | | 1966 | | | | | | TOTAL DO TRIÊNIO | | | | | |
|--|--------|-------------------|---------------|---------------|--------------------|-------|--------|-------------------|---------------|---------------|--------------------|-------|--------|-------------------|---------------|---------------|--------------------|-------|------------------|-------------------|---------------|---------------|--------------------|-------|
| | Outros | Transf. correntes | Invest. Basic | Invest. Func. | Transf. de Capital | TOTAL | Outros | Transf. correntes | Invest. Basic | Invest. Func. | Transf. de Capital | TOTAL | Outros | Transf. correntes | Invest. Basic | Invest. Func. | Transf. de Capital | TOTAL | Outros | Transf. correntes | Invest. Basic | Invest. Func. | Transf. de Capital | TOTAL |
| I - EDUCAÇÃO | 65,0 | 12,4 | 19,2 | - | 2,4 | 100 | 63,2 | 13,0 | 18,7 | - | 3,1 | 100 | 63,8 | 13,3 | 16,9 | - | 3,8 | 100 | 65,3 | 13,3 | 18,2 | - | 3,2 | 100 |
| II - SAÚDE | 80,3 | 77,5 | 54,0 | - | 90,3 | 80,2 | 80,0 | 76,8 | 48,2 | - | 100 | 65,0 | 80,1 | 77,4 | 42,4 | - | 100 | 66,3 | 80,1 | 77,2 | 47,7 | - | 99,1 | 86,1 |
| III - TRABALHO, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL | 22,4 | 18,4 | 14,7 | 64,5 | - | 109 | 15,9 | 12,8 | 12,7 | - | - | 100 | 16,5 | 12,2 | 16,0 | 54,3 | - | 100 | 17,6 | 14,3 | 14,6 | 53,6 | - | 100 |
| - Instituto de Previdência do Estado | 4,4 | 16,9 | 4,6 | 100,0 | - | 13,1 | 4,5 | 17,5 | 7,6 | - | - | 15,0 | 4,6 | 17,3 | 9,5 | 100 | - | 14,7 | 4,5 | 17,3 | 7,9 | 100 | - | 13,8 |
| - Secretaria do Trabalho e Habitação | 18,0 | 15,1 | 13,1 | 50,2 | - | 100 | 8,6 | 10,0 | 9,6 | 73,8 | - | 100 | 8,7 | 10,8 | 11,7 | 68,8 | - | 100 | 9,8 | 11,5 | 11,2 | 67,5 | - | 100 |
| IV - MANUTENÇÃO E SERVIÇOS URBANOS | 2,0 | 10,6 | 4,5 | 100,0 | - | 8,5 | 2,0 | 11,2 | 4,7 | - | - | 10,2 | 1,9 | 11,2 | 5,3 | 100 | - | 11,5 | 1,9 | 11,3 | 4,8 | 100 | - | 10,8 |
| - Secretaria de Trabalho e Habitação | 2,4 | 8,3 | 2,1 | - | - | 2,6 | 3,5 | 6,3 | 2,9 | - | - | 2,7 | 3,7 | 6,1 | 4,0 | - | - | 3,1 | 2,6 | 6,2 | 3,1 | - | - | 2,9 |
| IV - MANUTENÇÃO E SERVIÇOS URBANOS | 2,2 | 0,1 | 97,7 | - | - | 100 | 2,8 | 0,1 | 97,1 | - | - | 100 | 2,4 | 0,0 | 97,7 | - | - | 100 | 2,7 | 0,0 | 97,3 | - | - | 100 |
| - Secretaria de Trabalho e Habitação | 0,3 | 0,1 | 29,1 | - | - | 7,4 | 0,3 | 0,1 | 35,9 | - | - | 9,4 | 0,6 | 0,0 | 42,4 | - | - | 11,1 | 0,5 | 0,0 | 36,4 | - | - | 9,4 |
| - Secretaria de Trabalho e Habitação | 0,1 | 0,0 | 28,6 | - | - | 7,1 | 0,3 | 0,0 | 31,2 | - | - | 2,1 | 0,4 | 0,0 | 41,8 | - | - | 10,9 | 0,3 | 0,0 | 35,8 | - | - | 9,8 |
| - Secretaria das Obras Públicas | 0,2 | 0,1 | 0,5 | - | - | 0,3 | 0,2 | 0,1 | 0,7 | - | - | 0,3 | 0,2 | 0,0 | 0,6 | - | - | 0,2 | 0,2 | 0,0 | 0,5 | - | - | 0,2 |
| TOTAL | 56,5 | 12,0 | 24,9 | 4,9 | 1,7 | 100 | 52,9 | 11,9 | 25,3 | 3,8 | 2,0 | 100 | 52,8 | 11,2 | 24,5 | 6,0 | 2,4 | 100 | 54,9 | 11,4 | 25,2 | 7,4 | 2,1 | 100 |
| TOTAL | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |

B — ÁREA ECONÔMICA

1 — INTRODUÇÃO

Convenciona-se, por razões de sistematização, denominar-se da área econômica do setor público estadual àquela cujos recursos se destinam predominantemente ao fomento e intermediação da atividade produtiva.

A economia (*) do Estado divide-se em três grandes setores produtivos:

Setor Primário: compreende três atividades: lavoura, produção animal e extrativa vegetal.

Contribui com a parcela mais expressiva na formação da renda do Estado, ou seja, 41%. É, em grande parte, responsável pelo comportamento da economia como um todo.

A lavoura e a produção animal constituem a base do setor, representando mais de 95% da produção do mesmo.

Setor Secundário: pode ser dividido em três grupos: indústrias extrativas minerais, indústrias transformativas e serviços industriais de utilidade Pública.

Aporta 17,2% da renda gerada no Estado. Em São Paulo o mesmo setor representa mais de 33% e, no Brasil 25%.

O setor alicerça-se basicamente nas indústrias transformativas, as quais alcançam cerca de 97% da produção do setor.

Setor Terciário: é formado por seis grandes grupos: comércio, serviços, transportes e comunicações, intermediários financeiros, aluguéis e governo. Este setor em verdade constitui-se numa resultante dos dois setores básicos.

(*) Os dados a seguir mencionados são explicitados, por setor produtivo, em indicação das fontes informativas.

Mais de 50% da renda gerada pelo setor — renda esta que é um reflexo do fluxo de serviços prestados pelo mesmo — dependem do comércio e dos serviços. Transportes e Comunicações e Governo são responsáveis por 30%.

O Poder Executivo exerce funções na área econômica como agente ordenador e, em sua função ordenadora em alguns casos isolados, como agente executor (*). Tais funções agrupam-se sob dois grandes títulos, mais de natureza contábil, já que o orçamento é o instrumento básico de execução dos programas de administração pública estadual, do que sob a perspectiva de uma identificação macroeconômica.

Referidas funções denominam-se:

- a) Recursos Naturais e Agropecuária
- b) Indústria e Comércio.

Ambas as funções envolvem ações de conteúdo normativo, ou simplesmente executivo, nos setores produtivos antes mencionados.

É importante ressaltar que as diversas atividades exercidas pelo Estado na área econômica não constituem um plano que se enquadre numa perspectiva de longo prazo, com uma estratégia de desenvolvimento que prevesse, inclusive, modificações estruturais na Economia. Este plano é de conteúdo nitidamente operacional, através do qual fixam-se praticamente as tarefas do dia a dia, para os órgãos incumbidos de exercerem as funções acima, nos próximos três anos. Trata-se de uma primeira tentativa no sentido da ordenação do setor público estadual, a fim de, após sério esforço de análise, atingir-se a face em que seja possível a elaboração de um plano a longo prazo, no qual a atividade normativa do Estado exerça a plenitude de seu potencial operativo.

(*) O Estado exerce funções como agente executor por intermédio de órgãos da administração descentralizada: IRGA: Instituto de Carnes; DEAL, Bolsa de Valores. Não se enquadra dentro desta distinção conceitual a Loteria do Estado e Caixa Econômica Estadual.

Os órgãos do setor público estadual na área econômica são:

| ÓRGÃOS | FUNÇÃO PREDOMINANTE |
|---|---|
| ADMINISTRAÇÃO CENTRALIZADA | |
| Secretaria da Agricultura | Fomento e Defesa da Produção Agropecuária |
| Instituto Gaúcho de Reforma Agrária | Colonização e Recolonização |
| Secretaria da Economia | Planejamento, Pesquisa e Assistência Técnica à Indústria, Comércio e Agropecuária |
| Conselho de Desenvolvimento do Estado | Planejamento, Pesquisa e Assistência Técnica à Indústria, Comércio e Agropecuária |
| ADMINISTRAÇÃO DESCENTRALIZADA | |
| Caixa Econômica Estadual | Comércio-Fomento à Poupança Popular |
| Departamento Estadual de Abastecimento do Leite | Industrialização e Comercialização do Leite |
| Instituto Rio-Grandense do Arroz | Industrialização e Comercialização de Arroz |
| Instituto Rio-Grandense de Carnes | Comercialização de Carnes |
| Bolsa de Valores | Comércio de Títulos |
| Loteria do Estado | Exploração comercial de jogos lotéricos |

2 — O SETOR PRIMÁRIO

A economia do Rio Grande do Sul caracteriza-se pela predominância do setor primário.

Quadro n.º 1

Estrutura da economia na Região Sul e no Brasil

(Participação sectorial na formação da renda)

— 1959 —

| Setores | R. G. S. | S. P. | Paraná | S. Catarina | Brasil |
|------------|----------|-------|--------|-------------|--------|
| Primário | 41,1 | 23,4 | 65,6 | 50,6 | 27,1 |
| Secundário | 17,2 | 33,3 | 10,2 | 20,7 | 25,3 |
| Terciário | 41,7 | 43,3 | 24,2 | 28,7 | 47,6 |

FONTE: Revista Brasileira de Economia, março de 1961.

Como se observa, o setor primário contribue com cerca de 41,1% da renda gerada no Estado. A estrutura da economia do Rio Grande no decênio compreendido entre 1949 e 1959 permaneceu praticamente a mesma.

Quadro n.º 2

Estrutura da economia do Rio Grande do Sul

| SETORES | 1949 | 1959 | 1960 |
|------------------|------|------|-------|
| Primário | 41,6 | 41,1 | 40,75 |
| Terciário | 16,4 | 17,2 | 16,65 |
| Secundário | 42,0 | 41,7 | 42,60 |

FONTE: Revista Brasileira de Economia, março de 1962.

Convém desagregar a análise através dos grandes componentes do setor primário.

Quadro n.º 3

R. G. S. — Estrutura do setor primário
(produção monetária)

| ANOS | LAVOURA | PRODUÇÃO ANIMAL | PRODUÇÃO VEGETAL |
|------|---------|-----------------|------------------|
| 1949 | 68,11 | 25,74 | 6,15 |
| 1954 | 65,45 | 30,42 | 4,13 |
| 1959 | 64,87 | 30,28 | 4,85 |

FONTE: D. E. E. (dados originais)

Através dos dados acima constata-se:

- 1 — a economia do Rio Grande do Sul repousa fundamentalmente no setor primário.
- 2 — do produto gerado pelo setor primário quase dois terços decorrem da lavoura e aproximadamente um terço da pecuária. A produção extrativa vegetal não é significativa.

Quadro n.º 4

Estrutura da Produção da Lavoura

Distribuição percentual da produção agrícola do Estado

| PRODUTOS | % Área (ha) | | | % Produção (Ton) | | | % Valor (Cr\$) | | |
|-------------------|-------------|------|------|------------------|------|------|----------------|------|------|
| | 1939 | 1949 | 1959 | 1939 | 1949 | 1959 | 1939 | 1949 | 1939 |
| Trigo | 12,5 | 23,2 | 32,0 | 2,4 | 5,9 | 7,9 | 6,2 | 15,7 | 19,0 |
| Arroz | 10,5 | 10,5 | 9,6 | 10,9 | 11,2 | 11,0 | 18,7 | 19,8 | 18,4 |
| Milho | 44,5 | 40,1 | 33,7 | 27,3 | 20,4 | 22,5 | 23,7 | 23,2 | 20,2 |
| Mandioca | 6,8 | 5,4 | 5,0 | 18,6 | 28,3 | 26,1 | 5,9 | 8,4 | 10,6 |
| Feijão | 9,1 | 6,7 | 5,1 | 3,6 | 2,4 | 2,1 | 6,5 | 5,7 | 4,7 |
| Batatinha | 2,2 | 2,3 | 1,8 | 6,2 | 4,0 | 3,9 | 6,7 | 8,1 | 6,7 |
| Uva | 1,8 | 1,2 | 1,3 | 5,2 | 3,4 | 3,6 | 6,3 | 2,8 | 2,6 |
| Fumo | 2,1 | 1,9 | 1,9 | 1,0 | 0,8 | 0,8 | 8,6 | 4,4 | 3,1 |
| Cebola | 0,4 | 0,3 | 0,4 | 1,2 | 1,6 | 1,3 | 3,1 | 1,8 | 4,2 |
| Batata doce | 1,2 | 1,3 | 8,8 | 3,9 | 4,1 | 3,3 | 2,1 | 2,2 | 1,9 |
| Alfafa | 1,3 | 0,8 | 0,5 | 3,1 | 2,8 | 2,0 | 3,3 | 2,7 | 1,8 |
| Soja | — | 0,9 | 3,2 | — | 0,5 | 2,0 | — | 1,1 | 2,3 |
| Sub-Total | 92,4 | 94,6 | 95,3 | 83,4 | 85,1 | 85,5 | 91,1 | 95,9 | 95,5 |
| Outros | 7,6 | 5,4 | 4,7 | 6,6 | 4,6 | 3,5 | 8,9 | 4,1 | 4,5 |
| TOTAL | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |

Mesmo através de uma análise superficial dos dados anteriores, observa-se que a lavoura, responsável por cerca de dois terços da produção monetária do setor primário, repousa, por seu turno, basicamente, em quatro produtos: trigo, arroz, milho, mandioca. Referidos produtos contribuem com mais de dois terços da produção física e monetária da lavoura, vale dizer, originam aproximadamente 16% da renda gerada no Estado.

Quadro n.º 5

Estrutura da produção animal

| ANOS | DERIVADOS DE | | LÃ | LEITE | OVOS |
|------|--------------|--------|----|-------|------|
| | Bovinos | Suínos | | | |
| 1939 | 55 | 18 | 5 | 17 | 5 |
| 1950 | 45 | 21 | 9 | 20 | 5 |
| 1960 | 39 | 24 | 9 | 21 | 7 |

Bovinos e suínos concorreram, em 1960, com 63% da produção animal, ou seja, mais de 8% da renda gerada no Estado.

Embora o Rio Grande do Sul seja um dos Estados de economia agrícola mais diversificada, na realidade suas bases são formadas por poucos produtos. Numa economia quanto menos diversificação, maior sua vulnerabilidade.

Verifica-se que seis componentes da produção do setor primário — trigo, arroz, milho, mandioca, bovinos e suínos — geram em torno de 24% da renda do Estado.

Daí a vulnerabilidade da economia do Rio Grande do Sul expressa no comportamento irregular da taxa líquida de crescimento.

O crescimento econômico do Rio Grande do Sul reflete, em certa medida, o comportamento dos seis componentes da produção do setor primário antes enumerados. E a estagnação relativa do setor primário é, sem dúvida, responsável, em grande parte, por taxas negativas de crescimento "per capita" da economia gaúcha.

Quadro n.º 6

Taxas anuais de crescimento "per capita" do R. G. S.

| ANOS | TAXA |
|------|-------|
| 1950 | 46,6 |
| 1951 | — 1,3 |
| 1952 | 8,4 |
| 1953 | 1,0 |
| 1954 | 7,1 |
| 1955 | 4,1 |
| 1956 | 5,0 |
| 1957 | — 3,5 |
| 1958 | — 2,8 |
| 1959 | — 3,2 |

FONTE: Conselho de Desenvolvimento do Estado.
Análise da Renda do Rio Grande do Sul (1962).

Observamos o crescimento do setor e de seus principais componentes.

Quadro n.º 7

Crescimento real da lavoura e da produção animal

(1949 = 100)

| ANOS | LAVOURA | PRODUÇÃO ANIMAL |
|------|---------|-----------------|
| 1950 | 110 | 108 |
| 1951 | 116 | 104 |
| 1952 | 123 | 148 |
| 1953 | 139 | 121 |
| 1954 | 155 | 124 |
| 1955 | 167 | 124 |
| 1956 | 185 | 130 |
| 1957 | 164 | 127 |
| 1958 | 151 | 143 |
| 1959 | 154 | 125 |
| 1960 | — | — |

FONTE: Conselho de Desenvolvimento do Estado.

A produção animal acusa um crescimento de 2,5 anual, enquanto a lavoura apresenta 4,5. Poderíamos aceitar como razoável a taxa de crescimento da lavoura; a da pecuária, entretanto, fica aquém do crescimento demográfico, o que significa a longo prazo — mantidos os níveis de produtividade e de crescimento, uma gradativa perda da capacidade de exportar do Rio Grande do Sul e, o que é pior, diminuição do consumo de proteína, elemento básico para a alimentação do povo (*).

No segundo quinquênio (1955-59) as taxas de crescimento, reduzem-se sensivelmente para a lavoura e pecuária, coincidentes com taxas negativas de crescimento para o Estado nos últimos três anos do período. As enchentes de 1959 contribuíram, em parte, para que o fato ocorresse. Não é de se esperar, por outro lado, que tais tendências se vejam prejudicadas por fatores eventuais. É um fato insofismável a estagnação do setor primário, não só no Rio Grande do Sul como no Brasil e na América Latina. E esta relativa estagnação constitui, por certo, um seríssimo ponto de estrangulamento da economia.

Cabe indagar o porquê desta estagnação. Evidentemente, as causas são múltiplas e complexas. De forma adjetiva se as conhece; o que é absolutamente necessário é um sério esforço de pesquisa não somente de ordem agrônômica-veterinária, mas também de ordem sócio-econômica, para substantivar aquilo que vimos qualificando, vale dizer, para quantificar e identificar as variáveis estratégicas que estão a impedir um desenvolvimento do setor primário, compatível com o crescimento da demanda e dos demais setores da economia.

É de se ressaltar que, independentemente do aspecto de natureza predominantemente econômica, há o aspecto social: níveis nutricionais baixíssimos da maioria do povo brasileiro, o que representa uma demanda em potencial para produtos primários de magnitudes impressionantes. É obrigação do Estado ter presente a condição de fome em que vive uma parcela ponderável da comunidade.

(*) Estabelece-se a hipótese de que nos anos de 1961-65 a produção de carnes seja normal e que se realize ao nível mais elevado: 175,3 mil toneladas. Note-se que é uma suposição otimista. Na série de produção de carnes do último decênio, somente os anos de 1952 e 1958, tem produção a este nível (1952—174,1 mil t; 1958—186,5 mil t). Estabelecidos estes pressupostos, permanecendo sem modificação a produtividade do rebanho, tendo em vista o crescimento demográfico nos próximos anos, as exportações tenderão a cair.

Um programa de desenvolvimento para este setor, a longo prazo, ao nível nacional e tendo presente a situação continental, constitui um imperativo de sobrevivência.

O Brasil, país quase continente na América Latina, tem um papel histórico que nos obriga às reflexões que se seguem.

Alternativa 1
(em milhares de toneladas)

| ANOS | PRODUÇÃO | CONSUMO (População x Consumo "P. C.") | EXPORTAÇÃO GERAL DO ESTADO Exterior e outros Est. da Federação |
|------|----------|--|---|
| 1961 | 175,3 | 134,8 | 40,5 |
| 1962 | 175,3 | 138,5 | 36,8 |
| 1963 | 175,3 | 142,2 | 33,1 |
| 1964 | 175,3 | 146,0 | 29,3 |
| 1965 | 175,3 | 150,0 | 25,3 |

Na 2.^a hipótese, considera-se que a produção de carnes se manteve ao nível da média do decênio, isto é, 164,2 toneladas, o que ainda é uma estimativa otimista, porquanto a média do período 1955/60 foi de 163,0 toneladas.

Alternativa 2

| ANOS | PRODUÇÃO | CONSUMO (População x Consumo "P. C.") | EXPORTAÇÃO GERAL DO ESTADO |
|------|----------|--|----------------------------|
| 1961 | 164,2 | 134,8 | 29,4 |
| 1962 | 164,2 | 138,5 | 25,7 |
| 1963 | 164,2 | 142,2 | 22,0 |
| 1964 | 164,2 | 146,1 | 18,1 |
| 1965 | 164,2 | 150,0 | 14,2 |

Para 1980, a CEPAL (*) prevê, para a América Latina, necessidade de produção dos seguintes produtos, em termos de acréscimos percentuais das médias do período 1957-1959:

| | |
|--------------------|------|
| Trigo | 116% |
| Milho | 160% |
| Arroz | 150% |
| Feijão | 104% |
| Carne Bovina | 158% |

As projeções acima relacionadas baseiam-se nos seguintes supostos:

- 1 — taxa de crescimento anual do ingresso "per capita" 2,5% (meta estimada na reunião de Punta del Este);
- 2 — exceção da carne de bovinos, para a qual se estima um leve acréscimo de produtividade (**) (29,9 Kg por cabeça para 31,9 Kg) supõe-se constante os níveis de produtividade para os demais produtos;
- 3 — ausência de exportações;
- 4 — desconsidera-se prováveis redistribuições no sentido de minorar a concentração do ingresso, o que conduziria a aumento das magnitudes projetadas.

Mesmo admitindo a hipótese de que os supostos são irreais, o fato concreto é de que o crescimento demográfico previsto para 1980, ou seja, acréscimo de 152 milhões de pessoas no continente (o Brasil participa com mais de um terço), implica para os próximos anos em substancial incremento da demanda de produtos primários.

As pressões de demanda por produtos primários, ao nível estadual, nacional ou continental, podem ser atendidas por um dos seguintes meios:

- 1 — importações;
- 2 — expansão da área cultivada;
- 3 — aumento de rendimentos por unidade de área.

É ocioso conjecturar sobre as possibilidades de importação. A América Latina importa atualmente cerca de 500 milhões de

(*) Comissão Econômica para a América Latina.

(**) Produtividade da carne de bovino — é o Abate sobre o número de cabeças que compõe o rebanho, em termos de "quilos de carne".

dólares em produtos alimentícios. A não ser dentro de uma estratégia de desenvolvimento com vista a integração, países cujas economias de um modo geral alicerçam-se sobre o setor primário e com reduzidíssimas capacidades para importar, não terão condições para atender a demanda de alimentos através da importação extra-continental.

Por outro lado, supondo constante os níveis de produtividade do período 57—59, constataríamos o seguinte, em relação a América Latina:

- a) a produção dos produtos vegetais antes referidos, que atualmente ocupa área de aproximadamente 35 milhões de hectares, deveria alcançar ao longo do período das projeções 72,5 milhões de hectares;
- b) relativamente ao rebanho bovino, mesmo admitindo leve acréscimo de produtividade, de um montante de 186 milhões de cabeças, dever-se-ia alcançar, ao final do período, 387 milhões.

É óbvio que não podem permanecer constantes as áreas cultivadas e os níveis tecnológicos, entretanto será sumamente difícil aceitar como fáceis tais incrementos de área cultivada ou exploradas.

Se se examina o caso brasileiro ver-se-á que de quinze produtos que constituem a base da alimentação da maioria do povo brasileiro, onze, ou seja 73% apresentam "déficits" entre a produção prevista para 1965 e 1970 e a demanda projetada.

Por outro lado, as exigências de acréscimo de área, mantidos os rendimentos de 1960, para a produção prevista da maioria dos produtos é superior a cinquenta por cento no curto período de 10 anos. O problema não é a inexistência de terras, mas sim, o volume de investimentos de infra-estrutura exigido pelo adicionamento de novas áreas. Por exemplo, o milho, se mantido os rendimentos aos níveis de 1960, para a produção prevista em 1970, necessitaria um incremento da área na ordem de 4.276.282 hectares. Para se ter uma idéia é interessante frisar que a área total ocupada pela lavoura no Rio Grande do Sul em 1960 era de 3.409.408 hectares. É claro, de outra parte, que o crescimento demográfico, independentemente de possíveis medidas redistributivas, implicará na abertura de novas áreas. O que é difícil admitir é o crescimento da produção exclusivamente em função do aumento da área, como vem ocorrendo até agora.

Quadro n.º 8

PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

| PRODUTOS | Produção Prevista (1.000 t) | | Produção para atender a demanda (1.000 t) | | Superavits (+) ou Déficits (-) | |
|--------------------|--------------------------------|---------|--|--------|-----------------------------------|---------|
| | 1965 | 1970 | 1965 | 1970 | 1965 | 1970 |
| | 1965 | 1970 | 1965 | 1970 | 1965 | 1970 |
| Açúcar | 76.236 | 100.797 | 62.960 | 96.077 | + 13.276 | + 4.720 |
| Arroz | 5.956 | 7.771 | 6.428 | 9.132 | - 472 | - 1.361 |
| Batata | 1.299 | 1.499 | 1.597 | 2.342 | - 298 | - 843 |
| Feijão | 1.856 | 2.066 | 1.909 | 2.212 | - 53 | - 146 |
| Mandioca | 21.690 | 27.183 | 26.210 | 30.364 | - 4.520 | - 3.181 |
| Milho | 10.914 | 14.119 | 10.867 | 14.157 | + 47 | - 38 |
| Trigo | 1.130 | 1.329 | 4.033 | 6.031 | - 2.903 | - 4.702 |
| Banha | 119 | 123 | 156 | 181 | - 37 | - 58 |
| Carne Bovino | 1.986 | 3.214 | 1.570 | 1.820 | + 416 | + 1.394 |
| Carne Suíno | 348 | 437 | 312 | 362 | + 36 | + 75 |
| Leite | 6.304 | 7.541 | 9.661 | 15.464 | - 3.357 | - 7.917 |
| Ovos | 349 | 421 | 490 | 771 | - 141 | - 350 |
| Pescado | 313 | 421 | 329 | 429 | - 16 | - 8 |
| Banana | 6.029 | 7.102 | 7.757 | 11.283 | - 1.728 | - 4.181 |
| Laranja | 2.053 | 2.581 | 1.772 | 2.053 | + 281 | + 528 |

FONTE: Plano Trienal do Governo Federal.

Síntese — Dezembro de 1962.

Dentro dêste quadro socialmente dramático, ou seja à uma demanda efetiva crescente, soma-se uma demanda em potencial de magnitudes impressionantes, face aos níveis nutricionais baixíssimos de uma parcela ponderável do povo brasileiro, do estado e do continente latino-americano, — evidentemente que se reserva um papel de destaque para um Estado com possibilidades de desenvolvimento agropecuário como o Rio Grande do Sul.

2.1 — PRODUÇÃO DA LAVOURA

O crescimento da produção da lavoura tem sido função do aumento da área.

A área total dos estabelecimentos agropecuários do Estado, atinge 22.328.424 ha em 1960 (IBGE — Sinopse preliminar do Censo Agrícola — 1960); já em 1950, com 250.000 ha menos, referidos estabelecimentos atingiam cêrca de 80% da área territorial do Rio Grande.

O número de estabelecimentos agropecuários atingiu, em 1960, aproximadamente 382.000.

O crescimento da lavoura Riograndense não vem acompanhando o do Brasil e muito menos do extremo sul.

A taxa média anual de incremento real do produto gerado pela lavoura, no período 1948 a 1958, foi de 2,61% para o Estado, 3,83% para o Brasil e 5,77% para o extremo sul. No mesmo período o crescimento populacional do Estado foi de 2,33% e do Brasil superior a 3% anuais.

Das 27 culturas de nosso Estado, 12 perfazem 95% do produto gerado pela lavoura. Grande parte da produção provém da pequena propriedade. Apenas o arroz, parte do trigo e da soja; pertencem a grande e média propriedade.

Poder-se-ia dividir os fatores limitantes ao desenvolvimento da lavoura em três grandes grupos: agronômicos, econômicos e institucionais.

Os problemas agronômicos envolvem todos aquêles relacionados com as práticas culturais: mau trato dos solos, insuficiente quantidade de sementes melhoradas, descontinuidade administrativa nos trabalhos de melhoramento genético, etc.

Dentre os problemas econômicos cita-se: a inexistência de uma política efetiva de preços mínimos respaldada por ampla rêde de

conservação da produção: crédito insuficiente e quase inacessível ao pequeno produtor, ausência do crédito supervisionado, concessão indiscriminada de crédito sem se ater a critérios de economicidade; ausência de análise sistematizada de mercados que sirvam de base para a extensão rural, substituindo-se campanhas de aumento de produção por aumento de produtividade.

Os obstáculos de tipo institucional são os mais graves na economia primária do Estado. Destaca-se o do acesso aos meios de produção como um dos principais, entre os quais o fator terra. Regimes superados de acesso aos meios de produção conduzem à relações de produção que derivam a longo prazo em destruição de um patrimônio vital que é a fertilidade dos solos. No caso do Rio Grande onde a maior densidade de produção agrícola encontra-se na área de pequena propriedade é impossível desconsiderar tecnicamente os problemas que a longo prazo terá de enfrentar a coletividade diante da fragmentação progressiva da zona de pequena propriedade, a qual registra, por seu turno, a maior densidade populacional e onde por conseqüência está localizado o maior contingente de mão de obra ocupada no setor primário. O setor primário do Rio Grande abriga 58% da mão de obra ocupada no Estado.

Para os doze produtos mais representativos da lavoura, no período 1950 a 1960, enquanto a área crescia a uma taxa média anual de 4,8% a produção física total obteve um crescimento médio anual de 3,9%.

Se se analisar detidamente as taxas de crescimento quinquenais para cada um dos doze produtos, conclue-se, em função da experiência histórica que é possível duas hipóteses de crescimento da lavoura no período 61—65: uma hipótese mínima, apresentando uma taxa de crescimento negativo (- 1,3%); outra alternativa, a que considera as taxas máximas de crescimento para cada produto isoladamente e que conduz a uma taxa de crescimento de 0,7%, no conjunto. São, sem dúvida, discutíveis tais estudos face ao argumento de que os dados estatísticos são pouco representativos; é de se considerar, entretanto, que a análise cobre um período de 20 anos o que, até certo ponto, justifica apreensão diante das perspectivas futuras.

O fato concreto é que se torna absolutamente necessário um sério esforço de atuação do setor público, no sentido de identificar e eliminar os pontos de estrangulamento.

Quadro n.º 9

Rio Grande do Sul

Relativos simples da Produção Física da Lavoura

(1950 = 100)

| ANOS | Alfafa | Arroz | Batata Ingl. | Batata Doce | Cebola | Feijão | Fumo | Man- dioca | Milho | Soja | Trigo | Uva |
|------|--------|-------|-----------------|----------------|--------|--------|------|---------------|-------|------|-------|-----|
| 1951 | 96 | 105 | 99 | 99 | 78 | 121 | 138 | 104 | 121 | 180 | 83 | 122 |
| 1952 | 101 | 101 | 83 | 98 | 97 | 93 | 110 | 118 | 107 | 229 | 134 | 100 |
| 1953 | 104 | 127 | 101 | 106 | 102 | 107 | 142 | 117 | 115 | 258 | 154 | 118 |
| 1954 | 106 | 140 | 101 | 103 | 103 | 107 | 154 | 126 | 126 | 324 | 186 | 124 |
| 1955 | 100 | 136 | 113 | 113 | 110 | 103 | 148 | 119 | 125 | 294 | 240 | 120 |
| 1956 | 99 | 125 | 118 | 129 | 137 | 112 | 160 | 130 | 136 | 318 | 283 | 145 |
| 1957 | 93 | 124 | 121 | 123 | 117 | 110 | 142 | 118 | 139 | 323 | 214 | 164 |
| 1958 | 110 | 138 | 127 | 128 | 113 | 129 | 152 | 126 | 136 | 361 | 131 | 173 |
| 1959 | 100 | 129 | 126 | 113 | 129 | 129 | 164 | 127 | 146 | 402 | 144 | 153 |
| 1960 | 100 | 151 | 142 | 153 | 144 | 133 | 167 | 145 | 142 | 568 | 145 | 172 |

Fonte: D. E. E. (Dados originais).

Quadro n.º 10

Rio Grande do Sul

Área Cultivada

(relativos simples: 1950 = 100)

| ANOS | Alfafa | Arroz | Batata Ingl. | Batata Doce | Cebola | Feijão | Fumo | Man- dioca | Milho | Soja | Trigo | Uva |
|------|--------|-------|-----------------|----------------|--------|--------|------|---------------|-------|------|-------|-----|
| 1951 | 110 | 97 | 103 | 97 | 113 | 101 | 125 | 110 | 105 | 196 | 114 | 108 |
| 1952 | 103 | 95 | 106 | 98 | 119 | 106 | 116 | 124 | 108 | 246 | 123 | 113 |
| 1953 | 102 | 107 | 110 | 97 | 113 | 104 | 124 | 116 | 113 | 253 | 139 | 114 |
| 1954 | 99 | 117 | 108 | 91 | 137 | 97 | 140 | 123 | 112 | 256 | 175 | 122 |
| 1955 | 102 | 130 | 123 | 97 | 144 | 101 | 160 | 124 | 116 | 278 | 200 | 134 |
| 1956 | 102 | 120 | 121 | 104 | 174 | 104 | 160 | 136 | 127 | 301 | 226 | 140 |
| 1957 | 103 | 113 | 120 | 110 | 166 | 107 | 162 | 136 | 128 | 351 | 194 | 150 |
| 1958 | 105 | 119 | 124 | 108 | 181 | 111 | 161 | 136 | 127 | 392 | 232 | 164 |
| 1959 | 106 | 129 | 119 | 108 | 182 | 118 | 171 | 135 | 131 | 429 | 213 | 166 |
| 1960 | 105 | 139 | 164 | 117 | 200 | 123 | 204 | 147 | 140 | 690 | 194 | 185 |

Fonte: D. E. E. (Dados originais).

Quadro n.º II

Rio Grande do Sul

Produção média em toneladas, por hectare

| ANOS | Alfafa | Arroz | Batata Doce | Batata Ingl. | Cebola | Feijão | Fumo | Man-dioca | Milho | Soja | Trigo | Uva |
|------|--------|-------|-------------|--------------|--------|--------|------|-----------|-------|------|-------|-----|
| 1939 | 5,6 | 2,4 | 7,7 | 6,6 | 7,3 | 0,9 | 1,2 | 6,4 | 1,4 | — | 0,4 | 6,9 |
| 1940 | 5,2 | 2,4 | 6,7 | 5,9 | 5,2 | 1,0 | 1,2 | 5,4 | 1,5 | — | 0,5 | 7,5 |
| 1941 | 5,2 | 2,4 | 6,5 | 6,4 | 5,5 | 0,9 | 1,2 | 8,0 | 1,4 | 0,7 | 0,8 | 3,7 |
| 1942 | 4,6 | 2,5 | 5,7 | 4,6 | 5,8 | 0,7 | 1,1 | 7,9 | 1,3 | 0,7 | 0,8 | 7,8 |
| 1943 | 4,6 | 1,7 | 5,5 | 3,7 | 5,4 | 0,6 | 0,9 | 7,3 | 0,7 | 0,7 | 0,7 | 4,9 |
| 1944 | 5,2 | 2,5 | 6,3 | 4,2 | 5,4 | 0,7 | 1,2 | 10,2 | 1,5 | 1,1 | 0,5 | 7,1 |
| 1945 | 7,0 | 1,7 | 5,1 | 4,9 | 5,8 | 0,8 | 0,9 | 9,2 | 0,9 | 0,7 | 0,7 | 8,1 |
| 1946 | 7,0 | 2,8 | 6,5 | 4,9 | 6,1 | 0,9 | 1,2 | 10,9 | 1,5 | 0,8 | 0,7 | 7,2 |
| 1947 | 6,9 | 2,6 | 7,0 | 4,0 | 6,3 | 0,8 | 1,1 | 10,4 | 1,4 | 1,0 | 0,9 | 4,2 |
| 1948 | 8,1 | 2,5 | 7,5 | 4,2 | 7,4 | 0,9 | 1,1 | 11,3 | 1,4 | 1,1 | 0,7 | 7,4 |
| 1949 | 7,8 | 2,5 | 7,7 | 4,3 | 7,3 | 0,9 | 1,0 | 12,4 | 1,2 | 1,3 | 0,6 | 6,6 |
| 1950 | 8,7 | 2,4 | 7,2 | 4,8 | 10,2 | 0,8 | 0,9 | 11,5 | 1,3 | 1,4 | 0,8 | 6,2 |
| 1951 | 7,6 | 2,6 | 7,4 | 4,7 | 7,2 | 1,0 | 1,0 | 10,9 | 1,5 | 1,3 | 0,6 | 7,0 |
| 1952 | 8,5 | 2,6 | 6,1 | 4,4 | 8,3 | 0,7 | 0,9 | 10,9 | 1,3 | 1,3 | 0,8 | 5,5 |
| 1953 | 8,8 | 2,9 | 7,5 | 4,6 | 7,9 | 0,8 | 1,1 | 11,6 | 1,3 | 1,4 | 0,8 | 6,4 |
| 1954 | 9,3 | 2,9 | 8,0 | 4,5 | 7,7 | 0,8 | 1,0 | 11,8 | 1,4 | 1,8 | 0,8 | 6,3 |
| 1955 | 8,5 | 2,5 | 8,4 | 4,4 | 7,9 | 0,8 | 0,9 | 11,0 | 1,4 | 1,5 | 0,9 | 5,6 |
| 1956 | 8,4 | 2,7 | 9,2 | 5,1 | 8,1 | 0,9 | 0,9 | 11,0 | 1,4 | 1,5 | 1,0 | 5,4 |
| 1957 | 7,8 | 2,7 | 8,0 | 4,9 | 7,3 | 0,8 | 0,8 | 10,5 | 1,4 | 1,3 | 0,8 | 6,7 |
| 1958 | 9,1 | 2,8 | 8,5 | 5,0 | 6,4 | 0,9 | 0,9 | 10,7 | 1,3 | 1,2 | 0,4 | 6,1 |
| 1959 | 8,2 | 2,4 | 8,4 | 4,5 | 7,2 | 0,9 | 0,9 | 10,9 | 1,4 | 1,3 | 0,5 | 5,7 |
| 1960 | 8,2 | 2,6 | 8,8 | 4,5 | 7,4 | 0,9 | 0,8 | 11,0 | 1,3 | 1,2 | 0,6 | 7,0 |

FONTE: D. E. E. (dados originais)

Quadro n.º 12

Rio Grande do Sul

Relativos simples da área cultivada

(1939/59)

| ANOS | Alfafa | Arroz | Batata Doce | Batata Ingl. | Cebola | Feijão | Fumo | Man-dioca | Milho | Soja | Trigo | Uva |
|------|--------|-------|-------------|--------------|--------|--------|------|-----------|-------|-------|-------|-----|
| 1940 | 100 | 96 | 110 | 106 | 100 | 104 | 104 | 110 | 108 | 100 | 106 | 107 |
| 1941 | 99 | 99 | 115 | 106 | 105 | 110 | 111 | 117 | 116 | 100 | 125 | 114 |
| 1942 | 102 | 113 | 128 | 114 | 121 | 117 | 121 | 117 | 120 | 101 | 130 | 115 |
| 1943 | 105 | 127 | 122 | 116 | 132 | 126 | 119 | 96 | 122 | 147 | 138 | 98 |
| 1944 | 113 | 156 | 123 | 123 | 132 | 127 | 117 | 107 | 132 | 143 | 163 | 79 |
| 1945 | 111 | 169 | 126 | 137 | 133 | 124 | 120 | 127 | 131 | 544 | 159 | 82 |
| 1946 | 108 | 165 | 141 | 123 | 138 | 120 | 148 | 125 | 132 | 572 | 145 | 86 |
| 1947 | 103 | 159 | 134 | 152 | 141 | 119 | 135 | 123 | 133 | 1090 | 182 | 123 |
| 1948 | 101 | 156 | 172 | 170 | 139 | 123 | 153 | 122 | 140 | 1837 | 257 | 110 |
| 1949 | 103 | 161 | 172 | 166 | 128 | 119 | 149 | 128 | 146 | 2724 | 300 | 112 |
| 1950 | 92 | 180 | 166 | 173 | 129 | 120 | 138 | 140 | 148 | 3456 | 307 | 112 |
| 1951 | 102 | 174 | 161 | 177 | 146 | 122 | 172 | 155 | 156 | 6763 | 349 | 122 |
| 1952 | 95 | 171 | 163 | 183 | 154 | 127 | 160 | 174 | 159 | 8371 | 379 | 128 |
| 1953 | 94 | 191 | 160 | 189 | 172 | 125 | 171 | 163 | 167 | 8741 | 428 | 128 |
| 1954 | 92 | 211 | 151 | 187 | 177 | 116 | 193 | 173 | 166 | 8848 | 536 | 137 |
| 1955 | 94 | 234 | 160 | 212 | 186 | 121 | 220 | 175 | 171 | 9590 | 615 | 150 |
| 1956 | 94 | 216 | 172 | 209 | 221 | 125 | 220 | 192 | 188 | 10395 | 694 | 158 |
| 1957 | 95 | 203 | 181 | 207 | 214 | 129 | 223 | 192 | 189 | 12134 | 595 | 169 |
| 1958 | 96 | 213 | 179 | 215 | 234 | 134 | 222 | 190 | 189 | 13554 | 711 | 184 |
| 1959 | 98 | 232 | 179 | 206 | 235 | 142 | 236 | 189 | 194 | 14823 | 654 | 187 |
| 1960 | 97 | 250 | 193 | 284 | 258 | 148 | 281 | 206 | 208 | 16738 | 594 | 208 |

2.2 — PRODUÇÃO DA PECUÁRIA

O desdobramento do índice global da produção física da pecuária, segundo seus componentes, teve entre 1939 e 1960, o seguinte desenvolvimento:

Quadro n.º 13

Rio Grande do Sul

Componentes da produção pecuária

(Relativos Simples: 1939 = 100)

| ANOS | DERIVADOS DE | | LÃ | LEITE | OVOS |
|------|--------------|--------|-----|-------|------|
| | BOVINOS | SUÍNOS | | | |
| 1940 | 95 | 69 | 101 | 102 | 100 |
| 1941 | 73 | 46 | 103 | 103 | 100 |
| 1942 | 77 | 65 | 117 | 105 | 101 |
| 1943 | 44 | 73 | 130 | 107 | 101 |
| 1944 | 79 | 113 | 148 | 109 | 101 |
| 1945 | 99 | 101 | 193 | 111 | 101 |
| 1946 | 79 | 120 | 211 | 113 | 101 |
| 1947 | 47 | 146 | 172 | 114 | 102 |
| 1948 | 42 | 88 | 167 | 116 | 102 |
| 1949 | 64 | 106 | 162 | 118 | 102 |
| 1950 | 71 | 113 | 181 | 120 | 107 |
| 1951 | 71 | 145 | 189 | 122 | 112 |
| 1952 | 111 | 265 | 195 | 125 | 117 |
| 1953 | 82 | 196 | 223 | 127 | 122 |
| 1954 | 86 | 179 | 234 | 129 | 128 |
| 1955 | 83 | 179 | 254 | 131 | 134 |
| 1956 | 86 | 187 | 260 | 133 | 140 |
| 1957 | 69 | 230 | 261 | 135 | 147 |
| 1958 | 90 | 228 | 292 | 138 | 154 |
| 1959 | 53 | 180 | 280 | 140 | 161 |
| 1960 | 77 | 134 | 208 | 139 | 170 |

As taxas de crescimento, por componente, para o mesmo período, foram as seguintes:

Quadro n.º 14

Rio Grande do Sul

Taxas de crescimento dos componentes da Pecuária (Produção física)

| PERÍODOS ENTRE MÉDIAS TRIENAIS | Bovinos | Suínos | Lã | Leite | Ovos |
|---|---------|--------|------|-------|------|
| 1. quinquênio (1940, 41, 42) (1946, 47, 48) | 10,1 | 18,5 | 14,3 | 2,5 | 0,5 |
| 2.º quinquênio (1946, 47, 48) (1952, 53, 54) | 10,7 | 15,8 | 4,3 | 2,5 | 4,25 |
| 3.º quinquênio (1952, 53, 54) (1958, 59, 60) | 6,4 | 4,1 | 4,5 | 2,25 | 7,5 |
| 18 anos (1939, 40, 41) (1958, 59, 60) | 0,9 | 5,25 | 5,37 | 1,75 | 4,6 |

FONTE: D. E. E. (dados originais)

O longo período utilizado para análise, confirma a deterioração gradativa que vem sofrendo a pecuária de corte no Rio Grande do Sul, quando se compara sua taxa negativa de crescimento com as demais. De fato, enquanto a pecuária suína e a produção de lã, leite, ovos alcançaram taxas de crescimentos razoáveis, a bovinocultura registra um lento decréscimo de produção dentro do setor primário.

Embora o rebanho bovino não apareça com um crescimento quantitativo em sua produção, pode-se afirmar do resultado positivo na melhoria do tipo de gado. Nos últimos anos aumentou a qualidade do rebanho, através da preocupação dos criadores em

desenvolverem certas raças como Hereford, Devon, Shortorn, Polled Angus, Charolesa, em busca de um rendimento mais alto por novilho, como se observa em alguns municípios da zona fronteira. Contudo, devido a insuficiência de informações estatísticas, não é possível medir esta melhoria do rebanho bovino.

A bovinocultura, além de perder substância quantitativa, ela própria, vem perdendo também sua posição relativa de líder na composição do produto da pecuária. Em 1939, 55% do produto da pecuária era gerado pela bovinocultura. Essa percentagem foi diminuindo para 45% em 1950, 38% em 1955, estando atualmente em 35%.

Dos demais produtos, o que mais cresceu em termos relativos foi a produção suína. 10% foi conquistado em 21 anos pelos suínos, que passaram de uma participação de 18% para 28% na composição estrutural do setor.

Quadro n.º 15

Rio Grande do Sul

Transformações estruturais do produto (*) da pecuária

1939/59

| ANOS | Bovinos | Suínos | LÃ | LEITE | OVOS | TOTAL |
|------|---------|--------|----|-------|------|-------|
| 1939 | 55 | 18 | 5 | 17 | 5 | 100 |
| 1945 | 52 | 18 | 8 | 18 | 4 | 100 |
| 1950 | 45 | 21 | 9 | 20 | 5 | 100 |
| 1955 | 38 | 28 | 10 | 19 | 5 | 100 |
| 1959 | 35 | 28 | 11 | 20 | 6 | 100 |
| 1960 | 39 | 24 | 9 | 21 | 7 | 100 |

FONTE: dados originais do D. E. E.

Embora a composição estrutural tenha se modificado em 1959 para 1960, pela própria tendência de sua evolução, pode-se admi-

(*) entende-se por "produto" da pecuária, no caso, o valor monetário da produção com destino final mais o aumento das existências.

tir que a nova situação de 1960 é transitória, valendo a tendência secular da série até 1959.

Uma análise da pecuária, como um todo, nos levam às seguintes conclusões:

1. existe um "déficit" no consumo de proteínas de origem animal por parte da população gaúcha e brasileira na ordem de 59 quilos de carne anuais "per capita". O consumo potencial e necessário é de 91 quilos;
2. mantidas as condições atuais no que se refere a taxa de crescimento da produção pecuária, como também a sua taxa de desfrute (11%), um aumento de poder aquisitivo do povo gaúcho, forçosamente diminuirá a capacidade de exportar do Estado, se os hábitos de consumo não permitirem um sucedâneo (peixe, etc.)
- 3 há uma tendência para a estagnação, e até decréscimo, da produção pecuária gaúcha, particularmente com respeito ao gado bovino, componente mais importante da mesma, o que vem agravar mais a situação atual.

Cabe indagar quais são os fatores limitantes de uma evolução positiva da produção pecuária. Os fatores são de ordem nutricional, de sanidade animal e de melhoramento zootécnico, bem como de natureza sócio-institucional

Quanto à nutrição animal, observa-se que o Estado dispõe de irrelevante área com pastagens artificiais — (1%) da área ocupada pela pecuária — e as pastagens naturais encontram-se com sua lotação esgotada, já que atingiu seus limites de expansão. A tendência, outrossim, é de diminuir face às necessidades de incremento da produção agrícola, a qual, por seu turno, como se afirmou anteriormente, vem crescendo em função do aumento da área.

A sanidade animal pressiona negativamente e de forma acentuada no índice de desfrute. Por exemplo, a febre aftosa, resulta em:

| | |
|---------------------------------|---------|
| mortes causadas pela moléstia : | 5 a 50% |
| baixa de produção de carne : | 25% |
| baixa de produção de leite: | 50% |
| baixa de produção de lã : | 25% |
| abôrto de 3 a 7 meses : | 25% |

FONTE: Centro Panamericano de Febre Aftosa.

Os prejuízos, calculados a preços de 1963, causados pela incidência da febre aftosa, no Estado, não calculados na ordem de dez bilhões de cruzeiros. Nestas condições, cumprindo uma meta de vacinação de três milhões de bonivos a Secretaria de Agricultura propicia, de forma direta ou indireta, uma vantagem na ordem de um bilhão de cruzeiros. Para controlar totalmente a febre aftosa, teòricamente, seria necessária a aplicação sistemática de trinta milhões de doses de vacinas em um ano.

Quanto ao melhoramento zootécnico, há que se considerar o seguinte:

- a) os rebanhos ovino, bovino e suíno, muito embora constituam os melhores qualificados no país, não atingiram um padrão zootécnico ao nível dos países mais adiantados. A principal causa desta situação é a deficiência de pesquisa e experimentação neste setor, para modificar práticas de seleção superadas, as quais ignoram o progênoteste, a fornecer elementos para que possam ser efetuados cruzamentos entre raças criadas no Estado e corrigir defeitos apresentados por algumas raças bovinas de grande futuro econômico;
- b) há um aspecto sócio econômico de importância considerável e que diz respeito ao rebanho suíno, já que êste é básico na economia de uma parcela expressiva da população rural, integrada por grupos de baixos ingressos, localizados na zona de pequena propriedade. Neste setor ainda predomina o suíno tipo banha, que nos poucos vai sendo expelido do mercado face ao incremento da oferta de óleos de origem vegetal.

3 — SETOR SECUNDÁRIO

3.1 — *Características gerais do setor*

Relativamente ao setor secundário da economia estadual, é importante resaltar que apenas oito ramos — Alimentação, Química e Farmacêutica, Vestuário e Calçados, Metalúrgica, Têxtil, Madeira, Bebida e Fumo — faturam mais de 80% do setor. Desta forma, êste setor concentra-se, também, em poucas atividades.

Quadro n.º 16

Estrutura Industrial do Rio Grande do Sul

(Valôres percentuais)

| RAMOS | 1949 | 1957 |
|--|-------|-------|
| 1. Transformação de minerais não metálicos . | 2,8 | 3,3 |
| 2. Metalúrgica | 5,2 | 5,6 |
| 3. Mecânica | 1,3 | 1,6 |
| 4. Material elétrico e material de comunicações | 0,1 | 1,0 |
| 5. Construção e montagem de material de transporte | 0,4 | 1,1 |
| 6. Madeira | 7,1 | 4,6 |
| 7. Mobiliário | 1,5 | 1,8 |
| 8. Papel e papelão | 1,0 | 1,2 |
| 9. Borracha | 0,5 | 0,5 |
| 10. Couros e peles e produtos similares | 3,6 | 3,9 |
| 11. Química e Farmacêutica | 4,8 | 7,6 |
| 12. Têxtil | 4,4 | 5,5 |
| 13. Vestuário, calçado e artefatos de tecidos .. | 7,1 | 8,0 |
| 14. Produtos alimentares | 47,9 | 42,5 |
| 15. Bebidas | 5,6 | 4,5 |
| 16. Fumo | 4,2 | 4,4 |
| 17. Editorial e gráfica | 1,8 | 1,5 |
| 18. Diversas | 0,7 | 1,3 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 |

NOTA: A análise que se desenvolve do setor secundário e terciário baseou-se na Análise da Renda do Rio Grande do Sul — 1962. — documento do CDE.

Sintomático é o fato de que a maioria das indústrias que acusaram uma expansão mais rápida, *independentem* diretamente do setor primário. Com exceção da indústria têxtil, alimentada em grande parte pela produção de lã, as restantes guardam grande autonomia com respeito à oferta de matérias-primas agropecuárias. Nota-se a presença de ramos relativamente novos com perspectivas de se tornarem de marcada atuação no setor secundário. As indústrias Químicas e Farmacêuticas, Mecânica, de Material Elétrico e Material de Comunicações e Material de Transporte, encontraram estímulos locais para o seu estabelecimento e progresso. Dois obstáculos, contudo, podem tolher sua expansão. As vantagens decorrentes da mão-de-obra qualificada mais barata e dos menores custos de localização, podem ser anuladas por economias externas — transporte, energia e crédito — desfavoráveis, implicando em menor capacidade competitiva. Outrossim, a baixa taxa de desenvolvimento da economia pode limitar grandemente o mercado estadual, que é sua fonte mais próxima de incentivo.

O quadro a seguir traduz o crescimento real da indústria riograndense, cujo traço mais marcante está na *redução* de sua taxa de crescimento.

Quadro n.º 17

Crescimento Real da Indústria Sul-Riograndense

(1949 = 100)

| ANOS | RELATIVOS |
|------|-----------|
| 1950 | 111,6 |
| 1951 | 116,8 |
| 1952 | 116,9 |
| 1953 | 136,3 |
| 1954 | 164,6 |
| 1955 | 160,1 |
| 1956 | 154,6 |
| 1957 | 151,6 |
| 1958 | 158,3 |
| 1959 | 168,3 |

Durante o período sua taxa foi de 5,3, acima da observada para a economia. No primeiro quinquênio assinalou o alto crescimento de 8% ao ano, caindo, porém, no segundo para 1,3.

Seus novos setores em expansão não foram capazes de lhe sustentar o ritmo dos anos anteriores, eis que constituem ainda um pequeno núcleo dentro do conjunto. Há um grande contraste na evolução das indústrias gaúchas em relação à nacional. Enquanto esta nos últimos anos acelerou seu crescimento, aquela o viu reduzido acentuadamente, fenômeno igualmente registrado na agricultura. Entretanto, ambos os setores estaduais evoluíram mais rapidamente nos anos de 1959/63.

Os ramos tradicionais e mais significativos da indústria gaúcha não sofreram uma modernização sensível na década passada, permanecendo ainda dentro de métodos superados em outros centros. O grande afluxo de capitais estrangeiros não lhes atingiu e suas empresas — predominantemente familiares — não tiveram forças para se transformarem em eficientes instrumentos de captação de recursos alheios, a fim de acumulá-los em seu benefício. Perduram, porém, graças à generalizada escassez de bens industriais e as grandes dificuldades na oferta de bens de capital. Agora, porém, que o país dispõe de um bem montado parque de indústrias pesadas e o reequipamento e novas inversões são mais fáceis, deverá buscar novos horizontes, tanto tecnológicos como organizacionais, se quiser enfrentar a concorrência, que se vislumbra cada vez mais ativa, de outros mercados.

3.2 — *Banco Regional de Desenvolvimento Econômico do Extremo Sul (*)*.

O BRDE tem uma área de ação bastante grande, compreendendo os três estados do extremo sul do Brasil: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Para que um banco de desenvolvimento da magnitude e importância do BRDE possa desempenhar com acerto o papel que lhe foi e está atribuído no processo de desenvolvimento econômico da Região, se faz mister que seja formulada objetivamente a sua política de financiamento.

(*) A política do Governo Estadual em relação ao setor identifica-se com a do BRDE. O que a seguir se expõe é de elaboração dos órgãos técnicos do BRDE.

3.2.1 — *Diretrizes Gerais*

A política de financiamento do BRDE embasada em critérios para enquadramento e prioridade, objetiva:

- a) *A formação de capital*, isto é, o aumento da capacidade produtiva da economia através de investimentos nos setores privado e público. Para se ter uma idéia da importância dessa diretriz cabe assinalar que o desenvolvimento, comumente medido em função do nível e do crescimento do produto em função do nível e do crescimento do produto interno bruto (P), pode ser expresso em função de duas variáveis fundamentais: o capital (K) ou o seu acréscimo (investimento=I), a produtividade do capital (B).

Logo:

$$P = K \cdot B$$

Ou, levando em consideração apenas o incremento do produto (ΔP), que pode ser entendido como a taxa de desenvolvimento, tem-se:

$$\Delta P = I \cdot B$$

Ora, o Banco, estipulando em seus critérios de enquadramento que somente emprestará sua colaboração financeira à formação de capital, está atuando diretamente, por meio de investimento, sobre o crescimento do produto.

Por outro lado, considerando que há empresas onde a produtividade do capital é muito baixa seja em razão da existência de capacidade ociosa, seja em virtude de outras falhas, como: administração do pessoal e do material, a qualificação da força de trabalho — o BRDE, mediante assistência técnica, tem procurado elevar a produtividade das empresas.

É importante observar que este problema, entre as pequenas e médias empresas, assume, por vezes, grandes proporções. Há casos em que o aumento da produção está na dependência maior da uma assistência técnica efetiva, do que do financiamento propriamente dito. A assistência técnica — prestada por economistas, engenheiros e contadores — não se limita a simples análise da situação atual. Prende-se, principalmente, à orientação e

integração interna do investimento a realizar. Situação há em que se faz necessária uma reformulação do pedido inicial do financiamento.

- b) *O atendimento das necessidades das pequenas e médias empresas da Região do Extremo Sul e pertencentes aos ramos industriais que, em virtude de suas necessidades e de seus reflexos na economia, foram julgados prioritários em "Análise Preliminar do Setor Industrial" realizada pelo Departamento de Estudos Econômicos do BRDE. (*)*
- c) *A expansão de instalação de indústrias que, sob o ponto de vista dos produtos, transformem matérias primas regionais e /ou nacionais; possibilitem o aumento das exportações, a substituição de importações e o suprimento dos mercados regional ou nacional; e, contribuem apreciavelmente ao incremento do produto bruto. Tendo em vista o rápido crescimento da renda é atribuída preferência às propostas e projetos simples e pequenos, com curtos períodos de maturação. Outro fator que é levado em consideração, diz respeito à parcela de recursos próprios de cada empresa para financiar os investimentos programados. Por serem escassos os recursos do Banco e havendo a necessidade de fazê-los beneficiar a maior número possível de empresas, a avaliação dos pedidos procura quantificar a capacidade de financiamento próprio da empresa, bem como cogita da possibilidade da admissão de novos sócios e/ou aumento das quotas de capital dos sócios atuais. Essa orientação decorre, ainda, da impossibilidade atual de canalizar poupanças diretamente para o Banco, e o pequeno desenvolvimento e tamanho do mercado de capitais.*
- d) *A criação de condições favoráveis ao crescimento das empresas mediante o aumento da produção de energia elétrica.*

(*) Os ramos industriais são os seguintes:

Indústria: de transformação de minerais não metálicos; metalúrgicas; mecânicas; de material elétrico e de comunicações; de construção e montagem de material de transportes; das madeiras e mobiliário; de couros, peles e calçados; dos produtos químicos e farmacêuticos; têxteis; e de produtos alimentares.

3.2.2 — *Determinação dos ramos industriais prioritários para financiamento*

O método seguido na determinação dos ramos industriais que podem ser financiados pelo BRDE baseia-se no critério da exclusão. Assim, sendo, dentre todos os ramos foram excluídos os que por diversas razões não necessitam a colaboração financeira do BRDE nas mesmas proporções que os demais. Não significa isso, afirmar que nesses ramos não existam problemas a resolver. Significa isto sim, que o BRDE, com os escassos recursos que dispõe não pode pensar em financiar todos os ramos, mas deve preocupar-se com aqueles prioritários para o desenvolvimento da Região do Extremo Sul.

Revela salientar que, ainda assim o BRDE não resolverá por inteiro os problemas dos ramos que identificam a sua linha de financiamento. Apenas se propõe a colaborar na solução dos mais graves e urgentes problemas. Para resolver todos os problemas de um único ramo industrial o Banco deveria dispor de um volume de recursos muitas vezes superior ao atual.

Os ramos industriais não enquadrados na linha de financiamento do BRDE foram excluídos pelas seguintes razões:

- 1) O ramo industrial goza de prioridade junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, além de que a realização de projetos exige apreciáveis recursos financeiros;
- 2) O tipo de indústria exige a realização de grandes projetos dado a indivisibilidade do equipamento.
Grandes projetos caracterizam a instalação de grandes empresas ou a transformação de pequenas e médias em grandes estabelecimentos, enquanto que o BRDE atua unicamente no campo da pequena e média empresa.
- 3) Os projetos ligados ao ramo são de alta rentabilidade e atraem a iniciativa privada.
- 4) No próprio ramo industrial existem recursos financeiros que poderão ser utilizados na instalação e expansão de empresas.
- 5) O ramo industrial em virtude de sua interdependência setorial mínima não oferece ponto de estrangulamento para o desenvolvimento de outros setores.

Os ramos industriais que são financiados pelo BRDE, de um modo genérico tem os seguintes argumentos em seu favor:

- 1) Possibilidade da realização de projetos simples e enquadrados nos limites da pequena e média empresa.
- 2) Grande interdependência com os demais ramos industriais e setores da economia.
- 3) Aproveitamento de matérias primas regionais.
- 4) Possibilidade de realização de pequenos projetos que, embora merecessem enquadramento no BNDE, não compensam os gastos com a sua elaboração e exame, fato que muitas vezes leva o interessado em desistir da instalação ou ampliação da empresa.
- 5) Possibilidade de substituição de importação de produtos ligados aos ramos enquadrados procedentes de outros países ou estados.
- 6) Possibilidade de aumento das exportações.
- 7) Boa contribuição em termos de valor adicionado com a exclusão das indústrias de produtos alimentares.
- 8) Possibilidade de elevar sensivelmente a capacidade de oferta dos ramos, em virtude do pequeno período de maturação dos investimentos, e da possibilidade de reduzir os gastos em construções civis pelo melhor aproveitamento do espaço disponível na empresa.

Quanto as indústrias de transformação de minerais não metálicos o Banco dedicará sua atenção ao reaparelhamento das empresas, que dispõem de boa matéria prima e oferecem boas perspectivas tecnológicas, centralizando suas atividades nos itens "cerâmica" e aproveitamento de "calcáreo".

Entre as indústrias de produtos alimentares o Banco estudará projetos ligados à indústrias da carne, de laticínios e dos produtos da lavoura, tais como, milho, mandioca, cevada, frutas e outros.

No ramo têxtil a atenção é para o setor da fiação de algodão e lã.

Temos que o BRDE para enquadrar um pedido de financiamento leva em conta:

- 1) Enquadramento quanto a linha de financiamento
 - a) Considera-se enquadrado todo o pedido de financiamento que se destine a aumentar a capacidade instalada da economia.
 - b) Todo o pedido que estiver incluído nos ramos industriais que o BRDE inclui em sua linha de financiamento, levando em conta as observações sôbre as indústrias de transformação de minerais não metálicos, alimentares e têxteis.
- 2) Enquadramento quanto ao tamanho da empresa:

E empresa deve ser considerada "pequena ou média empresa conforme critérios estabelecidos.

3.3 — *Sistema de Financiamento Integrado (BANRISUL/BRDE)*

O aceleramento de desenvolvimento industrial do Estado depende não apenas da existência de novas iniciativas ou da dinamização das atuais, da disponibilidade de financiamentos para aumentar a capacidade produtiva, mas, também, além de outros requisitos, da obtenção de financiamentos para a formação de capital de giro das empresas.

Assim sendo, uma política de industrialização seria falha caso não contemplasse o problema do capital de giro, havendo casos em que assume papel decisivo.

Reduzidos seriam os efeitos de uma política de financiamento apenas do capital fixo.

Eis porque está sendo estudado a possibilidade de formar-se um sistema de financiamento integrado, do qual participarão o BRDE e o BANRISUL, podendo, no futuro, uma vez comprovada a sua eficiência e estabelecidas as normas operacionais de financiamento, contar com a participação das demais unidades da rede bancária estadual.

O sistema de financiamento integrado evitará que o equipamento fique total ou parcialmente ocioso, por falta do capital de trabalho necessário para adquirir matérias primas e remunerar a força de trabalho que integram necessariamente o processo produtivo.

Segundo esquema em estudo o BRDE financiará o capital de investimento e o BANRISUL completará as necessidades das em-

prêças, colocando-lhe a disposição parte do capital de giro que necessitam.

As condições dos financiamentos e os critérios de enquadramento e prioridades para os respectivos proponentes serão estabelecidos tendo em conta a estrutura industrial, as potencialidades de cada região e os critérios de integralização não apenas no âmbito estadual, mas também no regional.

4 — SETOR TERCIÁRIO

Na sistemática adotada no cálculo da Renda Nacional, o Setor Terciário aparece composto por seis grandes grupos anteriormente mencionados. Por sua natureza, as dificuldades em aferir seu crescimento real são incomensuráveis, a começar pela escôlha de uma unidade física que reflita nos respectivos grupos, a efetiva evolução do fluxo de serviços prestados. Mesmo em têrmos de remuneração, os critérios adotados são bastantes arbitrários, o que torna quase impossível a obtenção de uma idéia fiel do crescimento real do setor. Lançou-se mão do deflator implícito do Produto Interno Bruto para eliminar a variação dos preços, porém, cumpre observar, que os resultados colhidos não dão maior segurança para os obtidos por qualquer processo.

Mais de 50% do setor dependem do Comércio e dos Serviços, situação que não se modificou durante o espaço de tempo em consideração. Os valores adicionados pelos Transportes e Comunicações e pelo Govêrno, perfazem outra quota importante, nunca menor de 30%. Os dois grupos de pequena participação — Intermediários Financeiros e Aluguéis — demonstram uma tendência de rápido incremento, se coadunando, perfeitamente, com o ritmo de alargamento do aparelho financeiro do país e com o incremento demográfico, sobretudo o urbano, demonstrado nos últimos anos.

A evolução dos diversos ramos do setor terciário, aparece no Quadro incluso. Salienta-se o rápido incremento dos Aluguéis, um pouco exagerado pelos pequenos valores que figuram no ano base. Mesmo mudando a base para 1950, encontra-se um apreciável crescimento superior à maioria dos outros componentes. Do referido quadro se infere as diversas taxas de crescimento dos vários grupos, em distintos períodos.

Quadro n.º 18

Taxas de Crescimento do Setor Terciário

| | 1949/59 | 1949/53 | 1955/59 |
|---------------------------------|---------|---------|---------|
| Comércio | 4,2 | 2,2 | 3,6 |
| Serviços | 3,7 | 2,7 | 4,5 |
| Transporte e Comunicações | 3,7 | 1,2 | 2,4 |
| Intermediários | 9,8 | 12,2 | 4,8 |
| Aluguéis | 13,9 | 29,8 | 5,5 |
| Govêrno | 5,3 | 4,6 | 9,6 |

Quadro n.º 19
Evolução do Setor Terciário
(1949 = 100)

| SETORES | 1950 | 1951 | 1952 | 1953 | 1954 | 1955 | 1956 | 1957 | 1958 | 1959 |
|---------------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Comércio | 100,6 | 101,1 | 105,2 | 109,4 | 115,7 | 131,3 | 140,6 | 133,3 | 144,2 | 151,4 |
| Serviços | 97,6 | 87,7 | 92,9 | 89,9 | 102,6 | 120,5 | 128,8 | 135,5 | 141,3 | 143,8 |
| Transportes e Comunica- ções | 95,2 | 100,6 | 114,8 | 104,5 | 106,8 | 130,9 | 124,9 | 152,4 | 150,2 | 143,9 |
| Intermediários Financeiros | 111,1 | 132,4 | 153,7 | 159,9 | 197,4 | 210,2 | 204,5 | 247,7 | 220,2 | 254,3 |
| Aluguéis | 241,2 | 245,6 | 266,9 | 283,6 | 301,3 | 299,2 | 280,0 | 592,4 | 416,3 | 370,0 |
| Governo | 101,9 | 103,3 | 107,6 | 119,8 | 112,5 | 116,1 | 170,5 | 187,0 | 186,1 | 167,3 |
| T O T A L | 103,2 | 102,5 | 109,5 | 111,2 | 117,4 | 132,6 | 145,8 | 162,5 | 163,1 | 160,2 |

Quadro n.º 20

Estrutura do setor terciário

(percentagem sobre os valores correntes)

| SETORES | 1949 | 1950 | 1951 | 1952 | 1953 | 1954 | 1955 | 1956 | 1957 | 1958 | 1959 |
|-------------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Comércio | 31,7 | 30,8 | 31,2 | 30,3 | 31,2 | 31,3 | 31,3 | 30,5 | 26,0 | 28,9 | 30,0 |
| Serviços | 28,8 | 27,3 | 24,6 | 24,3 | 23,2 | 25,1 | 26,2 | 25,4 | 23,9 | 25,1 | 25,9 |
| Transportes e Co- municações .. | 16,0 | 14,7 | 15,7 | 16,7 | 14,9 | 14,6 | 15,8 | 13,7 | 14,8 | 14,7 | 14,4 |
| Intermediários Fi- nanceiros ... | 3,6 | 3,8 | 4,5 | 4,8 | 5,1 | 5,7 | 5,6 | 4,8 | 5,3 | 4,7 | 5,0 |
| Aluguéis | 2,6 | 6,2 | 6,3 | 6,4 | 6,7 | 6,7 | 5,9 | 5,1 | 9,7 | 6,8 | 6,2 |
| Governo | 17,3 | 17,2 | 17,6 | 17,5 | 18,9 | 16,6 | 15,2 | 20,5 | 20,3 | 19,8 | 18,5 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

O setor terciário apresenta uma evolução contraditória à da economia como um todo, bem como em relação aos setores produtores de bens. Enquanto no primeiro quinquênio suas taxas de crescimento foram mais altas que as do segundo, o setor de serviços acusa uma aceleração no período de 1955/59. As atividades do Comércio, Serviços, Transporte e Comunicações e Governo, incrementaram seu crescimento em que pese o decenso da economia estadual. Algumas hipóteses devem ser levantadas para justificar um procedimento tão dispar.

Os gastos públicos têm uma mecânica autônoma, no que respeita ao comportamento da renda. Trata-se de uma variável independente, sujeita à decisões de ordem política e condicionada à razões outras que não as estritamente econômicas. Sua maior taxa no segundo quinquênio é perfeitamente justificável e ainda que *imprimida de modo inconsciente, teve o grande papel de incrementar a demanda global da área.*

Surpreendente, porém, é a aceleração do Comércio, Serviços, Transportes e Comunicações, no período 1955/59. Há uma tendência de o setor terciário entumescer-se, como decorrência de uma alta procura de emprego e baixa produção dos setores produtores de bens. Com um sistema de crédito em expansão é possível manter um poder aquisitivo alto não obstante a queda no produto real desde que, concomitantemente, funcione um mecanismo de transferências entre grupos sociais, de um lado, e entre regiões, por outro. De qualquer forma, esse crescimento anormal do setor terciário logra-se geralmente, com uma redução na produtividade setorial.

Nessa análise global do setor terciário, cumpre, finalmente, fazer uma observação com respeito a aluguéis. Sua alta taxa do primeiro quinquênio confirma uma anomalia no uso dos recursos da comunidade, já revelada em estudos anteriores (*). Quando a economia registrou um alto índice de desenvolvimento e, por conseguinte, altas poupanças, somas quantiosas de recursos financeiros e reais foram desviadas para o setor imobiliário, privando o Estado de excelente oportunidade para aumentar sua capacidade produtiva, quer através de reequipamentos, quer diversificando sua oferta com novos investimentos. O decenso econômico no período seguinte, contou, sem dúvida, com essa distorção que, entre outras causas, lhe deve ter preparado o caminho.

(*) Vide: CAPES — Estudos de Desenvolvimento Regional (Rio Grande do Sul), pág. 40. Rio, 1958.
Cláudio F. Accurso — Aspectos Fundamentais para uma política de Desenvolvimento do R. G. S. págs. 30 e 31. Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas, URGs, 1960.